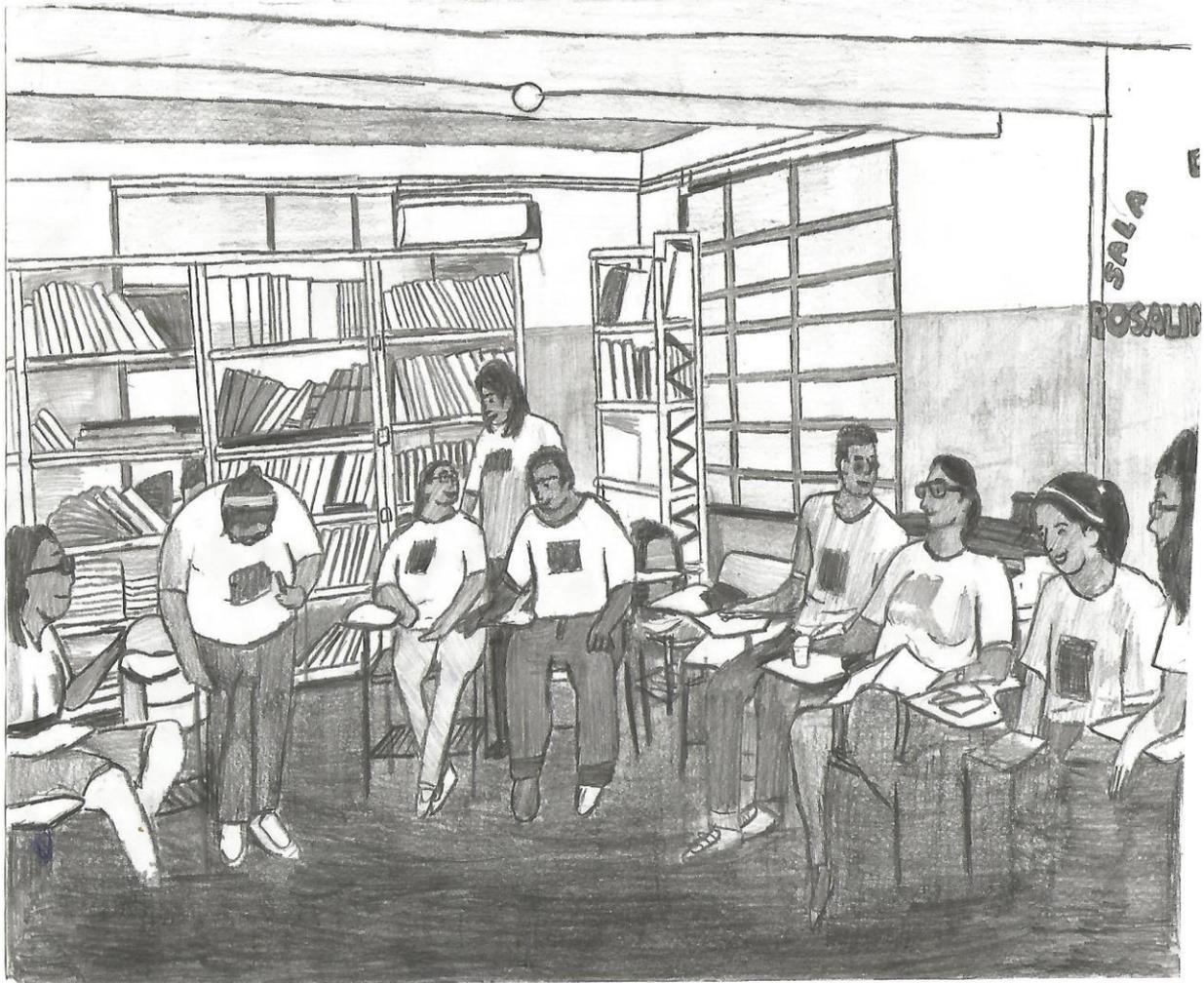


**DEFICIÊNCIA VISUAL: perspectivas e desafios da
acessibilidade ao mundo laboral**



ROSELANDIA MARIA SERRA VERDE COELHO ROCHA

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

ROSELANDIA MARIA SERRA VERDE COELHO ROCHA

DEFICIÊNCIA VISUAL: desafios da acessibilidade ao mundo laboral

São Leopoldo - RS

2018

R672d Rocha, Roselandia Maria Serra Verde Coelho
Deficiência visual : desafios da acessibilidade ao mundo
laboral / por Roselandia Maria Serra Verde Coelho Rocha. –
2018.

246 f. : il., 30 cm.

Tese (doutorado)— Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
2018.

Orientação: Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese.

1. Deficiência visual. 2. Profissiografia. 3. Processos de
identidades. 4. Labor. I. Título.

CDU 331.5-056.262

Catálogo na Fonte:
Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

DEFICIÊNCIA VISUAL: desafios da acessibilidade ao mundo laboral

ROSELANDIA MARIA SERRA VERDE COELHO ROCHA

Tese apresentada para apreciação e parecer da banca examinadora

Orientadora-Presidente: Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea - UNISINOS

Prof. Dr. Fábio Lopes Alves - UNIOESTE

Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo – UNISINOS

Profa. Dra. Julice Salvagni - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da contribuição de muitas pessoas, com um indizível empenho, razão pela qual peço que me perdoem alguma omissão nominal. A todas e todos aqueles que me acompanharam e apoiaram durante esses anos tão marcantes na minha trajetória e formação meu sincero agradecimento.

De modo coletivo exprimo meus agradecimentos aos autores que me inspiraram as reflexões e estimularam o diálogo com anuências e discordâncias, fundamentais a um trabalho de pesquisa. Ao Instituto Federal da Bahia – campus Porto Seguro. As Professoras, colegas e amigas: Mirella Chaves Lima, Geovania Fagundes, Kátia Silva, Rosemary Lima e Nárrima Lima pelo apoio e contribuições. Aos docentes, servidores e terceirizados da UNISINOS pela eficiência e qualidade no atendimento.

Minha gratidão e admiração à Orientadora Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese que com sua sutil delicadeza e aprofundado preparo intelectual me acolheu contribuindo definitivamente com aparas, sugestões e aconselhamentos justos e necessários para a realização dessa pesquisa. Ao Coordenador do PPGCS Prof. Dr. Carlos Gadea pelo acolhimento, apoio e sugestões de leitura.

Ao Prof. Dr. Eduardo Portanova Barros, grande ser humano, por ter me incentivado a acreditar em minhas intuições analíticas e pela co-orientação e incentivo em todas as etapas desse processo de construção e reconstrução. A Maristela Simon Secretária do PPGCS pela sua postura profissional, incansável em auxiliar-nos com seu tratamento amável e eficiente, generoso, prestativo e acolhedor em todos os momentos do nosso curso.

Aos queridos professores do Programa de Ciências Sociais da UNISINOS, que tive o privilégio de conviver, que me ensinaram muito, com suas lições me permitiram ampliar reflexões e contribuíram decisivamente para ressignificações importantes. Aos colegas pelos dias agradáveis, pelo café da tarde em que partilhamos tantas dúvidas, inquietações e momentos de descontração. Aos Professores: José Luiz Bica de Mélo, Fábio Lopes Alves, Eduardo Portanova Barros por participarem da Banca de Qualificação e alicerçarem essa pesquisa com valiosas sugestões.

A Everaldo Nérís e a todos os membros associados a Associação Baiana de Cegos (ABC), pela permissão, participação e disposição em compartilhar suas vivências, abrindo as portas dessa Instituição com grande calor e acolhimento. A minha irmã Diana Honegger pelo empenho nas traduções. À revisora Cleusa Lira Eloy pela leitura atenta, empenho e dedicação em me auxiliar

nesse processo de crescimento. A Heitor Pimentel, grande amigo e sua importante assessoria das ferramentas tecnológicas.

Aos queridos amigos gaúchos Beto e Nádia Stopilha incansáveis em motivar-me a continuar essa caminhada. Aos funcionários do CECREI (ambiente lindo de paz), especialmente, Irmão Afonso e aos colegas pelos momentos “família” que compartilhamos, entre cafés, lágrimas e risos nos irmanamos na ausência de nossos familiares.

À professora e grande amiga Ana Lícia Stopilha face da generosidade. À minha irmã Irlandia e sobrinha “Carolinda” (Caroline) pelo amor, carinho e confiança. Às queridas irmãs do coração Libéria Silvia e Tereza Marjori Habib minha gratidão. Aos familiares pelo acolhimento e incentivo.

Às duas pessoas que mais amo nessa vida, meu companheiro de todos os momentos e desafios, Carlos Roberto, sem o seu incentivo, apoio e compreensão não teria chegado aqui. A meu filho Paulo Ricardo, criatura que o universo recebeu como um presente de luz para iluminar nossas vidas; de vocês parto a vocês retorno com grande alegria.

Agradeço a maior de todas as virtudes, DEUS! Que me permitiu encontrar tantas pessoas que me fizeram crescer e ampliar meu campo de batalhas e conquistas.

In memoriam dos meus pais,

GILVAN COELHO ROCHA e MADALENA NASCIMENTO ROCHA

Meus filhos,

CARLOS ROBERTO ROCHA DA SILVA JÚNIOR e LARISSA PAULA R. DA SILVA

Eternos amores eternos que me ensinaram o sentido mais profundo de amar e da gratidão.

Dedico esse trabalho para todas as pessoas com deficiência visual que corajosamente enfrentam as adversidades na formação profissional e incorporação ao mundo laboral.

Um Homem Também Chora

Gonzaguinha

Um homem se humilha

Se castram seu sonho

Seu sonho é sua vida

E vida é trabalho

E sem o seu trabalho

Um homem não tem honra

E sem a sua honra

Se morre, se mata

Não dá pra ser feliz

Não dá pra ser feliz

RESUMO

Esta tese argumenta que a Teoria Social da Deficiência – com foco nos protestos formados pelas pessoas com deficiência no movimento internacional (1970 – 1980) e nacional (1975 – 1990) - agregou avanços significativos, mas ainda se mostra pouco relevante quanto ao avanço laboral da pessoa com deficiência visual. O movimento local mostra-se insuficiente para influenciar as políticas públicas e as Instituições assistenciais para a formação e a profissionalização desses atores sociais, que enfrentam grandes dificuldades nesse campo. Esta constatação partiu da observação na Associação Baiana de Cegos, que tem se mobilizado desde o ano de 1985 em prol da formação, habilitação e encaminhamento da pessoa com cegueira para o mundo laboral. O *corpus* da investigação é formado por um conjunto de dados coletados por meio de entrevistas individuais semidiréticas, com enfoque narrativo e observações da cotidianidade no *locus* da pesquisa. Foram analisadas as transformações e permanências, utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Também se discute a questão das subjetividades ligadas aos processos de formação profissional, seu *ethos* identitário e profissiográfico, do qual se põe em relevo os contornos delineadores das superações paradigmáticas, entre avanços e retrocessos, individual e coletivamente, dos sujeitos em epígrafe. A tese fundamenta-se com os principais articuladores teóricos: Alberto Melucci e a ideia dos movimentos sociais como ações coletivas; a questão identitária e o *ethos* profissiográfico, no viés dos estudos culturais contemporâneos, com Stuart Hall, Kathryn Woodward e Tadeu Tomaz da Silva; a aplicação conceitual e argumentativa de José Ivo Follmann sobre os processos de identidades, quando afirma que “o ser humano é um ser de projetos”; e Hannah Arendt e a categoria de análise através dos três pilares: o labor, o trabalho e a ação. Os resultados da investigação sinalizam as grandes dificuldades encontradas pelos sujeitos que se profissionalizam e tentam entrar no mundo laboral. Outro subconjunto desse universo é composto por sujeitos que se sentem desmotivados para ingressar no processo de qualificação e/ou profissionalização, adotando a informalidade como forma alternativa de viver e trabalhar. A Lei de Cotas não tem impedido que as exigências do mundo empresarial se constituam em fixadores de fronteiras para os deficientes visuais. Contudo, esse conjunto de pessoas apresenta possibilidades emancipatórias, através da visibilidade de seus processos de identidades, se lhes forem disponibilizadas políticas públicas adequadas e um mergulho no campo laboral, cujo coletivo pode oferecer modos de subjetivação singularizantes, possibilitando que a prática concreta seja capaz de efetivar a transição do estágio arendtiano de “*animal laborans*” para “*Homo faber*”.

Palavras chave: Deficiência Visual. Profissiografia. Processos de Identidades. Labor.

ABSTRACT

This thesis argues that the Social Theory of Disability – focused on the protests formed by people with disabilities in the international (1970-1980) and national movements (1975-1990) - has added significant advances, but it still has little relevance to the professional development of the person with visual impairment. The local movement is insufficient to influence public policies and assistance institutions for the training and professionalization of these social actors, who face great difficulties in this field. This conclusion was based on the observation made in Bahia Association of Blind people, which has been mobilized since 1985 for the formation, qualification and referral of blind people to the world of work. The research corpus is formed by a set of data collected through individual and semi-directive interviews with a narrative focus as well as observations of the daily routine at the research *locus*. The transformations and permanence were analyzed using Laurence Bardin's Content Analysis technique. The issue of subjectivities linked to the processes of professional formation, its identity and professional ethos, is also discussed. The delineating contours of paradigmatic overcoming, between advances and setbacks, individually and collectively, of the subjects in the epigraph are highlighted. The thesis is based on the main theoretical articulators: Alberto Melucci and the idea of social movements as collective actions; the identity issue and the professional ethos according to the contemporary cultural studies, with Stuart Hall, Kathryn Woodward, and Tadeu Tomaz da Silva; the conceptual and argumentative application on the processes of identities by José Ivo Follmann, who states that "the human being is a being of projects; Hannah Arendt and the category of analysis through the three pillars: labor, work and action. The results of the research indicate the great difficulties encountered by the individuals who become professionals and try to enter the world of work. Another subset of this universe is composed of individuals who feel unmotivated to enter the process of qualification and / or professionalization, adopting informality as an alternative way of living and working. The Quota Law has not avoided that the demands of the world of work become an obstacle for visually impaired people. However, this set of people presents emancipatory possibilities, through the visibility of their identity processes, if they are offered adequate public policies and a dive in the professional field. Its collectivity can offer singularizing modes of subjectivation, allowing the concrete practice to be able to make the transition from the arendtian stage of animal *laborans*" to "*Homo faber*".

Keywords: *Visual impairment. "Profissiografia". Social Movements. Identity Processes. Labor.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grupo de pessoas ocupadas por idade - na semana de referência (%)	128
Gráfico 2- Categorias de pessoas com e sem deficiência na posição ocupação do trabalho principal (%).....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pessoas por tipo de deficiência e nível de alfabetização	119
Tabela 2 - Destaque para a população residente com deficiência visual no Brasil, Nordeste e Bahia	120
Tabela 3 - Pessoas com faixa etária a partir de 15 anos - nível de instrução por deficiência - destacando-se as grandes regiões – 2010	Erro! Indicador não definido.
Tabela 4 - Pessoas alfabetizadas por tipo de deficiência	121
Tabela 5 - Maior incidência entre a população com deficiência em geral - deficiência visual	Erro! Indicador não definido.
Tabela 6 - Deficiência visual na Bahia	150
Tabela 7 - Análise categórica temática I - E.N.S.....	164
Tabela 8 - Análise das oposições – E.N.S.	172
Tabela 9 - Condições de acessibilidade e mobilidade da pessoa com deficiência	174
Tabela 10 - Análise categórica temática de A.S.A.	191
Tabela 11 - Análise das Oposições - A.S.A.....	204

LISTA DE SIGLAS

ABADEF - Associação Baiana de Deficientes Físicos

ABC - Associação Baiana de Cegos

ABDC - Associação Brasileira de Desportos para Cegos

APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

ASD - Abordagem Social da Deficiência

ASESDIS - Asociación Española de Sociología de la Discapacidad

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAP - Centro de Atenção Psicossocial

CEEBA - Centro de Educação Especial do Estado da Bahia

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

DPI - Disabled People's International - “Liga Internacional das Pessoas com deficiência”

IBC - Instituto Benjamin Constant

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICB – Instituto de Cegos da Bahia

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MVI - Movimento Vida Independente

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONCB - Organização Nacional dos Cegos do Brasil

ONG's - Organizações não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PcD - Pessoa com Deficiência

PcDV - Pessoa com Deficiência Visual

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

UCB - União de Cegos do Brasil

UPIAS - *Union of the Physically Impaired Against Segregation* - “Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação”.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
1) <i>O nosso encontro com a deficiência.</i>	14
2) <i>Caminhos que conduziram a essa investigação.</i>	14
3) <i>A aspiração de articular uma temática socialmente relevante.</i>	17
1 INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO I.....	34
2 CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONCEPÇÕES: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA ENTRA NO CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO	34
2.1 Abordagem Social: perspectiva transversal da deficiência	35
2.2 Ausência das pessoas com deficiência na abordagem sociológica do grupo de excluídos: possibilidades discursivas.....	36
2.3 Pressupostos históricos da UPIAS: alavanca do movimento mundial	40
2.4 Ramificações epistemológicas da abordagem social da deficiência: <i>Independent Living Movement</i> e Centros de Vida Independente	41
2.5 Três eixos que definem a capacidade laboral: incapacidade, lesão e deficiência.....	43
2.6 Parâmetros dos modelos médico, social, biopsicossocial e a OMS: “quem são as pessoas com deficiência?”	46
2.7 Ideologia política: ferramenta para desconstruções	50
2.8 Movimento político da PcD: fronteiras indefinidas e densidade variável.....	52
2.9 Fluxos e refluxos do movimento: participação cidadã	62
2.10 Considerações provisórias ao capítulo I.....	64
CAPÍTULO II	66
3 QUESTÕES IDENTITÁRIAS: DISCUSSÃO SOBRE A IDENTIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	66
3.1 As pessoas com deficiência querem entrar no cenário.....	68
3.2 Apenas os olhos cegaram, na íntegra, o corpo está vivo	70
3.3 Perplexidade identitária: primeira das muitas identidades	73
3.4 Representações do corpo diferente	77
3.5 A representação como elemento de inclusão ou exclusão	81
3.6 Identidades em crise: subconjuntos de indivíduos excluídos.....	83
3.7 Os sistemas simbólicos de representação: conexões possíveis com a deficiência	85
3.8 A noção de identidade da pessoa com deficiência levanta problemas particulares.....	88
3.9 Uma perspectiva cultural através da vertente tríplice: identidade, diferença, representação	92
3.10 Sob a perspectiva da “performatividade”: sentidos negativos atribuídos	94

3.11	“Nada para nós sem nós”	98
3.12	A perspectiva do “ser humano como um ser de projetos”: sob a configuração de Follmann... ..	101
3.13	Motivos, razões e “por quês”	107
3.14	Limites que o indivíduo dispõe para mergulhar	111
3.15	Considerações finais ao capítulo II	114
CAPÍTULO III.....		116
4 FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, RELAÇÕES LABORAIS E IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REVELADAS NA PROFISSIOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL		116
4.1	Sujeito deficiente, um ser trabalhador: ainda carente de qualificação educacional e profissional 118	
4.2	Compreender o trabalho na deficiência visual como reabilitação	121
4.3	O que não muda no processo de mudanças	124
4.4	A pessoa com deficiência e a relação laboral: uma perspectiva arendtiana	132
4.5	De “animal laborans” a “homo faber”: qual o lugar destinado à pessoa com deficiência visual ? 134	
4.6	A ação não ocorre no isolamento	140
4.7	Seriam as pessoas com deficiência visual inempregáveis: decisão entre a qualificação ou assistencialismo.....	142
4.8	Considerações provisórias ao capítulo III.....	147
CAPÍTULO IV		148
5 ANÁLISE DO CONTEÚDO: ESQUEMATIZANDO O <i>CORPUS</i>		148
5.1	Análise de conteúdo: explorando temas e associando ideias	154
5.2	Análise temática “2”	177
5.3	Considerações provisórias ao capítulo IV	206
6	Considerações finais	208
7	Referências:	219
8 ANEXOS.....		228
8.1	Anexo 1 - SÍMBOLO DA ONU MARCANDO A LUTA PELO MOVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	228
8.2	Anexo 2 - SÍMBOLO DO ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES (AIPD).....	228
8.3	Anexo 3 - RECORTE DA DECLARAÇÃO DE ADILSON VENTURA, REAFIRMANDO EM SÍNTESE, O PROCESSO GERAL DO MOVIMENTO:.....	228
8.4	Anexo 4 – Autorização para realização da pesquisa e aplicação dos instrumentos processuais na Associação Baiana de Cegos	229
9	ENTREVISTAS.....	230

PRÓLOGO

Escrever esta tese consistiu em um plúrimo desafio que foi constituído, inicialmente, pelo compromisso de produzir um trabalho que não se descuidasse em estabelecer um diálogo acadêmico a respeito da problemática específica de que trata. Mas, que além disso, pudesse concretizar a tentativa de oferecer a quaisquer leitores, incorporados ou não à discussão acadêmica, a possibilidade de entender e refletir sobre o fenômeno investigado.

Nesse sentido, desejamos apresentar ao leitor ou leitora um texto acadêmico que também fale de humanidade, que trate do fazer científico e do respeito pelo outro; que se apresente como um texto polifônico que fale em método, mas que também fale em cidadania e em emancipação do sujeito social e denuncie a subalternização e a tutela de quem deveria estar emancipado.

Pensamos em um texto capaz de discutir exclusão cujo traçado possa alcançar antiteticamente a alteridade e a diversidade. Que esse texto, sobretudo, questione a inclusão. Que o discurso reflita a essência textual (texto) – textus, do verbo tēxere: trançar, tecer – denotando aquilo que está trançado, entrelaçado, interligado. Nosso desejo é de que essa produção acadêmica se apresente entrelaçada, interligada com a vida pulsante no interior da academia e com o exterior, na dinamicidade que a vida citadina oferece.

Reconhecemos que a proposta é um desafio e que a pretensão de dar conta dos objetivos revela-se um caminho sinuoso e arriscado. Mas aceitamos os riscos, buscando refletir no espelho de nossa memória alguns percursos, sentimentos e características pessoais que nos levaram a essa estrada.

No relatório dessa investigação, esforçamo-nos para não promiscuir esse trabalho científico com indesejáveis colapsos emotivos. Mas, cada linha traz a essência e o desejo de tentarmos dizer o que realmente queríamos dizer, relacionado em três aspectos que consideramos indissociáveis no desafio de escrever sobre a profissiografia de pessoas com deficiência visual: 1) o nosso encontro com a deficiência; 2) os caminhos que nos conduziram a essa investigação; e 3) a aspiração de articular uma temática socialmente relevante.

Assim, essa tese expressa à nossa maneira pessoal de declarar nossa implicação com o “corpus” da investigação, trazendo suas vivências, experiências, expectativas, frustrações e realizações. Sobretudo, nosso respeito.

1) O nosso encontro com a deficiência.

O nascimento de um filho sempre nos traz alegria. O fato de ele ou ela vir ao nosso lar com uma deficiência pode e deve ser encarado com naturalidade, pois como diz Solomon (2013), as famílias infelizes que rejeitam seus filhos diferentes têm muito em comum, ao passo que as felizes que se esforçam para aceitá-los são felizes de uma infinidade de maneiras. Assim, nasceu no ano de 1992, Larissa Paula com mielomeningocele (mais conhecida como espinha bífida) e hidrocefalia. Isso implicou em comprometimento motor (externo) importante e outros comprometimentos internos (graves). O prognóstico foi que teria uma vida vegetativa.

Percorrendo muitos caminhos desafiantes, a menina evoluiu dos quadros graves, aos riscos médios. Sobrevivendo a intermináveis cirurgias, crescia alegre e cheia de vontade de viver. Andou aos sete anos e teve uma evolução mental normal, inexplicável para os resultados de imagem do seu cérebro.

No tempo regular, estudou as séries iniciais, sendo aprovada em 26º lugar no vestibular para o curso de Informática do Instituto Federal de Valença - Bahia. Depois do Ensino Médio, foi aprovada no vestibular para psicologia pela Universidade Federal de Sergipe, mas por motivos de saúde não cursou. Mudou-se para Porto Seguro – na Bahia e foi aprovada no vestibular para o curso de Serviço Social que cursou até o quinto semestre, quando faleceu.

A linda menina Larissa, cujo nome significa “muita alegria”, além dos ensinamentos valorosos que nos trouxe, desempenhou, em seus 19 anos, esse papel de nos trazer muitas alegrias e experiências de superação ao conviver com o preconceito, enfrentar com coragem os olhares de piedade e conquistar seus espaços. As lutas pela qualidade de vida, oportunidades e inclusão social empreendidas por Larissa Paula nos deram a dimensão como pais, educadores e cidadãos do desafio que consiste em ser uma pessoa com deficiência diante das barreiras sociais e atitudinais nesse país.

Até mesmo como um tributo e como compromisso pelo muito que ela nos legou e ensinou, temos nos dedicado a pesquisar esse conjunto de pessoas. Assim, se não conseguirmos contribuir, ao menos que seja para compreender o comportamento social diante da pessoa com deficiência.

2) Caminhos que conduziram a essa investigação.

Nosso interesse pela deficiência visual é antigo. Durante muitos anos pensamos na adoção de uma criança com cegueira. Não foi possível. Com o passar do tempo, o projeto da adoção

ocorreu de outro modo. Devido a uma série de impossibilidades de ordem pessoal e já atuando como educadora, percebemos que, através de outra senda, seria possível adotar muitos deficientes visuais. Certamente, com outra proposta, que julgamos igualmente importante.

Começamos a receber estudantes com variadas deficiências, inclusive com a deficiência visual, no Instituto Federal. No meio docente, começaram a emergir situações embaraçosas de pânico face ao novo desafio. Passados os primeiros momentos de inatividade dos docentes, iniciamos com auxílio pedagógico o estudo e assimilação de algumas práticas.

Em outras esferas, muitos também buscavam pensar modos de sensibilizar a sociedade, através da naturalização da deficiência, a exemplo do cartunista Maurício de Sousa:

OS PERSONAGENS DE INCLUSÃO DA TURMA DA MÔNICA

Dorinha, é a primeira personagem deficiente visual (cega) do desenhista Maurício de Sousa, recebeu este nome em homenagem a Dorina Nowill, uma mulher que perdeu a visão quando criança, lutou na vida e acabou se tornando um exemplo de força de vontade e simpatia. Criou a fundação Dorina Nowill, uma referência como instituição, que oferece assistência a cegos. A personagem é uma garota esperta que não precisa dos olhos para enxergar o que quiser. Dorinha tem um cão guia chamado Radar.



Fonte: Simone Helen Drumond Ischkanian¹

Para nós ficou claro, que assim como Dorinha, todos nós temos formas diferentes de fazer as leituras de vida necessárias às realizações pessoais, sendo felizes e contribuindo para que outros também sejam felizes. Certamente, com chamadas como essa, a sociedade vai sendo impactada para se aproximar do paradigma inclusivo. Quanto a nós professores, constitui-se em um convite para construir coletivamente outros modos do fazer pedagógico incorporando todas as pessoas indistintamente.

Na etapa seguinte ao reconhecimento do outro, ocorreu o processo de observação. Foi nesse espaço-tempo que nos sentimos provocados, interessados, até mesmo, aflitos sobre qual a

¹ <http://simonehelendrumond.blogspot.com>.

motivação que impulsionava esses estudantes para o que nos parecia uma árdua tarefa de profissionalização. Percebemos, a partir dessa matriz de observação inicial em nosso “campus”, diversas possibilidades, desde a investigação, à intermediação e atuação com esse conjunto de pessoas. Para nós, subjazia uma instigação para intensificar os modos de compreensão da subjetividade humana naquilo que se referia à formação e ao trabalho de pessoas com deficiência visual.

Foi nessa dimensão que acreditamos que o campo de estudo da sociologia da deficiência deveria ser desafiado para aflorar, mapear e compreender como a formação profissional e a inserção no mundo laboral engendram novas formas de ser e estar no mundo para esses atores sociais. Queríamos descortinar como essas formas podem ser compartilhadas, contribuindo com uma ecologia dos saberes no Instituto Federal, no mundo acadêmico, em fóruns locais e mundiais e em outros espaços-tempo possíveis.

Diante de tais perspectivas, os paradigmas da Educação Inclusiva nos deixavam inconformados ao assistirmos tanta exclusão. Emergiram diversas dúvidas, entre elas: de qual inclusão estavam falando os educadores? Queríamos buscar outras perspectivas epistemológicas e potencializar reflexões que nos dessem outra amplitude analítica.

Esse foi o impulso que nos aproximou do fenômeno da deficiência sob o enfoque e proposta social da Sociologia da Deficiência. A partir daí, fomos adentrando por esse campo acadêmico e nos sentindo cada vez mais acolhidos. Como já tínhamos feito o mestrado no Rio Grande do Sul e nos afinamos com essa população cativante, optamos, caso houvesse êxito na seleção, fazer o doutorado na UNISINOS, em São Leopoldo - RS.

Consideramos que foi uma escolha bastante acertada. A convivência com os prestimosos professores com ilibada formação acadêmica, colegas e funcionários da Universidade tem sido uma experiência acadêmica e humana de grande valor. Nossas ideias que, inicialmente, pareciam fios soltos, iam sendo paulatinamente entrelaçadas até tomarem contornos mais definidos com o desvelar e acompanhamento competente da nossa orientadora Marília Veronese, resultando finalmente no projeto de pesquisa cuja temática trata da profissiografia das pessoas com deficiência visual, elegendo o “locus” da Associação Baiana de Cegos em Salvador, como nosso campo de observação empírica.

Foi desse modo, que o ideal de adoção de uma criança com deficiência visual terminou ampliando-se na perspectiva de adoção de uma Instituição. Assim, chegamos à Associação Baiana

de Cegos, vendo-a como um “locus” de vivências ímpares e agregadoras que nos recebeu e acolheu. Portanto, julgamos sem objetivo pretensioso que temos muito a retribuir.

3) *A aspiração de articular uma temática socialmente relevante.*

Sempre alimentamos o desejo de aprender coisas novas, aliado, desde tenra idade, à paixão pela leitura e a escrita que sempre fizeram parte de nossa vida. Nessa fase mais madura, sempre ligada às causas humanitárias, sentimos necessidade de contribuir em termos acadêmicos com o conjunto de pessoas com deficiência.

Temos ouvido inúmeras críticas, alegando que alguns trabalhos de pesquisa se perdem na poeira das bibliotecas pela ausência de relevância social em suas conclusões ou na própria temática estudada. Essa provocação nos impactou, provocando a necessidade de investir em uma pesquisa científica que fosse capaz de considerar a possibilidade de entrecruzamento entre o campo da sociologia da deficiência e da educação voltada para o trabalho, cujo corpus a pesquisar, fosse a pessoa com deficiência visual. Essa trama complexa apresentou-se desafiadora e estimulante.

Desse modo, fomos instigados a estudar o fenômeno da inclusão (ou não) da pessoa com deficiência visual através de sua profissiografia e os percalços na sua formação para o mundo do trabalho. Essa vertente nos pareceu ser socialmente relevante, com potência para alimentarmos a expectativa de estar contribuindo para a reflexão sobre a inclusão de outros grupos de pessoas no meio produtivo. Além disso, estamos implicados pelos motivos já mencionados e com a relação educação-formação para o trabalho que abarca esse contingente de estudantes sem visão.

A delimitação do campo laboral resultou da ideia de estabelecer conexão da pesquisa com nossa formação em administração. Desse modo, em nossa ambição, poderíamos fazer uma ponte entre esse estudo ampliado para aplicação em nossa área de atuação profissional, a docência. Também, no Instituto Federal, onde já estamos vinculados ao Núcleo de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE). Esperamos, assim, que essa investigação possa abrir espaços para afluir novos significados e possibilidades de maiores contribuições, especialmente, para esse conjunto de pessoas.

1 INTRODUÇÃO

Não é possível falar de um objeto semelhante sem se expor a um permanente efeito especulativo: cada uma das palavras que corresponda emitir a respeito da prática científica poderá voltar-se contra aquele que a formula.

PIERRE BOURDIEU².

O campo da reflexão sociológica de estudos e pesquisa da deficiência apresenta-se como um espaço de treinamento para aqueles que são sensíveis à questão das pessoas com deficiência. Não obstante, esse campo ainda se afigura lacunoso na construção de estudos e no desenvolvimento de investigações, especificamente voltadas para a produção e difusão de conhecimento no campo da sociologia da deficiência.

Esse espaço não preenchido, alimentado por vivências profissionais desbordadas nos provocou a investigar aspectos da ação e integração social desses atores sociais, através da formação profissional e do acesso ao mundo do trabalho. Para tal intento, tomamos como *corpus* de referência para essa investigação, o grupo social formado por pessoas com deficiência visual.

Desse modo, a tese central dessa investigação buscou defender que a Teoria Social da Deficiência – com foco nos protestos formados pelas pessoas com deficiência no movimento internacional (1970 – 1980) e nacional (1975 – 1990) - agregou avanços significativos, mas ainda se mostra pouco relevante quanto ao avanço laboral da pessoa com deficiência visual. Além disso, buscou situar que o movimento local mostra-se insuficiente para influenciar as políticas públicas e apresentar força de mobilização através das Instituições assistenciais para a formação e a profissionalização desses atores sociais, que enfrentam grandes dificuldades nesse campo. Nesse domínio nossa construção dialogou com autores que imergem nesse campo específico da deficiência e outros que focam a questão das desigualdades de modo geral.

Foi assim que seguindo as pistas dos estudos da abordagem social da deficiência, dos movimentos em geral e particularmente o Movimento Político da PcD no Brasil interessamo-nos em acompanhar os modos e os meios pelos quais a deficiência adentrou-se e subsiste no mundo do trabalho. Buscamos evidenciar como tem sido feitos certos arranjos sociomateriais localmente situados.

² BORDIEU. P. **El oficio de científico**. Ciencia de la ciencia y reflexividad. Barcelona: Anagrama, 2003. p. 17.

As constatações de base empírica partiram de observações no *locus* da Associação Baiana de Cegos, Salvador- Bahia, que tem se mobilizado desde 1985 em prol da formação, habilitação e encaminhamento da pessoa com cegueira na Bahia, visando a incorporação desses sujeitos ao mundo laboral. É fato que esta Instituição tem mantido políticas de enfrentamento a condições adversas para a inclusão de seus atores sociais. Daí adveio um grande estímulo em lançarmos um olhar perscrutador de pesquisadora com o objetivo de investigar práticas locais e situadas, entendendo que se deve justamente a elas e através do dinamismo aplicado a elas que uma realidade foi construída para os associados à ABC.

Nesse contexto, também situamos essa investigação na esteira daquelas empreendidas por Piccolo, Moscardini e Costa (2015); Diniz, 2013; Piccolo e Gonçalves Mendes (2012; 2013); Harlos e Denari (2015); no campo de estudos chamado *sociologia da deficiência*. Nesse domínio, nos filiamos a concepção bastante ampla de que a deficiência não é um objeto dado, é antes algo cuja existência depende de condições e imposições sociais que criam ou impedem certas condições materiais para o reconhecimento desses sujeitos como seres produtivos.³

Pesquisadores historiadores baianos como Damasceno (2016) e Santos (2010), afirmam que nas décadas de 1960 e 1970, esses sujeitos entram no mercado de trabalho baiano desafiando as formulações impossibilitadoras e limitadoras de sua capacidade laboral; entretanto não conseguem “entrar” na história. Por isso mesmo, esse tipo de investigação também se apresenta como possibilidade de um descortinar, onde o campo das ressignificações deve tornar-se prolífero, convidando outros pesquisadores a impactá-lo com novos estudos.

Assim, acreditamos na necessidade de se construir uma massa crítica em torno do conjunto de pessoas com deficiência visual. Como investigadora, nossa crença é de que estamos contribuindo para minimizar a lacuna desse campo de pesquisa que tem o indivíduo ou grupo de indivíduos com deficiência visual como objeto de análise sociológica.

Em sua gênese, essa tese buscou espelhar o desdobramento de alguns questionamentos formulados a partir da nossa prática na docência em Instituição Tecnológica Federal, que tem como

³ Utilizamos as ferramentas de buscas em revistas acadêmicas: PICCOLO, Gustavo Martins; MOSCARDINI, Saulo Fantato; COSTA, Vanderlei Balbino da. Implicações teóricas e práticas advindas do conceito social de deficiência. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS*, v.15, n.30, p.71-83, jul./dez. 2009. PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Nas pegadas da história**: tracejando relações entre deficiência e sociedade. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 42, jan./abr. 2012; **Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 123, p. 459-475, abr.-jun. 2013. HARLOS, Franco Ezequiel; DENARI, Fátima Elisabeth. **Sociologia da deficiência**: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. In: *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, v.10, n.1, jan./mar.(2015). DINIZ, Débora. **Deficiência e políticas sociais** – entrevista com Colin Barnes – *SER Social*, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013.

um dos seus objetivos a formação técnica voltada para o mundo do trabalho. Ao acompanhar a rotina de estudos e formação dos estudantes com deficiência visual desta Instituição, inquietamos e fomos provocados a pensar nos significados que a formação e a atividade laboral assumem para eles.

Nossa hipótese é de que a escola como ambiente de vínculos e enraizamentos, intercâmbios de sentidos vivências e experiências, não parece ter se preparado para inserir estudantes com necessidades especiais ao mundo do trabalho, vinculando-os ao efetivo ofício que aprenderam como seria o esperado. À medida que vêm aumentando o número de estudantes com deficiência visual no *campus* que trabalhamos, coincidia também o alargamento dos nossos questionamentos primários; expandindo-se para um público ampliado a nível local, regional e nacional sempre buscando nos situar no campo da formação profissional.

Com foco na questão central do fenômeno, urgia um re-pensar em outros elementos: (i) que a deficiência visual se manifesta de várias maneiras, em diferentes pessoas e épocas; (ii) que embora esses sujeitos, historicamente, tenham sido vistos como: incapazes e indesejáveis que precisavam ser eliminados; inválidos que viviam da mendicância autorizada ou repudiada; são sujeitos que, se oferecidas adequadas condições de aprendizagem, podem ser capazes de exercer uma profissão e se auto sustentarem. Então, de que forma ocorreria esse processo?

Tais provocações nos conduziram ao problema de pesquisa; não com o intento de obter respostas absolutas, mas, pelo menos, para podermos refletir sobre a pertinência ou não delas: *o que motiva essas pessoas na busca da superação dos limites impostos pela cegueira? É possível pressupor que esses sujeitos se articulam com as esferas públicas com a perspectiva de adquirir competências e habilidades exigidas no exercício de uma profissão?*

Para dar início ao processo de investigação, fizemos um esgarçar de fios utilizando pontos de ancoragem diversos. Começamos pelo levantamento quantitativo sobre a população, por região do Brasil, que apresentasse (proporcionalmente à população do Estado) com o maior número de pessoas com deficiência visual parcial ou total: a análise apontou a Bahia. Usamos como fonte de referência dados do Censo populacional IBGE/2010.

A partir desse fio, fomos buscar quais Instituições estavam voltadas para a perspectiva da formação profissional desses atores sociais. A única Instituição que encontramos em Salvador – Bahia, voltada, exclusivamente, para o atendimento de formação e encaminhamento profissional de pessoas com deficiência visual foi a Associação Baiana de Cegos (ABC), ambiente que se tornou o

nosso *locus* de pesquisa e seus associados, o tecido social a ser investigado. Formou-se, assim, o *corpus* dessa investigação.

Com novos fios, a problematização foi ampliada, trazendo outras inquietações: em que medida esses sujeitos se relacionam com a Associação Baiana de Cegos? Profissionalmente, esses sujeitos sentem-se aptos para imergir no mundo do trabalho em Salvador, Bahia?

Nos ambientes (lar e Instituições), esses indivíduos têm assegurada certa condição de segurança e tranquilidade (embora mantendo uma vida quase inerte), contudo, entendemos ser cabível na tessitura desse mapeamento estrutural da tese, aproximarmo-nos desses sujeitos para compreender o que os motiva a sair de seus lares ou abrigos institucionais para se profissionalizar ou entrar no mercado formal de trabalho. O que os encoraja a se lançar às adversidades e insalubridades das ruas, enfrentando a censura, os rumores e desconfiança das pessoas videntes em busca de espaço e trabalho para viverem condignamente?

Para alinharmos as questões problematizadas, definimos o período de investigação de 2015 a 2018. Estabelecemos uma disciplina auto imposta focada nos objetivos da investigação. Para nós, estes propósitos serviram como colunas, ao mesmo tempo, como fios que precisam ser entrelaçados adequadamente assegurando uma tessitura confiável rumo às urdiduras teóricas. Face essa perspectiva apresentamos nosso objetivo geral:

Investigar os sentidos da formação profissional para a pessoa com deficiência visual e com visão subnormal considerando a sua perspectiva político-social-cultural de autonomia e reconhecimento identitário (*ethos*).

Porém, nem sempre a abrangência do sentido lato contido nos objetivos gerais do pesquisador ficam claros e delimitados. Esse aspecto demanda a apresentação dos objetivos específicos que nos auxiliaram na esquematização dos capítulos, nos quais assumiram a função de alicerce estruturante para assegurar que as colunas levantadas se mantivessem firmes com o objetivo geral. Também serviram-nos como lentes que aumentam o foco sobre determinados pontos. E, assim, tecemos novos fios com os objetivos específicos, segundo alguns aspectos que passaremos a enumerar:

- expectativas que a PcDV e PcDVS⁴ têm das suas possibilidades de ingressar no mundo do trabalho.
- significados da formação profissional desses atores sociais na perspectiva da Associação Baiana de Cegos.
- existência de conflitos e as tensões que possam (im) possibilitar a inserção laboral destacando a (in)existência de mecanismos de controle de resultados.

⁴ PcDV – Pessoa deficiente visual / PcVS – Pessoa com visão subnormal.

- quais as reivindicações com ênfase no processo das mobilizações e bases culturais do movimento. Ou seja, como a ABC se mobiliza como causa.
- (em caso afirmativo de um movimento político na Bahia) como são formadas as redes articuladoras e alimentadoras desse movimento, a sua mística e representação simbólica.

Nossa inserção no campo de pesquisa deu-se através de um vínculo inicial como investigadora. Após uma entrevista pré-agendada com o presidente da Associação Baiana de Cegos, em outubro de 2015, fizemos uma incursão preliminar/diagnóstica. Identificamo-nos como pesquisadora e fizemos a apresentação do nosso projeto de pesquisa, recebendo uma acolhida cordial e colaborativa. Os dirigentes e associados demonstraram curiosidade e interesse com a pesquisa. Nesse clima, iniciamos a investigação com o próprio dirigente, através de uma entrevista semiestruturada.

A partir desse contato inicial, marcamos vários encontros nos quais pudemos acompanhar projetos, atividades, cursos e a rotina da ABC. Nossos entrevistados foram convidados pelo dirigente e mostraram-se participativos e interessados na nossa pesquisa. A cada entrevista, fazíamos a apresentação descritiva pessoal seguida de esclarecimentos sobre a problematização e objetivos da investigação.

O processo de captação imagética e as gravações foram previamente autorizados, pelo dirigente e, posteriormente pelos entrevistados. Consideramos como nossa maior contribuição para a ABC, nesse período, a fomentação e coordenação do seminário chamado: “RODA DE CONVERSA NA ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS: vivências profissionais no contexto da deficiência visual”, em 18 de agosto de 2018, fato que muito enriqueceu nossa experiência e agregou dados importantes ao levantamento profissiográfico e a formação do *corpus* da pesquisa.

Os participantes manifestaram-se muito espontaneamente sobre as suas vivências profissionais, narrando experiências de vida que antecederam seus empregos, expectativas, frustrações e realizações. A pesquisa no *locus* da ABC nos proporcionou participar de vários momentos, inclusive fazendo parte do “grupo de mensagens via “WhatsApp” da ABC, através do qual recebemos informações de toda programação e rotina da Instituição.

Levando em conta a distância de 800 km que separam a residência dessa pesquisadora e a ABC em Salvador, esse recurso tecnológico representou um elo de ligação importante em nossa comunicação. Durante a investigação, fizemos o levantamento de dados documentais, embora escassos e incompletos. Atualmente, a Associação vem passando por um momento crítico em suas

relações internas e em sua condição de automanutenção, fatores que contribuíram para uma grave crise financeira e administrativa.

É importante registrar que essa investigação vem sendo alicerçada, também, pelas sugestões da banca de exame de qualificação e outras vivências/experiências da pesquisadora. Tratando-se de um estudo acadêmico adensado, foi imprescindível o debruçar-se para a construção de uma consistente revisão teórica. Posteriormente, no seio do processo reflexivo, buscamos resgatar as categorias de análises teóricas que nos permitiriam adensar suficientemente (esperamos) para avançar na construção do conhecimento sobre a temática em estudo. Nesse processo também estabelecemos articulações com os nossos entrevistados e outras fontes que fomos acrescentando.

No plano epistemológico e teórico, é prudente ficarmos atentos à seguinte sugestão: realização de uma leitura analítica, consciente do fato de que uma definição constrói o seu objeto e seleciona dimensões dos fenômenos em relação ao ponto de vista do observador. (MELUCCI, 2001). Priorizamos a análise sócio histórica da contemporaneidade, utilizando autores críticos que nos ofereceram versões emancipatórias de futuro, a serem construídas a partir do presente, mas com respaldo nos movimentos do passado.

No plano teórico, discutimos a trajetória do movimento político das PcD no mundo e no Brasil (capítulo I). Na continuidade, focamos a questão identitária (o *ethos* - capítulo II). Ou seja, o que acontece com as posições de identidade desses sujeitos, individual ou coletivamente, suas relações intersubjetivas, seus sistemas de crenças, suas emoções e vivências.

Buscamos evidenciar que esse enfoque representa, sobretudo, a maior expressão de emancipação da PcDV. Entramos no cenário do *ethos* profissiográfico (capítulo III) refletindo sobre a questão do labor e a suposição de que esses sujeitos ainda se encontram no estágio do “*animal laborans*” (ARENDETT, 2007).

Nesse espaço temporal de experiência elaborativa da tese, amparamo-nos metodologicamente nas sugestões de Análise de Conteúdo (capítulo IV), do postulado de Lawrence Bardin (2016) e acatamos diversas sugestões de Howard Becker (2007) em um esforço continuado de colocar o arcabouço teórico em interação com as entrevistas semidiretivas como instrumento de análise, intermediação e ilustração para os diálogos teóricos.

Desse modo, buscamos nos aproximar de formas metodológicas capazes de lidar, (estimamos que a contento) com nossa problematização. Instrumentalmente, a análise de conteúdo, “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc. por meio de um

mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”. (BARDIN, 2016, p. 50).

A autora complementa que “qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, [e] decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”. (BARDIN, idem, p. 38). Esse instrumento se tornou particularmente viável, por não ser único e ter um adaptável e vasto campo de aplicação.

Dos diferentes procedimentos de análise apresentados, identificamo-nos com a análise temática, diante da perspectiva de pôr em evidência os sentidos e significados subjacentes em uma entrevista semidiretiva, radiografando os bastidores. A “Análise de Conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”. (BARDIN, 2016, p. 50). Por fim, com esses fios entremeados, esperamos ter sido capazes de urdir a tessitura de “analisar os significados” (Idem, idem, p. 41) da trama profissiográfica do *corpus* investigado.

Bardin (2016) ilustra de forma interessante e instigante, a perspectiva de analisar o fenômeno compreensivamente, de forma que “a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis”. Desse modo foi o nosso procedimento no exercício investigativo, nas semanas de comparecimento ao *locus* da ABC.

A ideia de Bardin (2016) não é incompatível com a de entrevista semiestruturada. Na versão de Triviños, esta pode ser concebida e desenvolvida da seguinte forma:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada (sic), em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Dessa maneira, os nossos interlocutores seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências, dentro do foco principal colocado pela investigadora, começaram a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Caracterizamos nossa investigação como descritiva, indutiva, quali-quantitativa com corte transversal na hermenêutica, utilizando como instrumento para coletar dados e formar o *corpus*, a entrevista semidiretiva. Posteriormente, foi aplicada a análise temática. (Bardin, 2016).

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 47- 49), a investigação qualitativa possui cinco características principais:

- 1- Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;

- 2- A investigação qualitativa é descritiva [...];
- 3- Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos [...]
- 4- Os investigadores qualitativos tendem analisar os seus dados de forma indutiva [...];
- 5- O significado é de importância vital na abordagem qualitativa [...].

Observando tais princípios, buscamos alicerçar os capítulos em interatividade com a coleta de dados do *corpus* da investigação, relacionando-os aos pressupostos epistemológicos que a sustentaram. Tem sido importante estarmos alertas para a sugestão que Veronese (2004) utilizou em sua tese:

O problema do conhecimento é hoje fundamental; e a má distribuição do conhecimento que a ciência moderna - forma privilegiada de conhecimento desde o século XVII - gerou em seu desenvolvimento, é um problema social de imensa gravidade. A ruptura epistemológica da ciência moderna com o senso comum proporcionou avanços tecnológicos fenomenais; entretanto, faz-se necessária a dupla ruptura, ou seja, romper com a própria ruptura, reconciliando-se com o senso comum na direção de um senso comum emancipatório. Por esta razão, o estatuto epistemológico dos saberes, bem como os privilégios extra-científicos (sic) da sua hierarquização, é tema que preocupa e está fortemente presente na discussão compreendida na pesquisa (...)” (VERONESE, 2004, p. 12).

Considerando a oportunidade de contribuir com a dinâmica do processo epistemológico, buscamos aprofundar o debate teórico que foi se alicerçando no decorrer dos capítulos, enfocando a sociologia, especialmente a sociologia da deficiência. Em nosso entendimento, esse novo campo das ciências sociais, constitui-se, sobretudo, em um espaço de “ruptura com a ruptura”. (VERONESE, 2004).

Apropriando-nos, ainda, da perspectiva de Veronese (2004), esse campo da ciência ruma no sentido de promover para as PcDV em “um senso comum emancipatório”. Diante disso, conduzimo-nos no sentido de uma investigação focada na formação profissional das pessoas com deficiência visual e os caminhos traçados para o seu ingresso no mundo do trabalho como espaço privilegiado de emancipação social.

A elaboração dos capítulos apresenta a seguinte sinopse: **capítulo I**, um percurso pela historicidade a partir do movimento político e suas primeiras mobilizações, descrevendo esses processos através do ativismo da UPIAS, ILM, Vida Independente e a decorrente Abordagem Social da Deficiência, corrente matriz. O enfoque na sociologia da deficiência, como disciplina

científica e acadêmica, foi apropriado e discutido pelo viés de Franco Ezequiel Harlos (2014) e Gustavo Martins Piccolo (2015).

Com Débora Diniz, aprofundamos a argumentação sobre a ideologia e as razões pelas quais as pessoas com deficiência são oprimidas através da suposição, de que existe uma superioridade dos corpos não deficientes em comparação com os corpos deficientes. A autora estabelece a importante distinção entre deficiência, lesão e incapacidade.

Nossa ênfase em Patrícia Brogna tem a perspectiva de discutir sua construção com enfoque nos sistemas complexos. Nessa esteira, os processos formativos das correntes de pensamento emergentes foram refletidos a partir da contribuição de David Pfeiffer, Palácios e Romañach. Além do enfoque nos aspectos legais, buscamos compreender o fenômeno do Movimento Político da Pessoa com Deficiência no cenário brasileiro, apresentando as suas características: polinuclear, heterogênea e exógena.

Na vertente de Maria da Glória Gohn discutimos os fluxos e refluxos dos movimentos sociais e a noção de “Participação Cidadã”. Enriqueceu esse trabalho o detalhamento de algumas entrevistas, resultado da pesquisa compilada por Mário Kléber Martins Lanna Júnior, na obra: “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”. Desse modo, pudemos complementar nossa investigação com a riqueza dos depoimentos de alguns dos entrevistados que vivenciaram os bastidores das mobilizações e participaram do movimento ativamente.

No **Capítulo II**, fizemos uma abordagem à questão identitária e aos *ethos* da PcDV. Prosseguimos com essa discussão sob a influência da teoria da identidade cultural contemporânea, baseada nos Estudos Culturais, sobretudo, porque esta não assinala um núcleo estável do “eu” imutável. Nesse viés, refletimos sobre as implicações da afirmação: “SOMOS TODOS IGUAIS” por partilhar com as ideias de Hall, Woodward, Silva e Follmann, não acatando “um ‘eu’ coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos “eus”. (HALL, 2014, p. 108), artificialmente, impostos.

Seguindo com nossa argumentação teórica, vamos embeber-nos em Stuart Hall, Kathryn Woodward (Estudos Culturais Contemporâneos). Com esses autores, dialogamos com os recortes sobre a discussão da questão identitária e a diferença, assim como, a influência do processo de produção discursiva desta construção (vertente também compartilhada por Tadeu Tomaz da Silva).

Para materializar nosso entendimento acerca da expressão “identidade”, tomamos por empréstimo o verbete apresentado por Marília V. Veronese e Egeu Gómez Esteves na tentativa de contextualizar com os sentidos atribuídos por Follmann. Foi intenso o exercício reflexivo a partir

da abordagem de José Ivo Follmann sobre os “processos de identidades” e os “processos de alienação” como resultante do esvaziamento dos processos de identidade.

Esta perspectiva nos encorajou a aplicar o instrumento analítico operacional utilizado nessa construção conceitual, dividida em: estratégias e na perspectiva projetiva do “ser humano como um ser de projetos”. Para tal intento, articulamos alguns aportes entre o campo empírico e a discussão adensada por Follmann. Buscamos fazer a aplicação das estratégias descritas pelo autor conectando-as com o movimento internacional da PcD; e movendo alguns fios, buscamos tramá-los alcançando um projeto desenvolvido na ABC (2015) onde tivemos a oportunidade de acompanhar seu desenlace.

O **capítulo III** representa a coluna dorsal da investigação, enfocando a nossa preocupação em compreender os sentidos da formação profissional e o *ethos* profissiográfico da PcDV. Em sua essência, a nossa articulação teórica buscou encontrar respostas à problematização. Iniciamos, com Robert Castel, tratando da questão da vulnerabilidade da relação de emprego e as metamorfoses da questão social cujo gancho utilizado trata sobre a questão dos vulneráveis.

A seguir, apoiamo-nos no edifício teórico de Hannah Arendt na obra que analisa as capacidades humanas gerais decorrentes da condição humana. Nossa ênfase foi a visão fenomenológica da autora sobre o labor. Arendt usou como categoria de análise, os três pilares: o labor, o trabalho e a ação. Nosso objetivo foi construir pontes que ligassem essa discussão adensada à questão laboral da PcDV.

É importante reconhecer que a tese de Marília V. Veronese impactou muito positivamente nossas reflexões a partir da sua perspectiva investigativa da economia solidária. A autora procedeu a análise das superações paradigmáticas que o campo propõe, as vivências dos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários, a questão da subjetividade na contemporaneidade e da subjetividade ligada aos processos laborais na construção de alternativas de enfrentamento da exclusão social. Entendemos que essa população pesquisada por Veronese e as PcDV enfrentam muitos problemas comuns e estão buscando, incansavelmente os mesmos ideais, a sua reconstrução laboral.

Embora os autores citados acima não tenham pesquisado as PcD e a PcDV, permitiram-nos refletir sobre alguns elementos e contornos das relações laborais, trabalho e ação desses sujeitos. No campo específico de investigação da PcDV, embebemo-nos nas pesquisas de Maria Eduarda Leme e José Pastore que enfocam as relações de trabalho das PcD e José Jorge A. Damasceno, que sendo deficiente visual total, pesquisa sobre as PcDV no campo laboral, agregando as suas vivências.

Na discussão final, **no capítulo IV**, nossa proposta foi a aplicação da “Análise de Conteúdo” defendido no postulado de Lawrence Bardin. Com esse procedimento, buscamos fazer uso do instrumento análise temática aplicando-o às entrevistas. Através de métodos mais heurísticos de análise dos conteúdos temáticos, estendemos o processo às suas formas enunciativas e estruturais. Desse modo, oscilamos entre os dois polos: o rigor da objetividade (DURKHEIM, 2011) somado a fecundidade da subjetividade, conforme sugere Bardin (2016).

Nesse cruzamento de ideias, para a análise de alguns excertos extraídos das entrevistas, articulamos a ideia de fato social na vertente de Émile Durkheim, destacando que, para esse autor, é regra fundamental tratar os fatos sociais como coisas que devem ser prolongadamente descritas e explicadas (DURKHEIM, 2011, p. 41). Permeando por esse princípio, urdimos a nossa tessitura através da análise temática, análise sequencial e jogo de oposições, inspirada na técnica desenvolvida por Bardin (2016).

Através da incorporação discursiva da revisão teórica, tentamos compreender qual a força de potência que alavanca esses sujeitos, individual e coletivamente para a formação profissional. Como resultados é preciso que a médio prazo, essas mudanças comecem a se fazer sentir. De certo modo, temos a pretensão com essa investigação, aliada a outras pesquisas em curso, que possamos contribuir para mudanças positivas no modo como a sociedade age e entende o/a deficiente visual, especialmente, na sua inserção laboral no âmbito dos processos produtivos.

Desejamos, também, que esses sujeitos impactados pelos resultados desses estudos/pesquisas/ investigação, de algum modo, possam usufruir reconhecendo alguns mecanismos que a sociedade usa para marginalizá-los do processo social e produtivo. Desse modo, temos a expectativa que esse sujeitos possam municiarem-se de meios de embate contra as representações, os papéis e as imagens que socialmente lhe são impostas. Sobretudo, conforme sugere Damasceno (2016), que passem a agir e pensar no sentido de buscar fazer, eles mesmos, a sua história.

CAPÍTULO I

2 CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONCEPÇÕES: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA ENTRA NO CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO

Robert Castel tece a argumentação em que a questão social, tratada pelo filtro de sua historicidade, como dimensão que se constrói a partir de um equilíbrio frágil entre coesão e conflito, não pode ser vista como puro efeito mecânico, quer do ponto de vista da sua longa constituição, quer do ponto de vista de suas configurações contemporâneas.⁵

Nesse capítulo inicial, buscamos compreender e apreender os sentidos e perspectivas do fenômeno através dos diversos modelos com que a deficiência vem sendo explicada, assim como pelas configurações que categorizam como esses sujeitos vêm se auto definindo. Fizemos um percurso necessário pela historicidade a partir do movimento político em suas primeiras mobilizações, descrevendo esses processos através da UPIAS, ILM, Vida Independente e a decorrente Abordagem Social da Deficiência (como sua corrente matriz). Até hoje essa corrente de pensamento é considerada como um ícone de mobilização desses sujeitos. Está representada, especialmente, por teóricos que dialogamos nessa pesquisa, como: Hunt, Abberley, Barnes, Oliver, Watson e Finkelstein.

Com a premissa de que para investigar um determinado fenômeno são necessários instrumentos teóricos, discursivos e conceituais que possam subsidiar nossas formulações e interpretações, fomos atribuindo significados e/ou significações nesse processo compreensivo do fenômeno da historicidade da pessoa com deficiência. Desse modo, fomos buscando a ancoragem crítica trazida por Harlos, Piccolo, Martins, Diniz e Shakespeare pesquisadores que mostraram os aspectos positivos e negativos do fenômeno social da deficiência e as contribuições teóricas agregadas pela corrente da Abordagem Social. Sem dúvida são autores que produziram um intenso debate nas décadas de 1970-1990.

Optamos, pela incursão à história do movimento social da deficiência tendo em vista dois grandes marcos teóricos: “Union of the Physically Impaired Against Segregation” - UPIAS⁶ - (Liga

⁵ Castel, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 12. Ed. Petropolis (RJ): Vozes, 2015. p. 13.

⁶ UPIAS – **Union of the Physically Impaired against Segregation**; Disability Alliance (1976). “Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação”. (Cf. tradução de DINIZ, 2012, p. 14). Foi a primeira organização política sobre deficiência formada e gerenciada por pessoas com deficiência.

das Pessoas Deficientes contra a Segregação) e “Independent Living Movement” (Movimento de Vida Independente) que deram origem à Abordagem Social da Deficiência (ASD) considerando-os sob a perspectiva da Sociologia da Deficiência e seus pressupostos.

O contexto foi esboçado a partir dos eixos que formam as articulações, trocas intersubjetivas e fragmentações desses movimentos. A seguir descrevemos como essa culminância ocorreu nos movimentos polinucleados que foram se formando mundialmente.

Amparamo-nos na sentença de Ferreira ao afirmar que, “A aceitação de que a deficiência se constitui como um fenômeno social implica automaticamente que toda análise da mesma demanda discussões sociológicas”. (FERREIRA, 2008, p. 22). Essa compreensão nos leva à culminância que de certa forma estão associados elementos inerentes às condições históricas de vida, educação, questão identitária, cultural e profissiográficas desses sujeitos.

2.1 Abordagem Social: perspectiva transversal da deficiência

A Abordagem Social da Deficiência (ASD) parece adotar uma perspectiva transversal, buscando analisar e comparar as experiências comuns de grupos de pessoas que foram socialmente categorizadas como deficientes. Essa corrente teórica se posiciona contestando o ser/estar deficiente como tragédia pessoal. O pesquisador lusitano Bruno Sena Martins, ressaltando o aspecto material de sua pesquisa, demonstra que esse enfoque é percebido nas entrevistas, através de representações culturais hegemônicas, que estabelecem o elo de ligação da exclusão social, exatamente quando ocorre o enfoque na tragédia pessoal como foco narrativo. (MARTINS, 2015).

Para Correia (2007, p. 27), “A autoimagem se estabelece a partir do processo tenso e conflituoso de delimitação de fronteiras sociais baseadas em barreiras emocionais vividas e apreendidas individualmente”. Esse autor interpreta a problemática pelo viés de aspectos biopsicológicos especificando os rumos que a ASD iria tomar.

O enfoque da corrente dos teóricos da abordagem sociológica assumiu o rumo de uma reivindicação política cristalizada presente nos argumentos trazidos nos periódicos das revistas “Disability and Society” (Deficiência e Sociedade) e da “Asociación Española de Sociología de la Discapacidad”. Essa construção funda o que Harlos entende como “uma polifonia de novas possibilidades analíticas quanto à deficiência”. (HARLOS, 2014, p. 10).

Essa representação identitária expressa a deficiência com a ideia de apropriação da desvantagem. Contudo, essa representação não significa a própria pessoa com deficiência, apenas

um dos aspectos de sua vida. Colocando-nos face à deficiência visual, existe uma encruzilhada que exprime uma reivindicação identitária.

Assim, fomos conduzidos a importante questão: a terminologia apropriada seria “cego”, “cegueira”, “deficiência visual”, “não vidente”? Isso nos levou a pensar o sentido que a significação terminológica “pessoa deficiente” assume no contexto político dos britânicos e na própria amplitude dessa causa. Abordagem que retomaremos adiante.

2.2 Ausência das pessoas com deficiência na abordagem sociológica do grupo de excluídos: possibilidades discursivas

Refletindo sobre a propositiva da ASD, é possível uma aproximação com Pereira que, de certo modo, reforça o posicionamento crítico-argumentativo do movimento,

[...] a deficiência tem estado ausente mesmo de teorias (sociológicas) que partem de perspectivas de grupos excluídos, marginalizados e silenciados, como é o caso do feminismo e do pós-colonialismo. **A deficiência está também comumente excluída de qualquer análise relacionada com a exclusão, dominação e opressão na sociedade, assim como de teorias emancipatórias que preconizam uma sociedade mais livre de formas de opressão.** (grifo nosso). É raro que na teoria sociológica ‘mainstream’⁷ se olhe para a deficiência como eixo fundamental para se pensar uma sociedade de mais emancipada e livre de formas de dominação e exclusão. (PEREIRA, 2006, p. 120).

A conclusão a que Harlos chegou depois de fazer um considerável levantamento de estudos na área da sociologia da deficiência, nos períodos de 2008-2010, aponta que a razão para o reduzido número de estudos sociológicos sobre deficiência deve-se ao fato dos “sociólogos” terem aceitado o discurso hegemônico que pensa a deficiência do ponto de vista biológico, médico ou psicológico. Assim considera que essa problemática tem sido tratada como um tema pré-sociológico ou não-sociológico. (HARLOS, 2014, p. 23).

Essa lógica apontada por Harlos conduziria a uma estrutura de análise, estudo e categorização da deficiência sob a concepção do campo das ciências da saúde. No entanto, discordam desse enfoque os teóricos da ASD; Piccolo (2015); Harlos (2014); Diniz (2012); Rodrigues e Ferreira (2010), posições as quais nos afiliamos. Nesse sentido,

[...] a sociologia enfrenta uma obrigação inegável; o reconhecimento de um erro. O erro de haver esquecido a um conjunto amplo de seres humanos que, por definição são partes de suas obrigações. As pessoas em situação de deficiências são fundamentalmente pessoas, e em consequência membros do coletivo de sujeitos-agentes cuja compreensão a sociologia tem por objetivo. (RODRIGUES e FERREIRA, 2010, p. 16).

⁷ Tendência dominante, tradicional. (Tradução da autora).

O ajuste a que os pesquisadores chegaram foi no sentido de que, embora essa categoria de pessoas com deficiência não seja ignorada pelos sociólogos, ocorre uma fragilidade sistemática, devido à escassez de trabalhos de pesquisa, da pouca publicidade e debate sobre a temática. Para Barnatt, “a deficiência não é apenas uma condição, é um fenômeno social multifacetado”. (2005, p. 19).

Alcançando a questão subjacente que esse autor traz, vamos convergir para o ponto de intersecção discutido pela ASD e a ASA⁸, quando afirmam que a melhor forma que as autoridades públicas encontraram de encarar o fenômeno da deficiência é através de medidas individualizadas. Entretanto, conforme diz Barnatt sobre a comissão ASA, “os americanos realizaram poucos trabalhos sistemáticos sobre o assunto e não reconheceram os estudos sociológicos da deficiência como parte da corrente principal da sociologia”. (2005, p. 19). O autor também faz crítica ao pequeno impacto da circulação da produção acadêmica nesse campo de estudo.

É possível que uma imersão histórica ao século XVI seja apropriada para entendermos o contexto relacional da deficiência, mendicância, ASD e os pilares argumentativos do movimento das PcD. Assim, no ano de 1513, reinado de Luís VIII (na França), é estabelecida a *Handicap Law*, lei que autorizava a prática da mendicância para as pessoas com deficiência. Podemos entender essa norma como primeira forma de obtenção de recursos por meios próprios autorizados pelo sistema.

Essas pessoas obtiveram a licença para pedir esmolas nas cidades francesas usando chapéus em suas mãos, gesto de cortesia e reverência às pessoas que doavam quantia em moeda, sendo rigorosamente penalizada a tentativa de embustes. Na análise topológica da deficiência, em sua primeira fase, Finkelstein⁹ (1980) aponta que se tratava de um exercício profissional.

O pensamento de Finkelstein (idem) é alvo de duras críticas por Shakespeare (2014), como a de possuir foco analítico restritivo apenas às pessoas com limitações físicas impostas pela deficiência, deixando de lado outros grupos, como aqueles com dislexia ou com problemas de aprendizagem. Também é acusado de ter otimismo demasiado e que sua tipologia clama pela superação de um estágio histórico sem a análise detalhada de seus pressupostos constituintes.

Considerando que haja procedência, em parte, a crítica que Finkelstein recebe, também é possível admitir o mérito de sua urdidura. Nesse sentido, Piccolo (2015) aponta que Finkelstein, ao apresentar um manifesto político que suscita uma plataforma radical de combate à discriminação

⁸ “Committee on the Status of Persons with Disabilities in Sociology” - (Comitê sobre o *Status* das Pessoas com Deficiência em Sociologia). Associação Americana de Sociologia (ASA).

⁹ VIC FINKESTEIN - psicólogo sul africano com deficiência física lutou ativamente contra o *apartheid*. Preso e deportado para Londres no início dos anos 70 foi um dos líderes intelectuais e fundadores da UPIAS.

social, econômica e simbólica enfrentada pelas pessoas com deficiência, rebela-se contra o conceito etéreo de normal que tanto tem moldado a visão social em relação à pessoa com deficiência.

Prosseguindo, Piccolo (2015) diz que obviamente Finkelstein cometeu alguns excessos que entende ser desculpáveis pela grande contribuição que prestou à abordagem do Modelo Social. O significado metafórico de “handicap” é mantido até os dias atuais, ainda que não haja a mão ou o chapéu estendido. De acordo com os depoimentos de vários entrevistados, a simples presença de uma pessoa “cega” parece inspirar à piedade caritativa, o desejo assistencial, a entrega do óbolo.

A gênese do movimento político da abordagem social da deficiência ocorre no Reino Unido e se ampliou pelo mundo, principalmente, nos Estados Unidos e Canadá. Para interpretar essa abordagem a palavra incapacidade “*impairment*” (tradução aproximada) se distingue de “*impairment*” e “*disability*”, ou seja, incapacidade e deficiência representariam situações diferenciadas. Em inglês, no Reino Unido, essa corrente de pensamento do *Disability Social Model* (Modelo Social da Deficiência) utiliza “Disabled people” (pessoas deficientes); no Brasil, seguindo a tradição normativa, nos aproximamos do uso americano e canadense “pessoa com deficiência” (*people with disabilities*).

Para Oliver (1990) e Barnes (2008), sociólogos britânicos e ícones do movimento ASD, a expressão “pessoa com deficiência” sugere que a deficiência é propriedade do indivíduo, ao passo que os termos “pessoa deficiente” ou apenas “deficiente” demonstram que a deficiência é parte constitutiva da identidade dessas pessoas. Logo, a adoção de uma das terminologias não é apenas um detalhe.

Quanto a essa polêmica terminológica, vale a pena destacar o posicionamento de Sasaki, argumentos que permeamos,

Começamos por deixar bem claro que jamais houve ou haverá apenas um termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência”. (SASSAKI, 2009, p. 8; 2003; 1999).

A expressão “pessoas com deficiência” atualmente tem sido escolhido como termo preferido por um número cada vez maior de adeptos do conjunto de PcD. O autor acrescenta que os valores agregados com essa apropriação terminológica, diz respeito ao empoderamento e à proposição da responsabilidade desse conjunto de pessoas, em contribuir com seus talentos para mudar a sociedade que defende a perspectiva inclusiva.

Em relação aos movimentos mundiais de pessoas com deficiência, no contexto internacional, o uso do termo apropriado tem sido uma problemática muito debatida. Contudo, já ocorreu um acordo para pacificar essa questão. Ficou estabelecido na Convenção da ONU/ 2006, que as “pessoas com deficiência” querem ser chamadas dessa forma em todos os idiomas.

A terminologia foi adotada pela ONU em 13/12/2006 e retificada posteriormente através da lei nacional de todos os países-membros. No Brasil, este tratado foi ratificado, com equivalência de emenda constitucional através do Decreto Legislativo n. 186 de 9/07/2008 pelo Congresso Nacional.

Mesmo assim, não se trata de um entendimento unânime até os dias atuais. Com dissensão Oliver (1990) contra argumenta o acordado nas Convenções Internacionais afirmando que, nessa acepção, a deficiência é vista como um apêndice que se opõe à realidade vivida por esses sujeitos. Prossegue, concluindo que afinal a deficiência é parte essencial da constituição de suas identidades e não meramente um apêndice. Conforme Oliver (1990), não faz sentido separar a pessoa de sua deficiência. Na compreensão de Diniz (2012) esse autor encara a terminologia “pessoa deficiente” no seu sentido político mais representativo.

Por certo, estamos diante de uma questão lexical importante. Harlos (2014) diz que no Brasil a palavra deficiência, no imaginário social, está ligada predominantemente às ideias de limitação, falta, defeito, diferentemente dos significados atribuídos por Oliver (1990) que é britânico. Prosseguindo diz que, no Brasil, a semântica de “deficiente” não se adequa aos princípios básicos avançados nas convenções internacionais, tampouco a afirmação identitária perseguida pelos atores sociais desse conjunto de pessoas.

Na Espanha, os estudiosos dessa temática têm utilizado a expressão “pessoa com diversidade funcional” ou “pessoa em situação de deficiência”. Diniz (2012), considera que a deficiência se configura como uma construção social e uma experiência que resulta da interação entre as características corporais e/ou intelectuais da pessoa e as características e condições da sociedade em que o sujeito com deficiência vive. Nessa esteira, Harlos (2014) diz que somente não é admissível pensar na deficiência como atributo individual sem relação com o contexto social. Esse sentido, inclina-se, portanto, na direção ideológica da abordagem social da deficiência.

Existem sutilezas nesse debate sobre os significados de cada expressão que traduzem a sua importância. Em nota de rodapé (número cinco), Diniz explica que esses termos assumem uma conotação político, social e identitário. Não é meramente uma questão de discrepância conceitual.

Ideologia de opressão aos ‘deficientes’ é uma tradução composta para o neologismo *disablism* em língua inglesa. O conceito de *disablism* é uma analogia

ao sexismo e ao racismo. A ideologia que oprime os deficientes supõe que há uma superioridade dos corpos não deficientes em comparação com os corpos deficientes. (DINIZ, 2012, p. 10).

A relevância da tradução desses termos centrais, nas discussões das abordagens britânica, espanhola e estadunidense, assume relevo porque vai influenciar as políticas públicas de atendimento a esses sujeitos e à conquista de direitos legais. Essa discussão vai se aprofundando nos significados atribuídos na tradução pela “International Classification of Functioning Disability and Health”– ICF.

2.3 Pressupostos históricos da UPIAS¹⁰: alavanca do movimento mundial

No movimento social encabeçado por pessoas com deficiência, sobressai a figura emblemática de Paul Hunt, na Inglaterra (1962). Nossa localização espacial é a Instituição “*Le Home Court Cheshire*” especializada em atender pessoas com deficiência física. Entre os institucionalizados internos Paul Hunt que se tornou a peça chave para deflagrar o primeiro movimento social da deficiência. Com temperamento de líder, tornou-se porta voz político das reivindicações dos demais internos.

Sua voz que não seria mais cassada vociferou explosiva “queríamos ter representação na gestão da Instituição, controle sobre nossa liberdade individual [...]” (HUNT, 1981, p. 38)¹¹. Ocorreram mobilizações nucleadas e quase incomunicáveis iniciadas na Europa e nos Estados Unidos, no final dos anos 1960, quando também os familiares passaram a fazer parte dessas articulações. Trata-se de um fato marcante porque indiretamente essas famílias também foram abrangidas com as mazelas sociais da deficiência.

Nesse período, movimentos setoriais em lugares dispersos pelo mundo (América do Norte, América Latina, Norte da África e da Europa) marcavam o tom dos discursos em consonância com a UPIAS que emergiu no Reino Unido a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* – UPIAS. Enquanto isso, nos Estados Unidos, surgia o *Independence Living Movement* (ILM) ambos organizados por pessoas com deficiência. (SHAKESPEARE, 2008).

A ação foi se aperfeiçoando com o crescimento da ASD, do *Independent Living Movement*, o *Self-advocacy Movement* na Suécia crivado pelas lutas das pessoas com deficiência na Grã-

¹⁰ UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION - UPIAS.

¹¹ Tradução da autora.

Bretanha. Foi através da publicação do manifesto da UPIAS “Princípios Fundamentais da Deficiência”, em defesa das pessoas que estavam vivendo em Instituições e lutavam por mais direitos a uma vida com dignidade, que o movimento começou a tomar corpo e visibilidade. Para os ativistas da UPIAS, “a deficiência é algo imposto, sob a base de nossas lesões, pela maneira como somos desnecessariamente asilados e excluídos da plena participação na sociedade”. (UPIAS, 1976, p. 3- 4).

A partir desse movimento em busca de conquista de direitos políticos, sociais e identitários para esse conjunto de pessoas, especialmente nos Estados Unidos (que contava com um elevado número de ex-combatentes e mutilados das guerras), os *Independent Living Centers - CLIs* (Centros para uma Vida Independente) passam a representar uma iniciativa de sucesso. (PICCOLO, 2015).

Dessa forma, o movimento espalhava o apelo quase universal para que o conceito de vida independente para pessoas com deficiência se ampliasse sobre a cultura ocidental. Na vertente desse autor, as reivindicações passaram a ser um campo de batalha para o movimento social que teve que se organizar cada vez mais de forma politizada.

2.4 Ramificações epistemológicas da abordagem social da deficiência: *Independent Living Movement* e Centros de Vida Independente

As abordagens se ramificam epistemologicamente em Modelo Individual da deficiência e Modelo Social da Deficiência. (OLIVER, 1996). Segundo esse autor, alguns aspectos fundamentais precisam ser enfatizados em relação à construção do Modelo Individual.

Para explicar essa vertente, Oliver (1996) adotou a concepção de que o Modelo Individual “localiza o ‘problema da deficiência’ na deficiência do indivíduo e vê as causas deste problema como decorrentes de limitações funcionais ou danos psicológicos que são associados à deficiência”.¹² (OLIVER, 1996, p. 32). Entendemos que essa concepção retrata o modelo do trágico no qual irá prevalecer a deficiência como uma desgraça pessoal que precisa ser conduzida exclusivamente por profissionais especializados, sob o rigoroso controle das políticas de saúde.

Essa posição contrapõe-se ao Modelo Social cuja questão central da deficiência está localizada no preconceito da sociedade. Para a abordagem social, a problemática da deficiência não é uma questão de limitações individuais. Daí, Oliver (1996) entender que a ausência de contrapartida da sociedade, com oferta inadequada ou inapropriada de serviços assecuratórios das

¹² Tradução da autora.

necessidades especiais e escassa acessibilidade das PcD, implica em formas diversas de exclusão e opressão.

No Reino Unido, o Modelo Social enfatiza que a deficiência em termos de desafio social suscita ações e políticas públicas. Esse ponto de vista também enfoca que a participação do grupo de pessoas com deficiência não pode prescindir de sua efetiva participação nas políticas direcionadas ao seu bem-estar.

Nos Estados Unidos, a ILM foi iniciada em 1960, o eixo articulador foi assinalado com a história de vida de Edward Roberts (1939- 1995)¹³ vítima de poliomielite. Esse Modelo de Vida Independente inspirado nos paradigmas da ILM foi assim descrito por Pfeiffer,

[...] este modelo enfatiza que a pessoa com deficiência tem o direito fundamental de fazer escolhas pessoais e não um *déficit* que precisa ser corrigido [...] nesta versão a solução proposta é a luta por direitos a fim de eliminar as barreiras.¹⁴ (PFEIFFER, 2002, p. 5).

Foi através desses pressupostos que o ILM foi identificado como “Modelo baseado em Direitos Humanos” (HARLOS, 2014); fincando suas discussões nas questões da legislação e em políticas de reconhecimento. Nessa esteira, a definição de deficiência foi sendo formatada como uma construção política que leva em conta fatores econômicos, serviços disponíveis e acessibilidade.

Mundialmente, fermentaram-se os movimentos setoriais nucleados que foram se articulando. Daí surgiu o movimento organizado pela Disabled People’s International (DPI) iniciado no Canadá em 1980, oriundo do Congresso Mundial de Reabilitação em 2010. A falta de representatividade pelos próprios sujeitos com deficiência é uma questão antiga, também surgiram outros problemas como a ausência de acordo entre os pares que levou à ruptura da DPI.

Essas desavenças concorreram para a DPI fundar outro evento que também teve repercussão mundial culminando no “Congresso Mundial dos Cidadãos com Deficiência” em 1981, na cidade de Cingapura, com a participação de 450 pessoas com deficiência (representando cinquenta e dois países) que deram origem ao documento “Carta dos anos Oitenta”.

O enfoque da DPI foi exercer pressão por políticas públicas mais apropriadas e proximais às reivindicações das PcD. Essa busca de empoderamento está ressaltada na fala de Osamu quanto aos objetivos da Declaração de Cingapura (aprovada pela DPI no ato de sua fundação).

[...] notadamente as organizações de profissionais são as que sempre tiveram suas vozes ouvidas pelo governo e que possuíam recursos, organização e associados. A DPI e outras

¹³ As anotações biográficas de Edward Roberts estão cf. Harlos, F. E.; 2014. p. 60-63.

¹⁴ Tradução da autora.

organizações de pessoas com deficiência foram criadas para tentar alterar esta relação de poder e dar voz as pessoas com deficiência.¹⁵ (OSAMU, 1995, p. 23).

Qual palavra de ordem impulsiona esse conjunto de pessoas? O mote defendido pela UPIAS foi o que ressoou com maior força: “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”. O discurso da Declaração de Cingapura foi clivado por esse ideal. Sobretudo as PcD quiseram estabelecer outro modo de relacionamento com os técnicos e profissionais de saúde que atuavam em seus corpos. Assim expressou Osamu,

[...] exigimos o fim da dominação dos prestadores de serviços permanentes em relação às decisões sobre a vida das pessoas com deficiência. Exigimos o direito de tomar nossas próprias decisões e queremos insistir na igualdade de oportunidades. (OSAMU, 1995, p. 23).

Devido a amplitude dessa composição, surgiram discretos problemas terminológicos, porém, com acentuada força de debate. Para a UPIAS, o sentido de lesão indica limitações funcionais/ corporais. Entretanto, esse significado sofre significativa alteração para a DPI que entende se tratar da deficiência em si. O cabimento dessa discussão diz respeito ao rumo que irá conduzir as políticas públicas nos diversos países.

Para a UPIAS, a deficiência é um fenômeno sociológico de opressão e segregação. A DPI a entende como desvantagem (*handicap*). Estabelecida a discórdia, a DPI e a UPIAS tornaram-se alvo de críticas acirradas. Segundo Diniz (2012), inicialmente essa definição de deficiência era voltada exclusivamente para deficientes físicos excluindo as múltiplas formas de deficiência. Por isso, essa significação terminológica somente seria reconfigurada na década de 90. O grupo precursor do “Disability studies” continua o debate com as publicações do periódico contemplando múltiplos aspectos dessa discussão.

Em nossa compreensão o fenômeno identitário algumas vezes aparece sufocado pela questão política que prevalece sobressalente. Para ilustrar essa perspectiva o discurso de Cingapura se apresentou com terminologias convocatórias impelindo-os à luta ou apelos em um tom de tensa exigência incentivando certa desobediência às autoridades.

2.5 Três eixos que definem a capacidade laboral: incapacidade, lesão e deficiência

Para Piccolo (2015), as diretrizes gerais da UPIAS (1976) representaram um pequeno passo na própria luta geral pela emancipação que visava empreender. Aproximadamente uma

¹⁵ Tradução da autora.

década após a publicação de duas importantes obras (uma de cunho literário e outra legal) “Estigma: a experiência da deficiência” (Erving Goffman, 1963) e os “Fundamentos Principais da deficiência” (UPIAS, 1976), percebe-se que foi apresentado ao público o modelo de distinção que significou o marco teórico dos *Disability Studies*. Ou seja, a conotação social e a dessemelhança entre incapacidade, lesão e deficiência.

Nessa perspectiva, a incapacidade e a lesão fazem referência à falta de parte (ou lesão) ou da totalidade de um membro, órgão ou sentido. Essa situação não funcional refere-se à condição biofísica do indivíduo, do ponto de vista da medicina. No entanto, a questão vista pela vertente social recebe definição divergente que contradiz essa visão biomédica. Essa distinção tem um impacto direto na atividade laboral.

[...] desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não leva em conta as diferenças expressas por pessoas com deficiência física, excluindo-as da participação nas atividades sociais [...] parece ser algo imposto sob a base de nossas lesões pela maneira como somos desnecessariamente asilados e excluídos da plena participação na sociedade. (UPIAS, 1976, p. 3 - 4).

Da manifesta indignação surgiram as reivindicações firmes da UPIAS para ampliar direitos. Isso implicou na elaboração de um documento denominado “Manifesto UPIAS” (UPIAS, 1976) contendo os “Princípios Fundamentais da Deficiência”. Esse documento está decisivamente influenciado pela corrente teórica do materialismo histórico. Ou seja, aparece a influência das ideias marxistas que na compreensão de Harlos assumiu, “como que o sustentáculo inicial das discussões sobre deficiência”. (HARLOS, 2014, p. 100).

Encontramos essa tendência no discurso de outros ativistas. Para Finkelstein (1980), a compreensão sobre a deficiência deriva da consequência de relações sociais opressivas e camufladas sob o manto do assistencialismo. Prosseguindo, afirmou que, a partir da sociedade industrial/capitalista/moderna, o número e a variedade de profissionais que atuam com PcD cresceram exponencialmente. Isso emergiu para que alguns aspectos da vida desses indivíduos fossem negativamente dominados e transformados em interesses econômicos.

Essa perspectiva de Finkelstein (1980) verte em três eixos: sendo que o primeiro foi a segregação nas Instituições de assistência; o segundo a ruptura do movimento com o assistencialismo nas Instituições e mendicância nas ruas. Isto é, de um lado a crescente produção industrial em série com ofertas de sub ocupação. Por outro, a inauguração de asilos de grande porte.

O terceiro eixo aponta para a ruptura com o preconceito social. Finkelstein diz, “Enquanto na fase dois o foco da atenção estava firmemente voltado para a dimensão corporal individual da deficiência, na fase três o foco passa a estar na compreensão da sociedade que desabilita as pessoas

com deficiência”. (FINKELSTEIN, 1980, p. 8). Nessa fase está embutida a proposição do autor de reconfiguração identitária e ativa da PcD em direção à mudança de atitudes para alcançar autonomia e independência.

Na mesma direção, Oliver (1994) não reduz suas explicações a uma perspectiva individual. Esse autor defende, inicialmente, que a opressão enfrentada pela PcD está enraizada e torna-se endêmica nas estruturas sociais e econômicas do capitalismo. Portanto, a categoria de pessoas com deficiência, como as demais categorias sociais é produzida pelas forças ideológicas, econômicas e sociais da sociedade capitalista.

Nesse sentido, Oliver (1994) afirma que a PcD se constituiu, enquanto tal, através das relações sociais e do sistema econômico. Esses sistemas refazem seu mundo e o reconstituem. Nessa vertente, somos levados a pensar que a produção da deficiência seria como uma árvore cujo conjunto de frutos iria consistir em atividades voltadas para a produção de um bem – a categoria de pessoas com deficiência – que vai alimentar a produção capitalista de serviços e políticas públicas. Assim, são criadas as condições ideais para que essas atividades produtivas possam ocorrer sustentando um discurso capaz de dar legitimidade às mesmas.

Em uma crítica áspera e incisiva a ideologia do sistema capitalista, Oliver diz:

[...] a deficiência é uma categoria produzida pela sociedade capitalista de uma forma particular, implica uma visão de mundo em que se subentende que a produção da categoria deficiência não é absolutamente diferente da produção de automóveis ou hambúrgueres. Aliás cada um tem uma indústria, seja carro, *fast food* ou o setor de serviços humanos e, cada indústria tem uma força de trabalho que tem interesse na produção dos seus produtos e no controle do processo produtivo. (OLIVER, 1994, p. 34).

Na perspectiva desse autor, o desenvolvimento econômico e a necessidade de manter a ordem durante a industrialização, influenciaram as respostas sociais dirigidas às PcD. Consequentemente, alteraram a experiência individual promovendo relações de “intercausalidade” entre deficiência, pobreza e desigualdade de classe.

Embora pareça paradoxal, considerando os argumentos trazidos por Oliver (1994) e a ASD, autores como Finkelstein (1980) e Oliver (1994) admitem ser possível que o movimento próprio do capitalismo traria a possibilidade de transformar as condições opressoras da PcD através da politização (ativismo) e união dos movimentos sociais para enfrentamento de políticas e práticas inadequadas. Em nosso entendimento, isso reforça a questão identitária como luta fundamental de encorajamento da identidade coletiva valorizando as potencialidades do funcionamento corporal e intelectual.

2.6 Parâmetros dos modelos médico, social, biopsicossocial e a OMS: “quem são as pessoas com deficiência?”

O Modelo Individual da Deficiência foi consolidado em estreita relação com publicações da Organização Mundial de Saúde (OMS) notadamente com a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) que surgiu na década de 70 com o objetivo de modificar a classificação vigente para enfermidades com âmbito internacional. Segundo Barnes (2009), o objetivo principal foi abranger as doenças crônicas.

Dentre outros modelos de menor repercussão, o Modelo Médico, o Modelo Social e o Modelo Biopsicossocial (considerado emergente) foram os mais abordados e discutidos para compreensão da deficiência. Segundo Barnes (2009), esse último representou a busca de integração do paradigma dos dois primeiros modelos.

A CIDID utiliza um tripé tipológico: lesão, deficiência e desvantagem. Dessa forma, para a OMS as *deficiências* se referem a qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. A *incapacidade* diz respeito a qualquer restrição ou imobilidade (que resulte de uma lesão) na capacidade para realizar uma atividade na forma – ou dentro dos limites da forma que seja considerada normal para um ser humano (OMS, 1989). Essas classificações assumem relevo nesse trabalho porque vão determinar sobre a condição laboral da pessoa com deficiência.

Quanto às *desvantagens*, referem-se aos resultados sociais das deficiências que limitam ou impedem o desempenho de uma função do que seria normal, levando em conta aspectos como idade, sexo, fatores sociais e culturais para um indivíduo (OMS, 1989). Essas taxonomias levam à interpretação da deficiência como um problema individual manifestado por uma doença ou distúrbio, sendo categorizado como anormalidade de uma estrutura ou função psicológica e/ou corporal. Levando-se em conta esses aspectos descritivos, culminaria em desvantagens sociais e laborais. Isto é, a condição de desvantagem social e profissional seria promovida pelo próprio indivíduo com deficiência.

Daí a reação da corrente teórica da ASD que considerou a interpretação da OMS como uma lógica unidirecional e linear impossibilitando a melhoria de vida desses indivíduos. Barnes (2009) acrescenta que para ocorrer uma inversão nessa lógica inválida seriam necessárias pesquisas para melhorar o diagnóstico, tratamento e o uso de terminologias voltadas apenas para esse conjunto de indivíduos.

O Modelo Individual da deficiência encontra um esquema discursivo justificado na própria pessoa com deficiência; criando um contexto de gastos elevados para as Instituições públicas. (OLIVER, 1996). Em consequência a deficiência passa a ser refutada pela sociedade que tem de arcar com esses gastos como danos colaterais. Esse pêndulo discursivo nos leva a parafrasear Bauman (2013), “Uma ponte não quebra e cai quando a carga sobre ela ultrapassa a resistência média de seus vãos; cai muito antes, no momento em que o peso da carga supera a capacidade de uma das pilastras – a mais fraca”. (BAUMAN, 2013, p. 7).

É importante destacar que pesquisas e ações promovidas a partir da lógica do Modelo Individual da deficiência têm contribuído para o desenvolvimento de tecnologias, recursos, aparelhos, prática e metodologias fundamentais para a melhoria de vida desses indivíduos. Apesar disso, a crítica mais acentuada tecida pela ASD recaiu sobre a ênfase na lesão ou na desvantagem física. Em oposição a essa forma de pensamento, emergiu o Modelo Biopsicossocial.

Devido a inúmeras críticas dirigidas à equipe de cientistas que a OMS escolheu para formular a CIDID em 2001, uma nova equipe foi convocada para planejar, executar e promover a reformulação de um novo documento. O documento elaborado recebeu o título de “International Classification of Functioning Disability And Health” – ICF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde).

O objetivo mais amplo dessa nova formulação foi integrar o Modelo Médico (Individual) e o Modelo Social da Deficiência inaugurando o chamado Modelo Biopsicossocial de compreensão da deficiência. A influência da *Disabled People's International*¹⁶ devido à sua participação ativa no processo de revisão do documento buscou levar em consideração, principalmente, a ruptura com processos estigmatizadores da deficiência.

A questão é que a ICF não é exclusivamente voltada para as demandas das pessoas com deficiência. Apesar das limitações, esta classificação busca acolher as demandas de outras categorias proximais, nesse cenário ocorreu seu maior avanço com essa nova interpretação de deficiência. Enquanto a CIDID definiu a deficiência como consequência de doenças para a ICF a deficiência passa para os domínios da saúde (OMS, 2001).

Nessa classificação “a palavra deficiência é um conceito guarda-chuva para lesões, limitações de atividades ou restrições de participação”. (HARLOS, 2014, p. 46). Entretanto, do ponto de vista de Barnes (2009), o modelo dimensionado pela ICF poderia ser nominado como

¹⁶ Liga Internacional das Pessoas Desativadas. (Tradução aproximada).

Modelo Inter-relacional devido ao enfoque continuar no físico (saúde) e minimizando as questões políticas e sociais.

Nesse viés Barnes (2009) prossegue considerando que a deficiência na perspectiva do ICF apresenta uma consideração simplista. Portanto, essa perspectiva vincula apenas as circunstâncias individuais que se sobrepõem a questões fundamentais para a inclusão social e política desse conjunto de indivíduos.

Partindo da perspectiva de Oliver (2002), a ICF ampliou a noção de normalidade. Nesse sentido, em nossa percepção as teorias sociais da deficiência objetivaram propor a universalidade da diferença, mas não com a abrangência da *universalidade de uma categoria ampliada de normalidade*. Nesse sentido tem cabimento o entendimento de Rodrigues e Ferreira, ao afirmar que a questão social permaneceu retocada em seus matizes.

[...] a ICF mantém a preeminência da ciência médica como discurso legítimo de definição da deficiência. Na ICF é o aparato ortodoxo de definição (saber especializado) que determina o lugar ocupado por uma pessoa dentro da escala da medicina. O que se classifica, em definitivo, são os corpos. Esses corpos que em virtude de seu maior ou menor grau de saúde farão com que seus possuidores encontrem mais ou menos dificuldades no seu cotidiano. A deficiência segue sendo objeto de saber e tendo o objetivo de controle [...] mesmo que agora este estado dependa das possibilidades de funcionamento, de desenvolvimento, em um dado entorno, este funcionamento ainda é o de um corpo individual classificado por seu “estado de saúde”, um corpo medicalizado, hierarquizado em suas capacidades funcionais e, portanto, regulado pelos peritos que fazem a norma. (DÍAS; FERREIRA, 2010, p. 159).

Refletindo sob a ótica desses autores, é possível afirmar que não houve uma ruptura paradigmática efetiva em relação ao Modelo Individual. A dimensão política não aparece muito nitidamente, embora como prêmio de consolação o ativismo dos teóricos (do Modelo Social) tenha conquistado os elogios da equipe do ICF e a revisão da Disabled People’s International.

Entretanto, levando em conta o substancial valor agregado que esse documento representa para esse movimento, dizem Barnes (2009) e Oliver (2002) que a dimensão do social ainda ocupa um plano secundário para a ICF. Ou seja, o nível biopsicossocial nessa teoria mantém subjacente a questão social. Contudo, ainda assim, representa um avanço para esse grupo de pessoas.

Na contemporaneidade, em assuntos da deficiência, o professor-pesquisador e teórico Colin Barnes¹⁷ (um dos mentores do periódico *Disability & Society*) continua sendo um dos nomes em destaque da Abordagem Social. Aqui vamos tratar do episódio de sua entrevista concedida à

¹⁷ Barnes foi fundador da editora independente *Disability Press*, responsável por publicações específicas e pelo lançamento de autores de referência para o campo. Atualmente, é professor na Escola de Sociologia e Política Social na Universidade de Leeds, no Reino Unido, um dos centros de referência para os estudos sobre deficiência.

antropóloga e professora, pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Débora Diniz¹⁸ em 1993, onde discutem a temática da “Deficiência e Políticas Sociais”.

Esse foi também o pretexto para apresentação do livro em coautoria com Michael Oliver, *Disabled People and Social Policy: from Exclusion to Inclusion*,¹⁹ publicação onde esses autores apontam aspectos sociais ampliados. Nesse apontamento emergem fatores econômicos e naturais como obstáculos maiores, se forem comparados à questão da limitação física.

Nesse sentido, Barnes diz que causas como a pobreza, violência e envelhecimento precoce dentre outros, são fatores criados socialmente. O entrevistado acrescentou que vão se agregando a esses fatores/causas, consequências como a falta de oportunidade ao mundo do trabalho. Esse somatório termina culminando em um esboço negativo com forte reflexo identitário na problemática da inclusão social e laboral da PcD.

Daí a pertinência da pergunta inicial dessa entrevista: “Quem são as pessoas deficientes?” A questão provocativa aponta para o sentido identitário que está no coração da teoria da Abordagem Social da Deficiência e da discussão sobre os “processos de identidade versus processos de alienação” elaborada por Follmann. (2012).²⁰ Supomos que possíveis respostas também apontem para à análise conceitual de *ethos*, defendida por Boff (2000).

Conforme Boff, “Por *ethos*, entendemos o conjunto das aspirações, dos valores e dos princípios que orientarão as relações humanas para com a natureza, para com a sociedade, para com as alteridades, para consigo mesmo [...]” (2000, p. 20). A impressão que tivemos é de que Barnes e Oliver parecem interagir com Boff e Follmann (2012) em uma interessante conectividade dialógica.

[...] ele [Barnes] e Oliver concordam sobre que as pessoas com deficiência são qualquer pessoa e todas as pessoas. Se você ler *The New Politics of Disablement*²¹ verá que dizemos de modo bastante claro que todas as pessoas são, potencialmente, pessoas deficientes, porque o impedimento é uma constante humana, não é peculiar a um segmento da comunidade. (BARNES entrevistado por DINIZ, 2013, p. 238).

Prosseguindo com a entrevista, Barnes retoma a questão inicial das alteridades e do *ethos da PcD*:

Então, quem são as pessoas deficientes? As pessoas deficientes são aquelas identificadas, de uma forma ou de outra, como social, biológica, intelectualmente inadequadas. De todo modo, isso é um julgamento de valor, porque, quanto mais sofisticada das ficam as sociedades, mais impedimentos nós criamos [...] (BARNES, idem, 2013, p. 238).

¹⁸ Antropóloga, pioneira na difusão do modelo social da deficiência no Brasil e da interface dessa questão com as feministas. Autora do livro *O que é deficiência? É professora na Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Política Social.*

¹⁹ *Pessoas com Deficiências e Política Social: da Exclusão à Inclusão* (1996).

²⁰ Discutiremos no capítulo III.

²¹ *A Nova Política da Opressão pela Deficiência* (2012).

Um detalhe curioso e propulsor dessa militância é o fato de Barnes ser cadeirante. Como afirma Diniz, “o que faz dele um militante de ideias e ações”. (Idem, idem, 2013, p. 237). Os autores Barnes e Oliver também retornam a antiga polêmica terminológica e teceram críticas à linguagem proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), “Poderíamos criar uma sociedade que eliminasse os impedimentos ou aceitasse o fato de que os seres humanos são diferentes. Nós escolhemos não fazê-lo”. (BARNES em entrevista com DINIZ, 2013, p. 239).

Seguindo o fio das preocupações anunciadas por esses autores fomos levados a considerar essencial para o nosso trabalho de investigação, antes mesmo de detalhar a historiografia profissiográfica, buscar identificar o *ethos* que retrate a essência desses indivíduos. Somente através dessa irrupção de consciência e de adentrarmos no universo da afirmação identitária desses atores sociais, será possível firmar os contornos de sua profissiografia e anunciar suas perspectivas de inserção no mundo do trabalho.

Antecipamos que estamos tomando profissiografia nessa pesquisa como termo substantivo, que no Dicionário de Língua Portuguesa²² significa relativo ao registro detalhado das tarefas a serem efetuadas ou próprias de uma profissão, como a formação e o modo como devem ser desenvolvidas. Para o Instituto Nacional de Seguridade Social a expressão crivada como “Perfil Profissiográfico Previdenciário” (PPP) refere-se ao documento individual do trabalhador que discrimina às suas atividades laborais. Tais registros se destinam à disponibilização de informações para esse Órgão. Quando nos referimos a historiografia da formação profissiográfica, voltamos nossa atenção para o mapeamento dos elementos que representam vivências e experiências de instrução, preparo (habilitação/capacitação) e a atividade profissional desses atores sociais.

2.7 Ideologia política: ferramenta para desconstruções

O emprego do termo “pessoas deficientes” aponta e guia para uma orientação política cuja ideologia vai determinar ações para inclusão desse conjunto de indivíduos em uma sociedade a *priori* excludente.

Se digo que sou uma pessoa deficiente, tenho orgulho disso, porque sou deficiente por causa da sociedade e quero mudar a sociedade. Fiz a ligação entre ser uma pessoa deficiente dependente e ser um ativista politizado. É uma identidade política e uma afirmação. É como a questão do *black power*: sou uma pessoa negra; tenho orgulho disso. (BARNES apud DINIZ, 2013, p. 242).

²² <https://www.dicio.com.br/profissiografico/>. Acessado em 10 de jul. 2017.

Na opinião de Barnes, no Brasil ainda é vigente a teoria da tragédia pessoal. A problemática da pessoa com deficiência é tratada como individual. Portanto, é tratada como um desafio cujo sujeito vai tentar individualmente se ajustar nessa sociedade.

Contrariamente, quando a questão é tratada politicamente à luz da *opressão social* a orientação ocorre no sentido coletivo da “ideologia da inconformação”. Logo, a postura que passa a vigor é: “nós devemos mudar a maioria da sociedade, mudar a forma como a sociedade é organizada para aceitar a realidade da diferença humana”. (Barnes, cf. entrevista com DINIZ, 2013, p. 239). Mas, como qualquer pessoa, o indivíduo com deficiência necessita de condições sociais favoráveis para viver condignamente.

Outra contribuição importante tem início com a publicação do “El libro visiones y revisiones de la discapacidad” compilado por Patrícia Brogna em 2009. Essa publicação constituiu a primeira edição de trabalhos com uma perspectiva social da deficiência editada na América Latina,²³ despontando novas possibilidades analíticas da deficiência através do chamado: “Modelo Encruzilhada”, defendido por essa autora.

Brogna (2009) constrói sua tessitura com ênfase nos sistemas complexos. Nessa abordagem, um sistema é a representação de um recorte da realidade analisável como uma totalidade organizada e marcada por um tecido de constituintes heterogêneos e associados entre si. (HARLOS, 2014, p. 131). Com essa perspectiva, propõe a autora que para a análise da deficiência seria necessário considerar a multirelação entre os fatores que a formam.

Ou seja, Brogna (2005; 2009) visa um tecido que possa buscar diferenciar, sem fragmentar os elementos, dimensões, atores, dinâmicas e aspectos que se interrelacionam na definição dessa análise. Para tal, esses fundamentos se tornam afirmados nesses argumentos,

[...] que as múltiplas dimensões (política, econômica, cultural, histórica, normativa), os distintos âmbitos (corporal, psicológico, organizacional, institucional e social) e a multiplicidade de atores em jogo, tornam impossível pensar a deficiência de modo estático e isolado: não é uma fotografia fixa. Por isso, a análise da deficiência de uma perspectiva sociológica nos obriga a abordá-la de maneira dinâmica e relacional. (BROGNA, 2009, p. 158).²⁴

A autora faz referências à corrente da Particularidade Biológica-Conduitual (PBC), à Organização Econômica e Política (OEP) e à Cultura e Normatividade (CN). Seguindo essas perspectivas, a deficiência foi compreendida na confluência de múltiplos elementos. Nesse quadro,

²³ FERRANTE, Carolina. **Visiones y revisiones de la discapacidad**. BROGNA, Patrícia (Org.). México: Fondo de Cultura Económica (2009).

²⁴ Tradução da autora.

o aspecto físico, funcional ou de conduta diferencia uma pessoa da outra em um grupo social de pertença.

Portanto, o tipo de organização econômica e política de um dado grupo social se inter-relaciona com as representações e modelos culturais que determinarão os limites do tratamento prescrito, a partir das suas particularidades biológicas. Logo, esse conjunto de pessoas está submetido aos significados culturais e normativos, aos valores, crenças e representações singulares à condição biológica-condutual de indivíduos com deficiência. (BROGNA, 2009).

Na visão de Harlos (2014), é destacável que esse modelo pode resgatar e valorizar o devir histórico da deficiência. Consideramos que esse modelo nos permite pensar sobre como e por que diferentes aspectos relacionados com a deficiência têm sofrido mudanças e outros se mostram resistentes. De toda forma, consideramos bastante aceitável a compreensão de Brogna (2005; 2009) porque, sem dúvida, irrompe com uma concepção estática sobre a deficiência.

2.8 Movimento político da PcD: fronteiras indefinidas e densidade variável

É atual e recorrente o questionamento sobre o significado de movimentos sociais; nos aproximando da abordagem do movimento político das PcD na atualidade, tendemos a permear a afirmação de Goss e Prudencio, que é necessário observar as limitações implícitas a todos os movimentos “[...] há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos, perdendo-se muitas vezes de vista a capacidade de avaliar a dimensão real de suas potencialidades. (2004, p. 76).

O tensionamento nesse campo teórico vem a partir de novas correntes interpretativas dos movimentos sociais que surgiram desde a rejeição ao paradigma clássico, especialmente, pelo viés dado pelos teóricos da psicologia social nos anos 60, cujo núcleo articulador das análises refere a teoria social da ação. Isto é, essa teoria buscou compreender os comportamentos coletivos sob um enfoque sócio-psicológico que se origina a partir da privação material e cultural dos indivíduos, criando sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos.

Outros fundamentos, plurais extrapolam a fundamentação econômica dos clássicos e são perceptíveis, por exemplo, através do deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil e da luta de classes para os movimentos sociais (GOHN, 1997). Esse novo modo de olhar implica deslocar o protagonismo dos sindicatos e dos partidos políticos para dar espaço aos movimentos populares setorizados privilegiando as microestruturas.

Nos situando no campo da deficiência, o *Independent Living Movement* (EUA) e o *self-advocacy Movement* (Suécia) por volta de 1960 -1970, questionam o modelo bio-psico-médico clássico de lidar com a pessoa com deficiência e destacou que há diversas formas de pessoas diferentes vivenciarem uma mesma condição de classe. Em sequência, em meados da década de 1980 até o final de 1990, os movimentos sociais já não objetivam tomar o poder do Estado, mas almejavam garantir direitos sociais.

Na década de 1990, já promulgada a nova Constituição Federal de 1988, muitos movimentos que tiveram muito vigor nas décadas 1970 e 1980, quando clamavam por direitos, passaram a encontrar dificuldades para manter as suas mobilizações após terem conquistado alguns daqueles direitos pleiteados através de leis. (GOHN, 1997). Na vertente de Melucci (1999) os anos 1980 descortina-se com atores coletivos “temporários”, cuja função simbólica é “revelar” problemas fundamentais, lutar por projetos, significados e orientações.

Essa vertente abre um leque de discussões, entre estas, a ênfase que querela a noção unívoca de classe social. Esse cenário emerge com novos sujeitos sociais que não se encaixam na figura clássica de classes sociais, devido principalmente, ao estreitamento do conceito de classe social. Assim sendo, ssurgia a necessidade de investigar a singularidade dessas novas configurações sociais.

Nessa perspectiva, surge uma nova concepção de movimentos sociais cujas questões identitárias, ou seja, o problema da posição do sujeito nesse conjunto entra em cena e demanda um tratamento peculiar pela teoria sociológica. Isso também evidencia que ocorreu a ruptura do modelo totalizante de sociedade e surgiram os chamados “novos movimentos sociais” cujo espaço no viés de Touraine (1992) incorpora a tríade, identidade dos atores determinada pela categoria relacional, tipo de conflito e dimensão política.

Na perspectiva de Gohn, a ação concreta desses novos movimentos apresenta elementos caracterizadores típicos e estratégias específicas:

[...] são ações sociais coletivas de caráter sócio político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2013, p. 13).

Nesse sentido a posição do sujeito plural vai depender de cada papel social que ocupa. Os movimentos sociais não são mais definidos em estágios dos conflitos, embora a dimensão política esteja presente em toda prática social.

Autores como Alain Touraine e Manuel Castells são críticos da abordagem clássica dos movimentos sociais, são mentores entre outros, do paradigma da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Nessa vertente, esses NMS se caracterizam por ações sociopolíticas que identifica os sujeitos em espaços não institucionalizados cujas ações resultam em transformações sociais. (GOHN, 2013).

Todavia, optamos por nos aproximar de Melucci devido a sua interpretação dos movimentos sociais como fenômenos empíricos compreendidos apenas como categorias analíticas. Para Melucci movimentos sociais são, simultaneamente, fenômenos, discursivos e políticos localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política. (MELUCCI, 1994, p. 152). O autor buscou com esse raciocínio analítico assentar sua compreensão psicossocial do agir enquanto movimento. Chamando atenção o relevo que assume a abordagem a ação coletiva em suas reflexões.

Essas breves considerações também implicam em admitirmos, embora reconheçamos a pertinência e a grande contribuição teórica de Touraine, que a tríade (identidade, oposição e totalidade) já não são suficientes para explicar os “novos movimentos sociais” e o fenômeno identitário. Mesmo quando faz o “chamamento ao sujeito” que revela-se uma consistente pertinência teórica, deixa brechas que serão muito bem exploradas por outros autores. Em outros termos, a marcha inexorável do tempo atingiu as construções teóricas de Touraine mirando para o estreitamento das explicações que envolvem os movimentos e essa nova geração de conflitos sociais e culturais.²⁵

Diante disso, movimentos são meios que se expressam através de ações, sua mensagem principal está no fato de existirem e agirem. Portanto, o sistema simbólico (palavras de ordem, símbolos, slogans, etc.) são pospostos ao seu formato estrutural. Daí a relevância da problemática apresentada por Melucci sobre o sentido da ação coletiva e quanto os movimentos são capazes de contribuir para a mudança social.

Sob essa perspectiva analítica decompondo a unidade empírica do fenômeno em estudo e buscando desse modo compreender seus efeitos, utilizamos a categoria que chamamos de subconjuntos das PcD (gênero, faixa etária, etnia, opção sexual e outros); esclarecendo que essas

²⁵ Para GOSS e PRUDENCIO (2004) se a discussão de movimento social for enfocada como chamamento ao sujeito (Touraine, 1992), as possibilidades de análise dos fenômenos coletivos recentes se abrem. Nesse sentido, o chamamento ao sujeito implicaria na resistência a uma forma de dominação social contra a qual se invocam valores e orientações gerais da sociedade. Diante dessa perspectiva os movimentos sociais contemporâneos não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais.

categorias são tratadas por Melucci como “heterogeneidade interna”. (2001, p. 9). Ou seja, que na realidade empírica os movimentos resultam de um composto muito heterogêneo.

Isso desmitifica a ideia de homogeneidade no interior dos movimentos. Para o autor essa é uma “ideia romântica” dos movimentos que querem reconhecer que “os fenômenos coletivos são feitos de motivações, formas de relação e orientação”. (MELUCCI, 2001, p. 8).

Seguindo essa linha de raciocínio, todo movimento concreto é sempre uma realidade histórica, complexa e heterogênea com pluralidade de significados analíticos. Por isso mesmo para a ação individual e coletiva ser manifesta não é suficiente controlar a ação, mas interferir nas raízes motivacionais, cognitivas, afetivas. Nessa dimensão seria preciso manipular a estrutura profunda da personalidade e da própria estrutura biológica. (MELUCCI, 2001).

Na prática dos conflitos sociais ocorre uma mobilização para tornar o ator social sujeito da sua própria ação e capaz de produzir significados autônomos em relação ao espaço e ao tempo, com a vida e a morte, à sexualidade e à reprodução. Com essa perspectiva foi se sedimentando o Manifesto UPIAS, empunhando a bandeira da causa do movimento das PcD no Reino Unido (1960-1970).

Outro aspecto é que nesse esboço de tensionamentos as formas de poder parecem se apresentar mais neutralizadas fazendo emergir exigências de autonomia dos indivíduos e grupos. Também implica em que os polos de dualismo herdado da tradição, crie uma lacuna não explorada sobre os modos pelos quais os atores constroem sua ação. Ou seja, estamos diante do desaparecimento da ação e dos sujeitos que retratam uma ideia tradicional de movimento.

Conforme Melucci (2001) a escassa visibilidade das ações coletivas contemporâneas, não significam necessariamente sua dissolução ou o término dos conflitos sociais. Nem mesmo incide no esgotamento da modalidade de atores e de lutas. Nos detendo à sociedade brasileira a questão da intensa desigualdade retrata um mapa degradante e diversificado de conflitos sociais. Por exemplo, os problemas que incidem sobre os direitos da cidadania decorrentes das relações de trabalho que se mesclam com novas formas, revestidas de caráter cultural e simbólico.

A sociedade contemporânea faz a combinação de diferentes camadas históricas em formas de ação que surgem de temporalidades diversas. Assim, o sistema de ação que constitui o ator coletivo e a identidade coletiva colocam em relevo a exigência de trocas, negociações, decisões e conflitos entre os atores.

Esse sistema de ação no processo externo, como sugere Melucci (2001), envolve concorrentes, aliados, adversários, respostas do sistema político (políticas públicas) e dos aparatos

de controle social (ações afirmativas) cabendo definir um campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma mantendo-se, mas também modificando-se no decurso temporal.

Devido a isso tanto as relações internas quanto as externas são importantes para os vínculos que constituem o ator coletivo em um sistema de ação. A ABC segue na contramão dessa ênfase fragilizando-se interna e externamente. Remetendo-nos aos entrevistados, é frequente a alegação do isolamento institucional, que de certa forma impede os vínculos.

Para melhor compreensão de como funciona a articulação ator coletivo e sistema de ação é necessário identificar o campo dos conflitos em nível de sistema e explicar como certos grupos sociais interferem neste campo, levando em conta que as relações conflituais na contemporaneidade tem outras características. Nesse nível é que Melucci (2001) diz ser irrelevante definir “novos movimentos” ou “velhos movimentos”. Para o autor o que importa aprioristicamente é se os movimentos atuais reúnem elementos múltiplos de trajetórias históricas diversos, contando com diversas estruturas sociais cujas formas de ação se manifestam.

É preciso cuidar para que a concepção reducionista do plano político não elimine a questão do novo paradigma da ação coletiva. Em outros termos, muitos conflitos contemporâneos podem ser explicados a partir do funcionamento do mercado político, que expressa categorias ou grupos sociais excluídos, mas que exigem acesso à representação.

Disto resulta uma ‘miopia do visível’ que concentra toda a atenção sobre aspectos mensuráveis da ação coletiva, isto é, a relação com sistemas políticos e os efeitos sobre as políticas, ignorando, ao contrário, a produção de códigos culturais que constitui a principal atividade das redes submersas do movimento, além da condição para a visibilidade da ação. (MELUCCI, 2001, p.26).

Para esse autor o sistema político é um forte marcador do nível de formação das decisões normativas de uma sociedade através da competição de interesses no interior de regras partilhadas e através de processos de representação. A ilustração refere-se atuação da ABC que tem ocupado pouco espaço na representatividade dos Conselhos Paritários Estaduais:

Entrevistado: “- Os Conselhos não têm autonomia para trabalhar, deveria ter essa autonomia, contando com os representantes da sociedade civil que somos nós e dos governos. Só que não deveriam seguir os pleitos com os destaques realizados para cumprir questões de protocolo. A composição da representação é assim: o Presidente do Conselho Estadual tem que ser o Secretário de Segurança de Justiça dos Direitos Humanos; o Presidente do Conselho Municipal tem que ser indicado pelo Secretário de Ação Social, então é muito complicado a gente trabalhar e buscar direitos dessa forma. Tem um Conselho onde a Associação Baiana de Cegos é participante, tem uma cadeira, mas, por

exemplo, o projeto de acessibilidade de Salvador está acontecendo e nós não fomos consultados e a deliberação passou pelo Conselho”. (E.N.S.),²⁶

Esse é um contexto que nos permite afirmar que se o processo de representação for anulado por manobras políticas como tem ocorrido com as representações dos deficientes visuais na Bahia, terá como resultado o comprometimento no resultado final de pertencimento social e das políticas públicas voltadas para esse ideal, como aliás, temos constatado. Além disso, a falta de legitimidade na representação das PcDV na Bahia perante os órgãos públicos, contribui para efetivar o processo de não pertencimento, que sem dúvida, tem minado focos do incipiente movimento local.

Nesse sentido, é importante fazer a distinção entre representação e pertencimento. Conforme Melucci, “O pertencimento é direto, a representação é indireta; o pertencimento é fruição imediata do bem identidade, a representação é fruição demorada, e assim por diante. (2001, p. 138).

Investigadora: *Existe movimento político da PcD e PcDV na Bahia?*

Entrevistado: *Bom existe! Mais é um movimento tão fragmentado que ele não tem expressão, ele não tem voz, ele não tem expressividade nenhuma por conta de sua fragmentação [...] acontece que as pessoas estabeleceram uma rivalidade sem nenhuma inteligência entre as Instituições [...]. (A.S.A.)*

Alguns aspectos descritos por Melucci (2001) dentro dos sistemas contemporâneos parecem distantes da realidade que esses sujeitos têm experienciado. Aspectos que extrapolam a disposição dos recursos simbólicos capazes de estender o potencial de individualização. Ou seja, indivíduos experimentando a capacidade de definir e controlar o que são e o que fazem, através dos processos de instrução da difusão e participação política e dos direitos da cidadania, participação em redes organizativas e comunicativas.

Usando como referência a ABC, ocorreram denúncias através das entrevistas, que apontavam os associados como pessoas com “apatia política”. A realidade que constatamos foi que nosso *corpus* se compõe por indivíduos dispersos com pouca ou nenhuma perspectiva organizativa, voltados para satisfações básicas mais imediatas. Esse desenho também revela que o reflexo da situação de pobreza possivelmente afeta a consciência crítica que os tornam alheios a questão política, não se tratando de mera “apatia/desinteresse”.

Nessa dimensão, a questão primária da subsistência sufoca a “secundária” do movimento político. Por outro lado, a autonomia desses sujeitos no campo da individualidade passa por vários

²⁶ Questões realizadas na entrevista preliminar para o projeto da presente pesquisa. O Entrevistado E.N.S. é membro da Associação de Cegos da Bahia há mais de 25 anos. A entrevista foi realizada em outubro de 2015.

filtros como assistência familiar e políticas assistenciais das Instituições que podem ou não trabalhar com a ideia do exercício político, vida independente e autonomia.

Entre os polos que esses sujeitos herdaram da tradição expressa na ideia de incapacidade, inclusive, a incapacidade política e da lógica que compõe a sociedade contemporânea, que exige adaptação e dinamismo desses sujeitos, fica um espaço aberto e pouco explorado expresso na seguinte fórmula de Melucci, “As sociedades complexas exigem participação e necessitam de elevada identificação, isto é, exigem um investimento adequado de recursos motivacionais e simbólicos por parte dos indivíduos que a compõem”. (2001, p. 72).

Diante disso, a imagem do ator politicamente organizado assume outro contorno na sociedade pós-industrial. A questão estrutural do modelo organizativo perpassa na contemporaneidade por incomensurável transformação sendo que a descrição dessa imagem está incrustrada na expressão, “estrutura segmentada, reticular, policéfala”. (MELUCCI, 2001, p. 97).

Ou seja, os novos movimentos podem ser retratados como uma estrutura submersa e latente. Cada célula vive uma vida própria completamente autônoma das demais células do movimento, mantendo-se interligada através de uma série de relações. Através da circulação de informações e de pessoas, estas relações se tornam explícitas somente em ocasiões de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido cotidiano.

Considerando esse ciclo, se ocorrer a interrupção das conexões que alimentam as células através da comunicação, das interações e interligações pode-se causar a morte da própria célula. Sendo a ação constituída pelos atores através da conexão concreta da tríade: orientações, oportunidades e coerções sistêmicas, os participantes da ação coletiva também estão buscando solidariedade e identidade. (MELUCCI, 1989).

No ponto relativo à “solidariedade e identidade” o movimento da PcD se desarticula, porque cada “conjunto de pessoas com deficiência” pretende investir em suas próprias demandas, quase individualizadas, o que culmina em fissuras e separatismo para o movimento geral e ruptura com o esquema de solidariedade mútua.

Nesse contexto, é possível afirmar ser discutível a noção de solidariedade no interior desse movimento porque assume dois formatos. De um lado, a expectativa da solidariedade social (externa) que agrega todos. De outro, a aplicação do mesmo conceito nas relações internas entre os pares, que os divide e resulta em fator desagregador.

Nessa dimensão, Melucci explica que “Os conflitos sociais contemporâneos não são apenas políticos, pois eles afetam o complexo como um todo”. (1989, p. 54). O movimento das PcD distingue-se pela sua especificidade; por ter colocado no núcleo das suas lutas uma diferença biológica ou mental incontestável. Mais além disso, fazendo um comparativo com características do movimento das mulheres pesquisado por Melucci (2001) o enfoque na diferença, revela a base de muitas outras diferenças: no poder, nas relações e nas formas de organização social. Os sujeitos com deficiência visual são desafiados em todas essas diferenças. Tratando-se do movimento, sobretudo, as diferenças relacionais internas que os impediram por três vezes de formar uma coalizão.

Uma das prerrogativas desses novos movimentos refere-se a liberdade de escolher sobre sua liberdade de agir e fazer escolhas, sobretudo a de ser. Ao referir-se sobre os movimentos em geral Melucci (2001) diz que os riscos de um apelo desse gênero são tão grandes, quanto o seu desafio. Desse modo a tensão que atravessa os novos movimentos expõe seu campo de ação considerando que a sociedade está transformando os seus sujeitos em atores dos conflitos, contudo, sem romper o círculo comunicacional com o outro. (MELUCCI, 2001).

Nesse sentido, é necessário que as PcD reinventem seu movimento político através do ensaio de uma definição diferente de ação coletiva, devidos aos seus entraves comunicacionais. Para Melucci “a ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções”. (Melucci, 1989, p. 52). Logo, os movimentos como “sistema de ação” estariam inseridos em um campo sistêmico que se encontra amuralhado por possibilidades e limites.

Tratando-se dos limites, a opressão foi apontada pelos movimentos mundial e nacional em duas vertentes: a primeira em relação aos seus direitos civis; a segunda, ocorre com sufocamento imposto pela tutela da família e de Instituições “para” PcD. Isso deriva de acontecimentos que precederam o próprio movimento concentrando-se nas diretrizes da educação e obras caritativas e assistencialistas.

No campo das possibilidades, apesar de algumas distorções governamentais quanto a orientação e assistência à PcD, na América Latina, o Brasil é o pioneiro na assistência para com esses indivíduos através do sistema público educacional. Nos estendendo a outro enfoque de possibilidades, nos aproximamos de Gohn e Brungel (2014) ao afirmarem que os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais, questionando as estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política. A medida

que vamos adentrando no movimento político da PcD, a constatação desse afluxo de possibilidades tornou-se óbvia, com as reformas propostas para a Constituição de 1988, através dos articuladores do movimento.

Descrevendo o cenário brasileiro que antecede a formação da Assembleia Nacional Constituinte, ocorre um clima de tensão nos primeiros debates nacional, organizados no início da década de 1980 pelo conjunto de pessoas com deficiência. Com grupos heterogêneos, da deficiência visual, surdez, física e hanseníase formaram-se os matizes do quadro desse movimento, com composição fragmentada de grupos. A estratégia política inicialmente escolhida por esses grupos foi através de uma organização única com poder de representação nacional que foi viabilizada por meio da “Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes”.

Porém, a unicidade já nasceu ameaçada de extinção, por fatores vários como disputa pelo poder, legitimidade de representação e pela agenda da luta política que não convergia acorde com todos os interesses ou pelos motivos que diz Breton, “A evidência de um é o espanto do outro, senão sua incompreensão”. (2016, p. 8). Nesse impasse foi reconhecida a necessidade da divisão atendendo as demandas específicas por grupo de deficiência.

Daí, surgiram as Federações Nacionais por tipo de deficiência. Segundo a afirmação de Ivana de Siqueira essa nova forma de organização não provocou cisão ou o enfraquecimento do movimento. Contrariamente possibilitou o amadurecimento da pauta de discussões e avanços nos debates. O documento “A carta para a década de 80” que foi promulgada nesse momento significativo de transição entre novos parâmetros de cultura, organização e esquema de vida tornou-se um dos referenciais.

Um dos objetivos dessa afirmação identitária foram apontados por Ivana de Siqueira (Diretora da OEI²⁷ no Brasil) quanto à necessidade de dar visibilidade e alterar as relações de força no espaço público/privado. Acrescenta que o sentimento de pertencimento a um grupo é elemento discursivo importante para mobilizar qualquer luta política.

Isso põe em relevo a influência da tendência cultural. Esboça que o quadro que foi constituído através de mudanças graduais e persuasivas nos valores das pessoas, pode ser melhor explicado através da noção de tendência cultural que é traduzida no sentido do desejo de mudança que está implícita no desejo das pessoas, particularmente, em relação à concepção que têm de si mesmas, de seus direitos e privilégios. Essa tendência pode conduzir os sujeitos da ação ao

²⁷ Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – (OEI).

desenvolvimento de novas crenças, ampliação das existentes, emergência da escala de valores, sobretudo a influenciar a forma como as pessoas passam a olhar para si próprias. (GOHN, 1997).

Diante disso, a biogênese do movimento apresentou a “Carta para a Década de Oitenta” - 14º Congresso Mundial - Winnipeg – Canadá em 1980; documento aprovado pela Assembleia Geral da “Rehabilitation International” como uma importante contribuição para o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”. Além disso, representou um compromisso entre vários Estados (inclusive o Brasil que é signatário) a declaração do consenso sobre medidas para possibilitar à humanidade a expandir e incrementar os deveres e os direitos de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Buscava-se uma base sólida para a construção de novas perspectivas. Esse rito de passagem perdurou por aproximadamente trinta anos. Essa refinação conceitual transporta esse conjunto de pessoas do modelo caritativo para um modelo social. Percebe-se que vão decaindo a influência do pensamento que marcou esses sujeitos na idade média pela assistência caritativa devocional, da influência positivista com a preponderância da taxonomia anatomofisiológica e a ideia obstinada de cura cuja chave estava na “doença” ou “causa da invalidez”. Em outras palavras, exclusão.

Nessa direção nos encaminhamos a Martins (1997) que faz um interessante recorte sobre os sentidos que a exclusão assume no contexto da contemporaneidade. Para esse autor o mecanismo que tem sido atribuído ao termo exclusão evidencia uma prática equivocada. A exclusão deixa de ser expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista e passa a um “estado de fixidez, irremediável e fatal”. (MARTINS, 1997, p. 17). Nesse rumo a exclusão seria um resultado unilateral característico da dinâmica da sociedade atual. A noção que pretendemos destacar é que o elemento que está sendo neutralizado nessa lógica é a reação da vítima.

Assim sendo, colocando uma lupa sobre o enfoque utilizado por Martins, o movimento político da PcD teria formado um processo dinâmico e reativo. Ou seja, o mesmo processo colocando em movimento “ao mesmo tempo, a interpretação crítica e a reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui, o que representa a sua concreta integração”. (MARTINS, 1997, p. 17).

Entendemos que essa apropriação da integração se mostra mais adequada a realidade atual das PcD, contrariando a ideia de uma pseudo inclusão que não avança. Nesse mesmo sentido, o autor argumenta que convém ter presente a ideia que a exclusão não deve ser explicada apenas como fenômeno em si, mas sobretudo, levando-se em conta a interpretação que a vítima desse processo tem.

Relato: “- Quando se fala de inclusão, nunca se coloca cego no mercado de trabalho. Quando o empresário está discutindo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, raramente se cita cego para inserir”.

[...]

A gente não vê tanta representação nesse sentido. Por isso não concordo muito de ficarmos dia Nacional da Pessoa com deficiência, fazendo seminário. Não!!! Vamos é para rua, mostrar ao povo quais são nossas dificuldades, vamos para rua dizer onde está nossa dor. Isso não acontece no movimento. O movimento é muito acostumado a ficar dentro de auditório discutindo aquela mesma coisa. Aí convida os secretários do governo e não aparece ninguém. O prefeito, o governador, não aparece ninguém. É assim nos eventos, termina assim massificado (...) É essa minha visão dos Conselhos e é o que está aí posto e que lutamos muito, para que a Associação Baiana de Cegos possa fazer algo para que isso não se repita”.
(E.N.S.)²⁸

Presumimos que essa é uma reflexão necessária para compreender que a PcD e PcDV tem que transpor vários processos de exclusão estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções que compreende as ações coletivas conforme MELUCCI (1989) enfatizou.

Se entendermos esse fenômeno no viés de Follmann (2001) cresce a importância dos movimentos sociais interligando a questão identitária aos interesses de autonomia. O depoimento relata na prática como as Associações são conduzidas a manipulações políticas que atendem a interesses do governo, ou no outro extremo, a castração do seu espaço de atuação pela indiferença dos governantes em ouvi-los, gerando um efeito cascata que repercute em uma menor autonomia desses atores sociais.

2.9 Fluxos e refluxos do movimento: participação cidadã

Ao refletirmos sobre as correntes de pensamento que sedimentam o movimento da PcD fomos conduzidos pela ideia de que essa demarcação de interesses, identidades e subjetividades definem o espaço-território a conquistar. Nesse sentido, consideramos como realidade factual que os movimentos sociais têm passado por fluxos e refluxos; na realidade, eles constituem um campo da ação social coletiva, parte do objeto de estudo da própria sociologia. (GOHN, 2013).

A Associação Baiana de Cegos de acordo com seu estatuto está inscrita como sociedade civil organizada sem fins lucrativos. Ou seja, é parceira permanente na participação cidadã. Para Gohn nessa forma de associativismo a mobilização se faz a partir do atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural fundamentada em objetivos humanitários. Sua forma de mobilização e

²⁸ Questões realizadas na entrevista preliminar para o projeto da presente pesquisa. O Entrevistado **ENS** é membro da Associação de Cegos da Bahia há mais de 25 anos. A entrevista foi realizada em outubro de 2015.

sociabilidade se desenvolve localmente de modo propositivo, operativo e se apresenta com menor teor reivindicativo produzindo menos mobilizações, sem registros de penetração em grandes manifestações. (GOHN, 2013).

Para essa autora esses são os termos que possibilita desentranhar o fio condutor que formata o associativismo como fonte geradora do conceito básico de “Participação Cidadã”. Esse entendimento também, nos aproximou da ideia de civilidade capaz de desmitificar a deficiência visual como incapacidade. Nesses termos,

A “Participação Cidadã” é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito de voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há um outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A participação cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais.” (GOHN, 2013, p. 18).

Portanto, as lutas atuais não se constituem em uma herança do passado “*post factum*”. São experiências recriadas na cotidianidade diante das situações adversas que vão emergindo. Tanto os movimentos dos anos 1980 quanto os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Eles criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem já acentuou Melucci (1994) e é possível constatar isso no que resta do movimento político da PcD.

Retomando a análise no *locus* ABC, entre as muitas questões que envolvem as entidades de PcDV na Bahia, a participação dessas entidades não é concebida com uma intervenção social periódica e planejada, de acordo com um desenho especificado de políticas públicas. Em termos teóricos estas Instituições não se organizam ou [se] mobilizam de forma a corresponder a “ideários múltiplos fragmentados [...]” (GOHN, 2013, p. 19) se articulando com as políticas local e nacional.

Assim, o movimento político das PcD, nas décadas de 1980-1990, também funcionou como espaço de construção de identidade e luta contra os estigmas. Caracteristicamente o movimento da PcD sempre foi heterogêneo em termos de temáticas e demandas. Diante desse cenário de controvérsias e conflitos, parece que um dos elos de unificação se formou em torno das carências sócio econômicas que englobam (ainda) uma fatia considerável desse conjunto de pessoas

Em uma análise comparativa com o movimento encabeçado pela UPIAS, esse último tem traços de maior força como movimento. A UPIAS foi capaz de impactar e criar instrumentos jurídicos novos, tanto local como mundialmente. Além disso, alcançou outras dimensões como

direitos incorporados a Constituição brasileira influenciados pelo Tratado de Nova York, conforme expressa a Lei n. 6949 de 25 de agosto de 2009²⁹. Entretanto o movimento político brasileiro teve o mérito de promover um grande encontro e dar visibilidade para uma população que era desconhecida ou ocultada da sociedade.

Gohn (2013) apresenta uma explicação interessante para interpretar essas incorporações, fundamentadas no passado histórico, cujas regras burocráticas e as prescrições jurídicas eram alteradas pelas ações coletivas dos movimentos utilizando vias paralelas. Com o decorrer do tempo, o paralelo se tornava o instituído pelo uso. Isto é, ocorre um recorte do público e do privado não estatal, onde o conflito é minimizado. Esse parece ser o aspecto evidentemente retratado no Tratado de Nova York e que respingou em nossa Constituição Federal de 1988.

Concebendo-se uma linha imaginária de tempo, observamos que os movimentos sociais sofreram uma alteração na virada do milênio. Passaram a atuar em rede em parceria com outros atores sociais, “dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem, de costas para o Estado, somente no interior da sociedade civil”. (GOHN, 2013, p. 30). Essa paisagem emoldura o cenário atual que retrata a face da ABC. Destacamos que a conjuntura política do movimento de base (nacional) é mais atuante, dinâmica e reivindicativa embora sofra críticas contundentes sobre a sua apática atuação, por parte das entidades locais. Quanto a concomitância de mobilizações nucleares e esporádicas das PcDV na Bahia, não parece apresentar características de um movimento social.

2.10 Considerações provisórias ao capítulo I

Conflitos do passado repetem-se no momento atual em diversas sociedades estigmatizadoras. Explorar as condições sob as quais esse horizonte de experiências tomou forma, diagnosticando a condição contemporânea dos movimentos polinucleados que sedimentou o movimento social geral da deficiência, desnaturalizando o preconceito, parece coincidir com a travessia desse movimento social. Na expressão de Elias.

[...] é esse conflito no indivíduo, essa ‘privatização’ – a exclusão de certas esferas de vida do intercâmbio social e sua associação com uma angústia socialmente instilada como os sentimentos de vergonha ou embaraço -, que desperta no indivíduo a sensação de ser, ‘internamente’, uma coisa totalmente separada, de existir sem relação com as outras pessoas, relacionando-se apenas ‘retrospectivamente’ com os que estão ‘fora’ dele. (ELIAS, 1994, p. 103).

²⁹ Decreto n. 6.949 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Do nosso ponto de vista, críticos da Abordagem Social da Deficiência (ASD) apontam adequadamente que alguns aspectos estruturais dessa arquitetura precisam ser revisitados (esperamos que) sem causar um enorme prejuízo em sua aplicação como instrumento prático e eficiente no âmbito desse movimento. Os apontamentos são para mudanças nos sectarismos, na exclusão das subcategorias (gênero, etnia, sexualidade, outras) forçando, assim, a descentralização sobre a defesa apenas do grupo com deficiência motora, masculina e intelectualizada.

Contudo, a ASD também buscou estabelecer laços invisíveis através de uma relação agregadora contributiva e multiaxial. O movimento buscou mudar o foco das limitações funcionais desses indivíduos mostrando o vértice dessa problemática na opressão. Daí a importância que atribuíram para aspectos limitadores como ambientes, barreiras, acessibilidade, cultura e economia.

Assim foi possível acompanhar a consolidação de uma inversão paradigmática em relação aos significados convencionalmente atribuídos para a deficiência. Além disso, a contribuição da ASD permite consolidar o enfrentamento ao sentido conceitual dos saberes biomédicos.

Daí a importância de, no capítulo II, fazermos a discussão sobre processos de identidade e diferença. Em outros termos, pode ser traduzido na perspectiva do direito de ser, antes mesmo de privilegiar a reivindicação de um espaço de existência livre do controle e da determinação social. Estes, são os indivíduos destinados a não desaparecerem do campo dos conflitos sociais. (MELUCCI, 2001).

O movimento político das PcD no Brasil também tem mostrado à consciência coletiva a radicalidade de necessidades/prioridades que nenhuma política pública pode ignorar. Inclusive documentos (nacionais e internacionais) têm assinalado caminhos para ações afirmativas capazes de assegurar mudanças efetivas, sem tentar ou buscar igualizar as diferenças com campanhas cujo *slogan* prevê a homogeneidade: “Somos todos iguais”.

Em nossa compreensão, a igualdade deve ser exaustamente defendida quando se refere ao aspecto legislativo, onde foi pensada para uniformizar direitos e deveres. Entretanto, o processo identitário não é homogêneo, o que impede que circunstâncias igualizadoras sejam transpostas para os processos identitários.

CAPÍTULO II

3 QUESTÕES IDENTITÁRIAS: DISCUSSÃO SOBRE A IDENTIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A identificação é, pois, um processo de articulação uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre ‘demasiado’ ou ‘muito pouco’ – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différence*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui.

STUART HALL³⁰

A problemática abordada nesse capítulo situa-se na perspectiva de compreender a essência do *ethos* da PcD, discutida no contexto da questão identitária da PcDV, sob a ótica dos estudos culturais contemporâneos e com culminância na estrutura conceitual proposta por Follmann (2001), do “ser humano como um ser de projetos”. A *fortiori* a discussão sobre identidade traduz-se de grande importância para o objeto da nossa pesquisa. Embora estejamos atentos ao alerta de Hall “que a identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência, uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas”. (HALL, 2014, p. 104).

Acreditamos que a PcD se emoldura nessa dimensão das questões-chave de Hall, por isso é possível que a problemática e a teorização da identidade também impliquem em tema de considerável importância política e cultural. Claramente, a questão identitária só irá avançar quando seus desafios, bem como a “suturação do psíquico e do discursivo em sua constituição” (HALL, 1995, p. 130) forem, inegavelmente, celebrados na construção de projetos capazes de mostrar inovadas perspectivas.

É possível que nossa apropriação da base conceitual de identidade não coincida com o seu sentido semântico. Tendemos a nos influenciar pela teoria da identidade cultural contemporânea, baseada nos estudos culturais, porque esta não assinala um núcleo estável do “eu” imutável. Nesse viés, vamos discutir a perspectiva da afirmação, “somos todos iguais” por partilhar com a ideia de

³⁰ HALL, S. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tadeu da (Org.) 15. Ed. Petrópolis (RJ), Ed. Vozes, 2014.

Hall e não acatarmos “um ‘eu’ coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos “eus” (HALL, 2014, p.108), artificialmente, impostos.

Nossos estudos estão fundados na base cultural, indicando a identidade como uma questão central da teoria social e da prática política em desenvolvimento no cenário pós-moderno ou da modernidade tardia como preferem alguns autores, como Melucci e Bauman. Na parte inicial desse capítulo trabalhamos apresentando a taxonomia da deficiência visual buscando evidenciar alguns aspectos da marginalização das pessoas com deficiência visual a partir desse marcador. Daí, prosseguimos discutindo aspectos da gênese da palavra deficiência e as suas mutações ao longo do tempo. Esses aspectos precedem a discussão sobre “performatividade” e “significação” na conjectura de Kathryn Woodward.

Vamos embeber-nos em Stuart Hall e Kathryn Woodward (Estudos Culturais Contemporâneos) onde vão aparecer as reflexões dos recortes sobre a discussão da questão identitária e a diferença, assim como, a influência do processo de produção discursiva na construção da diferença. Nessa mesma vertente, levaremos em conta que a identidade não é simples fato da natureza, ela é cultural e socialmente produzida e deve ser questionada e problematizada.

Ainda em relação à abordagem teórica desse capítulo, vamos nos apropriar do verbete de identidade apresentado no “Dicionário Internacional da Outra Economia” por Veronese e Esteves, cuja ideia permeamos: “À medida que os sistemas sociais de significação e representação cultural se transformam, o sujeito defronta-se com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais pode identificar-se temporariamente”. (Veronese; Esteves, 1996, p. 21). Essa lógica nos remeteu à proposta de processos de identidade apresentada por Follmann (2001; 2012).

Um dos fios da nossa argumentação alcançou a evolução da questão identitária, tomando como marco histórico a década de 60, cujos institucionalizados do lar “Le Court Cheshire Home” (Reino Unido) não mais aceitavam a invisibilidade, tampouco, a “morte social”. Essa época foi marcada pelo movimento político ideológico que tornou públicas as condições das PcD que estavam em Instituições no Reino Unido e sedimentou a manifestação da UPIAS.

Com a eclosão desse movimento, as ideias libertárias foram divulgadas mundialmente. Muitas dessas reivindicações, na atualidade, ainda permanecem sem resposta, variando entre uma e outra localização geográfica. Daí, ainda prevalecer uma visão reducionista de unicidade identitária, advindo, o conseqüente obscurecimento sobre o *ethos* da PcD.

Nesse sentido, consideramos importante fazer a aplicação metodológica das estratégias propostas por Follmann, na perspectiva de que, “o ser humano é um ser de projetos”.

(FOLLMANN, 2001, p. 45). Também, foi possível testar se nossa compreensão alcançou os sentidos atribuídos pelo autor, que fez uso com sucesso, desse instrumento analítico operacional em sua pesquisa sobre a Identidade dos Católicos no Partido dos Trabalhadores – PT do Brasil.

Temos em mente a noção de que tudo está em pleno movimento e que as conclusões ou inferências não são estáveis, nesse sentido, também procuramos refletir sobre as possibilidades de transformação da realidade observada no próprio transcurso da pesquisa, a exemplo da legislação brasileira que sofre alternâncias significativas e recorrentes. Diante disso, assumimos, no presente trabalho, o compromisso de buscar evidenciar com responsabilidade as vozes dos entrevistados com deficiência visual como prioridade.

Outrossim, em respeito à confiança depositada, associamo-nos a essas vozes contra qualquer posição explícita ou camuflada de legitimar o processo de exclusão a que esses sujeitos são submetidos. Daí voltarmos nossa atenção à recomendação de Chizzoti, de que uma pesquisa qualitativa implica lembrar que sob essa designação, abrigam-se correntes de pesquisa muito diferentes, mas que trazem, em comum, uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, estabelecendo “uma independência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade desses sujeitos”. (CHIZZOTI, 1998, p. 77-78).

Destacamos nesse capítulo a categoria analítica das identidades da PcD e deficiência visual. Nossa construção, também, almejou estabelecer uma interface teórica com depoimentos e relatos intercalados na argumentação. Os depoimentos orais foram colhidos através das entrevistas semidiretivas conforme a sugestão de Bardin (2016), sempre tendo em mente o conselho de Becker, “‘estudar a mesma coisa’ muitas vezes não é em absoluto estudar a mesma coisa, apenas algo que as pessoas decidiram chamar pelo mesmo nome”. (Becker, 2007, p. 122).

Dessa forma, buscamos ir além da simples coleta, verificação e análise dos dados para nos dedicar à análise dos significados que os indivíduos estão atribuindo às suas ações e ao meio em que se constrói sua vida cotidiana fora do espaço domiciliar. Nessa busca, seguimos a orientação de Bardin, ao dizer: “a análise de conteúdo pode ser uma análise dos ‘significados’ [...]”. (BARDIN, 2016, 41)”.

3.1 As pessoas com deficiência querem entrar no cenário

Vamos partir de uma pergunta trivial no meio de narrativas da cotidianidade dos interlocutores entrevistados na ABC. Trata-se do Presidente da Associação Baiana de Cegos que ocupa uma função administrativa e também política. O cargo é eletivo e voluntário.

Pergunta: Como normalmente as pessoas desconhecidas lhe chamam?

E.N.S.³¹ “- Cego ou ceguinho”.

Como gostaria de ser chamado?

E.N.S.. “- Preferencialmente, pelo meu nome como todas as pessoas. Porém, detesto mesmo quando me chamam de ‘ceguinho’”!

Vamos tecer algumas considerações preliminares. A noção de identidade como individualidade emerge do pensamento social desde o final do século XVII. Vários estudos mostram que, anteriormente, as pessoas consideravam-se pertencentes a categorias gerais confessionais, classes sociais ou profissão. Mesmo suas almas eram consideradas da propriedade divina, no mundo cristão eram pertencentes a Deus. (VERONESE; ESTEVES, 1996).

No caso da PcD, a questão era mais complexa porque para a crença religiosa reinante, fundamentada no cristianismo, essas pessoas não possuíam alma. Sendo as almas domínio e propriedade de Deus, as pessoas com deficiência eram criaturas imperfeitas, eram do demônio. Esse julgamento endemonizador, que quase sempre tinha como sentença a morte dos nascituros, perdurou do início da era cristã até o final do século XIX. No caso das pessoas “cegas”, algumas sociedades lhes atribuíam poderes sobrenaturais e proféticos.

Essa questão ilustrada pela entrevista nos remete à noção de que a identidade, na medida em que é construída em sociedade, não pode ser vista em função da singularidade que a diferencia. Ou seja, a identidade resulta sempre da articulação de uma singularidade no seu entorno plural, de seus engajamentos. (FOLLMANN, 2001).

Nesse cenário social, quem está figurando no centro dessa identidade-referência da PcDV entrevistada? A resposta parece apontar para a adjetivação “ceguinho”, em detrimento da substantivação ou nominalização, “cego”, “pessoa cega”. A adjetivação, ao ser exibida, passa a ocupar todo o espaço desse corpo, engolindo o próprio indivíduo.

O eufemismo discriminatório não é uma novidade na linguagem dirigida às PcD: “ceguinho”; “manco”; “aleijado”; “retardado”. Alguns autores como Diniz (2012) apontam que expressões como “pessoa portadora de necessidades especiais” e “pessoa especial”, entre outras expressões congêneres, comuns ao nosso léxico, são discriminatórias cuja violência está implícita.

³¹ E. N. S. é uma referência ao nosso entrevistado. Adotamos a identificação através das iniciais para preservar a identidade dos entrevistados.

Isto é, “Especial” transformou-se na tautologia de “diferente” e “menor”. Da mesma forma “pessoas com deficiência” tornou-se um pleonasmo para “pessoas doentes” e “incapazes”.

Em nosso entendimento, existe um “ser-completo” que, substancialmente, deve figurar no centro do discurso, como protagonista das histórias de sua vida, sem que esse sujeito signifique uma identidade unicista tampouco invisível. Dessa forma, ao buscarmos nos aproximar do *ethos* da pessoa com deficiência, subjaz a tentativa de compreender o teor da “dor” referida implicitamente pelo entrevistado. Além disso, capturar suas alegrias e realizações na profissionalização como na fala desse interlocutor:

*“- Para você ter uma ideia, ao longo de quatro anos, eu fui vice-presidente da CIPA. Logo quando o meu nome saiu, no início quando saiu as inscrições para quem quisesse participar da eleição da CIPA, que eu coloquei meu nome para a eleição. Alguém, desinformado, perguntou ao técnico em segurança do trabalho: “- Como é que ele vai ser da CIPA, se ele é cego? Aí, o técnico respondeu: ‘- Você vai ver se ele ganhar!’ Aí eu fui o mais votado e me tornei o vice-presidente porque o presidente é indicação da empresa. Fiquei dois mandatos na CIPA. Eu trabalhei na CIPA, porque você sabe que é Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; onde eu conseguia identificar as coisas [possibilidade de acidentes]. Pessoas acreditavam em mim, e iam me procurar se tivessem algumas dificuldades nos setores. Era muito respeitado!” (E.N.S. - 39 anos).*³²

Como sugere Bauman, a investigação do fenômeno deve ser capaz de “revelar a miríade de conexões entre o objeto da investigação e outras manifestações da vida na sociedade humana”. (BAUMAN, 2005, p. 8). Devemos tentar ao menos apreender os sentidos do sentimento de pesar, que reage não pela condição da cegueira, mas, pelo fato dessa desvantagem ter sido transformada em um diferencial estigmatizador que atribui uma condição inferior.

A reação do entrevistado denota qual a imagem que construiu sobre si mesmo e da sua condição de deficiência visual. Tudo parece indicar que esse sujeito optou pela descaracterização da desvantagem como representação única de si. Ao mesmo tempo, não se deixando afetar, busca desconstruir o sentimento de não pertencimento social quando é identificado pela expressão “ceguinho” e pelas limitações, como se a desvantagem representasse seu corpo inteiro.

3.2 Apenas os olhos cegaram, na íntegra, o corpo está vivo

³² Entrevista realizada em out. /2016 na ABC.

Em que medida ainda permanece atual a afirmação de Follmann (2001) de que a identidade na discussão sociológica ainda não foi tão acolhida quanto em outras ciências, tais como a filosofia, psicologia, antropologia onde se desenvolveram mais abrangentemente?

Segundo o autor, desde a Grécia antiga, Heráclito e Parmênides já faziam referências à problemática da identidade. Dessa forma, na atualidade, seria o esperado que o debate acumulado e os diversos estudos sobre essa temática fossem mais fluídos ou conclusivos. Consideramos que em relação à problemática identitária na deficiência, existem questões primárias ainda não solucionadas, como por exemplo, a própria definição como “pessoa”.

Embora colocado, em termos descritivos, na mesa de discussões nos vários Congressos Internacionais e no seio das próprias comunidades de grupos com deficiência, excluindo os termos insultuosos que são de repúdio geral, ainda não foi alcançado o consenso sobre o termo que melhor se adequa e nomeie a PcD. *A fortiori* diz Rose (2011) que a política de identidade é atormentada por fragmentações internas, nas quais os sujeitos supostamente unificados recusam-se a reconhecer-se pelo nome que lhes é oferecido. Para ilustrar,

Pesquisadora: Como é que a pessoa que tem deficiência visual gosta de ser tratada pelas outras pessoas?

Entrevistado: “*De preferência e se possível for, pelo meu nome...*”

Pesquisadora: Como você reage ao ser chamado de “cego”?

Entrevistado: “*- não mexe comigo mais, quando se dirigem a mim como cego. Mas minha mãe não gosta não. Hoje isso já está mais natural”. As pessoas costumam brincar quando a chamam de deficiente visual. Eu mesmo digo deficiente visual é quem usa óculos. Uma coisa é você dizer, pessoa cega, outra coisa é você desdenhar: ‘o ceguinho’, o ‘cego’ naquele sentido pejorativo da palavra. Outra coisa é você dizer: ‘vai ter um evento de pessoas cegas, é normal’. [...]. É uma questão muito relativa de como vai ser dita ou dirigida essa frase. “Pessoas com deficiência ou cegos na realidade não nos constroem”.*³³ (E.N.S.).

Na década de 70, teóricos do Reino Unido, pioneiros na discussão sobre as identidades na deficiência como Paul Hunt, Colin Barnes, Mike Oliver, Tom Shakespeare, Vic Finkelstein e outros, optaram pelo termo “pessoa deficiente” ou “deficiente”. O propósito claro foi evidenciar a deficiência como característica individual na interação social. Atualmente, nas categorias emergentes, foi aceita a terminologia: “pessoa deficiente”, “pessoa com deficiência” e “deficiente”.

³³ Questões realizadas na entrevista preliminar (exploratória) para o projeto da presente pesquisa. O Entrevistado E.N.S. é membro da Associação de Cegos da Bahia há mais de 25 anos. A entrevista foi realizada em outubro de 2015.

No debate sobre cada uma dessas expressões, existem sutilezas que implicam na questão política ou social dessa abordagem. (DINIZ, 2012).

Teóricos como Oliver (1990) criticaram duramente o termo composto “pessoa ‘com’ deficiência” que foi adotado pelos teóricos estadunidenses e terminaram por influenciar a CIF, convenções mundiais e outros países (inclusive o Brasil), que também fez essa adoção. Esse autor afirma que a expressão composta assume um enfoque da visão liberal e humanista contraditória da realidade experimentada na cotidianidade da PcD.

Para ROSE (2011), é necessário avaliar os custos e benefícios de estratégias políticas fundadas em ideais de identidade, frequentemente, permeados por valores humanistas e compromissos com a liberdade individual com o mero propósito de dominação ou purificação. Riscos compensados ou não, da compreensão da deficiência como um mecanismo de identidade contrastiva, surgiu o conceito de “pessoa não deficiente” ou “não deficiente”. (DINIZ, 2012).

Reafirmamos que a relevância conceitual de deficiência se liga a várias artérias do sistema circulatório que alimenta esse movimento, mais na artéria das políticas públicas, essa definição vai repercutir em uma veia mais calibrosa, que vai desde a concessão dos benefícios até as políticas de inserção educacional e laboral. O movimento crítico mais recente optou por “deficiente” para enquadrar os estudos sobre deficiência no campo dos estudos culturais e de identidade.

Na dimensão das políticas públicas, o gatilho das negociações políticas está atrelado ao conceito adotado para essas identidades. Nesse viés, é possível pensar com Rose que os vocábulos vêm de nossa história e a “historicidade dos conceitos é por demais contingente, móvel, oportunista e inovadora para isto”. (ROSE, 2011, p. 63). Logo, não é irrelevante essa noção, considerando que a questão identitária também vai influenciar na compreensão que o Estado adota sobre e para a PcD, definindo se esses sujeitos são uma questão exclusivamente individual ou familiar.

É importante a visão crítica de ícones da Abordagem Social, Oliver (1990) e Barnes (1999), ambos sociólogos britânicos, argumentam que a justificativa para refutar a expressão “pessoa com deficiência” vem do fato de que, para eles, parece trazer o sentido da deficiência como propriedade do indivíduo e não produto da sociedade. Para esses teóricos, a condição da desvantagem física é parte constitutiva da identidade considerando que não retrata a essência dessas pessoas.

Embora consideremos a densidade da controvérsia, nesse estudo, vamos privilegiar o uso do termo “pessoa com deficiência” por ser o termo ancorado na Declaração Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Estatuto da Organização das Nações Unidas (ONU) referente a essa questão, no Estatuto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e no sistema normativo

brasileiro. Contudo, cabe a ressalva sobre as diferenciadas expressões designativas, de que para os diversos países o termo não possui o mesmo sentido, porque estão impregnadas de historicidade e especificidades linguísticas, e sua simples tradução acaba gerando confusão na explicitação dos fenômenos que pretendem explicar.

3.3 Perplexidade identitária: primeira das muitas identidades

O psicólogo americano Andrew Solomon, na interessante obra “Longe da Árvore: pais, filhos e a busca da identidade”, diz: “A paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho, e quanto mais alheio o estranho, mais forte a sensação de negatividade”. (SOLOMON, 2013, p. 11). Pensar na identidade da PcD, sem retornar ao início da sua história, é como ler uma biografia a partir do meio do enredo.

Aguardar a chegada de um nascituro, habitualmente gera sentimentos positivos e de alegria. Nesse cenário, durante a gestação, existe a expectativa de um diagnóstico médico favorável, em conformidade com o padrão estabelecido como “indivíduo normal”. Entretanto, quando essa expectativa é interrompida, e a família recebe a notícia de que ocorreu algum “problema” com o nascituro, em nosso entendimento é alcinhada sua primeira identidade, “problema” (o feto ou nascituro tem e será um “problema”).

Confirmadas as suspeitas iniciais de que ocorreu alguma deformidade (a partir do conceito de formato normal/anormal biomedicamente estabelecido) no parto ou pós-parto, acontece o que vamos chamar de “perplexidade identitária”. Daí em diante, os eufemismos vão ser amplamente utilizados: “defeituoso”, “pobrezinho/a”, “coitadinho/a”, “especial” e muitos outros. Essas são impressões obtidas pela quebra de expectativa do corpo sadio que causa a sensação de estranhamento. Relatos descrevem que a sensação de estranheza irá impregnar esse sujeito por toda sua vida.

O outro lado da questão abrange as pessoas não-deficientes, como exemplo, membros da família da PcD. Conforme cita Shakespeare (2014), a autora Bryony Beresford destaca em sua pesquisa que os pais de crianças com deficiência, não devem ser vistos como somente ou predominantemente sofrendo de dor, estresse e fardo.

Utilizando os resultados da pesquisa de *Rannveig Traustadottir*, Beresford fala sobre como os pais ganham um sentimento de satisfação e propósito; têm um melhor senso de proporção; aprendem habilidades; têm orgulho em suas realizações e amor por seus filhos. Outro relato de pesquisa trazido por Shakespeare (2014) foi dos autores Guse e Harvey: esse estudo é sobre

crianças com Síndrome de Down. A pesquisa explorou os aspectos positivos de ter um irmão deficiente, ao invés da tradição de ver isso como uma fonte de tensão e estigma. Os entrevistados destacaram o vínculo estreito e único, o forte sentimento de unidade familiar e a reação positiva dos amigos.

Em outra dimensão, teoricamente, podemos discutir sobre a questão das identidades negativas, temática discutida por Follmann (2001) a partir da obra de E. Erikson³⁴ dentre outros. A chave para compreender a ruptura familiar nos conduz ao sentido dado à identidade negativa, “[...] significando a representação mais ou menos clara de uma identidade do outro, mediante um conjunto de traços e qualidades que, então, se rejeita e evita”. (FOLLMANN, 2001, p. 46).

O impacto e estranhamento a esse sujeito que frustra a expectativa familiar é um marco forte cujo fator determinante será o de uma identidade sobrecarregada. Esse fator será medido pelas reações de fracasso ou naturalidade daqueles que o cercam. Em muitas situações, o sentimento de fracasso que os pais experimentam vai se estender e impregnar-se no projeto futuro de independência e autonomia desse sujeito.

Assumir o atavismo perante uma sociedade discriminadora nem sempre é uma tarefa possível para os familiares. Casualmente, ocultam ou superprotegem essas crianças (em nosso entendimento, adultos também), tornando-as invisíveis ao convívio social e minando a possibilidade de construção de um projeto próprio identitário. (SOLOMON, 2013). Utilizando o conceito de identidades verticais de Solomon (2013), estabelecemos uma conexão com o estudo de Follmann (2001), no qual é possível concluir que uma única dessemelhança com as identidades verticais é suficiente para o estranhamento, o sentimento de identidade negativa.

Nesse sentido, as identidades verticais representam a transmissão de algumas características (dos pais) de uma geração para a seguinte (filhos). Conforme Solomon (2013), os atributos e valores são transmitidos de pai para filho através das gerações, não somente através de cadeias de DNA. Isso implica em compartilhar normas culturais, etnia, língua e outros.

Conforme esse estudo, a deficiência física inata ou adquirida tende a ser horizontal, pois suas características consistem em estranheza para os seus progenitores. Para Solomon, a horizontalidade pode refletir-se através de genes recessivos, mutações aleatórias e preferências que

³⁴Erik Homburger Erikson - nasceu em Frankfurt, Alemanha, em 15 de junho de 1902; mais tarde naturalizou-se americano. Começou a sua vida como artista plástico, porém, no ano de 1927 depois de estudar artes e viajar pela Europa, passou a lecionar em Viena a convite de Anna Freud (filha de Sigmund Freud). Sob a orientação de Anna, submeteu-se à psicanálise e tornou-se, ele próprio, psicanalista. Apesar dessa influência fez críticas à psicanálise por esta não levar em conta as interações entre o indivíduo e o meio, assim como, por privilegiar os aspectos patológicos e defensivos da personalidade. FOLLMANN (2001) utiliza o conceito de Erikson sobre Identidade negativa, vide sua obra: ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

a criança não compartilha com os seus progenitores. Em uma relação contrastiva com a verticalidade, segundo Solomon, é possível afirmar que “Muitas identidades verticais trazem desconforto às pessoas e, contudo, não tentamos homogeneizá-las”. (SOLOMON, 2013, p.12-15). O autor ilustra, que às vezes, é difícil estar na América e ser asiático, muçulmano ou mulher, mas ninguém sugere que eles se transformem ou se escondam.

As primeiras reações interacionais dos pais com uma criança são determinantes para como ela verá a si mesma. Nessa vertente, pensamos ser cabível outra afirmação de Solomon ao dizer que, “corpos anômalos são geralmente mais assustadores para aqueles que os testemunham do que para as pessoas que os têm [...]”. Com o diagnóstico firmado, passa a existir uma grande movimentação para os “não deficientes” se apressarem a normalizar a excepcionalidade física do indivíduo com deficiência, muitas vezes, com grande custo psíquico para pais e filhos.

É óbvio que as identidades verticais em geral são respeitadas como identidade, quanto as horizontais são muitas vezes tratadas como “defeitos”. Ou seja, é alimentada a falácia dualística. O termo doença, na maioria das vezes, é utilizado para depreciar um formato do ser, sendo que a definição de identidade também é usada para validar essa mesma maneira de ser. Esses sentidos se abrem para várias dimensões, escolhemos a interpretação da física que define energia e matéria.

A interpretação de Copenhague define energia/matéria como se comportando às vezes como onda e às vezes como partícula, o que sugere quem é ambas, e postula que é a limitação humana que nos torna incapazes de ver as duas ao mesmo tempo. Paul Dirac, vencedor do prêmio Nobel de física, identificou como a luz parece ser uma partícula se fizermos uma pergunta do tipo partícula, e uma onda se fizermos uma pergunta do tipo onda. Uma dualidade semelhante atua nessa questão do eu. Muitas condições são tanto doença como identidade, mas só podemos ver uma, se obscurecermos a outra. A política da identidade refuta a ideia de doença, enquanto a medicina ludibria a identidade. Ambas saem diminuídas com essa estreiteza. (SOLOMON, 2013, p. 15-16).

Essa adensada construção analítica da física, incorporada por Andrew Solomon em sua obra citada, aprofunda questões como a falta de consenso para nominar esses sujeitos com lesão permanente ou malformação. Entendemos que existe a emergência de se examinar a tríade: doença, opressão e identidade compreendendo que acontecem pontos de embricamento nesses domínios.

Na tentativa de compreender o sentimento da diferença enfocada no estudo de Follmann vamos utilizar o conceito analítico da física sobre as forças opostas. Sendo que, essa perspectiva assume maior força de identidade, à medida que é explicitada a identidade negativa em que “o *alter* é percebido como uma contra identidade”. (FOLLMANN, 2001, p. 46).

Assim a “contra identidade” atua como uma força a ser rejeitada e negada (forças opostas). Nesse sentido, pedimos uma autodescrição aos interlocutores com deficiência visual durante as entrevistas cuja evasiva dificuldade foi evidente. O que percebemos foi que propositadamente, pensar sobre isso é obscurecido, evitado ou camuflado com respostas fugidias, nas quais nenhum/a conseguiu se descrever como “cego” fisiologicamente. Contrariamente, se autodescreveram como “cegos” identitariamente. Assim, quando pedimos que os entrevistados tentassem fazer um auto-retrato e uma autodescrição, as respostas foram categóricas:

“- Sei lá! [Pausa]. Eu nunca parei para pensar nisso! ” (A.S.A. – 41 anos).

Também é possível que a PcD necessite de um vocabulário em que o ponto de intersecção (fisiologia/identidade) não seja omitido e não subsista em permanente conflito. Supomos que uma proposta sincrética,³⁵ capaz de dar conta em atender ativistas, legalistas e tipologias da biopsicomedicina parece ser uma solução ajustável e adequada para tantos conflitos.

Destacamos que ocorre divergência entre Solomon (2013) e a corrente teórica da Abordagem Social da Deficiência (ASD). Solomon destaca a problemática sob a ótica de que qualquer diferença protegida se constitui resultante em um peso político enorme. Dessa forma, sugere que as PcD estão protegidas por leis frágeis e, se for decidido que têm uma identidade, em vez de uma doença, elas podem perder essas salvaguardas. (SOLOMON, 2013). São ideias que apontam na direção da corrente de pensamento do estruturalismo funcionalista de Parsons.

Seguindo essa vertente do funcional-estruturalismo parsoniano, Solomon define a identidade da PcD de acordo com os parâmetros biomédicos, embora, na parte inicial de sua obra, evidencie consequências entre aquilo que chamou “verticalidade e horizontalidade”. Esse autor compreende que a única forma de proteger a PcD é identificá-la como um indivíduo “doente”. Nesse viés, utilizou esse referencial crítico para discutir a disparidade dos multiplicados sentidos atribuídos à deficiência.

Talvez devido às suas conjecturas, Solomon encarou com um sentimento bem desdenhoso o Movimento Social da Deficiência. Alegando que os sujeitos não enquadrados na condição de doentes não deveriam ser atendidos pelo sistema de benefícios. Inclusive, considera que os modelos de identidade defendidos pelas PcD nem sempre são eticamente defensáveis, em se tratando de um conceito finito. Reforça seu argumento, alegando que nem sempre é localizável o limite das políticas públicas específicas. (SOLOMON, 2013).

³⁵ Apropriamo-nos do sentido sociológico de sincretismo – Processo de fusão de elementos ou traços culturais, dando como resultado um traço ou elementos novos. **Disponível em:** www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_s.html.

Embora possamos concordar que a ASD se tornou muito limitada para encontrar respostas satisfatórias para a questão identitária atual, não permeamos essa perspectiva defendida por Solomon (2013). Preferimos a solução buscada na matemática e utilizada na formulação explicativa de Tomaz da Silva,

Aproximar – aprendendo, aqui, uma lição da chamada “filosofia da diferença” – a diferença do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é um fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irreduzíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico. (SILVA, 2014, p.100-101).

O autor, observador singularmente perspicaz da cena cultural contemporânea, traz nessa formulação distintiva da diferença do múltiplo e não do diverso, a noção clara de que a desvantagem é apenas um traço nesse desenho, que pode assumir múltiplos contornos e identidades. Essa afirmação implica também na extrapolação da visão monolítica e simplista que foi colada à PcD. De toda forma, a perspectiva que o autor adota nos aproxima e estabelece uma vigorosa interação com a “filosofia da diferença” e o processo de dinamicidade que ela propõe.

3.4 Representações do corpo diferente

Vamos utilizar a premissa de que para a identidade existir depende de algo externo. Essa é a ideia compactada de “identidade relacional” defendida por Woodward com fundamento em seus estudos em Michael Grant Ignatieff. De acordo com os argumentos de Woodward (2014), a identidade é relacional. Assim sendo, de um lado uns sujeitos representam o contraste distintivo que autoriza o juízo de valor sobre o outro. Essa é a ideia que sinaliza a diferença como faz o próprio sinal da matemática.

Na matemática, o sinal de diferença tem dois segmentos de reta paralelas e iguais sendo cortado por um seguimento de reta transversal (\neq). Podemos simbolicamente interpretar que a PcD representa o corte que marca a regularidade das linhas paralelas. Desse modo, simbolicamente a diferença é sustentada pela exclusão. (WOODWARD, 2014).

O trecho do depoimento da psicoterapeuta Camila Gandini (deficiente visual) ao Portal da Deficiência Visual (Instituto Internacional da Deficiência Visual)³⁶ tem interessantes trechos (supomos) ilustrativos. A situação, aqui relatada expõe uma amostra do retrato situacional da mulher com deficiência e a questão da representação simbólica negativa na construção das identidades da PcDV.

“- Não bastasse o peso que carrego só por ser mulher e lutar por independência, ainda tenho de suportar o peso de ser vista como doente, coitada, incapaz, assexuada, desinteressante, e inutilmente bonita!” (GANDINI).

A identificação é também um fator poderoso de estratificação, “uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras”. (BAUMAN, 2005, p. 44). De um lado, na prática, essa questão evidencia a problemática disparidade da unidade da identidade “normal” do slogan: “Somos todos iguais” que enfatiza o coletivo homogêneo. Por outro, a contradição cotidiana trazida pela diferença individual não assimilada que considera o sujeito como “doente”, “anormal”.

Além disso, a cotidianidade desses sujeitos “anormais” e o seu papel individual desempenhado parecem não estarem claros para “as outras pessoas”. Coincide com a interpretação, “Qualquer que seja o campo de investigação em que se possa testar a ambivalência da identidade, é sempre fundamental distinguir os polos gêmeos que esta impõe à existência social: a opressão e a libertação”. (BAUMAN, 2005, p 13). É possível que relatos como esse, que não são apenas circunstanciais, culminem em um emaranhado de impossibilidades na vida social e laboral desses sujeitos.

Parte do processo de construção da identidade da PcD que está ocorrendo, na atualidade, está relacionada ao movimento social que eclodiu em meados de 1960. De certa forma, os movimentos mundializados e nucleares ainda permanecem com traços de conflito, contestação e uma indefinida crise identitária. Possivelmente, isso ocorre como reflexo da indefinição que têm sobre si mesmos (como deve ser chamada a pessoa que tem uma deficiência?) E os seus subconjuntos? (Gênero, sexualidade, etnia e outros). A saída para solucionar essa tensão, do nosso ponto de vista, parece apontar no sentido das correntes emergentes do essencialismo biológico que buscam abdicar do dogmatismo e encontrar caminhos mais dialógicos.

A ilustração também nos leva a refletir sobre a ideia de que ao colocar a PcD em oposição a uma outra identidade que é muito valorizada surgem consequências absolutamente previsíveis, que

³⁶ GANDINI, Camila. Entrevista concedida ao site PORTAL DA DEFICIÊNCIA VISUAL pela psicoterapeuta. Mailto: contato.deficienciavisual@gmail.com. Publicado em 25 de mar. de 2017. Outros dados: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS - Razão Social: **Instituto Internacional da Deficiência Visual** - CNPJ: 18.738.547/0001-54 Endereço: Rua Saldanha Marinho 373 Sala 301 Centro - Bento Gonçalves, Serra Gaúcha, RS, Brasil. CEP: 95.700-000

são as dicotomias opositivas: normal/anormal, superior/inferior, capaz/ incapaz; sexuado/assexuado; útil/inútil; vantagem/desvantagem. Embora as formas pelas quais a deficiência vem sendo vista e definida tenha passado por modificações, o resultado prático nem sempre é palpável e ilustra isso.

Esse é outro trecho do depoimento da psicoterapeuta Gandini que continuamente tem ouvido expressões depreciativas:

*“[...] coitadinha, tão bonita e cega! ”. [Gandini] “- Nenhuma destas pessoas sabe que eu moro sozinha, que meu apartamento é deslumbrante, que moro no “point” da cidade, quanto ganho, e como minha vida sexual é excelente! Quando eu estou na rua, mesmo bem vestida, mesmo cheirosa e maquiada, mesmo de salto alto, ainda assim **eu sou somente uma cega** [grifo nosso] bem cuidada! Afinal, na cabeça deles, tem uma babá fazendo tudo isto por mim”. (GANDINI).*

Nos chama a atenção como no espaço societal a noção de identidades e papéis se confundem. Para essa discussão, aproximamo-nos da definição de identidade de Castells, para depois alcançarmos a distinção de identidade e papéis desse mesmo autor.

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (CASTELLS, 1999, p. 22).

Aplicando esse conceito, é possível chegar à distinção dos chamados “papéis sociais” que com certa frequência são confundidos com identidades múltiplas. Assim, os papéis “são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”. (CASTELLS, 1999, p. 23). Esses papéis têm uma importância dependente com as negociações relacionais dos comportamentos, nesse caso, dos sujeitos com deficiência (os múltiplos papéis de Gandini) e a sociedade de convívio.

Esse depoimento (em tom de desabafo) nos leva a outra reflexão cujo sujeito incluído ou excluído nas relações sociais, transpassa por dois processos: o social e o simbólico. Nessa perspectiva, cada um desses processos é necessário para a construção e a manutenção das identidades. (WOODWARD,³⁷ 2014).

Essa sugestão de dinamismo processual também nos aproxima da corrente de pensamento de Herbert Blumer que cunhou o termo “interacionismo simbólico”, inspirado nas ideias de George Herbert Mead, pelo qual a identidade não seria fixa, mas sujeita às transformações ocorridas ao longo dos processos de interação do indivíduo com os grupos sociais. (VERONESE; ESTEVES,

³⁷ A autora sustentou essa argumentação a partir da ilustração de Ignatieff. Para maior aprofundamento consultar IGNATIEFF, M. **The narcissism of minor differences**. Paris Centre Inaugural Lecture, Milton Keynes: The Open University. 1994.

_____. **“The highway of brotherhood and unity”**. *Granta*. vol. 45, p. 225-243.

1996). Aplicando esses conceitos à vida social e prática, é possível pensar no sistema classificatório que divide essas identidades em grupos “nós” e “eles”. Assim, obtivemos o desenho esboçado no depoimento de Gandini retratando uma sociedade dividida em *indivíduos eficientes e deficientes*. Novamente, aparece o sinal da diferença como marcador e também estigmatizador desses sujeitos.

Utilizando essa classificação (nós/eles), provavelmente surgirão discrepâncias entre o nível coletivo e o individual. Ou seja, as concessões das políticas públicas (coletiva) têm diretrizes e perspectivas diferenciadas se a situação for avaliada de forma individualizada ou coletiva para beneficiar as PcD. Outro impasse refere-se às experiências cotidianas individuais partilhadas entre a PcD e a sociedade eficiente. Nesse sentido, acolhemos a sugestão de que o fato das identidades não serem unificadas implica negociações. (WOODWARD, 2014; CASTELLS, 1999).

No modelo desse sistema classificatório, a PcD é alcançada por benefícios sociais homogêneos (coletivo), mesmo quando suas necessidades sejam específicas, com diversos graus de implicação e desvantagem (individualizado). Shakespeare e Watson (2002) fazem referência, afirmando que algumas deficiências são estáticas, outras são episódicas ou degenerativas. Nessa dimensão a homogeneização é excludente.

Essa marcação de diferença vai atribuir à PcD uma identidade (coletiva) que os órgãos assistenciais irão registrar usando parâmetros da classificação de um código de identificação de doenças (CID). Colocando a questão da individualidade em relevo, Woodward discute a validade da afirmação essencialista: “O corpo é dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade [...]”. (WOODWARD, 2014, p.15).

Isso nos leva a pensar que as políticas de atendimento são contaminadas pela fixidez e ignoram que existem formatos múltiplos de diferenciação das pessoas. No caso da PcD, esse aspecto será definido apenas por diagnóstico clínico individual (necessariamente biológico) cujas estatísticas vão nortear os benefícios ou corte destes.

As dissenções entre os propósitos coletivo e individual obviamente culminaram em choque paradigmático e conflitual de interesses entre os movimentos e as políticas públicas inadequadas. As demandas coletivas, enquanto movimentos sociais, não aceitam a abordagem individualista biomédica.

Essa relação conflitual entre Estado, entidades assistenciais e PcD resulta em uma espécie de sabotagem ao avanço dos direitos (entre estes, a profissionalização) e desgraça econômica de parte

dessas pessoas. Essa paisagem também parece reforçar o argumento de Woodward (2014) quanto à identidade ser relacional e a diferença ser construída.

3.5 A representação como elemento de inclusão ou exclusão

Quem está incluído ou excluído? Nesse contexto, que sentido assume a representação?

A produção de significados e a produção das identidades que vão compor o sistema de representações estão estreitamente vinculados. Isso nos leva a ser constrangidos, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais. (WOODWARD, 2014). Embora Gandini levasse uma vida absolutamente comum à preponderância da representação simbólica do cego inválido, feio e infeliz foi estabelecida nas suas relações sociais.

É possível afirmar que existe uma construção de inferioridade da posição-sujeito, a partir dos significados desse sujeito resumir-se em ser visto como alguém, “*cega, doente, coitada, incapaz, assexuada, desinteressante, e inutilmente bonita*”. Essa situação incômoda, marca as diferenças que parecem ser maiores que qualquer similaridade (Somos todos iguais), uma vez que a ênfase está colocada na identidade marcada pela desvantagem, considerada mais importante do que a independência obtida por Gandini, personagem da ilustração. Na base dessa discussão está a tensão entre perspectivas essencialista (biológica/ fixidez), não essencialista (múltiplas identidades) e papéis sociais.

Desse modo, uma definição não essencialista focalizaria tanto as diferenças como as características comuns ou partilhadas (WOODWARD, 2014) tanto entre deficientes, quanto entre não deficientes. Uma definição não essencialista observaria também às formas pelas quais a definição daquilo que significa ser “uma pessoa com deficiência” têm mudado ao longo dos séculos. Quanto à abordagem dos papéis sociais, genericamente pode-se dizer que *identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções*. (CASTELLS, 1999).

Para Follmann (2001), não se deve descurar na elaboração da construção conceitual da identidade sobre o “sentimento de singularidade” e “diferença”. (Idem, 2001, p. 52). A sutileza que não pode escapar-nos nessa compreensão é que se a identidade perpassa pela construção social, diferindo-se da singularidade e implicando no entroncamento sugerido pelo autor, “resulta sempre da articulação de uma singularidade no seu entorno de pluralidade”. (Idem, p. 52).

Ora, para construir os múltiplos engajamentos que o convívio social demanda é necessário que o entorno não se constitua apenas do convívio familiar ou assistencial. Essa reivindicação antiga foi originada desde as primeiras reivindicações da UPIAS na década de 60. Desde esse momento marcado pela historicidade da causa assume relevância entender os significados da representação.

Por representação, adotamos a interpretação de Woodward. A representação é “compreendida como um processo cultural, [que] estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecendo respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (Idem, 2014, p.18).

(Entrevista)

*É isso que eu falo da mentalidade da sociedade, às vezes até você está chegando num bar, você sente algo estranho, **você é o estranho!** [Grifo nosso]. Porque eles acham que ali não é prá estar uma pessoa cega. Carnaval mesmo, a gente ouve barbaridades no carnaval! É muito comum. Existe um bloco da Associação de Deficientes – ABADDEF que bota o bloco na rua mais é aberto para qualquer um dos deficientes (...) mais eu estou na turma dos que gostam de ir para a avenida (...) mais a gente ouve cada barbaridade, tipo: “não é cego não! Tá fingindo! É cego, mas está aqui no carnaval!!” É muita coisa. A gente, às vezes, não responde mais nada. Deixa prá lá. [...] ‘- Isso é fruto da falta de uma campanha educativa!’ ”. (A.S.A. – 41 anos).*

A relevância conceitual da representação e a ênfase na cultura (Estudos Culturais) resultam para a nossa investigação em buscar compreender a produção dos significados de fatos concretos como o ilustrado. Esses relatos permeiam rotineiramente as relações sociais das PcDV que foram entrevistadas. Naturalmente, novas identidades podem advir em momentos particulares. Em outros, a própria sociedade já fixou quais modelos de superação são aceitáveis.

Diante disso, a representação com ênfase no atual modelo de deficiência através da superação de limitações com a prática desportiva, nos pareceu apropriado para discutir a temática da representação. Esse é um modelo que parece revelar na atualidade o ideal a ser perseguido pelas PcD. As imagens especulam um formato do que é “o ideal” o mais proximamente possível da quimera “pessoa eficiente”.

Desse modo, pela nossa apreensão foi estabelecida a antítese à representação daquilo que as PcD estão compreendendo por superação. Também é provável que esteja ocorrendo muito mais uma abordagem de apelo midiático, incongruente com a realidade do cotidiano da PcD. Daí entendermos que esse “modelo de superação” se refere a um típico deslocamento de ênfase na identidade. Ou seja, o deslocamento que muda o foco da representação para as identidades. (WOODWARD, 2014).

Em nossa reflexão fazemos referência que as representações sobre a pessoa com deficiência produzem tal ênfase sobre a desvantagem que parecem demonstrar mais sobre os medos e angústias do ser humano sem deficiência; que sobre limitações e impossibilidades na deficiência. Isso culmina com a afirmação de Woodward que “os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados”. (Idem, 2014, p. 20). O atleta paraolímpico, vencedor, que supera todas as barreiras físicas em conformidade com o “modelo eficiente” somente distancia a PcD comum da aguardada inclusão social.

Nesse sentido, os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais podem falar. Enquanto nos anos 70 e 80, a luta política era descrita como ideológica e conflitual, podemos considerar que, a partir desse período, ela se caracteriza mais provavelmente pela competição e conflito entre as diferentes identidades. Essa dimensão nos conduz à lógica dos estudos culturais que apontam a existência de uma crise de identidades no mundo contemporâneo. (WOODWARD, 2014).

3.6 Identidades em crise: subconjuntos de indivíduos excluídos

É possível ser socialmente excluído sem ser simbolicamente apontado como diferente? Utilizando a categoria analítica de Woodward (2014), toda prática social é simbolicamente marcada. Nesse viés, as identidades são múltiplas tanto nos contextos sociais onde subsistem, quanto nos sistemas simbólicos que mostram o significado de nossas posições.

A autora ilustra a questão com os chamados “novos movimentos sociais” marcados por uma preocupação profunda com a identidade. Incluímos nessa vertente a ação contestatória e reivindicativa do “movimento dos deficientes” no Reino Unido. A política de identidade contra a opressão das PcD, também, traduziu a necessidade de afirmação de uma identidade cultural desse grupo oprimido e marginalizado.

Alargando a discussão, os novos movimentos também “têm se caracterizado por efetuarem o apagamento das fronteiras entre o pessoal e o político, [...]” (WOODWARD, 2014, p. 34). Esse sentido parece apontar que politicamente também ocorre uma crise das identidades pela ruptura com as estruturas tradicionais de pertencimento. Nesse sentido, os subconjuntos de PcD (mulheres, surdos, autistas, idosos, negros, grupos étnicos e outros) se ressentem da disjunção e querem reivindicar o seu direito de pertencimento.

Em nossa compreensão, os movimentos nucleares da PcD e os membros dispersos dos subconjuntos não dialogam, esboçando um movimento político de pouca força e representatividade social. Cabe a indagação: quais os limites que se pretende superar?

(Entrevista)s

“- É porque você pensar na existência já é doloroso. E existir enquanto deficiente carregando uma deficiência com toda essa carga dolorosa da existência, própria da deficiência, e conseguir [pausa] eu vejo superação. Mas aí, eu falo que talvez essa ideia minha da superação seja muito subjetiva”. (ASA – 41 anos).

Quando Woodward discutiu sobre diferenças entre grupos marginalizados como uma alternativa a uma pretensa “universalidade” da opressão, demonstra com propriedade que a sua criticidade se dirige à interpretação essencialista. Isso reafirma nossa compreensão de que o predomínio do entendimento biopsicomédico parece continuar inadequadamente prevalente. É possível que essa concepção monolítica não subsista apenas no convívio social, ela está presente, sobretudo, na orientação de políticas públicas educacionais e laborais.

Ainda no viés do essencialismo identitário, fizemos aporte nas “versões” que foram divididas por Woodward (2014). A primeira fundamentando a identidade na tradição e nas raízes históricas cujo passado, reprimido e/ou obscurecido, revela no presente um produto da ação histórica. A segunda, relacionando uma categoria natural, rígida e fixa enraizada na biologia.

Cada uma dessas versões implica na ideia da existência de uma identidade verdadeira. A autora afirma que o essencialismo pode, assim, ser biológico e natural, ou histórico e cultural. De qualquer forma, “o que eles têm em comum é uma concepção unificada de identidade”. (WOODWARD, 2014, p. 38).

Claramente, a posição da autora é contrária aos binarismos como base da construção política identitária. Daí a política de diferença subverter a estabilidade das categorias biológicas. Autores e autoras que criticam a oposição binária alegam que os termos em oposição assumem uma importância diferencial ao usar-se elementos da dicotomia como referentes, onde um deles é sempre mais valorizado ou mais forte do que outro.

Essas circunstâncias, talvez, possam explicar a tendência de isolamento dos sintagmas nucleares, como por exemplo, o movimento dos surdos que se identifica apenas com sua própria comunidade. O mesmo ocorre com o movimento das pessoas com Síndrome de Down e autismo. Quanto as pessoas com *déficit* mental, não têm um movimento com sua própria representatividade. A seguir o entrevistado denuncia esses separatismos:

(Entrevista)

“- Por outro lado, esse movimento de pessoas cegas que já está fragmentado ele não consegue dialogar, por exemplo, com outras deficiências. Com a Associação Baiana de Deficientes Físicos – ABADEF ele não consegue dialogar; com a APAE, APADA com nenhuma outra Instituição (...) você não vê as instituições se sentarem, por exemplo, prá tirar uma agenda. Salvador é uma cidade completamente inacessível [para as pessoas com deficiência] e achar que isso vai se resolver com uma Associação sozinha. Não!!! Tinha que reunir as Instituições todas e tentar estabelecer uma agenda. Construir uma proposta para ser apresentada ao município e a partir daí haver uma cobrança. Então, infelizmente o movimento é ele muito ruim. Por isso, porque muitas pessoas que estão na frente, elas acreditam nisso: uma Instituição tem um trabalho mais importante que a outra. Ou quando não é isso a vaidade pessoal que termina sobrepondo a Instituição e aí você tem esse movimento assim...” (A.S.A., em outubro de 2016).

Dessa forma, o apontamento de elementos da identidade como um “núcleo essencial” (WOODWARD, 2014, p. 38), parece ter-se irrompido no movimento geral da deficiência. Já havíamos anotado uma conjuntura problemática entre os subconjuntos de PcD que não se articulam, nem se comunicam. Nesse sentido, “Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto representação, quanto na ação social”. (CASTELLS, 1999, p. 22). Esse alerta do autor e a conjuntura das PcDV apreendida nessa investigação, nos possibilita à conclusão de que existe a disjunção desses subconjuntos porque internamente ocorre a luxação e externamente, a dispersão.

3.7 Os sistemas simbólicos de representação: conexões possíveis com a deficiência

Para mapear como as identidades são produzidas, encontramos ricas sugestões em Woodward (2014), seus marcadores são por meio das formas de exclusão social ou sistemas simbólicos de representação. O formato de diferença dependente relacional da identidade aponta que a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (WOODWARD, 2014).

Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios”. (Idem, 2014, p. 40). Ou seja, as formas de diferença são estabelecidas através do papel central de dualismos classificatórios, capazes de dividir populações em estratos.

O argumento norteador da autora aponta que, “Os sistemas classificatórios por meio dos quais o significado é produzido dependem de sistemas sociais e simbólicos”. (WOODWARD, idem, p. 54). Quanto ao funcionamento dos processos simbólicos, as análises estruturais pelos

sistemas de classificação como forma de dar ordem à vida social estão amparadas na teoria de Émile Durkheim que foi extremamente influente no embasamento dessa argumentação.

Desse sistema classificatório, focamos maior evidência nos grupos opostos “nós/eles”. Esse foi o modo pelo qual se constituiu a classificação identitária “deficientes/não-deficientes; deficientes/eficientes”. “Nós” e “eles” para o presente estudo, não são simples categorias gramaticais, assumem a função de evidenciar os indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relação de poder ou subordinação. Além disso, Woodward (2014) não encontrou uma explicação plausível do motivo pelo qual as pessoas assumem essas identidades. Seu argumento mostra que “[...] a exploração da diferença não diz por que as pessoas investem nas posições que elas apostam, nem por que existe esse investimento pessoal na identidade”. (Idem, 2014, p. 55). Vejamos através desse recorte:

“- Quando eu estava trabalhando minha visão já era baixa e tinha gente que perguntava por que eu estava trabalhando. Quer dizer, como se eu não tivesse o direito de estar ali, trabalhando. Na verdade, quem devia estar era alguém que estava enxergando bem, né? [...] Também. A empresa nunca quer uma pessoa para uma função só. Ela quer uma pessoa que faça aquela função, mas que esteja preparado para fazer outras funções. Então, geralmente eles não consideram o deficiente visual capaz de exercer, às vezes, aquela própria função, quanto mais exercer outras. Então tudo isso é um limitador”. (G.S.M. R./ 57 anos).³⁸

Estabelecendo conexões com o pensamento defendido por Woodward (2014), esse sistema classificatório toma sentido se utilizarmos uma ponte com os estudos de Durkheim na obra “As formas elementares da vida religiosa”. Nesse estudo, a religião é utilizada através do modelo de como se forma o processo simbólico de funcionamento das relações sociais que reproduzem rituais e símbolos. Também evidencia que os sistemas de classificação dão ordem à vida social cujas falas e rituais os confirmam.

De acordo com a interpretação de Woodward (2014) no estudo de Durkheim, a sacralidade significa o valor das representações simbólicas atribuídas. Por sua vez, estas corporificam normas e valores da sociedade, contribuindo para unificá-la culturalmente. Assim, para essa autora, a vida social em geral, sob a ótica do argumento de Durkheim, está estruturada por essas tensões entre o sagrado e o profano. Daí, ideias e valores apontam que as relações sociais são produzidas e reproduzidas por meio de rituais e símbolos classificados. (WOODWARD, 2014).

Um símbolo quase sempre renegado na deficiência visual é a bengala. Embora a função da bengala seja para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência visual. Estudos apontam que a

³⁸ O entrevistado tem glaucoma e foi perdendo a visão gradualmente. No momento da entrevista já estava com cegueira total.

não utilização acentua bastante a vulnerabilidade, o risco de acidentes, e na progressão oposta, diminui a independência. Entretanto, em cinquenta por cento das entrevistas, percebemos a resistência e desconforto com o uso da bengala. Em nossa compreensão, esse instrumento representa para a PcDV o tensionamento (entre sagrado e profano) traduzido por Durkheim.

Nesse viés essa conduta parece ser uma condição de manifestação subjacente denegatória da deficiência visual. Mesmo à certa distância, o uso da bengala (instrumental e simbolicamente) exhibe a limitação ou ausência visual. Nas escolas, a resistência dos estudantes com baixa visão é manifestada, já preliminarmente, quando se negam a fazer uso das lupas indicadas para auxiliar na leitura de fontes dos impressos comuns e por não solicitar material impresso adequado a sua leitura.

É clara a obviedade que retrata o quadro do temor de sentirem-se diferenciados pelo uso de instrumentos e/ou símbolos que representam uma associação simbólica negativa. A lupa, a bengala, os óculos escuros, que marcam a condição da deficiência visual gradual ou total, antecipam o julgamento: ser considerado o “diferente”, “estranho”. Diante de tais circunstâncias, é possível pensar nas tensões representadas pelo sagrado e profano da construção teórica de Durkheim e percebermos como se forma o sistema classificatório que produz estratos: deficientes/não-deficientes/eficientes; produtivos/improdutivos.

Na entrevista com o Presidente da ABC, ele faz referência a um episódio com pesquisadoras juvenis, do Ensino Médio, sobre a autonomia de PcDV na cidade de Salvador:

“- Eu falo para umas meninas novas que vêm aqui, - “Olha, além de sua pesquisa leva isso para sua família, seus irmãos, namorado, esposo; fale com seus amigos sobre a Associação (ABC). Fale que ser cego não é doença contagiosa, que “neguinho”, às vezes, pensa que cegueira pega.” Não!!! “Diga prá eles que vocês tiveram contato com a Associação Baiana de Cegos (ABC) e que esses dados que vocês têm aí de cegos, vocês estão tirando de dentro de um campo verídico, então você pode dizer isso aí em qualquer lugar”. (E.N. S – 39 anos).

A conscientização proposta pelo representante da ABC é importante para dar continuidade a conscientização da coletividade sobre limites e alcances da pessoa com cegueira. No caso ilustrado de recusa aos instrumentos simbólicos da cegueira ou baixa visão, percebemos a repercussão no rendimento dos estudantes que se recusam apresentando resultado final de insucesso nas avaliações.

Podemos descrever essa situação perturbadora apoiando-nos na vertente de Bauman, “É estar total ou parcialmente ‘deslocado’ em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (...). Sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer e barganhar”. (2005, p. 19). Possivelmente, a incidência de eficiência/deficiência

tem algum tipo de relação com a ambivalência classificatória. Assim, como o insucesso dos estudantes que se negam a ostentar os símbolos da sua deficiência.

3.8 A noção de identidade da pessoa com deficiência levanta problemas particulares

É importante nos tornar conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não estão cristalizados, garantidos para toda uma vida. Ao contrário, são condições sujeitas a processos negociáveis e revogáveis. (BAUMAN, 2005). Nesse sentido, tramitam, junto ao processo de reforma previdenciária no Brasil (abril de 2017), perdas de direitos que o movimento das Associações de Pessoas com Deficiência (APCD) alcançou no auge do movimento (1980 – 1990) e pareciam irrevogáveis.

Muitas decisões do próprio indivíduo com deficiência; os caminhos que ele percorre; a maneira como age e a determinação de manter-se firme a tudo isso são fatores cruciais tanto para o “pertencimento”, quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas, enquanto o “pertencimento” continuar sendo para o seu destino, uma condição sem alternativa. (BAUMAN, 2005, p. 17 - 18).

A produção da identidade a partir da ideia de normal/anormal nos leva a pensar que “uma identidade é sempre produzida em relação a uma outra”. (WOODWARD, 2014, p. 47). É possível apreender esses sentidos nos relatos a seguir:

Relato:

“- Pensam que é fácil, tentar ser alguém neste mundo, sendo cego? Pensam que é simples ser chamado de coitado todo dia, e passar a vida tendo que provar pro mundo que tu é capaz de botar um mísero açúcar no café? “ [...]

“- Eu sou submetida à cobrança e julgamento 24 horas por dia, eu tenho que vestir uma coragem que não tenho, e fingir que não me sinto exposta, quando tenho que provar que sou capaz diante dos olhos de todos, enquanto eles decidem se minha maneira de fazer as coisas serve ou não! ” (GANDINI, C. em 25 de mar. de 2017).³⁹

Aqui estamos usando o sentido de “normalizar” coincidindo com a ideia de Woodward (2014). Isto é, eleger arbitrariamente uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são validadas e hierarquizadas. Nessa construção, “normalizar” implica atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis relacionadas. Essa crise de pertencimento também foi registrada por Castells (1999), Bauman (2005), Silva; Hall; Woodward (2014) e Veronese e Esteves (1996), que apontam:

³⁹ GANDINI, Camila. Entrevista concedida ao site PORTAL DA DEFICIÊNCIA VISUAL pela psicoterapeuta. Mailto: contato.deficienciavisual@gmail.com. Publicado em 25 de mar. de 2017.

[...] a emergência da identidade enquanto questão relevante ocorreu em função da “crise do pertencimento”, uma ruptura moderna com as identidades, comunidades e formas de pertença tradicionais, fruto da exposição do indivíduo à possibilidade de filiar-se a novas comunidades e construir novas identidades, o que é próprio do mundo contemporâneo, policultural, pleno de diversidade. (VERONESE; ESTEVES, 1996, p. 220-221).

Construindo uma ponte sobre essa condição própria do mundo contemporâneo, citada pelos autores, transpomo-nos à “condição reconhecidamente ambivalente” (BAUMAN, 2005, p. 19) que envolve o entorno do pertencimento da PcDV. Desse modo, entendemos a atual advertência de Bauman cuja “ideia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas, enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa”. (Idem, p. 18 -19). Essas circunstâncias nos foi revelada por Gandini em seus desafios diários. Logo, é possível afirmar que a PcD e os processos históricos de exclusão que as envolvem, ainda estão lutando para atravessar a ponte do pertencimento e dista muito do reconhecimento, como uma antiga batalha postergada.

Woodward apresenta uma ilustração que parece bem aplicável a esse estudo, “não vemos nada de errado com a terra que encontramos no jardim, mas ela ‘não está no lugar certo’, quando a encontramos no tapete da sala”. (Idem, 2014, p. 48). Aparentemente, as pessoas com cegueira ocupam a posição da “terra no tapete”. A fórmula simbólica dessa interpretação está na entrega do óbolo para essas pessoas com cegueira em lugares públicos.

Pergunta: *Como é a convivência social de vocês no espaço coletivo?*

Relato: “- *Quando estamos parados em algum lugar, chega alguém e nos dá uma moeda. É a visão antepassada da pessoa cega. É o pedinte. Eu já cansei de receber moeda, não porque eu queria, mas porque era imposto pra mim. Estava no ônibus e alguém chegava e dizia: ‘toma um trocado’.* As pessoas veem muito o cego dessa forma”. (E.N.S. – 39 anos).⁴⁰

Essa resposta nos fornece pistas capazes de mostrar articulações e processos de transações entre o eu/outro/mundo.

Considera-se a identidade como uma articulação do indivíduo com o social a um só tempo estável e provisória, individual e coletiva, biográfica e estrutural. Ela se configura no processo das transações do eu (identidade biográfica/subjetiva) com o outro (identidade relacional/objetiva) e com o mundo (identidades disponíveis culturalmente). (VERONESE; ESTEVES, 1996, p. 219).

⁴⁰ Questões realizadas na entrevista preliminar para o projeto da presente pesquisa. O Entrevistado E. N.S. é membro da Associação de Cegos da Bahia há mais de 25 anos. A entrevista foi realizada em outubro de 2015.

Para Silva, existem relações de poder nessas articulações, assim, “A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido”. (SILVA, 2014, p. 84); Castells (1999); Bauman (2005). Falamos aqui, do outro socialmente estabelecido como “eficiente” face ao sujeito “deficiente”.

O depoimento também demonstra a problemática no espaço interativo e relacional dos “normais” onde sobressai um poder de subjugação ao outro. Significa que as identidades não são simplesmente definidas, são impostas. (SILVA, 2014). O que nos leva à suposição de que a representação simbólica do óbolo, possivelmente, seria a expressão simbólica do poder econômico.

O poder é estabelecido e forjado sobre esses sujeitos a partir de concepções normalizadoras da identidade. Nesse viés,

Concepções normalizadoras da identidade [que] estiveram fortemente vinculadas a relações de poder assimétricas, reproduzindo desigualdades e colocando no campo da “anomalia” preferências sexuais, culturais ou ideológicas constitutivas das identidades dos sujeitos. (VERONESE E ESTEVES, 1996, p. 221).

Tentando pensar no processo de produção das identidades, usando a metáfora do sistema circulatório: ocorre uma alternância entre o fluxo e refluxo sanguíneo. O fluxo representa os processos que tendem a fixar e a estabilizar as identidades. Quanto ao refluxo, caracteriza-se pelos processos que tendem a subverter e desestabilizá-la. Por isso “A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade”. (SILVA, 2014, p. 84).

Esse tem sido um desafio acolhido pela corrente dos estudos culturais e social pós-estruturalista tentando descrever os processos que buscam fixar e os que impedem a fixidez. Nessa dimensão de análise, encontram-se as diversas identidades, como as nacionais, de gênero, sexuais, raciais e étnicas que obedecem a dinâmicas próprias e diferenciadas.

Nesse ponto é importante discutir a concepção de hibridismo para essa corrente de pensamento. Assim, hibridismo são processos que tendem a desestabilizar e a subverter a tendência da identidade à fixação. (SILVA, 2014). Pensamos na realidade constatada nos subconjuntos das PcD (mesma deficiência) que parecem não se comunicar entre si e nem mesmo entre os diversos conjuntos (deficiências diferenciadas). Ocorre um abortamento de miscigenações que parece indicar bases essencialistas, embora sempre tenham sido rechaçadas pelo próprio cerne do movimento representado pela ASD.

Para nos ajudar a compreender esse raciocínio, utilizamos a metáfora da viagem de Tomaz da Silva. O autor usa esse recurso para demonstrar o caráter móvel da identidade. “Na viagem, podemos experimentar, ainda que de forma limitada, as delícias e as inseguranças da instabilidade e

da precariedade da identidade”. (SILVA, 2014, p. 88). No entanto, a PcD não goza desse privilégio, onde quer que esteja a “desvantagem” é, primeiramente, visualizada e estabelecida como sua identidade única, não importa que seja estrangeiro, judeu, sociólogo, professor ou outras. Trata-se, apenas de “um cego/a”.

Isso nos leva a pensar se existe uma crise identitária no interior do próprio conjunto de PcD. De um lado, é essencial cruzar as fronteiras das classificações binárias, normal/anormal, deficiente/não-deficiente, oprimido/não-oprimido irrompendo com a fixidez que impede avanços em quaisquer frentes. De outro, romper com o isolamento de gênero, faixa etária, tipo de deficiência, orientação sexual e muitos outros que veiculam no interior do movimento. Daí o cabimento da afirmação de Silva, “A identidade é um significado-cultural e socialmente atribuído”. (2014, p. 89).

Nessa linha de raciocínio, chama a atenção o caráter cultural do movimento dos surdos, (considerando que seu movimento segue apartado). Um dos fatores de diferenciação é através da Língua de Sinais (própria). Seus atos públicos e reivindicações são particulares, especialmente ao se intitularem surdos com um slogan próprio de sua causa. Também não se identificam em pertencimento ao conjunto de PcD.

Nessa mesma perspectiva, o movimento dos autistas que normalmente é conduzido por pessoas sem autismo ou Instituições dedicados aos cuidados com pessoas com *déficit* mental. Também é bem expressivo o movimento das pessoas com Síndrome de Down. É evidente que se trata de movimentos nucleares e isolados, falta a ideia de sintagma, o que põe em dúvida se podemos caracterizá-los como um conjunto.

Esse fato parece se adequar à composição que Silva chamou de “demonstração do caráter ‘artificialmente’ imposto das identidades fixas”. (SILVA, 2014, p.89). Isto é, as linhas de fronteiras limiáres visibilizam a precariedade da forma relacional entre conjuntos e subconjuntos de PcD. Desse modo, temos claramente o desenho da disjuntividade identitária, contrariamente ao demonstrativo de unicidade ideológica em torno da problemática da opressão.

Essa constatação parece diferir dos ideais que, permanentemente, marcam as reivindicações do movimento e contrapor-se à *performance* de expressões políticas, ideológicas e identitárias do tipo “Nada para nós sem nós” que é o slogan (geral) da causa. Os reflexos desse cenário estão espelhados na desagregação das Instituições setorializadas, isoladas e sem comunicação, mesmo localmente.

Na Bahia, quando se trata de pessoas com deficiência, parece não estarmos falando de um mesmo conjunto de pessoas. De forma geral, as iniciativas das Instituições assistenciais privadas ou públicas não se entrecruzam ou conectam, exceto, quando se trata de uma conquista material setorizada, como foi a reivindicação pelo “passe livre”.

Os avanços no campo legal, por vezes, já nascem comprometidos porque se amparam em portarias e decretos verticalizados e facilmente revogáveis. Essa constatação se deu face aos depoimentos (nas entrevistas). Foi possível inferir que o conjunto de PcD e PcDV não têm coalizão suficientemente forte para sustentar as próprias reivindicações e fornecer camadas de sedimentos capazes de embasar um movimento.

Diante disso, é possível afirmar, que a fixidez dessas identidades se constitui em um fato observável cujos sujeitos com deficiência visual foram afetados pelas concepções normalizadoras de identidades fortemente vinculadas a relações de poder assimétricas e verticalizadas (Veronese e Esteves, 1994; Silva, 2014; Hall, 2014). Contudo, a lição que Silva (2014) nos ensinou é que a fixidez biológica não deve aprisionar a PcD à sua “desvantagem” de tal forma que esse sujeito não possa usufruir de todos os outros papéis como atribuições de sentido ao mundo social, com disputa e luta em torno dessas atribuições e representações.

3.9 Uma perspectiva cultural através da vertente tríplice: identidade, diferença, representação

Na perspectiva dos Estudos Culturais contemporâneos, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação. Teóricos e teóricas com ligação a essa corrente de estudos, destacando Stuart Hall, precederam o resgate da conceptualização de representação desenvolvendo-a em conexão com uma teorização sobre identidade e diferença. (SILVA, 2014).

Para esses teóricos, a identidade e a diferença têm que ser representadas pelo estreitamento significativo de ligação dessa tríade: identidade, diferença e representação. Essa condição de aproximação quase aparelhada exige alguns esclarecimentos conceituais preliminares. Levamos em conta, principalmente, que para essa corrente teórica, a identidade tem um significado cultural e socialmente atribuído expressado por meio do conceito de representação.

No sistema de ação histórica, esse termo goza do privilégio de um longo trajeto, sem, contudo, coincidir com os seus múltiplos significados. Na vertente da filosofia ocidental, a ideia de representação está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o sentido do real presentificado,

aprendendo sentidos por meio da significação. Dessa forma, tomou duas dimensões, a externa através de signos como a pintura ou a linguagem e a interna ou mental cuja representação da realidade se materializa através da consciência. (SILVA, 2014).

A ideia clássica de representação vai ser contestada pelo movimento filosófico chamado “filosofia da diferença” que por sua vez vai contar com a adesão dos pensadores do pós-estruturalismo. O pensamento monolítico foi problematizado, justamente, quando os pós-estruturalistas concebem a linguagem e por extensão todo o sistema de significação, como uma estrutura instável e indeterminada.

Repensando essas apropriações, teóricas e teóricas dos Estudos Culturais Contemporâneos redimensionaram o tecido conceitual da representação no sentido de formar, inicialmente, a conexão com identidade e diferença. No Dicionário Internacional da Outra Economia, o verbete da identidade assenta a seguinte compreensão, “À medida que os sistemas sociais de significação e representação cultural se transformam, o sujeito defronta-se com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais pode identificar-se temporariamente”. (VERONESE e ESTEVES, 1996, p. 221). Esse alinhamento na aproximação conceitual da identidade foi agregado pela reconstrução elaborada por Hall (2005) através das novas concepções da tríade: identidade, diferença e representação.

Nessa perspectiva, os significados e pressupostos atribuídos à representação, seguindo Hall (2005), aparecem na descrição de Silva,

Nesse contexto, a representação é concebida como um sistema de significação, mas destacam-se os pressupostos realistas e miméticos associados com sua concepção filosófica clássica. Trata-se de uma representação pós-estruturalista. Isto significa, primeiramente que se rejeitam, sobretudo, quaisquer conotações mentalistas ou qualquer associação com uma suposta interioridade psicológica. No registro pós-estruturalista, a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, com pura marca material. (SILVA, 2014, p. 90).

Esse sistema de signos, isto é, significantes, atribuído à representação, rompe com o mimetismo clássico. Também implica na rejeição de conotações mentalistas ou qualquer associação com uma suposta interioridade psicológica. (SILVA, 2014). Para esclarecimento ilustrativo, materialmente expressa-se através de filmes, pinturas, fotografias, texto, expressão oral.

Tudo isso sem dúvida está presente na perspectiva pós-estruturalista da representação que se conduz como qualquer sistema de significação em uma forma de atribuição de sentido. Ou seja, é um sistema linguístico e cultural, arbitrário, indeterminado e estritamente ligado a relações de

poder. (SILVA, 2014). Esse é o nexos focal que a representação se liga à identidade e à diferença. Em termos referenciais significativos como estes: “essa é a identidade da PcD”, “A identidade da PcD é isso”, tanto a identidade como a diferença vão se estreitando e se tornando dependentes pela representação significativa atribuída a esses sujeitos.

Esses pressupostos serviram de lastro para nos conduzirmos à questão político ideológica mais presente nas reivindicações do movimento das PcD, que é a opressão. Esse caráter conflitivo com a sociedade delinea aspectos da identidade na representação do poder, que traduzida na versão de Silva, “É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”. (Idem, 2014, p. 91).

Então quais são os sistemas de representação que dão suporte e sustentação à identidade da PcD? Não é difícil perceber as implicações de um movimento que tem se mostrado multifacetado cujo diálogo é precário. Isso tem possibilitado a ação débil das representações políticas (nos Conselhos Paritários) e o Estado com políticas públicas instáveis, de governança, que são modificadas ao sabor dos ventos de cada governo.

3.10 Sob a perspectiva da “performatividade”: sentidos negativos atribuídos

Não pretendemos reduzir a identidade e a diferença, discutidas nessa investigação, apenas a um processo discursivo e linguístico. Isso implica que fixar a “opressão” para descaracterizar a desvantagem pode produzir a fixidez que conduz ao essencialismo. Essa é uma frente que esse conjunto de pessoas combate e pode recair na teia do *descriptivismo* como único elemento significativo desses sujeitos.

Algumas trajetórias, colaboraram com nossa linha de raciocínio, e simplesmente se entrecruzam para enriquecer e ampliar a substancialidade de algumas teorias. *A fortiori*, Tomaz da Silva vai embeber-se no conceito de “performatividade” formulado por John Langshaw Austin⁴¹, britânico e filósofo da linguagem e nos auxiliou a adensar a reflexão sobre identidade e diferença. A

⁴¹Filósofo britânico. Desenvolveu parte da Teoria dos Atos de Discurso foi o formulador do conceito de “performatividade”. Para maior aprofundamento cf. Tomaz Silva (2014) ver AUSTIN, J. L. Como hacer cosas con palabras. Barcelona: Paidós. 1998.

fonte que Silva (2014) bebeu foi a base conceitual de performatividade, inspirado sobretudo, em Judith Butler.⁴²

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a ideia de “tornar-se”, para uma concepção da identidade como movimento e transformação. (SILVA, 2014, p. 92).

O sentido performativo estrito de uma enunciação para obter um dado resultado pode ter como objetivo apenas descrever. Entretanto, quando a enunciação coincide com sentenças descritivas ampliadas, resulta em “performatividade”.

Por exemplo, “[...] tão bonita e cega!”⁴³ Embora pareça ser simplesmente descritivo pode alcançar outros sentidos. Esse deslocamento amplo é descrito por Butler e reforçado por Silva (2014) como performatividade. Nesse sentido, à medida que sua enunciação vai sendo repetida, pode acabar produzindo o efeito negativo ou discriminatório daquilo que, supostamente, deveria apenas descrever. A beleza imergiu antiteticamente à cegueira. O aspecto que sobressaiu foi a “desvantagem”.

Segundo Silva (2014) a produção da identidade como questão de performatividade, levou em conta que a descrição assumiu um sentido linguístico ampliado. Nessa perspectiva, a tendência é reforçar, através desse mesmo ato linguístico da repetição, a captação de outros sentidos, como a negatividade.

Assim, deficiência e doença (lamentavelmente) estabeleceram uma inseparável junção performativa “[...] uma cega, coitada, com uma bengala na mão”.⁴⁴ Essa é a ilustração de uma experiência real em um espaço social público. Em sentido estrito, a menção poderia retratar apenas uma mera descrição. Mas, claramente funciona como uma *descrição ampliada performativa*, agregada a um referencial simbólico negativo sobressaliente.

Dessa forma, um fato que estaria apenas sendo descritivo desfecha um efeito não anunciado de “desvantagem”; “minus valía” (termo de referência a PcD rejeitado pela Asociación Española de Sociología de la Discapacidad – ASES DIS). Nessa esteira, Palácios (2006) e Romañach (2005) buscam eliminar expressões com ênfase negativa, como “minusválidas”, “minus-valia”. Ao nosso

⁴² Cf. SILVA (2014) aponta os estudos em: BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOPES Louro G. (Org.) O corpo-educado Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172.

Judith Butler é filósofa pós-estruturalista estadunidense. Atua como professora do Departamento de Retórica e Literatura Comparada na Universidade da Califórnia em Berkeley. É uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, “Teoria Queer”, filosofia, política e ética. Essa autora também é docente na *European Graduate School* (EGS) – Suíça, juntamente com Hannah Arent.

⁴³ GANDINI, Camila. Entrevista concedida ao site PORTAL DA DEFICIÊNCIA VISUAL. Publicada em 25 de mar. de 2017.

⁴⁴ Idem.

ver, acertadamente adotaram outras terminologias que funcionam exatamente como descritivas, “pessoas com diversidade funcional” (visual, auditiva, intelectual).

Correlacionando a ilustração que utilizamos anteriormente, fazendo uma remissão a expressão “coitada” poderia se tratar apenas de comiseração para retratar uma opinião que tem origem plena e exclusiva na intenção, na consciência, na mente daquele/a que externa a opinião; porém, performativamente o resultado é diverso. No viés dos Estudos Culturais, essa suposta singularidade descritiva remonta outros aspectos chamados de recorte e colagem.

No recorte e colagem, a expressão é retirada do contexto social mais amplo, que foi tantas vezes enunciada, e é inserida no novo contexto. A mesma expressão reaparece sob o disfarce de uma fútil autenticidade. O relato descrito, a seguir, foi no cenário de um ônibus coletivo após a interlocutora ter sido chamada de “cega”. A pergunta foi um excerto retirado dessa entrevista.

Entrevistadora: - *Quando você ouve a expressão “ceguinha ou cega”, como é que você se sente? Lá no seu interior. Como é que você se sente?*

Entrevistada: - *É chato! ... é duro, porque dói! Sabe? É como (...) eu mesmo cito que quando ele [motorista] pronuncia esse nome cego é como se (...) a gente está no mundo cheio de trevas! Eu me vejo assim, sabe? É como se a gente estivesse parado no tempo e vivido no mundo só escuro, escuro mesmo onde não tem nada, ninguém! É isso que eu vejo, que eu percebo, o que passa pra mim! ” (M.H.J.S - 41 anos).*

Essa frase que causa uma “dor moral”, obviamente, tem fundamento na leitura de que se trata apenas de mais uma ocorrência, “de uma citação que tem sua origem em um sistema mais amplo de operações, de citações, de performatividade e, finalmente, de definição, produção e reforço da identidade cultural”. (SILVA, 2014, p. 95). Trata-se daquilo que o autor chamou de recorte/colagem.

Nas ricas sugestões de Judith Butler e acolhidas por Silva (2014), é admitido que a repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos também possa questionar, contestar ou interromper ações que possibilitam as relações de poder das identidades hegemônicas (no caso desse estudo, os sujeitos não-deficientes; o governo; os empresários). Nessa dimensão, seria possível instaurar identidades que não representam apenas a reprodução das relações de poder existentes (recorte/colagem), mas também a oposição aos atos performativos que reforçam diferenças instauradas (na ilustração, a independência e autonomia de Gandini).

Diante disso, essas ações teriam a função de irromper obstáculos, criando janelas para a produção de novas e renovadas identidades. Na deficiência visual, o simples estar no espaço público promove comentários que não têm cunho meramente descritivos.

Entrevistada: “[...] - se vê que quando a gente está tudo na rua, a gente sofre muito isso, sabe? [Dizem] “- Ô coitado (...) eu prefiro a morte! Já disseram tanto isso pra mim: “- Eu prefiro a morte do que ficar sem as vistas, sem os olhos!”

Investigadora: Como você se sente quando ouve “isso”?

Entrevistada: “- Olha! Antigamente eu ouvia isso, assim (...) eu era bem mais grossa! Tudo meu era na resposta! Hoje, na maioria das vezes, eu procuro até fazer de conta que nem ouvi! Eu (...) às vezes, eu falo assim: é, mesmo minha senhora. Que bom (...) Morrer é bom que não sofre tanto! Risos (...”. (M.H.J.S - 41 anos).

Pensando nos fios que formam esse tecido composto por diferença, identidade, representação, acrescentando a essa tecedura novos fios como a performatividade, é possível dizer que estão emaranhados, mas não entrelaçados. No aporte de Silva, diferença e identidade, “não é o que é”. (2014, p. 96). Acolhemos esse pressuposto do autor como fruto de um processo teórico de maturação consistente e substancial, em cuja infável dimensão traduzimos nossa interpretação do seguinte modo:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato **[desvantagem na deficiência]** – seja da natureza **[invalidez]**, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente **[a PcD tal qual as demais têm múltiplas identidades]**. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação **[isso rompe com a ideia de ineficiência/incapacidade das PcD]**. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. **[Recai na dicotomia básica normal/anormal]**. (SILVA, 2014, p. 96- 97). [Destaques nossos].

Nesse mesmo afunilamento, Follmann (2001) diz que a questão da relação entre singularidade e pluralidade, assim como, o sentimento de singularidade e de diferença da identidade, é construída em sociedade não devendo ser vista por aspectos distintivos. Essa perspectiva põe em relevo que a questão identitária resulta sempre da articulação de uma singularidade no seu entorno de pluralidade. Isto é, o sujeito experienciando situações diversas e sendo oportunizado a vários engajamentos diferentes.

Isso tudo nos leva a pensar sobre as novas e renovadas identidades da PcD, incompatíveis com termos como “especial”, “pessoa especial”, em nosso entendimento são termos carregados de significados de recorte/colagem; alcançando em essência o sentido performativo, argumentado por Silva. Essa força do ato linguístico, “sistema linguístico mais amplo” (SILVA, 2014, p. 93), por certo, influenciou e ainda é presente no processo de identidade desses sujeitos.

Para não obliterarmos um dado importante, quando o autor faz referência ao processo de recorte/colagem, sobretudo, amparou-se na construção teórica de Derrida⁴⁵ sobre “citacionalidade”. A expressão significa que aquilo que distingue a linguagem (como extensão escrita) é o contexto em que está situada.

Para Derrida, o que caracteriza a escrita é precisamente o fato de que, para funcionar como tal, uma mensagem escrita qualquer precisa ser reconhecível e legível na ausência de seu suposto destinatário. Mas radicalmente, ela é independente até mesmo de quaisquer supostas intenções que a pessoa que a escreveu pudesse ter tido no momento em que o fez. Tudo isso é sintetizado na fórmula de que a ‘escrita é repetível’. Segundo Derrida, isso vale para a linguagem em geral. Ele chama essa característica, essa repetibilidade da escrita e da linguagem (como extensão da escrita) é sua citacionalidade: ela pode ser sempre retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente. (SILVA, 2014, p. 94).

Isso implica que, ao utilizarmos a expressão “ceguinho”, “cadeirante” e muitas outras, não se trata simplesmente de uma descrição ou expressão singular da nossa liberdade de expressão/opinião. Certamente, ocorre aquilo que Silva (2014) definiu por recorte/colagem em uma dada citacionalidade.

Daí a “citacionalidade” da linguagem se combinar com o seu caráter “performativo”, para fazê-la trabalhar no processo de produção da identidade. Quando, por exemplo, expressamos a referência “pessoas especiais” parece que recolocamos o enunciado que reforça o aspecto negativo atribuído a esses sujeitos.

Explico, o enunciado performativo que tem sua gênese em um sistema mais amplo de operações coincide com a definição, produção e reforço da identidade cultural (SILVA, 2014). Isto é, no uso do termo “especial” é reforçado o aspecto negativo, relacionando o termo a deficiência/doença.

3.11 “Nada para nós sem nós”

O slogan “**Nada para nós sem nós**”,⁴⁶ discutido pelo viés da “citacionalidade” e “performatividade”, imbrica na problemática levantada por Hall, ao citar que a questão identitária “tem a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa

⁴⁵ JACQUES DERRIDA, filósofo franco-magrebino autor de vasta produção acadêmica é ligado a vertente da fenomenologia pós-estruturalista, cunhou o termo “desconstrução”.

⁴⁶ Esse slogan foi criado pela UPIAS (1970) como tema da causa da PcD.

representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”’. (HALL, 2014, p. 109). Essa teoria nos pareceu bastante apropriada para discutir as posições da PcDV.

Esse levante também indica o sistema de poder que marca a exclusão desses sujeitos. A modalidade específica de poder como produto da marcação da diferença, na gênese do movimento, foi representado pelas Instituições britânicas e pelas políticas adotadas por esse Estado e que foram publicamente denunciadas.

Assim, os sujeitos oprimidos se insurgiram contra a decretação de sua morte social após a internação nessas Instituições. Também exigiram que ocorresse a desconstrução em torno de suas identidades apagadas. Esses sujeitos promoveram reivindicações que não retratam apenas o seu movimento político-ideológico.

Além disso, buscaram desconstruir a ideia de deficiência/doença que impregnava a concepção sobre suas identidades. Não acataram a posição de homogeneidade e contestaram a forma como eram tratados. Esses sujeitos não se submeteram mais ao sistema assistencial mortificador que os invisibilizava para a sociedade.

Entendemos ser possível reconhecer nesse esboço o traçado da teoria discursiva de Hall e localizar a ênfase de Follmann (2001) sobre singularidade, pluralidade e diferença.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional. (HALL, 2014, p. 109-110).

Portanto, é possível afirmar que a diferença está no âmago dessa discussão, não é externa a ela. Isso implica pensar sobre esses sujeitos em suas novas posições “deslocadas ou descentradas do interior do paradigma” (HALL, 2014, p. 105), nesse caso, o biomédico.

Dessa forma, vamos tecer algumas críticas usando a ilustração de *slogans* do tipo “Somos todos iguais”. Qual o pressuposto dessa citação? Seriam unidades, que as identidades proclamam nas verdades construídas no interior do jogo do poder e da exclusão?

Certamente, que *slogans* desse tipo resultam do pensamento de totalidade biológica, natural e essencialista parecendo refletir apenas uma das consequências do processo que Hall (2014) chama de “fechamento”. Ocorre isso quando a homogeneidade interna que o termo identidade assume é

sobredeterminada; não é uma forma natural, é uma forma construída no interior do jogo do poder. Diante disso,

Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da *identificação*⁴⁷, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez de práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece – implicar – volta a aparecer. (HALL, 2014, 105).

Obviamente que a identidade, uma vez assegurada, não anulará a diferença como parece pretender a citação do *slogan* mencionado. Isso nos leva a acreditar que a identidade é resultante de um processo de articulação e não de uma subsunção. Por isso concordamos com Hall ao afirmar que, “A fusão total entre o ‘mesmo’ e o ‘outro’ que ela [a identificação] sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação”. (2014, p. 106). Nesse contexto, absolutamente, não somos todos iguais.

Nessa perspectiva, a construção da identidade tem a ver com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção, não daquilo que nós somos, mas daquilo em que nos tornamos, ou daquilo que representamos. (HALL, 2014). Essa afirmação, desemboca precisamente “em porque” as identidades são construídas dentro e não fora do discurso.

Hall (2014) sugere a necessidade de compreensão da identidade especificamente a partir de seu processo de produção em locais históricos, institucionais, no interior de práticas discursivas, das estratégias e iniciativas, sem, contudo, desconsiderar o papel dos jogos de poder como marcador da exclusão e da diferença. A identidade também pode funcionar para reforçar a exclusão, “[...] para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto”. (HALL, 2014, p. 110). Isso leva inúmeras vezes, os sujeitos a afirmarem suas identidades por meio da repressão daquilo que os ameaça (jogos de poder).

Alinhando essas argumentações, Hall faz a seguinte provocação: “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. (HALL, 2014, p. 112).⁴⁸ Pensando a questão, evocamos a perspectiva da deficiência visual na expressão da interlocutora, em situação de conflito com o motorista de um ônibus coletivo:

Relato:

“- Ao me chamar de cega é isso aí! Agora eu não me considero quando uma pessoa me chama de cega, [como] inválida. Não está certo! Não me vejo por esse lado não! ” [...] É como se eu estivesse vivendo num lugar bem deserto, tudo escuro, bem escuro... Num lugar assim estranho... Acho estranho! Mas dói! É!

⁴⁷Segundo o autor o conceito de identificação é preferível e tornou-se um dos conceitos bem menos desenvolvido pela teoria social cultural embora seja quase tão ardiloso quanto o de identidade.

⁴⁸ O autor remete a sua publicação HALL, S. **Fantasy, identity, politics**. In: CARTER, E.; DONALD, J. & SQUITES, J. (orgs.) Cultural Remix: Theories of politics and the popular. Londres: Lawrence & Wishart. 1995.

Dói! Mas a gente não pode fazer nada, se o povo chama. Agente até conversa... eu até já falei nisso, que eu não gosto, já falei muito com motorista. Falei. Olha, não me chame dessa palavra! O meu nome é Lene! Ou Helena tá certo? Não se dirija mais assim! Se você não quer me dirigir a palavra, não quer falar comigo, não fale! O cobrador está aqui na frente ele pode muito bem falar, mas não me dirija nunca mais essa palavra”. (M.H.J.S - 41 anos).

Esse falso reconhecimento da identidade, nesse caso da interlocutora reagindo a expressão “cega”, sugere que o sujeito é apresentado como sendo a fonte dos significados dos quais, certamente, ele é um efeito. Nesse sentido, a identidade aqui se sujeita à lógica volátil da “iterabilidade conflituada”⁴⁹ mediante a visão de um corpo diferente. (HALL, 2014). Embora ambos (interlocutora e motorista) estivessem no mesmo espaço, o cenário mostrou-se como se um fosso os separasse.

3.12 A perspectiva do “ser humano como um ser de projetos”: sob a configuração de Follmann

A proposição conceitual de identidade desenvolvida por Follmann (2001), em nosso entendimento, materializou-se constituindo-se em uma versão idiossincrática de metodologia, em um instrumento operacional dinâmico e capaz de ser aplicável em pesquisas sociológicas. Nessa dimensão, nos apropriamos da ideia de processos de identidades e fizemos o cruzamento com a ideia: “o ser humano é um ser de projetos” modelada por esse autor. Desse modo, portas se abriram para a transposição em aplicá-la à reflexão do movimento político da deficiência e na cotidianidade da PcDV, na ABC.

É possível que nessa transversalidade, também, tenhamos alcançado nosso objetivo em aplicar sistematicamente a instrumentação utilizada pelo autor, em sua pesquisa sobre a identidade dos católicos no Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT) através de suas “estratégias projetivas”. A aplicação instrumental ocorreu através das formas empíricas observáveis e dos aspectos de acertos e desvios em relação à questão identitária. Foi assim que esboçamos nosso esforço em demonstrar que há aplicabilidade das cinco dimensões estratégicas do instrumento conceitual desenvolvido no estudo dos processos de identidades de Follmann.

Metodologicamente, utilizamos recursos instrumentais como os depoimentos, narrativas e recortes das entrevistas. Assim, implicamos o *corpus* da investigação na trama das explicações, privilegiando suas experiências e projeções coletivas.

⁴⁹ Hall (2014) inspirou-se em Derrida ao usar o termo.

Na perspectiva idiossincrática de Follmann, a identidade é resultante de uma construção social, pessoal e interacional seguindo a direção, do pessoal ao social. Consuma-se essa proposta teórica conceitual nos seguintes termos:

[...] a identidade é o conjunto, em processo, de traços resultantes da interação entre os sujeitos, diferenciando-se e considerados diferentes uns dos outros ou assemelhando-se e considerados semelhantes uns aos outros, e carregando em si as trajetórias vividas por estes sujeitos, em nível individual e coletivo e na interação entre os dois, os motivos pelos quais eles são movidos (as suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e o senso estratégico de que são portadores) em função de seus diferentes projetos, individuais e coletivos. (FOLLMANN, 2001, p. 59).

Nos aproximamos do autor, compreendendo que seu ponto de vista é marcado pela credibilidade que atribui ao ser humano e o seu otimismo na interacionalidade como atributos das relações sociais construtivas. Por outro lado, teoricamente Follmann também se aproxima das ideias defendidas por Hall (2014); Woodward (2014); Tomaz da Silva (2014) e Shakespeare (2014) rejeitando a ideia essencialista, homogênea e estática das identidades.

Estamos com isto colocando entre parênteses todas as maneiras de trabalhar a ideia de identidade voltada à construção de categorias ou tipos estáticos, para nos fixarmos na questão da identidade enquanto processo de um constante estar em interação do “ser de projeto” que é o ser humano, dentro da complexidade de relações sociais que o envolvem. (FOLLMANN, 2001, p. 45).

Com um aguçado olhar sobre o humano, o autor utilizou para sua construção teórica analítica a definição de identidade com ênfase em cinco dimensões que se tornaram aplicáveis ao recorte de sua pesquisa.

[...] a dimensão do projeto (**o visado**), a dimensão da **motivação**, a **dimensão das práticas** e a **dimensão do vivido** (“trajetória vivida”). Há uma quinta dimensão, a **das estratégias**, que atravessa e, de uma certa maneira, sobrepõe-se às **dimensões da motivação e das práticas**. Todas essas dimensões podem ser abarcadas tanto em nível individual como coletivo, como ainda no que se refere à inter-relação entre os mesmos. (FOLLMANN, 2001, p. 54- 55). [grifos nosso].

A quinta dimensão complementa a ideia considerada pelo autor como fundamental para a sociologia da identidade, trata-se das **estratégias** [grifo nosso] que sobrepõe às dimensões da motivação e das práticas. Para a decomposição analítica, o autor usou um quadrante de elementos centrais que destinou como a sua “chave útil”. (FOLLMANN, 2001, p. 45). Daí, utilizou essa “chave” para observar a funcionalidade do conceito de identidade que aperfeiçoou.

Desse modo, adotou as seguintes categorias: (1) objetivo ou proposta; (2) justificativa; (3) maneira de fazer; (4) e recursos (Idem, idem, p. 45).

Em sua arquitetura da construção “chave útil”, Follmann (2001) levou em conta que o gerenciamento de recursos é importante. Por isso elaborou suas projeções a partir da ideia de “bens limitados” (idem, p. 45) e adequou sua persecução em busca de respostas, que não sendo obtidas, comportariam “contraprojetos” ou outros projetos como alternativa aos projetos existentes. Dessa forma, o autor criou um espaço para a *frustração*. Nessa dimensão, o termo projeto assume o sentido de “objetivo”. (FOLLMANN, 2001, p. 54).

Ao prever a possibilidade da frustração adotou, também, a ideia de alienação. Daí, ao idealizar projetos que culminam na afirmação, “[...] quando um ser humano é esvaziado de seu projeto (ou de seus projetos) e se encontra obrigado a viver segundo projetos que não são seus, ele perde sua identidade e fica reduzido a uma situação de alienação” confirma sua previsão da possível ocorrência da frustração. (FOLLMANN, 2001, p. 45). Refletindo sobre a questão percebemos nitidamente o drama vivenciado por Gandini; no depoimento descritivo que incorporamos a esse trabalho.⁵⁰

Para esse autor, a ideia de identidade articula um “cruzamento de vias”, ‘encruzilhada’ ou ‘lugar de encontro de diferentes projetos’. (FOLLMANN, 2001, p. 53). Nessa esteira subjaz a definição cujo raciocínio coincide com a experiência da cotidianidade do sujeito na interação social (concreto sociológico) e a multiplicidade de limites em que é desafiado. Logo, também implica na suposição de que as dimensões devem ser vistas em processo de interatividade com as outras. Seguindo essa mesma orientação, essa “encruzilhada” é capaz de comportar interações individuais, do coletivo e da interrelação entre esses dois cruzamentos.

Entendemos que, no caso das PcDV, esses limites podem ser ampliados pela questão da desvantagem ou da incapacidade. Entretanto, em relação a isso, o autor não se descuroou ao tratar da questão dos limites (tão desafiadores) e capazes de se fragmentar causando a perda de referências ou aquilo que chamou de “vazio de projetos”. (FOLLMANN, 2001, p. 53).

Nessa investigação, tomamos o termo fragmentação como, “experiência diária dos indivíduos em sociedade”. (FOLLMANN, 2001, p. 56). Utilizando a perspectiva da experiência de fragmentação, o autor, descreveu: o permanecer, o dar sentido e coerência à existência, em interação com o entorno plural que envolve os indivíduos. (FOLLMANN, 2001).

Com essa tessitura preliminar, vamos dar início a criação das pontes, para discutir as identidades que se formaram a partir do processo construído pelo primeiro movimento em defesa

⁵⁰ **Relato:** “- Eu tento dar tão pouca importância ao que me acontece todo dia, que normalmente meus amigos e colegas não imaginam o que eu passo. Diariamente, quando eu coloco meu nariz para fora de casa, eu escuto coisas como: coitadinha, tão bonita e cega!”

das PcD (Reino Unido -1960 cujo cenário foi o Lar residencial “Le Court Cheshire Home” que emerge em conflito por ocasião da denúncia pública de Paul Hunt⁵¹ e a intervenção investigatória do *Tavistock Institut*, impulsionada pela iniciativa das autoridades). Fazendo um recorte dos percalços até a constituição dos pressupostos paradigmáticos do documento, “Manifesto UPIAS”, é possível dizer que os indivíduos perseguiram objetivos alinhados com a noção conceitual de “dimensão central de projeto”. (FOLLMANN, 2001, p, 55).

[...] podemos dizer que os indivíduos tornam-se sujeitos históricos na medida em que conseguem mobilizar a sua capacidade de conceber e produzir projetos, de avaliá-los e de engajarem-se neles ou de afastarem-se deles. É na concepção de seus projetos pessoais de existência e no empenho de fazer as “costuras” necessárias que os indivíduos tornam-se esses sujeitos. (FOLLMANN, 2001, p. 55).

Para concretizar o objetivo, um grupo liderado por Hunt constrói um documento contendo seus princípios ideológicos e reivindicativos denominado: “Fundamental Principles of Disability” estabelecendo os paradigmas que seriam seguidos pela UPIAS⁵² (Liga das Pessoas Deficientes contra a Segregação). Na base desse movimento, algumas costuras careceram de ser feitas, por exemplo, agregar outros grupos com pluralidades de deficiência ou de categorias (gênero, etnia, orientação sexual e outros) aos quais denominamos por subconjuntos.

Essa questão que suscitou debate em outros movimentos, como o das feministas, evidenciou alguns pontos relevantes que foram negligenciados. Por exemplo, a peculiaridade e necessidade de cuidados especiais para a mulher com deficiência, não foi levada em consideração. A situação do idoso que se torna deficiente após perder/diminuir habilidades como audição, locomoção, visão e outras, também foi reivindicado. Além disso, a questão étnica, de gênero e orientação sexual, sendo que a terceira até hoje sofre as mesmas resistências e preconceito entre os membros desse conjunto de PcD.

A questão das identidades parece emergir inadiavelmente. Consideramos que essas fraturas, no seio do movimento, decorram do seu primeiro momento onde se construía suas bases, por não ter permitido debate e engajamento suficientes atingindo em cheio a questão identitária. Para tal impasse, entendemos que há fios na perspectiva de Follmann capazes de conduzir à trama de

⁵¹ O ativista com deficiência motora Paul Hunt, publica no *The Guardian* (tradicional jornal inglês) uma convocatória para que as pessoas com deficiência pudessem formar sua própria organização.

⁵² UPIAS – **Union of the Physically Impaired against Segregation**; Disability Alliance (1976). “Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação”. (Cf. tradução de DINIZ, 2012, p. 14). Foi a primeira organização política de PcD; formada e gerenciada por PcD e que durante cinco anos, manteve-se sigilosamente, na clandestinidade.

soluções possíveis, “Isso não ocorre a não ser em interação com os projetos dos outros e com os projetos coletivos”. (Idem, 2001, p. 55).

O declínio da UPIAS, em 1991, deu início ao segundo momento do movimento (assim o denominamos). Nasce o movimento americano *Independent Living Movement* (Movimento de Vida Independente) – ILM; os Rolling Quads⁵³; a organização intitulada Centro de Vida Independente (CVI) – no Brasil é denominado Rede MVI – Brasil; a *Asociación Española de Sociología de la Discapacidad* (ASESDIS); a Fundação da Disabled Peoples’ Internacional (DPI) dentre outras. As ideias e o ativismo britânico se consorciavam com outras entidades civis e movimentos mundializados, na Espanha, Suécia e Canadá. A abordagem Social da Deficiência (ASD) vai tomando corpo e expandindo-se.

Vários movimentos de PcD foram imbricando-se em torno de reivindicações sociais, ideológicas e políticas. Porém, no que diz respeito às identidades, permanece o dissenso. A terminologia adotada pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF não foi aceita por muitos movimentos espaciais como, o britânico e espanhol, que não concordaram com a definição “pessoa com deficiência”.

Seguindo nossa compreensão da perspectiva defendida por Follmann (2001), existe a possibilidade de que projetos coletivos venham a fazer uma composição satisfatória para resolver essa controvérsia. São as “costuras necessárias” (FOLMANN, 2001, p. 55), entrelaçando a dimensão do nível individual e do nível coletivo em inter-relação, interconexões, articulações. Nesse caso, estabelecendo um constructo com os subconjuntos do movimento das PcD, as relações se mostram um tanto refratárias e antagônicas. Isto é, não estabeleceram identidades proximais e tenderam a fixidez.

Os subconjuntos de PcD brasileiros carecem ouvir as ricas sugestões de Follmann. Regionalmente ou mesmo localmente estabelecidos, em uma análise comparativa com o movimento mundial, parecem ter se distanciando entre si, não promoveram vínculos unificadores dos interesses coletivos (como no movimento mundial) capazes de compôr um conjunto mais compactado e fortalecido.

Além disso, visto não ser um fenômeno puramente subjetivo, é esperado que “O engajamento em projetos coletivos, que são espaços que podem facilitar a realização dos projetos individuais, deve ser considerado como um indiciador importante dessa tentativa de dar coerência”.

⁵³ Estudantes universitários com deficiência - na Califórnia – EUA - se uniram e fundaram uma organização estudantil denominada Rolling Quads. Tinham uma perspectiva política com essa organização e passaram a discutir ações necessárias para romper o isolamento que os condicionava.

(FOLLMANN, 2001, 56) ao conjunto da obra. Vejamos o recorte dessa entrevista abundante em sugestões,

Entrevistado:

“- Veja bem, para você incluir você precisa tornar público, para mim é um processo de política de educação pública. Trazer para a sociedade a consciência do que é a pessoa com deficiência. Mostrar para sociedade, através de campanhas, não sei ... [pausa] acho que tem que ter pessoas para pensar. As ideias a gente vai dar, mas como fazer a campanha é com elas. Aí as pessoas é que realmente vão ter que ver como concretizar nossas ideias. E isso temos a esperança que aconteça. A campanha com ações para mostrar para as pessoas que, apesar da deficiência, somos uma pessoa, um ser humano tão capaz quanto elas. (...) Claro, temos uma limitação, mas somos pessoas capazes. Mas se não houver essa questão de políticas públicas para a inclusão vai estar muito distante [para] essa inclusão social acontecer. Existe a limitação, mas precisamos mostrar para sociedade do que somos capazes. Existem as limitações, mas as pessoas cegas sabem disso. Têm essa consciência. Lutamos por causas possíveis”. (E.S. N.).

Em nossa compreensão, o relato parece destacar que a realização dos projetos individuais demandam ações coletivas em uma ligação estreita com a “dimensão motivacional e a dimensão prática”. (FOLLMANN, 2001, p. 56). Essa junção de motivos e práticas determinarão as estratégias.

No caso concreto das PcDV urge, sendo até mesmo imperativo, que a dimensão motivacional assuma força de potencia na idealização do projeto. Porque, além de vencer os obstáculos que a cegueira impõe, esses sujeitos são levados em sua cotidianidade a desafiar outras pessoas (sem cegueira) a compreenderem que são indivíduos comuns, vivendo uma vida comum.

Relato:

“- Eu tento dar tão pouca importância ao que me acontece todo dia, que normalmente meus amigos e colegas não imaginam o que eu passo. Diariamente, quando eu coloco meu nariz para fora de casa, eu escuto coisas como: coitadinha, tão bonita e cega! Meu Deus, como é que pode, como que ela se vira? (...) quem escolhe as roupas para ela, quem será que maquia ela?” (GANDINI, C. em 25 de mar. De 2017).

Nós traduzimos esse excerto do relato, buscando emoldurá-lo na perspectiva de Follmann, em direção a dimensão projetiva por si mesma, como uma dimensão motivacional, “Se formos coerentes com nosso pressuposto inicial – ‘o ser humano é um ser de projetos’ – não podemos senão concluir que o que mais motiva os sujeitos em sua prática é essa tentativa fundamental de ultrapassar os limites e as barreiras presentes ou de manter as condições favoráveis já conquistadas”. (FOLLMANN, 2001, p. 57). Possivelmente, na sua cotidianidade Gandini, sem notar, utilize-se dessa concepção do autor e busque através da automotivação literalmente”

projetar”. E ao arremessar-se para frente, a fim de alcançar seus limites, obter as condições almejadas .

3.13 Motivos, razões e “por quês”

Cada vez mais, nos sentimos **emergindo** e refletindo sobre os vieses da cotidianidade do *corpus* que compõe a presente investigação. Daí indagarmos: Como esses atores sociais têm fomentado motivos, razões e “por quês”?

A dimensão da motivação nem sempre permite estabelecer distinções claras em seus níveis compreensivos. Certamente, comporta expressões de valores, de interesses, de cálculos, de sentimentos, de convicção ou mesmo de senso do dever cujas origens são diversas. Na sociologia, essa categoria da motivação e de projeto tem ficado subsumida sob a categoria de interesse social. (FOLLMANN, 2001).

Tramando com os fios projetivos da motivação, o tecido formado para “os motivos”, revela a expressão daqueles sujeitos que buscam justificação ou legitimação para o projeto e o caminho para concretizá-lo. Na causa da deficiência, esse detonador motivacional ainda aparece retraído pela força que a opressão social, notadamente, ainda tem mostrado. Para quem se posiciona em uma perspectiva essencialista, a explicação volta-se para o biológico e as implicações decorrentes da desvantagem ou da incapacidade.

No que se refere “às práticas”, compreendemos a mobilidade desses sujeitos no sentido de promover a ruptura com o arquétipo pré-moldado, cuja conquista possa representar a dimensão espacial antes ocupada apenas por possibilidades limitadas de um corpo mutilado e acorrentado a uma visão míope de anormalidade. Isso significa também irromper com a ideia da identidade da PcDV ser a de alguém doente, débil ou incapaz.

O fazer desse caminho, em nossa compreensão, perpassa por liberação de amarras educacionais, políticas, sociais, culturais e econômicas. Seguindo Follmann, “é como **‘fazer-se’** [grifo nosso] para alcançar a sua realização, sem abandonar o nível das “‘ilusões’ e ‘dos sonhos’”. (Idem, 2001, p. 57).

Nessa dimensão, não vemos como possibilidade tornar-se um “ser de projetos na deficiência visual”, sem esmiuçar-se as múltiplas possibilidades, sem buscar caminhos como o da educação e da profissionalização, como instrumentos de viabilidade para maior autonomia e reconhecimento.

Buscar, no contexto da nossa abordagem assume a perspectiva de Follmann, “das razões, que são expressão dos ‘por quês’”. (FOLLMANN, 2001, p. 57).

As práticas, isto é, as maneiras de fazer agir, retratam o nível de aperfeiçoando desses sujeitos colocando em aplicação o uso dos instrumentos (escolarização/profissionalização) como ferramentas, ora individual, ora coletiva. Esse “fazer” (Idem, p. 57) conduz a estratégias que convergem para fortalecer a estrutura coletiva, amparando e apoiando esses sujeitos. Levando sempre em conta suas expressões corporais diversas e desvantagem e motivando a visibilidade de suas múltiplas identidades. (WOODWARD, 2014). Ou no viés de Follmann,

Aproximar-se dessa dimensão motivacional para abarcar tanto a origem dos cálculos, dos interesses e dos valores como sentimentos, as convicções e o senso de dever, que dão “razões” e que expressam os “porquês”, é, sem dúvida, um instrumento importante nos estudos sociológicas da identidade. (FOLLMANN, 2001, p. 57).

A noção de “práticas” que nos apropriamos foi explicada pelo autor, tecendo os fios de uma intrigante problemática sobre a intensidade dos elos (laços) dos sujeitos com diferentes projetos coletivos.

Quando falamos de práticas, nós nos referimos às ações com certa permanência, quer dizer, às condutas individuais e aos comportamentos coletivos. Tais condutas e comportamentos podem ser trabalhados como referências para a indicação da existência ou não de um senso estratégico ligado aos projetos, tanto em nível individual e coletivo como em nível de interação entre os dois níveis. (FOLLMANN, 2001, p. 57).

A falta de integração dos projetos coletivos diferentes, parece ser um dos pontos de afastamento das PcDV na Bahia. Essas referências são percebidas empiricamente no *locus* da pesquisa e em convívio com o *corpus* da investigação. As entidades civis filantrópicas e mesmo as entidades públicas não se comunicam. Observamos que para os mentores das várias entidades de PcDV, cujo público alvo era o mesmo, os objetivos eram distintos, não convergentes, não articulados.

Isso ocorre na contramão dos próprios regulamentos, porque existe previsão estatutária para a integração coletiva e mobilização política envolvendo o conjunto de PcDV da ABC. Vis-à-vis com o artigo 5º. Das finalidades:

- k) manter intercâmbio cultural, técnico e outros com entidades congêneres da Bahia, do Brasil e Exterior, que visam idênticos objetivos;
- l) (...)

- m) promover, quadrienalmente, o encontro baiano de entidades para deficientes visuais, a fim de debater, elaborar e promover metas eficazes em favor dos mesmos no Estado da Bahia;
- n) estimular e/ou criar núcleos da ABC em todo Estado da Bahia, visando à organização sócio política da pessoa com deficiência visual.

A nossa afirmação sobre a dispersão na comunicação das entidades parte de levantamentos documentais, depoimentos nas entrevistas e investigação sobre projetos coletivos. Os levantamentos ocorreram no próprio *locus* da pesquisa e através dos depoimentos de membros da ABC que passaram por várias dessas Instituições.

Estas organizações estão divididas por finalidade e esgotam a sua atuação buscando cumprir apenas os objetivos internos. A falta de interatividade e comunicabilidade é claramente especificada em vários depoimentos. Não há construção de um projeto externo com finalidade de agremiação.

Algumas das Instituições de atendimento citadas nas entrevistas, como: o Instituto de Cegos da Bahia - ICB, Centro de Educação Especial do Estado da Bahia – CEEBA, Instituto Pestalozzi Bahia, Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP e Associação Baiana de Cegos – ABC – embora sejam fontes seminais, não frutificam em relação ao movimento cuja ideia de conjunto parece não ser compatível com a escassa funcionalidade externa de cada segmento. Ou seja, não se comunicam em termos de planejamento estratégico.

Seus planejamentos, ações e até mobilizações são restritos à atuação interna de cada entidade. Os próprios entrevistados se queixaram que, os cursos e outras atividades de interesse que são promovidos por essas entidades, não são informados, implicando certo isolamento para os usuários dos serviços e silêncio entre os dirigentes. Nesse espaço vazio de atuação das representações das entidades, necessário seria aplicar os princípios que norteiam a “estratégia” elaborado por Follmann (2001) a nível de incorporação dos motivos e práticas.

A análise na “dimensão estratégica demanda entender como funcionam os ‘esquemas de causalidade’”. (FOLLMANN, 2001, p. 58). Assim, nessa esquematização, existem elementos que os sujeitos envolvidos nos projetos poderiam incorporar às práticas ou à utilização da causa como propulsora motivacional.

Outro fator diz respeito ao controle dos limites sobre si e do próprio grupo como elemento de avaliação das ações do/no projeto visado. Nesse sentido, é importante definir qual a sistemática tem sido adotada por esses sujeitos como *feedback* de suas ações e de seus dirigentes.

É possível que esse controle tenha relação com a função de um desdobramento analítico de sua própria ação tentada, visada ou consumada, como importante para a eficácia da atuação

individual ou coletiva dessas comunidades. Na ABC, percebemos que esse mecanismo é previsto no estatuto. Entretanto, na análise das entrevistas, nossa apuração leva a resultados distintos daquilo que foi recomendação estatutária.

São finalidades da ABC, Art. 5º:

- l)** reunir os sócios trimestralmente para debater e promover soluções aos problemas a eles relacionados;
- m)** promover, quadrialmente, o encontro baiano de entidades de/e para deficientes visuais, a fim de debater, elaborar e promover metas eficazes em favor dos mesmos no Estado da Bahia;

Não percebemos que esse espaço discursivo/avaliativo sugerido por Follmann (2001) venha sendo efetivamente colocado em prática nessa Instituição, especialmente, considerando-o como uma estratégia do “ser de projetos”. Para essa inferência tentamos levantar dados sobre a alta incidência de evasão, por parte dos sócios efetivos, cuja causa (até certo ponto) foi apontada pelos dirigentes como “desinteresse político dos associados”. Outras denúncias reportam desavenças pessoais entre os membros associados e os dirigentes. Quanto aos associados frequentes, estão mais afeitos aos benefícios sociais e eventos recreativos ou de lazer promovidos pela Associação, que a ocupação efetiva do cenário das reuniões, de entrosar-se no debate político ou da avaliação de desempenho dos dirigentes.

Acompanhamos cinco chamadas de reunião extraordinária para compor um quórum mínimo para discussão de alterações no Estatuto da ABC cuja propositiva transubstancia o documento atual. Além disso, o encaminhamento destas alterações propunha repercussões no cotidiano individual e coletivo dos associados. A convocatória expõe na pauta o demonstrativo das implicações deliberativas se não houvesse o comparecimento dos associados.

Nem mesmo assim, fez-se o quórum mínimo. Os associados permaneceram ausentes do destino da Instituição e ao próprio destino como associados-efetivos. Tentamos levantar dados sobre a alegação das ausências, porém, essas não foram formalizadas.

O debate triênio e quadrimestral previstos no Estatuto da ABC, que em nossa compreensão, é um dos caminhos projetivos do voo interno e externo, delineando um traçado estratégico capaz de dar conta “dos limites de que o indivíduo dispõe para mergulhar”. (FOLLMANN, 2001, p. 58). Quanto ao funcionamento interno da ABC, os sujeitos parecem entender sua funcionalidade restritivamente para aspectos administrativos, assistenciais ou como espaço recreativo. As atividades mais buscadas são as que perpassam pela Assistência Social cujo encaminhamento ocorre através desse setor.

Daí uma das políticas da atual gestão, ter a proposta de “amarrar” (termo usado pelo presidente da Associação) o encaminhamento de benefícios sociais ao comparecimento às atividades da ABC, tais como: cursos, palestras, projetos em parceria com as faculdades, eventos recreativos e eventos externos. Nos eventos externos não tem ocorrido uma aproximação com as outras entidades da mesma categoria (deficiência visual). Esclarecendo que esses projetos Institucionais são implementados e aperfeiçoados através de parcerias estabelecidas com associados externos, como as faculdades, colaboradores (doadores) ou Instituições e empresas privadas parceiras.

Pelos dados informados pelo *corpus* da investigação, a expectativa mais latente dos associados efetivos, foi a de encontrar opções de formação profissional e encaminhamentos para o mundo do trabalho. A segunda maior expectativa foi pela oferta de projetos recreativos. Pelo que pudemos perceber, após a análise documental e do Estatuto da ABC, existe uma discrepância em seus propósitos, porque em suas atividades diárias prevalece com maior intensidade a finalidade assistencial, ao invés da atividade formativo-profissional.

Os eventos recreativos podem ser descritos como uma espécie de mecanismo de atração para que os sujeitos compareçam à sede da ABC e se incorporem às demais atividades. De certa forma, também assume o aspecto motivacional de levá-los a sair de seus “esconderijos” (expressão do dirigente).

3.14 Limites que o indivíduo dispõe para mergulhar

Tivemos a oportunidade de observar, no *locus* da ABC, várias atividades no período de investigação de 2015 a 2018. Chamou nossa atenção especialmente, a execução de um projeto em parceria com a Faculdade Salvador - 2015. Com composição multidisciplinar envolveu pedagogas, enfermeiras, assistentes sociais e psicólogas, que convidaram outros colaboradores.



Trata-se de um conjunto de atividades integradas, educativas, lúdicas e de embelezamento que visaram mostrar o espaço da Associação como proposta mais atraente para permanência desses sujeitos, trabalhando aspectos da autoestima e imagem pessoal. É possível que aí tenhamos encontrado os “níveis” em que se incorporam a “dimensão do estratégico”, apontado por Follmann (2001).

À medida que a programação avançou, percebíamos que foram ocultadas algumas intencionalidades, como por exemplo: sensibilizá-los à percepção que, além da condição biológica, existem outras identidades possíveis. Mulheres e homens, passaram pela sessão de embelezamento ainda que seus cabelos, maquiagem e produção de embelezamento não estivessem sendo vistas pelos próprios beneficiados. A animação e alegria geral demonstravam o sucesso do projeto e um pouco do resgate da autoestima. Isso refletiu-se nas fisionomias alegres e descontraídas.



Prosseguindo com a programação, foi a vez da atuação dos profissionais de saúde com informações sobre práticas diárias de higiene, os cuidados pessoais e orientações para uma vida sexual saudável. Essas práticas também retomam a questão das identidades, para além da condição da cegueira, expondo que são mulheres e homens com necessidades sexuais naturais.

O evento também abarcou práticas culturais com apresentações e desfile dos próprios deficientes visuais. Nesse cenário, a ideia foi desmitificar que na cegueira, pelo fato de não poder visualizar sua própria imagem, está sobredeterminado para esses sujeitos displicência com sua aparência e seus cuidados pessoais. Além disso, uma interpretação equivocada sobre a autoimagem tem implicações na lógica da invisibilidade social. Os próprios sujeitos relataram que percebiam a indagação subjacente, nos lugares por onde trafegavam: quem iria prestar atenção na aparência dos sujeitos “cegos”?

Uma das entrevistadas relatou que, de modo geral, as pessoas não admitem que PcDV possa ter uma vida sexual “normal”. Atitudes como: namorar, casar, ter uma prole arrancam espanto e indignação das pessoas que não têm deficiência. Segundo eles/elas geralmente essas expressões são manifestadas em espaços públicos, sem a menor cerimônia. Simplesmente as pessoas fazem comentários pejorativos, desdenhosos, ou no dizer de Woodward (2014) “performativos”. Na voz de nossa interlocutora ocorreu uma dessas situações quando desfrutava em um domingo, de um espaço de lazer coletivo. A experiência foi vivida em uma praia em Salvador (2016):

Relato:

“- Eu estava na praia tomando uma cervejinha com minha amiga e na barraca ao lado tinham alguns rapazes. Quando ouvi o que os rapazes falavam (a senhora sabe que o cego escuta mais que os outros, não é?). “Como pode ser cega? E ainda ficar aí sorrindo... tomando cerveja...”

“- Aí, eu levantei e fui lá [...] disse para eles que era cega e feliz se isso estava incomodando eles? [...] a gente não pode estar feliz, sorrindo, que sempre incomoda alguém”. (M.H.J.S. - 41 anos).

A seguir, apresentamos outra ilustração daquilo que vamos chamar de “discriminação das identidades na deficiência”. Trata-se do interior do Rio Grande do Sul, ilustramos com a reação de Gandini diante da manifesta desconfiança das outras pessoas sobre suas possibilidades de independência, autonomia e do exercício laboral. É possível afirmar, então, que não se trata de um comportamento regionalmente circunscrito, nem tampouco específico ao lazer:

Relato:

“- Ali eu não sou concursada, nem palestrante, nem professora de inglês, nem psicoterapeuta, nem fisioterapeuta, nem coisa alguma. Sou só uma cega, coitada, com uma bengala na mão”. (GANDINI, C. em 25 de mar. de 2017).

Nesse outro relato corajoso, (também de Gandini) é evidenciado sua personalidade, seus conflitos, sua face comum. Isso de certa forma também invalida aquela ideia de que “o cego vive na escuridão”, “nas trevas”, como relatado na entrevista da interlocutora M.H.J.S. sobre a sua impressão do entorno, quando se encontrava em um ônibus coletivo.

Relato:

“- Durante anos, eu era só uma menina que aprendeu a engolir críticas, depois eu fui uma adolescente revoltada, fui feminista, fui maluca beleza, já sentei na frente da minha psiquiatra e falei absurdos, já menti e já disse as piores verdades, já magoei e já fui magoada, já trai e já fui traída, assim como todas as pessoas do mundo!” (GANDINI, em 25 de mar. de 2017).

A última dimensão da proposta de identidade de Follmann, “o ser humano como ser de projetos”, nos determinou a privilegiar os recortes acima. Para as circunstâncias descritas

chamamos de “trajetórias vividas” com a perspectiva de alcançar, “os limites de que o indivíduo dispõe para mergulhar”. (FOLLMANN, 2001, p 58).

Nesse sentido, no deslindamento do autor, essa dimensão deve está apta a apontar alguns resultados, “como uma importante indicação da posição social que o indivíduo alcançou, ou ainda, isso ajuda a sugerir qual é o ‘capital’ ou quais são os recursos de que ele dispõe para conduzir seu projeto”. (Idem, p. 58). Em outras palavras, implica em como os sujeitos vão reconstruindo suas subjetividades.

Assim, reafirmando a ideia que a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas ao sistema de significação (SILVA, 2014, p. 89), a dimensão das “trajetórias vividas”, através dos sujeitos dos relatos acima, representando muitos outros que trazem alguma “desvantagem”, parece assumir perante o juízo social, o veredito de identidade única. Isso resulta de um significado cultural e socialmente atribuído como afirmou Silva; cuja “perspectiva da diversidade, diferença e identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas”. (SILVA, 2014, p. 73). Esses atores sociais se colocam resilientes, de encontro a esse destino.

Afluindo para o conceito operacional de identidade de Follmann, é possível que o conjunto que mobiliza o processo e chega ao “cruzamento de vias” ou “encruzilhada” (idem, p. 53) represente a pessoa com deficiência como ser de projetos, assumindo cada vez mais, novos papéis; ou agindo (movimento internacional a UPIAS) efetivando um modo capaz de promover rupturas com a fixidez.

Dessa forma, vemos amplas possibilidades de aplicação da proposta de Follmann (2001) se forem utilizadas as cinco dimensões projetivas, rumo à perspectiva de afirmação do *ethos, do ser (humano) com deficiência*, levando em conta “suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e o senso estratégico de que são portadores” (FOLLMANN, idem, p. 59), individual e coletivamente. Além disso, essas dimensões podem funcionar como fator propulsor e motivador para políticas sociais mirando como alvo um maior pertencimento.

3.15 Considerações finais ao capítulo II

A problemática abordada nesse capítulo situa-se na perspectiva de compreender a essência do *ethos* da PcD, discutida no contexto da questão identitária da PcDV, sob a ótica dos estudos culturais contemporâneos e com culminância na estrutura conceitual proposta por Follmann (2001) do “ser humano como um ser de projetos”.

CAPÍTULO III

4 FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, RELAÇÕES LABORAIS E IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REVELADAS NA PROFISSIOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A humanidade sempre sonhou com um milagre religioso: que os cegos enxergassem e que os surdos ouvissem. É possível que a humanidade triunfe um dia sobre a cegueira, a surdez e a deficiência intelectual. Porém as vencerá no plano social e pedagógico muito antes que no plano biológico e medicinal. É possível que não esteja longe o dia em que a pedagogia se envergonhe do próprio conceito de “criança com defeito”. O surdo falante e o trabalhador cego, participantes da vida geral em toda sua plenitude, não sentirão sua deficiência e não darão motivos para que outros a sintam. Está em nossas mãos o desaparecimento das condições sociais de existência desses defeitos, ainda que o cego continue cego e o surdo continue surdo. Provavelmente não serão compreendidos aqueles que disserem que um cego é deficiente. Assim as pessoas verão que um cego é um cego, que um surdo é um surdo e nada mais.

Vygotsky.⁵⁴

Este capítulo é uma continuação da nossa prolongada preocupação em compreender os sentidos da formação profissional e o *ethos* profissiográfico da PcDV. Em sua essência, a nossa articulação teórica buscou encontrar respostas à problematização apresentada na tese: o que motiva essas pessoas na busca da superação dos limites impostos pela cegueira? É possível pressupor que esses sujeitos se articulam com as esferas públicas com a perspectiva de adquirir competências e habilidades exigidas no exercício de uma profissão? Em que medida esses sujeitos se relacionam com a Associação Baiana de Cegos? Profissionalmente, esses sujeitos sentem-se aptos para imergir no mundo do trabalho em Salvador, Bahia?

Prosseguindo, buscamos oferecer um olhar situado na trajetória de formação profissional e qualificação da PcDV e com visão subnormal através da sustentação teórica e diálogos intermitentes com Robert Castel, tratando da questão da vulnerabilidade da relação de emprego e das metamorfoses da questão social, o recorte que utilizamos trata dos “vulneráveis”. Apoiamo-nos na ontologia da Condição Humana de Hannah Arendt, ao tratar o labor, fazendo uma análise através de três pilares: labor, trabalho e ação ou atividade. Justificamos assim, a nossa predileção nesse trabalho pela expressão relações laborais.

⁵⁴ VYGOTSKY, L. S. Obras escolhidas. p. 82. 1997.

Permeamos a perspectiva de Veronese (2004), que, utilizando-se da prática da psicologia do trabalho, buscou em sua investigação refletir sobre alternativas de enfrentamento da exclusão social. Veronese e Lacerda (2011) que, em uma linha de análise sócio histórica, traçaram o desenvolvimento da concepção e práticas de trabalho, evidenciando suas consequências na estrutura da sociedade brasileira. Essa problemática impactou indiscutivelmente os rumos dessa pesquisa.

Embora os autores citados acima não tenham pesquisado as PcD, permitiram-nos adensar as reflexões sobre alguns elementos e contornos fundamentais da formação e relações laborais da PcD. No campo específico dessa investigação, embebemo-nos nas pesquisas de Maria Eduarda Leme, José Pastore e José Jorge Damasceno que pesquisam sobre as relações de trabalho das PcD e PcDV.

Além do campo educacional, sem dúvida, a norma conhecida como Lei de Cotas consiste em uma aposta emancipatória para esses atores sociais. Porém, distorções e lacunas estão sendo praticadas expropriando a igualdade que a lei pretendeu alcançar. Se considerarmos esse dispositivo legal como fio condutor da empregabilidade de PcD, teremos de lidar com muitos fios soltos efeitos do emprego distorcido da Lei de Cotas, inclusive favorecendo a concorrência das PcD entre si.

Arquitetar a problemática e pensar em soluções capazes de atar esses fios nos desafiou a refletir sobre os significados de exclusão/integração/inclusão. Esse pensar nos conduziu em direção ao conceito de Antunes sobre “mutação social” e Castel desvelando as “metamorfoses e seus novos significados”. Com ênfase nesses diálogos buscamos conduzir esse capítulo e o estudo sobre as relações laborais da PcDV.

Com inspiração em Castel vem o nosso entendimento dos significados do termo “trabalho”:

Não penso aqui o trabalho enquanto relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência. (CASTEL, 2015, p. 24).

Em nossa compreensão, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão em várias modalidades; esse fenômeno não é estranho as PcDV. Foi nessa

dimensão fenomenológica que nos aproximamos de Castel (2015) que entendeu essa manifestação como “desfiliação”.

É importante destacar que na presente investigação, objetivamente nos aproximamos de três subconjuntos, no interior do conjunto das PcDV: aqueles que estão filiados ao sistema de proteção do BPC, os que estão sob a égide do sistema institucional se profissionalizando e aqueles que se profissionalizaram, estão no mercado de trabalho formal, porém, sem perspectiva. Nesse caso, poderíamos dizer que estas PcDV precisam também transpor a desfiliação.

Entretanto, existe um outro subconjunto que sequer se filiou, portanto não teríamos como discuti-los fenomenologicamente sob o enfoque da desfiliação. São aqueles que sequer chegam a Associação, que tiveram decretada sua “morte social” pela família ou pela Instituição que os acolheu e vivem segregados de algum modo.

4.1 Sujeito deficiente, um ser trabalhador: ainda carente de qualificação educacional e profissional

Discutir a inserção da PcDV no mundo do trabalho, nos dá a dimensão de desvelar um tema desafiante e complexo, que requer uma visão ampliada para uma realidade heurística e holística. Epistemologicamente exige um propósito de investigação multidisciplinar.

Na deficiência, a “spes”⁵⁵ forma primitiva da palavra esperança não pode ser abandonada, sendo inúmeras vezes a única coluna que estrutura esse conjunto de pessoas. A inserção laboral acrescenta sedimentos na “spes” para fortalecer essa coluna.

Entendemos fundamental que antes de discutir a inclusão laboral façamos uma remissão ao sistema educacional, base fundamental e elementar no processo formativo do cidadão com ou sem deficiência. De acordo com dados do IBGE, no recenseamento 2010, o Brasil tem mais de 60% de pessoas com deficiência que estão no nível educacional básico incompleto.

Evocando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), título III, capítulo 37, que dá acesso à educação, destacamos o capítulo 42 que dispõe sobre a educação profissional e propõe aproveitamento das pessoas com educação básica

⁵⁵ Disponível em: <https://www.gramaticanet.br/origem-das-palavras/etimologia-de-esperanca>. Acessado em 08/12/2016.

incompleta. Parece haver pelo Estado uma preocupação formativa para com todas as pessoas. *Ex vi legis*:

Art. 42 - As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais abertos à comunidade condicionados à matrícula e a capacidade de aproveitamento e, não necessariamente, ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996).

Diante da imposição legal, fica explicitado que existe respaldo para a inclusão em todos os aspectos: educacionais, sociais, econômicos, laborais para todas as pessoas (indistintamente). Porém, em relação ao atendimento ao conjunto de PcD existem discrepâncias para o acesso educacional e profissionalizante comprometendo os demais aspectos, como o laboral. Os índices se tornam mais pronunciados quando se refere a PcDV.

Assim, pessoas de 5 anos ou mais de idade, no conjunto de pessoas com deficiência visual, aparecem como menor grau de instrução, só ficando atrás da deficiência intelectual. Esses dados também apontam que as mulheres têm maior escolaridade. Contrapondo-se aos dados no mundo do trabalho, onde encontram-se em maior desvantagem em relação ao nível de ocupação e aos salários recebidos.

Tabela 1 - Pessoas por tipo de deficiência e nível de alfabetização

Tipos de deficiência						
	Pelo menos uma		Visual		Intelectual	
	Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas
Total	45220745	36964660	35606169	29608907	2546559	1346559
Homens	19600953	15871348	14883098	12249824	1372438	714510
Mulheres	25619792	21093312	20773071	17359083	1174121	632049

Dados do IBGE - Censo Demográfico – 2010

De acordo com Manica e Caliman (2014), a despeito da educação profissionalizante para PcD, as ações de capacitação profissional por entidades profissionalizantes, ainda quando apresentavam resultados satisfatórios no âmbito da sociedade, não eram orientadas por uma linha comum de ação que garantisse sua continuidade. Tampouco por ação metodológica mais contextualizada junto à

comunidade e ao mundo do trabalho. Aqui são claros os reveses entre inclusão e exclusão.

Mapeando por regiões, proporcionalmente, a região Nordeste ainda é a que representa o maior índice de casos registrados. Nós fizemos cálculos de proporcionalidade utilizando dados do IBGE/2010 e chegamos à conclusão que a Bahia apresenta a maior população de PcDV em relação a totalidade da população brasileira com deficiência visual.

Segundo dados do IBGE – Censo demográfico de 2010, no Brasil são 528 624 pessoas com cegueira; 6 056 684 que enxergam com dificuldade e 29 206 180 que apresentam alguma dificuldade para enxergar. Na Bahia os que não enxergam de modo algum totalizam 35 150, sendo que 476 508 apresentam grande dificuldade e 2 283 483 alguma dificuldade.

Tabela 2 - Destaque para a população residente com deficiência visual no Brasil, Nordeste e Bahia

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População Residente				
	Total (1)	Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	Tipo de deficiência		
			Visual		
			Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
BRASIL	190.755.799	45.623.910	528.624	6.056.684	29.206.180
NORDESTE	53.081.950	3.655.568	33.025	541.798	2.409.113
Maranhão	6.574.789	1.641.404	10.157	64.222	275.558
Piauí	3.118.360	860.430	4.710	37.399	143.811
Ceará	8.452.381	2.340.150	16.291	99.451	411.096
Rio Grande do Norte	3.168.027	882.681	4.836	36.856	150.700
Paraíba	3.766.528	1.045.631	6.518	41.845	181.646
Pernambuco	8.796.448	2.426.106	14.319	97.585	411.809
Alagoas	3.120.494	859.515	5.104	35.742	146.056
Sergipe	2.068.017	518.901	3.278	20.108	88.376
Bahia	14.016.906	3.558.895	24.277	136.048	607.202

Fonte: Dados extraídos do IBGE – Censo Demográfico 2010 – (dados preliminares).

(1) As pessoas incluídas em mais um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

Reiterando a ideia de que a educação não se aparta da formação/qualificação profissional, em 2010, na população com deficiência, 14,2%, possuíam o fundamental completo, 17,7% o médio completo e 6,7% o superior completo. A proporção definida como “não determinada” foi igual a 0,4%. No mesmo período havia ainda grande parte

da população sem instrução e curso fundamental completo. A população com deficiência perfazia um total de 61,1% desse universo. (BRASIL, 2012a, p. 17).

Mais uma vez os dados culminam na consideração de que a precária educação das PcDV e o trabalho mantêm uma relação proximal e problemática. Isso deve-se também por ambos pautarem-se em uma noção utilitarista. (DAMASCENO, 2016). Os índices indicando a falta de instrução e com o nível fundamental incompleto sugere emergência em políticas públicas de intervenção. Entendemos que é necessário investir-se em menos impacto midiático e mais efetividade nas escolas e programas de formação profissional.

Tabela 3 - Pessoas alfabetizadas por tipo de deficiência

	Tipos de deficiência					
	Pelo menos uma		Visual		Auditiva	
	Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas
Total	45220745	36964660	35606169	29608907	9638276	7281134
Homens	19600953	15871348	14883098	12249824	4864949	3727827
Mulheres	25619792	21093312	20773071	17359083	4773327	3553307

Fonte: Dados do IBGE – Censo Demográfico – 2010.

De um lado, os dados apontam para a baixa escolaridade representando a ponta do iceberg. Do outro, essa incidência repercute na precária qualificação para o mundo do trabalho causando danos reais. Para ilustrar o entrevistado A.S.A. (ABC) acredita que com a propulsão de algumas ações em parceria com setores privados, a exemplo do Programa de Aprendizagem Industrial desenvolvida pelo SENAI em 2008, dialogando e apoiando o terceiro setor, certamente ocorreria uma inversão numérica da tabela apresentada.

4.2 Compreender o trabalho na deficiência visual como reabilitação

Através do trabalho, adquirimos várias possibilidades na vida social incorporando valores como a inclusão social, o reconhecimento e a conquista de status. No pensamento weberiano, aquilo que é reconhecido no meio social é reconhecido no meio oficial, permitindo-nos entrar e transitar na rede social.

Estabelecer ligações com esse mundo do trabalho e os seus desafios na contemporaneidade é uma árdua tarefa a qualquer pessoa comum; sendo que para a PcDV é mais desafiadora. Muito embora não estejamos tratando de incapacidade, falamos de pessoas que têm seu próprio ritmo e sentido de produtividade. Daí a

importância do programa DOSVOX que coloca a PcDV integrada às novas tecnologias e as redes sociais.

De certa forma, a compreensão sobre a reabilitação tem trazido distorções até mesmo entre os profissionais na área da saúde. Por isso, queremos esclarecer que a reabilitação entendida como intervenção usada na história natural das doenças pode distorcer o seu real significado conduzindo a equívocos. A reabilitação à qual estamos nos referindo indica um repensar de metas e objetivos visando reconstruir uma identidade abalada. Parafraseando Amiralian, “O processo de reabilitação pressupõe uma reconstrução de vida, aprender a ser e a viver de uma maneira diferente da habitual”. (AMIRALIAN, 2009, p. 31).

Assim, um dos caminhos para essas pessoas virem a readquirir segurança, tanto em si mesmas, como na sociedade, perpassa pelo mundo do trabalho. Destacados autores como Woodward (2014); Antunes (2011; 2009; 2004); Arendt (2007); Veronese (2004) dentre muitos outros, apontam o trabalho chamando a atenção para os novos aspectos da degradação. Os autores e autoras estão motivados por diversos fatores como: a ampliação dos cânones de submissão nas relações laborais; o fortalecimento da substituição do homem por máquinas, a precarização das relações, as novas tecnologias, a perda de direitos conquistados no campo do trabalho formal e a globalização.

Apesar dessa crise global de emprego parecer atingir a população indistintamente, ainda assim, parece que as relações laborais para as pessoas com deficiência enveredaram por outro caminho. É possível apontar, no século passado e no século XXI, a conquista de direitos e ampliação de espaços profissionais. Embora esses avanços tenham fundamentação pelo amparo legal, não podem deixar de ser registrados como importantes. Mas não podemos falar em precarização porque esses sujeitos ainda estão tentando ocupar o espaço da integração/aceitação/inclusão.

A nossa discussão visa mostrar que não pode ser desconsiderado que, muitas vezes, a tão propagada igualdade social de oportunidades se apresenta para a pessoa com deficiência (em relação à oportunidade laboral especialmente) de forma acentuadamente limitada, restrita a um formato mecanizado e pouco incentivador. Certamente essa não foi a culminância proposta por Amiralian (2009).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos a despeito do relativismo igualitário também apontar argumentos discutidos por Ross,

Pensamos não estar incorrendo em equívoco quando afirmamos que o trabalho contemporâneo está abrindo novas oportunidades de integração tanto para o trabalhador comum quanto para aquele portador de alguma deficiência. Contudo, é necessário assinalar que, se por um lado ganha-se em liberdade, em possibilidade de expressar criatividade, por outro perde-se em quantidade de vagas disponíveis. Ou seja, é preciso relativizar os excluídos. (ROSS, 1998, p. 65-66).

A temática da exclusão está sempre presentificada quando se trata de empregabilidade. Essa problemática foi refletida no índice de ocupação de pessoas com deficiência visual mostradas nos gráficos e tabelas. Se fizermos um comparativo com o gráfico de ocupação, através do vínculo formal, é possível concluir que a taxa de ocupação se expande porque a ocupação é informal, quase sempre, em precárias condições de trabalho e remuneração.

Para nós esse cenário é um esboço das formas de precarização das relações laborais da PcD e o demonstrativo do estágio de “animal laborans” ao qual ainda ocupa. Os gráficos também assinalam indicadores que implicam em questionamentos sobre o significado de igualdade e de inclusão laboral de PcDV.

A leitura dos dados de gráficos e tabelas apresentados demonstram que prevalece a discrepância de ocupação por gênero e por deficiência, sendo possível constatar que a mulher deficiente visual é duplamente excluída. Em relação à totalidade da população com deficiência, ocorre a inversão: a taxa para as mulheres foi de 41,7% enquanto para os homens foi de 60,3%.

Inúmeras vezes a PcD esbarra na questão contratual. Um indivíduo com deficiência pode encontrar, nos quadros complexos da nossa organização social, um lugar onde lhe seja possível prestar serviços à coletividade, porém, nesse espaço, vários óbices contratuais podem causar impedimento ou falta de acesso ao trabalho para essas pessoas. Essa questão encontra-se no eixo da Lei de Cotas. Ou seja, a Lei 8.213/1991.

Um primeiro óbice aponta para a generalidade da Lei de Cotas cujo fator circunstancial possibilita a desleal competição entre as diferentes deficiências. Explicamos, as pequenas lesões e maiores comprometimentos (desvantagem) competem em igualdade de oportunidades. É suficiente que o indivíduo periciado receba um CID⁵⁶ e, portanto, preencha o requisito legal. Com esse passaporte o indivíduo com a menor deficiência é priorizado nas contratações pelas empresas.

⁵⁶ Código Internacional de Doenças (CID).

O segundo, diz respeito à questão de acessibilidade às empresas. Ou seja, a pessoa com deficiência visual, em alguns casos, necessita de ambiência adaptada. O empresário não quer ter custos com a eliminação de barreiras estruturais ou adaptação no ambiente de trabalho. Afora as barreiras estruturais, existem as barreiras atitudinais que se materializam com o preconceito, menosprezo, indiferença e imputação dos erros (de outros) durante o serviço. Em terceiro lugar, a alegação da diferença no grau de escolarização e/ou formação profissional e/ou técnica tornaram-se um óbice.

Além disso, a ausência de adaptação, de manuais e impressos na linguagem braile impede uma resposta produtiva mais rápida, que coincida com a expectativa ou interesse da empresa, também, representam formas de impedimento. Estas foram questões elencadas pelos entrevistados na ABC (2015-2018). Em relação a escolaridade, pelas informações do IBGE/ 2010, a região Nordeste apresenta o menor índice na escolaridade de PcD.

A ponte entre educação e profissionalização não se completou, quiçá, estabeleceu-se fragilmente. Nas entrevistas esse aspecto é plenamente identificável, vários depoimentos denunciam a baixa escolaridade no *corpus* da investigação e escassa iniciativa para irromper com essa condição. Existindo um certo distanciamento entre os associados mais escolarizados e os menos escolarizados.

Se estabelecermos um comparativo com a problemática que envolve o mundo do trabalho na atualidade, percebemos que a crise global de acesso ao emprego formal não é um problema isolado, específico da pessoa com deficiência. Entretanto, para esses indivíduos traz reflexos ainda mais desfavoráveis para o ingresso e a permanência no campo profissional.

Sem dúvida, quando a escolaridade não é alcançada por esses sujeitos o cenário fica mais sombrio. Não obstante, trata-se de uma questão complexa que demanda discutir em nível ampliado envolvendo campos que abrangem desde as políticas públicas, aparato legal, os sujeitos desse processo até a questão da acessibilidade física e atitudinal na sociedade. Portanto, não vislumbramos o acesso profissional se não passar obrigatoriamente pelo acesso à escolarização como instrumento material de formação de todos os sujeitos.

4.3 O que não muda no processo de mudanças

Além da análise de indicadores estatísticos, a compreensão dos elementos constitutivos da profissiografia da PcDV é de grande complexidade. No final do

século XX e início do XXI, ocorreram mutações substanciais de ordem diferenciadas, mas que no seu conjunto, culminaram em consequências no interior do movimento sócio-político que sustentou os avanços desse conjunto de pessoas.

Também é relevante a questão da crise global no mundo do trabalho que afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora na sua forma de ser, quanto a sua subjetividade. Isso implicou no comprometimento de seu universo de valores e de seu ideário que irá pautar suas ações e práticas concretas. (ANTUNES, 2011).

Prosseguindo nesse viés, é possível afirmar que essa é também uma crise estrutural do capital. Na atualidade, existem várias práticas materiais destrutivas afetando o mundo do trabalho e os direitos do trabalhador. Por extensão, as PcD são muito mais afetadas.

Para Barnes (2007), existe um consenso quase universal de que a população com deficiência é geometricamente desfavorecida no mundo do trabalho. Os dados atuais referentes ao desemprego de modo geral são alarmantes, associados a condições precárias de trabalho que não se consolidam em um fato setorial ou localizado significam bordoadas que paralisam a inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

De acordo com resultados apontados pelo Censo Demográfico 2010, (considerando o contingente populacional do Brasil) - 45 606 048 milhões de pessoas - declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas. A deficiência visual apresenta maior índice entre a população com mais idade. Apesar do conteúdo que implicam esses dados, políticas de adaptação ao trabalho não têm sido colocadas em prática.

Segundo dados do IBGE/ 2010, a população adulta com deficiência, percentualmente corresponde a 23,9% da população brasileira, sendo que a deficiência visual foi a que apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% desse contingente populacional. Entre os 20 e 50 anos essa população já abrangia mais de 50% em número populacional com pleno potencial de empregabilidade.

Mapeamos as políticas atuais para PcDV em Salvador, cruzamos esse levantamento com os dados colhidos nas entrevistas, utilizando as informações do *corpus* da investigação como referencial. Embora nossos dados representem apenas um pequeno universo amostral, é possível afirmar que, as políticas públicas em curso não foram confirmadas com as respectivas ações afirmativas. O próprio órgão governamental federal não implementa suas diretrizes:

No entanto, o foco primário das políticas públicas é o segmento das pessoas que apresentam deficiência severa. O contingente de pessoas identificadas por possuir deficiência severa foi calculado pela soma das respostas positivas às perguntas “tem grande dificuldade” e “não consegue de modo algum”. (Cartilha do Censo - IBGE – 2010, 2012, p. 6).

É fato que a deficiência visual em 2010, tinha entre 16,5 milhões de pessoas, sendo que são números crescentes ano após ano. Para o IBGE, o contingente populacional de PcD cresceu numericamente, considerado em demasia. Essa apuração ocorreu em função das novas metodologias aplicadas na coleta de dados. No resultado desse novo modo de contagem representa uma população geral de 159 824 de pessoas totalmente incapazes de enxergar.

Prosseguindo com a questão da crise do emprego global aplicada à realidade da PcDV, Ross diz que há um enquadramento, uma adaptação “imposta” ao sujeito com deficiência visual, onde só lhes é permitido determinadas capacidades manuais de trabalho. No entendimento desse autor, “[...] se a sociedade concebe o homem não visual no nível da aparência e da imediaticidade, então permite-lhe e exige-lhe apenas capacidades manuais. Neste sentido passa a negá-lo como ser único, inteiro e universal” (ROSS, 1998, p. 49), ocupando apenas o espaço de “animal laborans”. (Arendt, 2007).

Seguindo o raciocínio desse autor, *a priori*, para a sociedade subsiste a ideia cristalizada sobre a incapacidade desses sujeitos, apontando na direção da hipossuficiência qualitativa para concorrer às atividades laborais, julgamento que o aprisiona as formas mais elementares de trabalho.

A expressão não visual cunhada por Ross (1988) vem no sentido antitético ao modo como uma sociedade visual encara o sujeito distinto sensorialmente. Onde o outro é identificado através da referência daquele que vê, sendo que a falta do sentido sensorial da visão é encarada como uma limitação, uma desvantagem.

Em 1955, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) atendendo a Recomendação n. 99, torna público o primeiro documento internacional voltado aos trabalhadores com deficiência, abordando questões que contemplam reabilitação profissional, oportunidade de emprego e o emprego protegido. Decorreram vinte anos para o avanço seguinte; no ano de 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU), aprova em assembleia geral a “Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência”.

A representatividade desse documento compromete os países signatários a reconhecerem e respeitarem a dignidade das pessoas com deficiência e assegurarem igualdade civil e política; proporcionando a essas pessoas tratamento médico e psicológico especializado e garantia econômica – isso significa objetivamente a obtenção e manutenção de emprego e garantia de participação nos sindicatos.

Para o cumprimento do pacto foi estabelecido, através da Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1983, a definição pessoa com deficiência como aquela “cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida **desvantagem física ou mental**”. (grifo nosso).

Entre avanços e retrocessos no campo legal, em 1990 através da Lei 8.112, foi assegurado aos trabalhadores com deficiência o direito de ocupar até 20% das vagas oferecidas em concurso público. Em 1991, surge a alcunhada Lei de Cotas n. 8.213, que tem caráter coercitivo, obrigando as empresas com mais de 100 empregados a preencherem de 2% a 5% dos seus postos de trabalho, com pessoas com deficiência ou beneficiários da previdência reabilitados, conforme a seguinte proporção para empresas com número acima de 100 empregados:

- até 200 empregados, 2%
- de 201 a 500 empregados, 3%
- de 501 a 1.000 empregados, 4%
- mais de 1.000 empregados, 5%

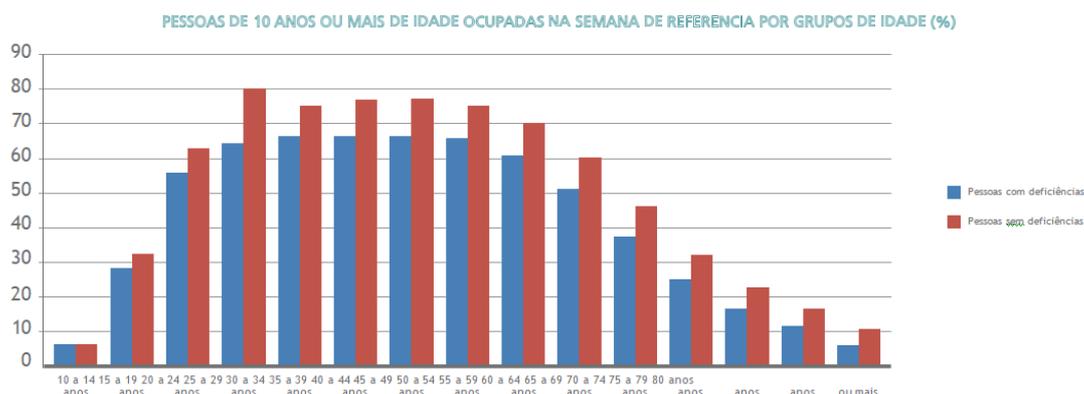
Certamente as normas configuram avanços, porém, no que diz respeito às ações afirmativas que tipificam a qualificação profissional, existem lacunas preocupantes, implicando até o uso distorcido das leis. Acreditamos que vale para a Lei de Cotas a ressalva que Durkheim fez sobre a regra jurídica, “Somos, então vítimas de uma ilusão que nos faz acreditar termos sido nós quem elaborou aquilo que se nos impôs do exterior”. (DURKHEIM, 2001, p. 34). Essa situação denota claramente que está ocorrendo um desvirtuamento de finalidade. Em casos *in concretu* as PcDV saem muito prejudicadas porque são menos aceitas na triagem de seleção.

O maior contingente de pessoas ocupadas na semana de referência foi representado pelo grupo na faixa etária de 40 a 59 anos, cuja população foi de 10 708 757 trabalhadores. Embora seja o menor número dos registros, sendo também, bem menor do que o número da população sem deficiência (948 536), chama nossa atenção a ocupação por faixa etária. Possivelmente, trata-se de cegueira adquirida na idade

adulta. Os associados da ABC, de modo geral, tornaram-se “cegos” (total ou parcialmente) na infância e/ou na adolescência.

O menor número de trabalhadores ocupados foi o da população de 10 a 14 anos com 120 837 pessoas com pelo menos uma deficiência (trabalhando na semana de referência). Pelos critérios do IBGE, um dos indicadores usados para aferir a inserção das pessoas no mundo do trabalho é a taxa de atividade, que mede o percentual de pessoas economicamente ativas na população de 10 ou mais anos de idade.

Gráfico 1 - Grupo de pessoas ocupadas por idade - na semana de referência (%)



Fonte: Censo IBGE- 2010.

Na contagem realizada pelo Censo – 2010, de 86,4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais em ocupação laboral, estão incluídas 20,4 milhões de pessoas com deficiência. Causa impacto, ou ao menos estranheza, crianças em qualquer condição física trabalhando. Em se tratando de uma criança com deficiência, exorbita qualquer expressão de incredulidade.

Outra questão que tem relação direta com a empregabilidade desse conjunto de pessoas é a política insersional do Estado Brasileiro, que prevê em seu artigo 6º da Constituição Federal, no âmbito dos direitos sociais, entre os quais está o ensino universal, a garantia de oferta e manutenção da prestação educacional. A controvérsia entre propósitos e resultados está clara, notadamente, quando as referências são os dados da escolarização da PcDV, as diretrizes educacionais do Estado Brasileiro e a Declaração dos Direitos Humanos que determinam o direito à educação como inalienável e universal. Parece-nos que não estão alcançando os grupos almejados de modo satisfatório.

A importância dessa discussão rumo em direção ao exercício da cidadania através da escolarização capaz de permitir a viabilização de outros direitos, pois prepara as pessoas (em geral) entre outros encaminhamentos, também para o trabalho e para a obtenção de renda que lhes garanta viver com independência e dignidade.

O não cumprimento desses direitos pode representar um dos entraves para o acesso ao emprego formal, ascensão vertical nas empresas e a melhores salários. A Região Nordeste, *locus* da presente investigação, teve o maior percentual de pessoas com deficiência sem instrução e fundamental incompleto⁵⁷. Esse índice reflete muito do cenário da empregabilidade.

Esses índices também têm uma relação direta com a ocupação sem vínculo formal. Possivelmente pode ter implicações com o desinteresse pela qualificação manifestado pelos associados da ABC e retrata o incipiente investimento que tem sido feito pelo Estado em relação a essa problemática.

Através dos entrevistados dessa investigação, foi possível apurar que as políticas públicas somente poderão se aperfeiçoar à medida que forem implementadas com outros princípios (que, possivelmente, gerariam outros resultados daqueles obtidos na atualidade). Foi sugerida uma atuação dos segmentos parceiros, como: organizações governamentais, não governamentais, Instituições filantrópicas e escolas que pudessem atuar em sintonia promovendo políticas diferenciadas e integradoras. Ressalvamos que não há registro de nenhuma iniciativa da ABC nesse sentido.

Em nossa compreensão, as próprias agências estatais estão cientes dessa problemática e já constataram a ausência do Estado em buscar alternativas:

A temática da qualificação profissional é praticamente ausente das negociações: somente uma delas a inclui em seu instrumento normativo e, de forma bastante vaga, registra o compromisso das partes envolvidas na convenção coletiva de trabalho de elaborar projetos específicos para qualificação de pessoas com deficiência e encaminhá-los a instituições responsáveis pela preparação da mão de obra. (DIEESE – 2006).

Outro entrave que influencia essa discussão diz respeito à comunicação entre organismos representativos da PcD e o governo. Essa comunicação tem se mostrado truncada e esbarra na burocracia estatal para aquisição de recursos materiais e humanos.

Os fatos parecem apontar que, de certa forma, a expectativa do governo é que o segmento empresarial também venha a cumprir seu papel com expressiva participação nesse processo de integração da PcD ao mundo do trabalho, repartindo,

⁵⁷ Dados do censo 2010.

assim, as responsabilidades. Os dados também evidenciam que a PcD, segundo a taxa de ocupação, tem a remuneração mais baixa.

Encontram-se em maior precariedade de condições aqueles indivíduos que não figuram nos registros do Censo – 2010, pois estão sobrevivendo à margem do mercado formal. Há um nível diferenciado na ocupação de homens e mulheres. Com um nível de ocupação de 57,3% para os homens e 37,8%⁵⁸ para as mulheres, isso representa uma diferença de 19,5% na discriminação entre trabalhadores e trabalhadoras. Mais uma vez os indicadores apontam que na relação de ocupação por gênero, os homens com deficiência têm mais empregos e melhores salários do que as mulheres. Os homens, também têm maior oportunidade de mudar de função.

As diferenças de ocupação por idade para os variados tipos de deficiência foram significativas: 6% para a deficiência intelectual, 14,1% para a motora, 21,6% para auditiva e **20,8% para a visual** (grifo nosso)⁵⁹. Entre pessoas com e sem deficiência, os números não mentem, existe disparidade na atividade laboral ao usarmos como referência o comparativo de gênero.

De certa forma, a ideia de igualdade como ideal democrático não tem caminhos para ser compreendido no contexto da extensão da nulidade das diferenças, sobretudo, porque as diferenças são reais. Portanto, ao se tratar de atividade material profissional, é imprescindível levar em conta fatores de limitação concretos, que possam dificultar o desempenho bem-sucedido desses profissionais com deficiência visual.

Nesses casos, o indivíduo não é tomado em si ou como entende Ross, “Nega-se sua independência por meio da negação ao direito a uma atividade humana e social digna”. (1998, p. 67). O que tem ocorrido é que as pessoas não-deficientes são contemplados e as deficientes ficam à deriva de uma adaptação em condições inóspitas.

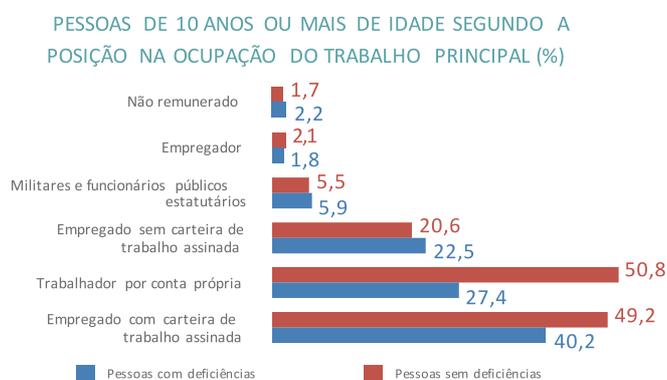
Essa desvantagem contratual levanta a seguinte polêmica: ocorre algum excedente nas cotas da Lei 8.213/1991 dos contratos em empresas enquadradas pelo dispositivo legal? Ou, contrariamente, ocorre um *quantum* de pessoas com deficiência e profissionalizadas que ficam ociosas por falta de alocação no mundo do trabalho, por conta das fissuras nessa mesma lei?

⁵⁸ Em relação ao nível de ocupação o cálculo é feito medindo o percentual de pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas na semana da coleta de dados usando como referência a população total com deficiência. Informado pelo IBGE – Censo 2010.

⁵⁹ Dados do Censo Demográfico de 2010. Fonte: IBGE.

As atuais políticas parecem se mostrar incapazes de reverter a situação ocupacional da PcD no cenário brasileiro. Aqui, estamos entendendo políticas públicas, no sentido de Dias e Matos, ao dizer que “Deve ser levado em consideração que tanto a política, como as políticas públicas, estão relacionadas com o poder de modo geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como manejar os assuntos públicos”. (Idem, 2012, p. 1). No Brasil a ênfase dessas políticas se dá na ação dos governos, se os governantes não são sensíveis a essa problemática as leis ficam engavetadas esperando regulamentação. A análise dos dados do gráfico abaixo dá suporte a nossa crítica.

Gráfico 2- Categorias de pessoas com e sem deficiência na posição ocupação do trabalho principal (%)



Fonte: Dados do IBGE – Censo 2010.⁶⁰

Segundo os dados apresentados nesse gráfico, na categoria de empregados com carteira de trabalho assinada (emprego formal), a diferença foi de nove pontos percentuais, na relação contingente para o segmento das pessoas sem nenhuma das deficiências, a variação mostra a proporção de 49,2% e 40,2%. Entretanto o nível de ocupação percentual de PcDV não chega a 5%. É a segunda categoria mais discriminada. Através dessa leitura os trabalhadores não remunerados representam 2,2% para a população com deficiência e 1,7% para a população sem nenhuma das deficiências.⁶¹ A distancia é mais evidente quando se trata da deficiência visual.

É possível que esse seja outro indicador da anomia social que assola esse conjunto de pessoas. O número de empregados com a carteira assinada é um marcador

⁶⁰ Pessoas de 10 ou mais anos de idade.

⁶¹ Informações extraídas das Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

que revela efeitos da Lei de Cotas e enquadram-se na categoria dos “desfiliados” na versão de Castel (2015). O número de sujeitos sem carteira assinada quase sempre se tornam ambulantes ou artesãos e são em número significativamente maior do que os dados evidenciam. Por amostragem, a ABC tem 70% dos seus associados desempregados, ambulantes ou apenas pensionistas (BPC).

As PcD que ocupam função pública, na maioria dos casos estão na função devido à reserva de cotas da previsão legal. Em relação às PcDV, é comum o desvio de função no serviço público pela crença de sua inabilidade ou pouca aptidão para o cargo ao qual concorreu. Os não remunerados são aqueles que não estão recebendo nem a assistência do Estado, nem a Institucional. São mendigos que vivem nas ruas à mercê da própria sorte.

No *ranking* das entrevistas realizadas na ABC (2015-2018), as políticas públicas no Brasil, aparecem como indispensáveis para melhoria desse conjunto de pessoas. Os associados acreditam que as políticas estatais devem se enveredar por um caminho mais participativo, sendo indispensável a presença de representantes do conjunto de PcDV para debatê-las e aprimorá-las. Nessa tessitura, também é necessário corrigir os fios que foram desviados, aqueles que têm fragilizado a Lei de Cotas. É necessário a intensificação da fiscalização.

4.4 A pessoa com deficiência e a relação laboral: uma perspectiva arendtiana

Na antiguidade clássica, não havia distinção entre labor e trabalho. Em seu postulado, Hannah Arendt (2007) empenha-se em demonstrar a distinção entre trabalho e labor como evidência fenomenológica incontestável. Diz a autora que, a *priori* etimologicamente as línguas europeias antigas e modernas possuem duas palavras diferentes: labor e trabalho para designar aquilo que mais tarde foi assimilado como a mesma atividade, portanto, sinônimas.

Na Grécia, por exemplo, a posição daqueles que se ocupavam com o labor era considerada de menor importância. Na distinção atribuída pela sociedade grega havia o *labor*, *práxis* e *poiesis* no sentido da vida contemplativa. Esta última, ao que parece, ocupava um lugar superior a qualquer plano da vida ativa na tradição desse povo, para o qual essa distinção se apresentava em vários níveis de nobreza ou liberdade. De acordo com Arendt (2007) essa ideia ainda perpassa os nossos modos de julgar a atividade humana, mesmo que de forma inconsciente ou sub-reptícia.

Para Arendt (2007), o mundo contemporâneo reduziu o trabalho à simplificação de labor, esforço, rotina e cansaço com o único objetivo de sobrevivência. Seria essa a única perspectiva possível para a PcDV? Com efeito, concordamos que Albornoz esteja sendo razoável ao perguntar: “Estaria ocorrendo uma laborização do mundo?”. (ALBORNOS, 2008, p. 50).

Transpondo para a realidade da PcDV, de modo geral, independentemente da formação, as ofertas de empregos que têm sido oportunizadas estão seguindo a trajetória de perpetuar a ideia de rotina, cansaço e sobrevivência. Nesse contexto, os sujeitos são recrutados para ofícios mecânicos, exigindo pouco talento intelectual, funcional ou criativo. Do nosso ponto de vista, essas ocupações como única alternativa possível, reforçam a ideia de descrença em suas habilidades e capacidades.

Prosseguindo com Arendt (2007), após a apresentação lexical a autora faz uma importante distinção da função sintática atribuída aos termos labor e trabalho. De acordo com esse entendimento, a palavra “labor” como substantivo jamais designa o produto final. Isto é, o resultado da ação de laborar permanece como substantivo verbal com efeito de uma espécie de gerúndio.

Já a palavra trabalho deriva o nome de seu próprio produto. Mesmo na contemporaneidade a forma verbal da palavra trabalho se tornou obsoleta. Justificada a afirmação em termos históricos, os significados atribuídos são a seguir interpretados pela autora,

O motivo pelo qual esta distinção permaneceu ignorada e sua importância nunca foi examinada nos tempos antigos parece-nos bastante óbvio. O desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo, esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizando-se à medida em que as exigências da vida na ‘polis’ consumiam cada vez mais tempo dos cidadãos e com ênfase em sua abstenção (*skhole*) de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço. (ARENDR, 2007, p 91).

Na era moderna, surgem distinções do tipo: trabalho produtivo x improdutivo; trabalho qualificado x não-qualificado. Sobrepõe-se a ambos, pela relevância que foi atribuída a dicotomia trabalho manual x intelectual. Mesmo ciente dessas divisões

Arendt (2007) afirma que somente a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo⁶² aprofunda essa questão.

Nesse contexto de fato apontar que essa distinção se constitui em um ponto nevrálgico coincide com os depoimentos. Também é possível considerar que as chaves dessas determinações em relação a PcDV perpassam pela cristalização do imaginário coletivo que construiu a representação simbólica da PcDV como “inválida”, “coitada”, “inútil” ou “pedinte”. Sendo que, não raras vezes, esses sujeitos são apenas tolerados no mundo produtivo, quase sempre, por força de algum estatuto legal ou atendimento caritativo.

Com efeito, para Arendt (2007), o aspecto devorador da atividade do labor somente se torna visibilizado a partir do ponto de vista do mundo em oposição ao trabalho. Essa afirmação nos conduz a acompanhar o raciocínio utilizado pela autora: qual a importância que assume o termo “labor” na modernidade? Sob a ótica arendtiana entre todas as atividades humanas somente o labor, e não a ação, nem mesmo o trabalho, é interminável, retratando o curso natural da própria vida.

4.5 De “animal laborans” a “homo faber”: qual o lugar destinado à pessoa com deficiência visual ?

Retomando a vertente discursiva que preside o processo de labor e todos os processos de trabalhos executados a maneira do labor, o produto final não é resultante do esforço intencional do homem, nem o produto que ele possa desejar, mas do próprio movimento do processo e o ritmo que este impõe aos operários. (ARENDR, 2007).

É desse processo que a PcDV tem sido desligada pelo simples diagnóstico prematuro, muitas vezes inconsequente, de incapacidade laboral. Ou seja, de improdutividade para o trabalho em uma perspectiva processual consistente. Esses depoimentos estão carregados de importância, sobretudo pela sua atualidade. Cujas formas de exclusão tem ocorrido em um âmbito societal cuja atividade profissional é um referencial.

Por isso, nessa paisagem, de declínio do emprego, desponta a reflexão: O que pensar das poucas alternativas laborais que são dadas às PcDV?

⁶² Sem adentrar-nos a questão que é ampla, para Smith e Locke as características genuínas do labor eram vistas como irrelevantes. Segundo Arendt (2007, p. 115), Smith chamava de “trabalho improdutivo” todas as atividades relacionadas ao consumo.

Diz Arendt (2007) que o trabalho, além do labor e da ação é um dos elementos da vida ativa. Segue nessa mesma direção Albornoz, ao diferenciar labor e trabalho: “O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. (ALBORNOZ, 1988, p. 23). Levando em conta o aforismo das autoras que parecem seguir com ideias similares nesse eixo temático, para essa investigação, privilegiamos aproximações aos significados atribuídos por Arendt; inclusive em nosso entendimento essa autora influenciou as concepções de Albornoz.

Para Arendt (2007) a ideia é que o trabalho não está necessariamente contido no ciclo repetitivo vital da espécie. Ou seja, o trabalho é o meio pelo qual o homem cria coisas a partir do que extrai da natureza, convertendo o mundo em uma espaço de objetos compartilhados.

Seguindo os passos dessa distinção, Albornoz (1988) apontou que o labor como processo de transformação da natureza serve para a satisfação de necessidades vitais do homem. Já o trabalho como processo de transformação da natureza serve para responder àquilo que é um desejo do ser humano, emprestar-lhe certa permanência e durabilidade histórica.

Diante desses pressupostos de que modo essa questão se materializou para o sujeito com deficiência visual? Em seu processo histórico, esses sujeitos têm sido renegados em sua completude da experiência social, esses “vetos” se manifestam de vários modos: primariamente a baixa escolaridade; secundariamente, inaptidão artificialmente criada para as exigências do mundo do trabalho.

A ruptura do isolamento das PcD e a escola regular tem a representação simbólica de renascimento. Damasceno ilustra esse processo representando através [dos] “os cegos que saíram de seus túmulos domiciliares e se lançaram ao processo de construção de seu devir”. (2016, p. 62). Assim, tendemos a chamá-los de desbravadores.

No contexto dessa investigação, os desbravadores são aqueles representados pelos que buscam e lutam pela qualificação e melhores oportunidades de vida através do trabalho. Entendemos que esses sujeitos permanecem seguindo na contramão desse processo de inclusão que exclui devido à falta de escolha, especialmente, nas questões do trabalho.

Perseguimos a compreensão dessas relações emaranhadas e os seus sentidos. Percebemos que não se trata apenas da fórmula de sobrevivência do “*animal*

laborans”. Exponencialmente existem outros pontos igualmente importantes, como: referência, pertencimento, status, realização, reconhecimento social como cidadão entre muitos outros. Parece um fosso intransponível, considerando que há um número elevado de PcD vivendo aquém da condição humana, nos termos defendidos por Arendt.

A condição humana para autora *a fortiori* equivale a três atividades fundamentais que dão sentido à vivência do homem na terra, como já mencionadas anteriormente, são elas o labor, o trabalho e a ação. A esse ciclo tríade chamou “vita activa”. Essa ideia se vincula à afirmação do homem como ser vivo, conquistando seu espaço no mundo em que vive e atua. Essa condição humana que é direito de todos, o que inclui naturalmente a PcD, assim se apresenta:

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. (i) os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. (ii) O mundo no qual transcorre a “vita activa” consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais, O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. (iii). É por isto que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. (ARENDR, 2007, p. 17).

Interpretando os pontos em destaque na tentativa de estabelecer pontes entre essa construção teórica e nossa investigação:

- (i) A condição da deficiência, ou seja, a desvantagem em decorrência desta, não retira desses sujeitos a mesma condição humana que toca aos outros seres humanos, como está explicitamente colocado pela autora. O sentido de uma vida plena alcançando a condição do “homo sapiens” (terceiro estágio) é uma meta que deve abranger e ser alvo, também, para esse conjunto de pessoas.
- (ii) Se a esse conjunto de pessoas não for oportunizado “entrar em contato” com o mundo do trabalho qual espécie de condicionamento devemos esperar ocorrer? Em nosso entendimento essa exclusão implica em retirá-los da vida natural, encerrá-los no dizer de Damasceno (2016) no “túmulo domiciliar”. À luz de Arendt seria privá-los da “vita activa”.

- (iii) Se as oportunidades permitidas para as PcDV forem apenas a de interagir com a própria família e a “sua” Instituição assistencial esses sujeitos, de certo modo, vão estar aquém da condição humana defendida por Arendt. Nesse viés, consideramos que espaços institucionais restritivos demais para o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança desses sujeitos como cidadãos impedem que haja o seu crescimento, desenvolvimento e incorporação social e laboral

Arendt (2007) inicia seu postulado afirmando que existe distinção entre labor e trabalho e até desenvolve sua conceituação de “vita activa”. Com efeito, não foi sem propósito, que abordamos essa investigação como relação laboral da PcDV, não buscamos com isso atender um desiderato particular.

Nos propusemos a abordar o caráter da profissiografia da PcDV por se tratar, em nosso entendimento, que no atual estágio desses sujeitos, um seletivo grupo já alcança uma mescla do estágio de “*homo faber*”, porém, o maior contingente ainda permanece como “animal *laborans*”. A essa dimensão nós nomeamos como “fase intermediária” cujos matizes do animal *laborans* e do outro (*homo faber*) não se distinguem nitidamente.

A noção que tomamos por empréstimo de Arendt e esboçamos aqui nesse trabalho, implica no resultado do ciclo da vida como organismo perecível, para explicar nossa noção de labor:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. (ARENDR, 2007, p. 15).

Claramente, a concepção que enfatiza o estágio do “animal *laborans*” dá-se quando o labor é fruto da necessidade biofisiológica inacabável, que se assemelha aos ciclos biológicos dos organismos vivos, se encerrando com a morte. Ou seja, quando os sujeitos ainda estão lutando pela sobrevivência através da satisfação das necessidades básicas. Essa fase é particularmente vivenciada pelas PcDV.

Trazendo essa discussão para um campo mais específico, o *corpus* dessa investigação, em sua maioria, os indivíduos entrevistados ainda estão nessa luta pela sobrevivência através da satisfação das necessidades primárias. Desse modo, parece adequado o gráfico abaixo para esclarecer que esses sujeitos ainda estão transitando em uma espécie de fase intermediária (entre “*animal laborans*”, entre “*Homo faber*”) cujo óbice social não os permite avançar, muito menos transpor.

Pensando sobre a disparidade entre a ocupação de pessoas com e sem deficiência, além disso, ainda em condições laborais precárias, aproximamo-nos, mais uma vez, do pensamento de Arendt. A autora considera que esse processo a que chamamos “estágio” não se desvincula do homem. Além disso, no estágio “labor” a atividade é vã não produzindo nada de durável e sacrificando o “animal laborans” a uma vida sem expressão e com limitação para apenas perpetuar a sua espécie. (ARENDR, 2007).

Assim, a descrição da autora para o “animal laborans” é suficientemente explicativa para caber em nosso argumento do estágio intermediário que a PcD ainda ocupa:

[...] o animal laborans não foge do mundo, mas dele é expelido na medida em que é prisioneiro da privatidade do próprio corpo, adstrito à satisfação de necessidades das quais ninguém pode compartilhar e que ninguém pode comunicar inteiramente. (ARENDR, 2007, p. 131).

A autora prossegue explicando que o rito de passagem de “animal laborans” para “Homo faber”, que nós chamamos de segundo estágio, corresponderia a “vita activa”. Esse estágio é marcado pelo momento em que o indivíduo passa a ter domínio sobre a natureza, onde o indivíduo por meio do trabalho objetiva um resultado que pode ser mensurável. O resultado dessa atividade executada culmina em um produto ou um bem de consumo, colocando-o à frente do “animal laborans”.

Ingressa nessa esfera aspectos como a criatividade e capacidade de fabricar objetos que possuam valor de uso ou troca. Essa laboração mais sofisticada o permite permanecer no mundo, não como servo da natureza, mas como soberano da terra. (ARENDR, 2007). Nessa esteira, Pastore faz uma abordagem sobre a função da sociedade que parece complementar o sentido do postulado da condição humana que Arendt defende. Lembrando que esse autor é um pesquisador da problemática que envolve o mundo do trabalho para PcD.

[...] de que a sociedade que cria condições para os seus cidadãos fazerem crescer a sua dignidade é uma sociedade mais digna. Para tanto, é preciso definir e praticar políticas adequadas e que levem em conta as necessidades dos portadores de deficiência e do mundo que os abrigará na hora de trabalhar”. (PASTORE, 2000, p. 33).

Nesse sentido, é admissível deduzir que a cada “estágio” que o indivíduo avança para a “vita activa” irá agregando novos valores e conhecimentos trazidos da fase antecedente. Entretanto, como consideramos que a PcDV ainda permanece em

“fase intermediária” é explicável que as laborações desses sujeitos estejam limitadas aos aspectos que dizem respeito a esfera da criatividade e da capacidade de fabricar objetos que possuam valor de uso ou troca, como seria de esperar-se na fase do “*Homo faber*”.

Para nós, a questão merece outro enfoque. Nessa perspectiva, a falta de desempenho imputada a PcDV teria mais a ver com barreiras atitudinais, ausência de qualificação adequada ou oportunidade de profissionalização específica. Nesse sentido, vários autores defendem que a desvantagem ou falta de qualificação é apenas tergiversação. (Oliver, 1990; Barton, 1996; Barnes, 1998; Pastore, 2000).

O “*Homo faber*” goza da prerrogativa de criação e destruição baseado na ideia de que nenhum dos produtos é tão vital à sua sobrevivência. Diz Arendt, que nesse processo, “o *Homo faber* é realmente amo e senhor, não apenas porque é o senhor ou se arrogou o papel de senhor de toda natureza, mas porque é senhor de si mesmo, de seus atos”. (ARENDR, 2007, p. 157). Essa conquista em “ser senhor de si mesmo” é o grande desafio para a completude da PcDV. Mas, igualmente é elemento essencial para sua transposição de estágio.

Muitas vezes, o sujeito com deficiência é impelido pelo medo, para Pastore, “A sociedade que não provê os necessários ajustamentos acaba aprisionando os portadores de deficiência dentro de seu próprio corpo”. (2000, p. 28). Outras por embarços diversos imergindo na representação simbólica daqueles que têm incredulidade no seu potencial, não assumindo o empoderamento de si mesmo.

No mundo do trabalho, as tarefas mecanizadas e repetitivas destinadas à ocupação da PcDV compatibiliza-se mais com os constructos sociais de menor capacidade, representada pelo “animal *laborans*”. Nessa dimensão, encaixamos aquela que consideramos a melhor noção de eficiência que encontramos para descrever o quadro laboral da PcD:

Afinal, as suas vidas se desenrolam dentro de ambientes concretos. As oportunidades de trabalho dependem de sua capacidade de trabalhar e da disposição da sociedade em abrir espaços para as atividades produtivas. Isso, por sua vez, requer uma compreensão adequada da questão de quem pode gerar oportunidades de trabalho para os portadores de deficiência. Exige uma visão clara do seu lado eficiente. (PASTORE, 2000, p. 33).

Vários depoimentos dos nossos entrevistados (2015 - 2018) reportaram que não importa a qualificação, já existe um lugar predestinado para PcDV. Retratando esse quadro lamentável, nossos interlocutores denunciaram que as empresas, no

processo de triagem para selecionar/contratar pessoas, faz as entrevistas, testes e outras formas de acesso tão somente para encobrir essa predestinação. No entendimento de PASTORE (2000), trata-se do importante papel dos “estímulos ou desestímulos” que são oferecidos.

4.6 A ação não ocorre no isolamento

A terceira atividade fundamental na perspectiva da vita “activa” de acordo com Arendt (2007) é a “ação”. Esse processo por sua vez só pode ser exercitado com outros indivíduos, tem como condição indispensável a convivência pois (conforme afirma a autora) é impossível “a ação” ocorrer no isolamento.

A autora postula que “A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde a condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”. (ARENDRT, 2007, p.15). O reconhecimento dessa condição humana de pluralidade tem sido, claramente, um objetivo do movimento de PcD em todo o mundo.

A perspectiva de reconhecimento para com esses sujeitos (PcD) fundamenta-se no alcance da ação e efeitos do verbo reconhecer. Ou seja, estamos nos referindo ao ato de examinar algo ou alguém com atenção sem estigmatizá-lo. Isso também coloca em relevo a necessidade de conceder direitos efetivos e igualitários mesmo diante das singularidades individuais ou coletivas (movimento).

Esse caráter está claramente circunscrito na igualdade e diferença, muito bem expressados, no axioma de Arendt, sobre a condição básica da ação e do discurso:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem duplo aspecto: de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreenderem-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, de cada ser humano não diferisse de todos que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender”. (ARENDRT, 2007, p. 188).

Com efeito a dimensão do **reconhecimento** na temática da PcD não ocorre quando admitimos seus esforços diante da desvantagem física ou intelectual. Contrariamente, busca-se a aceitação da diferença como força de potência de sua ação. Ousamos dizer que a aplicação do conceito de “*Homo sapiens*” de Arendt (2007) onde

o indivíduo transpõe a sua condição de trabalhador para a de cidadão seria a medida exata do reconhecimento⁶³ almejado por esse conjunto de pessoas.

Essa proposição de reconhecimento remete ao homem livre (autogovernado) que faz parte do espaço de uma esfera política que articula e integra a capacidade de falar e agir. É através do “*Homo sapiens*” que a nossa marca humana se efetiva pela ocupação do espaço plural não pela presença física [ou condição física], mas pelo modo de ser e agir empenhados na construção de um mundo melhor para todos. (ARENDDT, 2007).

Com esses elementos ideacionais, a autora buscou evidenciar as várias manifestações humanas mediante o trabalho. Em epítome, os seres humanos são figurados representativamente através do “*animal laborans*” que prioriza a própria sobrevivência e daqueles em seu entorno buscando sistematicamente a autossuficiência biofisiológica; o “*Homo faber*” marcado pela interferência na natureza tornando-se indivíduo e o “*Homo sapiens*” configurando o discurso e a ação. Em outras palavras, a construção da existência, a busca de si e a evolução intelectual.

A autora assinala que a condição humana do trabalho é a “mundanidade”. (2007, p. 15). Entendemos que essa afirmação sugere que a atividade não mais necessita do organismo humano por inteiro, e o homem passa a ser dependente de suas mãos, ferramenta essencial que o transportou da condição de “*animal laborans*” para o “*Homo faber*”. Considerando o estágio atual idiossincrático da PcDV ainda não foi completado esse rito de passagem.

Nesse breve esforço analítico-reflexivo, buscamos evidenciar as três atividades fundamentais para a “*vita activa*” elaborada por Hannah Arendt, sobretudo, na tentativa de estabelecer pontes de diálogo com Pastore um pesquisador que aborda a deficiência e o trabalhador com deficiência. Em nosso juízo, as elucubrações que formulamos são apenas alguns rabiscos diante do edifício monumental da obra dessa escritora e do valoroso trabalho intelectual de Pastore. Contudo, nos sentimos incentivada pela sugestão de ARENDT (2007) de que nenhum ser humano pode abdicar do discurso e da ação, sem a qual a vida humana sucumbiria.

⁶³ Assemelhando-se ao que ocorria na *polis* grega onde os homens se desatrelavam das suas necessidades naturais ou animais para o agir livre.

4.7 Seriam as pessoas com deficiência visual inempregáveis⁶⁴: decisão entre a qualificação ou assistencialismo

A temática da PcD no mundo do trabalho é uma problemática muito recente e carece de um lapso temporal maior para uma caracterização sócio histórica. Entretanto, em nosso diálogo com Castel (2015), aparece a questão do mundo do trabalho para aqueles que não possuem uma deficiência tipificada e a ameaça de fratura que assombra a sociedade contemporânea, crivada pela precariedade, vulnerabilidade, exclusão, segregação, desterro e desfiliação.

A assimilação no mundo do trabalho (frente de empregos) para a PcD ainda não avançou até esses estágios de precarização. Em nossa percepção, isso ocorre porque esses indivíduos ainda ocupam um estágio primário (labor). Essa posição para ser transposta envolve desde a ruptura das barreiras sociais, até o bloqueio das barreiras atitudinais. Exige o espaço para criar oportunidade para qualificação e somente depois desses avanços alcançará o estágio de ocupação espacial no mundo do trabalho.

Essas barreiras podem ser assinaladas como condições impeditivas desses sujeitos já terem alçado ao estado que foi descrito por Castel, mesmo sendo um estágio espantoso para a evolução do emprego na sociedade contemporânea. Inclusive é possível afirmar, que existe ainda, uma condição bem desigual para a PcD (e não estamos nos referindo a desvantagem). Esse cenário também corrobora para colocar em melhor posição os desempregados sem deficiência, em relação aos empregados com deficiência em termos de oportunidades no mundo do trabalho.

Daí a nossa pretensão em esclarecer que existe uma condição desigual entre o sujeito que se percebe sendo afastado do trabalho, perdendo direitos nesse campo e tendo que se sujeitar a condições acerbadas de reingresso às suas atividades; e a PcDV que raramente tem o acesso, e quando acessa é de modo precário e restritivo. São lutas diferenciadas, a luta da PcD ainda é pelo direito básico e inalienável em empoderar-se como um trabalhador/a.

Nesse estudo, estamos pensando conceitualmente o “trabalho” no viés de Castel,

Não penso aqui o trabalho enquanto relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte

⁶⁴ A expressão vem de Castel, 2015, p. 27.

correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos da existência”. (CASTEL, 2015, p. 24).

Nesses termos, sem dúvida, não há como discutir integração ou inclusão da PcDV sem perpassar pela sua profissiografia e relações de trabalho. Certamente que essa discussão, obrigatoriamente, será trespassada pela exclusão. Na tessitura relacional que entremeia a qualificação e o acesso ao mundo do trabalho encontramos alguns “nós” apertados demais que demandam desatamento.

Um desses “nós” é a questão do assistencialismo. As opiniões se dividem entre os pesquisadores da PcD; nesse dissenso, alguns consideram que o BPC representa uma solução conjuntural para a PcD. Mas nesse caso, nos intriga a questão de qual objetivo-motivo esses sujeitos encontrariam na qualificação profissional? Pensamos na perspectiva de Castel (2015), que a instituição do livre acesso ao trabalho é, sem dúvida, uma revolução jurídica tão importante quanto a Revolução Industrial da qual, aliás, é a contrapartida.

Pedimos permissão ao leitor para fazer um breve esclarecimento sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC para depois retomar o fio da exclusão. Esse benefício é resultado de uma política assistencial de transferência de renda, com caráter compensatório. É dirigido àquela parcela da população que não tem condição de prover sua própria subsistência através do trabalho e, também, se enquadra em critérios de renda familiar.

Em nossa interpretação os caminhos percorridos pela Lei de Cotas (emancipação) e BPC (assistência) são opostos. O divisor de águas é a avaliação da capacidade para o trabalho ou a incapacidade (*discapacidad/invalidez*). A base para concessão ampara-se em um sistema avaliativo complexo e multifatorial da CIF.

Quanto à contribuição da OMS (2001) foi sua a responsabilidade pelo sistema de ampliação da concepção de doença/saúde focando na funcionalidade e não na incapacidade. Assim a CIF agregou também, a avaliação dos fatores sociais e das condições concretas de vida.

Prosseguindo, é importante no contexto dessa discussão a distinção apresentada por Castel (1998), apontando para a existência de políticas de integração (universais) transformadoras de toda sociedade e as políticas de inserção que estão voltadas para determinados grupos em desvantagem. A segunda, ao invés de ser transformadora e emancipatória, tem apenas efeitos reparadores da desigualdade

social. Pelas informações obtidas a partir do *corpus* de nossa investigação, o benefício recebido pela PcDV parece ser uma realidade que se aproxima da segunda distinção.

Na prática, os depoimentos e os fatos denunciaram que sem o constrangimento legal e a ameaça de punição, às empresas enquadradas pela Lei de Cotas, colocar-se-iam em oposição à contratação de pessoas com cegueira total. Entretanto, a mesma lei que tutela também asfixia, as brechas encontradas nesse estatuto legal permitem uma concorrência desleal entre as próprias PcD que apresentam menor desvantagem. Ou seja, o fator determinante para a empregabilidade é o grau de maior ou menor comprometimento.

Isso nos alerta de que há sempre o perigo latente das PcD enveredarem-se pelo cenário descrito por Castel, “Descobre-se, então, que a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade”. (CASTEL, 2015, p. 45). Nesse sentido é apropriado pensar que o termo exclusão se aproxima da noção perspicaz de “desfiliação” para explicar a forma pela qual os sujeitos com deficiência se submetem às políticas institucionais desfavoráveis.

A desfiliação é compreendida preliminarmente como uma ruptura de relações com as redes de integração primária. Compreendendo-se a integração primária como ideia formal e abstrata derivada das reflexões de Alain Caillé⁶⁵ de oposição a uma socialidade construída a partir da participação de grupos, supondo uma especialização das atividades e das mediações institucionais. Onde cada indivíduo se encontra no interior de uma rede complexa de trocas cujas duplas entradas: a dependência do sistema de contratação no mundo do trabalho e a inscrição no sistema das solidariedades e das coerções estão representadas pelas instituições e políticas públicas defasadas. (CASTEL, 2015).

Assim, toma corpo a ideia de “zonas” de Robert Castel que descreve os processos de transição dos sujeitos: por exemplo, da integração à vulnerabilidade, ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social. É oportuno dizermos que a exclusão é entendida pelo autor como processo estanque designando estados de privação, ao passo que a ideia de desfiliação é um conceito mais dinâmico que evidencia os processos que engendram essas carências. Quando falamos em desfiliação nos referimos ao sentido postulado por Castel (2015) que se aproxima

⁶⁵ Robert Castel (2015) citou a obra de Caillé “Socialité primaire et société secondaire”. In: Splendeurs el cuisères des sciences sociales, Genebra - Paris

muito da realidade apresentada pelo *corpus* da investigação em suas “zonas” (Idem) de transição.

No entanto, para melhor adentrarmos nessa tessitura é importante fazer um levantamento do cenário atual do trabalho em geral. Ressalvamos que em nosso entendimento não é, isoladamente, a precária ou ausente qualificação a vilã na questão da empregabilidade de PcDV.

Seguindo na vertente do mundo do trabalho, entendemos que o fenômeno do desemprego é uma verdade inconteste e está generalizado na atualidade. Castel expressa sua apreensão dessa problemática, afirmando que a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de “trabalhadores sem trabalho” considerados os “supranumerários”.

Queremos lembrar que a questão dos trabalhadores desempregados também foi evocada por Arendt (2007) com a mesma intensidade e inquietude. Assim, levando em conta a dimensão que o tema emprego assumiu depois dos anos 1970, vamos tomar por empréstimo as indagações de Castel referindo-se aos desempregados; adaptando-as à questão das políticas públicas de inserção da PcD: Estarão elas à altura das rupturas que se aprofundaram? Trata-se de modernizar as políticas públicas ou de dissimular sua derrota? (CASTEL, 2015, p. 497).

Com esse esteio, estabelecemos a seguinte conexão: se uma das bandeiras do movimento político da PcD, se a perspectiva das Instituições e se o próprio indivíduo com deficiência almeja independência e autonomia; não seria a atuação desses sujeitos indispensável para indicar condições para que isso ocorra?

Retomando a discussão pelo viés da concessão do BPC, as perspectivas aventadas para atingir a autonomia e independência, provavelmente, eliminam sugestões ingênuas como o BPC como fonte de sustento. Além disso, escancara a questão que sem parcerias e políticas públicas consistentes, Instituições como a ABC, dirigem-se para um desfiladeiro.

Usando a categoria do “vagabundo” que Castel denominou como “posição-limite em relação a uma gama de situações cujo lugar é igualmente mal assinalado numa sociedade cadastrada” (CASTEL, 2015, p. 598), podemos fazer a conexão que igualmente as PcDV ainda não foram ligadas aos sistemas de regulação tradicionais que comandam o mundo do trabalho, ocupando também essa “posição-limite”. A assimilação “desvantagem=deficiência” nesse contexto assume uma dupla bifurcação:

da vulnerabilidade física ou intelectual e também a da desvantagem competitiva.

Nossa afirmação é reverberada na seguinte circunstância descritiva:

Não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender. Assim, os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida numa interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral”. (CASTEL, 2015, p. 601).

A ilação dos elementos apontados pelo autor nos indica que já existe uma representação imagética socialmente estabelecida. Relativo à PcDV, parece estar cristalizada, ligada a uma incapacidade que não é testada, nem mesmo comprovada. Daí a importância de políticas públicas adequadas e eficazes para refazer a construção imagética desses sujeitos. Fazemos coro com a ideia de que o poder público é a única instância capaz de construir pontes entre os dois polos do individualismo e impor um mínimo de coesão à sociedade. (CASTEL, 2015).

Com essa tixotropia do Estado e a ausência de uma política insersional, supomos adequado tratar as PcDV empregando a notável expressão de Castel “órfãos da sociedade salarial”. (CASTEL, 2015, p. 610). Mas, obviamente essa orfandade retroage ao sistema educacional inadequado e à qualificação incompleta e/ou precária.

Para corrigir sua ausência, “O Estado social deveria desenvolver a responsabilidade de realizar seu mandato de fiador do pertencimento de todos a uma mesma sociedade”. (CASTEL, 2015, p. 610 -11). Enquanto esperamos esse modelo social se efetivar, *a PcDV vai exercendo o seu labor como aquele que nasceu para servir e trabalhar, mas que sabe também conjugar felicidade com rebelião, sofrimento com libertação*. (ANTUNES, 2011)⁶⁶.

Ricardo Antunes, por duas décadas, dedicou-se aos estudos do mundo operário no Brasil. Por outras duas décadas, refletiu sobre o mundo do trabalho nos países capitalistas do Norte. Com essa considerável bagagem e experiência, fundamentou a obra “Continente do Labor”, obra de onde extraímos o conceito de labor supracitado. Nossa escolha proveio do entendimento de que se trata de uma visão conceitual totalmente aplicável às relações laborais da PcDV.

⁶⁶ Trazemos o autor com a finalidade única de enfatizar que Antunes em seu conceito de labor nos leva a refletir sobre àquilo que foi colocado em relevo pela corrente da Abordagem Social da Deficiência sobre a relação laboral da PcD.

4.8 Considerações provisórias ao capítulo III

Novas representações precisam emergir e se tornarem atraentes para que a PcD faça a transição do assistencialismo à assistência comprometida com a ideia de gradativamente levá-los à autonomia. Em nossa compreensão, um dos fios que devem compor essa tessitura é a profissionalização.

Esse processo de construção do devir não é mera abstração da PcDV para demonstrar a sua competência de ser sua própria provedora. Acreditamos que o BPC como garantia deve ser utilizado como um instrumento de garantia, que nos casos em que ocorra um retrocesso ou insucesso, sujeição de qualquer profissional, o Estado promova uma garantia mínima de sobrevivência.

Contudo, se as barreiras atitudinais criam entraves meritocráticos, torna-se necessário e urgente a intervenção legislativa para oportunizar categorias com especificidades peculiares. Porém, a característica genérica da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, (lei de contratação de PcD nas Empresas) também cria barreiras para grupos peculiares, como os subconjuntos de PcD (tipos diferenciados de deficiências) serem contratados devido as suas singularidades.

Para corrigir esse deslizamento de sentido presentificado na chamada “Lei de Cotas”, caberia iniciativas mais efetivas para o empregamento de todas as PcD, inclusive as PcDV. Além disso, promover a ruptura de representações cristalizadas, desconstruindo ideias sobre a PcDV ser apta, apenas, para desenvolver atividades manuais.

A *fortiori*, é possível afirmar, que a falta de profissionalização não é o único fator determinante da baixa empregabilidade dos sujeitos com deficiência visual. As condições gerais de ruptura com a desigualdade e exclusão precisam efetivarem-se em uma construção sólida e integrada entre o terceiro setor e o Estado, apoiados por parcerias (indispensáveis) do setor privado, constituindo-se em uma trama com fios bem amarrados, capazes de entrelaçarem-se firmemente para formar um tecido bastante resistente.

CAPÍTULO IV

5 ANÁLISE DO CONTEÚDO: ESQUEMATIZANDO O *CORPUS*

Antes de indagar qual o método que convém ao estudo dos fatos sociais, é importante saber que fatos definimos assim.

[...]

É uma resultante da vida comum, um produto das ações e das reações entre as consciências individuais; e se ressoa em cada uma delas, é em virtude da energia especial que deve justamente à sua gênese coletiva. Se todos os corações vibram em uníssono, não é por causa de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque uma mesma força os move no mesmo sentido. Cada um é arrastado pelos outros.

Émile Durkheim⁶⁷

Para esse capítulo final, propusemo-nos a aplicação do instrumento metodológico defendido no postulado da “Análise de Conteúdo” de Lawrence Bardin (2016). Com essa perspectiva, buscamos compreender o fenômeno em estudo, fazendo o processamento da coleta de dados formado pelo *corpus* investigado, selecionando duas do total de oito entrevistas que apresentaram resultados mais elucidativos para essa investigação; as submetemos à técnica de análise temática, análise sequencial e jogo de oposições.

Esse instrumento de análise foi nosso ponto de ancoragem do esquema formal proposto por Bardin (2016) que nos permitiu a sistematização das observações na ABC, no período de 2015-2018. Assim, oscilamos entre os dois polos: o rigor da objetividade (DURKHEIM, 2011) combinando com a fecundidade da subjetividade conforme sugere Bardin.

Articulamos as proposições desses autores, para a análise de alguns excertos, imbricando pela vertente de fato social de Émile Durkheim. Permeamos alguns dos princípios desse autor que caracterizam o fato social, visando nessa tessitura, entrelaçar o conceito de fato social (Durkheim) a situações concretas na ABC. Também observamos o impacto das ações e das reações em suas cotidianidades buscando compreender que potência alavanca esses sujeitos, individual e coletivamente, para a formação profissional.

Quanto às regras relativas à observação dos fatos sociais, Durkheim (2011) chama a atenção para uma regra fundamental que é tratar os fatos sociais como coisas, que devem ser prolongadamente descritas e explicadas. Para atender a tal intento,

⁶⁷ Citado na referência, 2011, p. 31; p. 37.

buscamos fazer a análise sequencial temática e jogo de oposições com os excertos das entrevistas mencionadas, na tentativa de melhor retratar o ambiente da Associação e sua relação com o entorno, buscando compreender qual é a alavanca que os move à profissionalização.

Preliminarmente, queremos fazer algumas observações evitando assim interpretações errôneas sobre os limites de nossa construção. O esquema foi traçado a partir da seleção de entrevistas semi diretivas que apresentaram maior substancialidade para essa investigação. Fizemos cortes pela estratificação de: nível de instrução, tempo de associação na ABC maior que 20 anos, participação em capacitações disponibilizadas pela Associação e experiência no mundo do trabalho.

As entrevistas serviram sobretudo como indicadores para compreender o processo profissiográfico do conjunto de PcDV vinculadas à ABC, versaram sobre o espaço de ocupação profissional a partir do processo formativo por esta Instituição. Oito pessoas de ambos os sexos e níveis de escolaridade diferentes foram entrevistadas. Porém, devido à limitação desse trabalho, selecionamos apenas duas, cujos excertos foram destacados para elucidação da problemática dessa pesquisa e aplicação da análise temática como instrumentação. A questão de gênero dos/as entrevistados/as não foi relevante para a seleção.

A abordagem ao emprego formal só ocorreu na medida esclarecedora do fluxo natural do sujeito que busca qualificar-se. Portanto, a ideia das relações de trabalho e em que medida estão precarizadas, ingressa nessa investigação como um tema transversal, não sendo apresentada como o diferenciador essencial que orientou essa investigação focada na problemática da profissiografia, do ethos identitário e da qualificação da PcDV na ABC.

É importante destacar que existem outras Instituições voltadas para o atendimento às PcDV que têm políticas próprias e planejamentos distintos da ABC. Entretanto, não observamos mostras de interatividade entre os espaços institucionais em Salvador-Bahia. Além disso, tampouco com as Instituições regionais que representam o conjunto de PcDV, essa constatação foi reafirmada pelos interlocutores entrevistados.

Nós escolhemos esse cenário espacial geográfico com fundamentação nos dados coletadas pelo IBGE – 2010. Essa análise de dados nos possibilitou a inferência de que, proporcionalmente, dentre a população de todos os Estados, a Bahia, apresenta maior número de pessoas com deficiência visual em todos os níveis. Para nosso estudo usamos os índices relativos a cegueira total e parcial.

Tabela 4 - Deficiência visual na Bahia

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População Residente				
	Total (1) e (2)	Tipo de deficiência			
		Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	Visual		
			Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
NORDESTE	53.081.950	3.655.568	33.025	541.798	2.409.113
Bahia	14.016.906	3.558.895	24.277	136.048	607.202

Fonte: Dados extraídos do IBGE – Censo Demográfico 2010 – (Dados preliminares).

(1) As pessoas incluídas em mais um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

No contexto dessa investigação, estamos assimilando os significados que pode assumir a expressão “Instituição” a partir da vertente de Durkheim. Por extensão, adotamos para os termos dessa pesquisa a definição de sociologia desse autor.

Pode-se, com efeito, sem desnaturar o sentido desta expressão, chamar *instituição* a todas as crenças e a todos os modos de comportamento instituídos pela coletividade: a sociologia pode então ser definida como: a ciência das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento. (DURKHEIM, 2011, p. 26).

Daí, termos continuamente articulado o corpus em relação a Instituição – ABC como elemento objetivo da análise empírica. Cabe registrar que sendo a ABC a única Instituição filantrópica que tem como finalidade principal a capacitação profissional na Bahia, devido à sua precária estrutura física e financeira, pode não espelhar a realidade desse conjunto de pessoas em outros Estados.

Além disso, no percurso de nossa investigação, no Norte, Sudeste e Sul do país encontramos Instituições muito conceituadas e que desenvolvem atividades de qualificação (entre outras) para a PcDV com outros resultados. Conforme dados informados por pesquisadores dessa temática,⁶⁸ estas Instituições são muito bem estruturadas física-administrativa-financeiramente. Uma abordagem comparativa assumiria limites excedentes aos propósitos – e possibilidades deste trabalho.

Como metodologia, buscamos subsídios na “Análise do Conteúdo” enfocando as entrevistas com base em “métodos mais heurísticos de análise dos conteúdos temáticos,

⁶⁸ Cf. Dissertações e Teses relacionadas no referencial bibliográfico.

mas também das formas enunciativas e estruturais para este material rico e complexo que é uma entrevista, ou uma série de entrevistas comparáveis”. (Idem, p.13).

A autora citada considera que esse instrumento é polimorfo e polifuncional, características que nos permitiu uma certa morosidade reflexiva para maturar intuições, hipóteses e problematização como ponto de partida. Para ancoragem da pesquisa nos focamos nos objetivos geral/específicos. Em relação as considerações finais, do nosso ponto de vista, são sempre considerações provisórias.

Na perspectiva de Bardin (2016) há espaço para que a análise de conteúdo alcance além das funções heurísticas e perscrutadoras, também a intuição. Em nossa compreensão, esse é um elemento importante como técnica de ruptura face à intuição aleatória e fácil. Nesse sentido, os processos de análise de conteúdo obrigam a observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa (BARDIN, 2016) intervalo que foi muito precioso para o nosso processo de construção.

Assim, sob a aparente desordem temática, buscamos a estruturação específica; no dizer dessa autora, a dinâmica pessoal que por detrás da torrente de palavras, rege o processo mental do(s) entrevistado(s). Nos desvelamos em cuidados para que, na manipulação temática, não destruíssemos a arquitetura cognitiva dessas pessoas singulares” (BARDIN, 2016, p. 95), isso nos levou à decisão de utilizar o processo de decifração estrutural centrado em cada entrevista.

Desse modo, procedemos à manipulação temática do material verbal através de “entrevistas semidiretivas” (BARDIN, 2016, p. 93), buscando capturar o essencial de suas significações. Parafraseando a autora: o latente, o original, o estrutural e o contextual. (Idem, p. 95). Diante disso é importante termos a ideia de que a análise através de entrevistas nem sempre nos permite estabelecer um quadro categorial único e homogêneo. Isso ocorre devido àquilo que Bardin chama de “complexidade e multidimensionalidade do material verbal”. (2016, p. 120). Daí nossa opção por analisar aspectos específicos ligados à profissiografia e à Instituição ABC.

A lógica específica, o constructo de cada investigador guia a análise incutindo um tom muito próprio. Foi a partir desse processo mental a escolha que mencionamos, como espaço profícuo para aplicar a abordagem por decifração estrutural, cuja imersão encontramos em Bardin, “que procura compreender a partir do interior da fala de uma pessoa [...]” (2016, p. 96) o que isso significa; que carece um tempo de maturação entre

as entrevistas para depois executar a segunda fase de análise da transversalidade temática.

Outra fonte de coleta de dados para composição do *corpus* dessa pesquisa foi resultante do seminário: “RODA DE CONVERSA NA ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS: vivências profissionais no contexto da deficiência visual”, realizado em 18 de agosto de 2017.



Ocorreu no espaço da biblioteca da ABC onde elaboramos e dirigimos o roteiro e a programação. Reunimos um grupo de PcDV, associadas à ABC para narrativa de suas vivências e experiências profissiográfica, com vistas ao objetivo geral do projeto:

Investigar os sentidos da formação profissional para a pessoa com deficiência visual e com visão subnormal considerando a sua perspectiva político-social-cultural de autonomia e reconhecimento identitário (*ethos*).⁶⁹

O procedimento aplicado foi da oralidade descritiva para, na continuidade, aportarmos o método de análise de conteúdo de Bardin. Nesse sentido para a autora, “A análise de conteúdo pode ser uma análise dos ‘significados’ [...] Por outro lado, o tratamento descritivo constitui uma primeira fase dos procedimentos [...]”. (BARDIN,

⁶⁹ Projeto de pesquisa da presente investigação – Objetivo geral. p. 42

2016, p. 41). Os participantes foram indistintos, apresentaram variados níveis de escolaridade, formação diferenciadas, faixas etárias que variaram de 20 a 70 anos; gêneros masculino e feminino.

O material apurado na “Roda de Conversas” não irá compor os anexos dessa investigação devido a limitação a extensão do trabalho, contudo, nos forneceu subsídios para enriquecer e amadurecer essa discussão. Com efeito, seguimos a sugestão de Lacan, parafraseada por Bardin: “que um dos seus ouvidos ensurdeça, tanto quanto o outro deve estar atento”. (Idem, idem, p. 96). Desse modo, buscamos com os instrumentos dessa análise dar visibilidade às condições concretas de formação profissional da PcDV.

Quanto ao procedimento para as entrevistas, inicialmente fizemos nossa apresentação descritiva (aparência física, vestuário, expressão fisionômica), esclarecemos os objetivos da pesquisa e como a problematizamos. A seguir, pedimos as devidas permissões: gravação, registro de imagem, uso do nome dos entrevistados (consta em registro gravado). Informamos que o entrevistado poderia deixar de responder quaisquer questões que pudessem causar constrangimento. Nos anexos consta a autorização do dirigente da ABC para realização da investigação nesses termos.

Esse material foi coletado no período de 2015 - 2018, na cidade de Salvador – Bahia; na sede da Associação Baiana de Cegos (ABC) situada na Rua da Mesquita dos Barris, 45 - Barris. Vários pesquisadores que consultamos antes da formatação do presente trabalho, consideram o conjunto de PcDV caracteristicamente como “difíceis”. Nossa experiência foi de recepção, colaboração, interesse e prestimosidade com nossa investigação. Sentimo-nos acolhida e engajada na rotina dessa Instituição. Conste-se que esse foi nosso contato primário, sem nenhuma ligação anterior, com os sujeitos pesquisados ou com a Instituição.

Seguindo a orientação de Bardin (2016) no sentido da escuta sensível, chegamos a fazer entrevistas em várias etapas; algumas com duas horas e trinta minutos de duração sem que o interlocutor manifestasse o desejo de encerrá-las. Os entrevistados sentiram-se muito à vontade para falarem sobre suas vidas, vivências e experiências curiosas, mesmo as que não se referiam ao propósito específico da pesquisa.

Podemos caracterizar que os depoimentos foram prolixos, descritivos e alguns bastante minuciosos. A maioria das entrevistas não fazem parte materialmente desse trabalho (por contenção de sua extensão que tornaria a leitura exaustiva) contudo, suas

sugestões, críticas, desabafos e informações relacionadas ao labor aparecem subjacentemente e influenciaram diretamente a escolha do marco teórico.

Também buscamos manter uma rotina de observação do cotidiano dos associados e vida institucional, registrando imagens, fazendo anotações, trazendo alguns encartes para esse trabalho. Com efeito, em relação aos depoimentos dos entrevistados com deficiência visual podemos considerar, que há um fecho policromático bastante instigante, que define outros aspectos: como têm sido tratados esses atores sociais, sobre suas vidas, experiências escolares, sonhos, vida familiar e autoimagem. Percebemos que nossa escuta atenciosa os deixava com a expressão de grata satisfação. Embora privados da visão têm uma sensibilidade extrema do entorno.

Os componentes distintivos desse conjunto de pessoas nos aproximaram um pouco mais da compreensão de sua realidade, que se mostrou também heterogênea, polissêmica e multifacetada. A morfologia dos depoimentos foi bastante descritiva de suas labutas diárias.

A aplicação instrumental das entrevistas, *a fortiori* nos fez pensar e repensar até mergulharmos na dimensão concreta das experiências vivenciadas pelos nossos entrevistados. Houve, sobretudo, a expectativa de extrair o que realmente os conduziu à peleja pela qualificação e ao desafio de buscar um emprego abrindo mão (algumas vezes) do BPC que funciona como uma espécie de guarda-chuva protetoral.

Apropriamo-nos do embate exclusão x inclusão como elementos centrais para compreensão dos mapeamentos profissiográficos desses sujeitos. Uma questão periférica, porém, não menos relevante trata-se das crises que têm abatido e até desacreditado essa Instituição durante mais de dez anos. Essa conjuntura retornou na atualidade agravando ainda mais o quadro financeiro e de credibilidade pública dessa Instituição.

5.1 Análise de conteúdo: explorando temas e associando ideias

A seguir, vamos aplicar o método de Bardin (2016) utilizando excertos da pulsante e dinâmica realidade da PcDV, que tal como em nossa metáfora de um sistema circulatório, também pode apresentar indícios de “entupimentos” e de estreitamento de vasos capilares importantes que podem culminar, tal qual o corpo humano, na fatalidade do corpo institucional. Esses sujeitos peculiares foram alimentando o *corpus* que compôs essa investigação, tecendo os fios de um sistema de informações entremeados

com suas idiossincrasias, sua anamnese, suas emoções. Foi desse modo que fomos absorvendo a revelação das suas escolhas de suas condições concretas de sobrevivência.

O entrevistado a seguir ocupa posição na gestão da ABC e sua fala ocupa o lugar ora de dirigente, ora de associado, mas não se fundem em momento algum. Percebemos que se coloca em posição hierarquicamente superior pelo sentimento de orgulho de pertencer e ter ajudado a construir a história dessa Instituição.

Se expressa com ênfase no “eu” característica de seu temperamento forte, de quem gosta de estar no comando. Habitualmente critica os demais associados, com uma expressão quase paternal para corrigir suas condutas. Esse processo, às vezes, o deixa a parte do grupo. Essa postura, contraditoriamente, parece opor a noção de “todo” que sedimenta a ideia de associação. Destacando que no sentido literal “associarem-se” prevê a agregação dessas pessoas em busca de um fim comum.

Parafrazeando Veronese, ao se expressar sobre as Instituições, “Na medida em que atribuímos sentidos às palavras, vamos encontrando os caminhos para dar-lhes mais amplitude, e construímos ou redimensionamos novos saberes sobre seus significados”. (VERONESE, 2008, p. 103). Nos aportando nessa perspectiva, apresentamos a anamnese do entrevistado:

Eu tive glaucoma com 2 anos de idade. Na época as vantagens médicas, os avanços e o esclarecimento da família também não era tanto. E sobretudo, o financeiro para estar tentando controlar o glaucoma. Daí fui sendo acompanhado pelo Hospital das Clínicas, o Santa Luzia, né. Fiz algumas cirurgias prá questão do controle da pressão ocular porque o glaucoma, ele tem o negócio da pressão que aumenta, então para controlar fiz algumas cirurgias. Daí eu fui mantendo a baixa visão. Tentando com o glaucoma, diagnóstico e tudo mais, baixa pressão controlada fui crescendo e tal. Na época entrei na escola, mas não tinha estrutura para receber o ‘baixa visão’. Minha família também não tinha conhecimento das instituições, porque naquela época a instituição indicada era o Instituto de Cegos da Bahia (ICB). Era a parte da alfabetização e tudo mais como hoje ainda é dessa parte educacional e aí quando minha tia descobriu [o ICB]... uma pessoa que ela [tia] falou de mim. Aí falaram para eu ir para o ICB e aí com 14 ou 16 anos por aí eu fui para o ICB, né. Para fazer parte do grupo de cegos, fazer a reabilitação e começar a parte da alfabetização braile, aquela orientação toda para a vida nova da pessoa cega. Aí no ICB eu fiquei na oficina. Lá tinha uma oficina fiz o braile só que aí (eu na rua lá onde eu morava) brincando com um colega; o colega ‘rumou’ [arremessou] uma caixa de papelão. A caixa de papelão bateu no meu olho. Aí pronto, quando juntou o glaucoma com essa pancada veio a cegueira de vez. Aí de lá prá cá agente vem caminhando. Ainda tem o processo de aceitação da bengala, porque pelo fato de eu sempre andar sem bengala no bairro, estar sempre aí, um pouco enxergando, sem precisar de bengala, sem precisar de auxílio, a partir daquela pancada que eu tomei, eu passei a precisar de

auxílio. Usar a bengala foi um processo de aceitação prá mim complicado; confesso que não foi fácil eu pegar uma bengala como eu pego hoje. Subir, descer, com muita autonomia e, às vezes, nem quero que alguém esteja comigo porque me atrapalha. Prefiro andar sozinho, às vezes. Então, no início não foi fácil. A professora de orientação e mobilidade teve muito trabalho comigo. Tomei muito ‘esporro’ [reclamação] na rua porque chegava no ponto de ônibus pegava a bengala, aonde tem aquela pilastra, eu botava a bengala atrás das costas e me encostava tentando esconder a bengala. Eu tinha esse problema todo. Mais foi o processo de maturação aonde inclusive [ocorreu] a minha vinda para a ABC. Foi onde eu mais comecei a me aceitar, né. Porque foi a vivência com as pessoas vendo e tal. Mais era jovem, aquele jovem, mesmo cego, ainda tranquilando e tal e aí fui crescendo. O meu crescimento se deu muito aqui na ABC. Não tanto no ICB, mais na ABC foi onde eu mais cresci na vida. Em termos de maturidade, de aceitação da cegueira e tudo mais, O processo foi todo aqui na ABC. E aí depois dos 18 eu comecei mais a botar os pés no chão, aceitar mais a realidade e tocar a vida. Minha família, desde quando [pausa] porque assim, quando eu tinha a baixa visão ainda tava tudo certo, normal. Quando começou a cegueira continuou tudo certo, tudo normal sem nenhuma diferença. Nunca tive nenhuma diferença da minha família, tipo, minhas irmãs ter vergonha, nada disso. Nunca! Nunca! Nunca! Infelizmente, tem familiar que deixa no canto, né. Deixa fulano lá... coloca lá num quartinho. Você chega prá fazer uma visita [dizem] fulano tá lá dentro. Fulano tá lá deitado. Ah, não! Comigo foi diferente a aceitação. O pessoal [família] também acredita muito em mim. Às vezes recorre mais a mim, até hoje, do que ao meu irmão como chefe, normalmente, em questão de orientações, né. [...] Nunca teve processo de porque da minha cegueira meus irmãos se aproveitar de mim, pegar minhas coisas, nada. Nunca teve isso. Infelizmente, agente tem relatos aqui que acontece. Até comida, seja alimentos, seja dinheiro, existe de tudo. Isso infelizmente acontece, além da discriminação ainda tem o furto! Às vezes a pessoa quer sair prá um lugar, aí a irmã começa aquela animosidade. De não querer levar, prá não ir atrás que ia dar trabalho. Então isso comigo não aconteceu. Ao contrário, eu nunca quis ficar preso sem sair... eu preferia ficar com os cegos, aqui na ABC como eu falei. Fui crescendo, crescendo, fazendo algumas ações e hoje a gente chegou aí a presidência. A música ela foi na minha vida desde lá, no bairro, sempre teve um sambão. Na cultura de Salvador tem muitos sambões, samba de esquina, samba de rua. Além disso, na rua que agente morava sempre botava uma mesa, fazia de palanque, uma lata e sempre fazia um show. Eu sempre quis isso, eu não brincava com carrinho. Eu sempre brincava com tambor. É que eu pegava uma lata de leite ninho, tirava o fundo dela com o abridor, vinha com um plástico colocava em cima, prendia com uma borracha e fazia um tambor. Meus brinquedos sempre foi assim; não foi brinquedos desses meninos: vídeo game, carro, bola. Nada disso! A bola porque da cegueira, quando enxergava, de vez em quando dava prá jogar bola mais eu não gostava. Gostava mais da música. E daí quando cheguei aqui me deparo com outros cegos que também gostam de música, era violão e tal e tal. Eles me convidavam para uma banda. Ela no início era composta só por pessoas cegas. Todas elas. A banda toda de cegos, eram oito tocando na banda.[...] Assim que a banda acabou, as bandas não estão tocando muito, né. O pessoal só ganha dinheiro com

banda grande. Teve uma pessoa que viu e gostou da banda, uma cantora também e aí até me convidaram para tocar na banda dela. Aí eu fui tocar junto com outros videntes. Só tinha eu de cego dentro da banda, gente muito boa, não tinha discriminação comigo porque era cego [...] quando ia para hotéis e restaurantes todo mundo me ajudava na questão da mobilidade. Porque a gente chega em um local novo [...] sempre fomos respeitado. Então foi essa a minha vida na música. Hoje estou um pouco mais parado. Eu tenho que me dedicar mais a ABC e ao meu trabalho. Agora acabei de me matricular num curso profissionalizante, no ETEBA, um curso de rádio/TV aonde é a área que eu me identifico, que eu desenvolvo. Se eu não me matricular nesse curso eu não vou fazer mais nada em minha vida profissional, porque é o que eu gosto de fazer. Ou isso, ou a música. Mais o calor mais latente é o rádio, é a locução, é a apresentação. Entrei nesse curso que vai me dar um atestado de conclusão; uma carteira que é a DRT que é onde posso estar ingressando nas rádios comerciais. Então, esse é o investimento que eu tenho feito hoje em mim, por entender que esta é a profissão que eu quero, é a que escolhi e que acredito muito. E ninguém, só Deus pode tirar de mim. Nem a cegueira pode atrapalhar essa profissão!” (E.N.S., Salvador- Bahia, em agosto de 2017).

Seguindo o esquema estrutural de Bardin (2016), a partir da análise dos excertos da entrevista de E.N.S., que se encontram na íntegra nos anexos, destacamos como “TEMAS CENTRAIS” – (*Análise categórica temática 1*)

- Capacitação profissional
- Qualificação
- Mundo do trabalho

Subtemas:

- Expectativa positiva ou negativa;
- cenário receptivo com algumas resistências;
- presença relativa de constrangimentos devido à deficiência;
- adaptação para outra perspectiva profissional diferente da formação inicial;
- desafio como fator motivacional profissional.

As características associadas ao tema central concentram o foco no tema geral da investigação. Portanto, podemos extrair significados a partir da entrada desse associado na ABC, como espaço agregador, que viabiliza o seu acesso ao mundo do trabalho.

Características associadas ao “Tema Central”:

- Ruptura com a inércia promovida pelo BPC.
- Necessidade de sair do casulo para buscar oportunidades.
- Divergência – enuncia o exercício profissional divergente da formação recebida.
- Emprego formal x emprego informal.

- Liderança.
- Credibilidade na capacidade profissional.

Obtivemos através dos excertos da entrevista de E.N.S. a imagem da sua colocação profissional e a representação positiva que gerou o seguinte esquema:

- O sonho/tenacidade de reconhecimento das habilidades/capacidades;
- independência;
- descoberta de outras possibilidades;
- vazão ao instinto de liderança;
- desafios novos em campos operacionais não experimentados;
- aprender novos conhecimentos;
- reconhecimento através da ruptura de preconceitos;
- avanço além da proposta de contratação;
- realização pessoal;
- novos investimentos na carreira.

Durante o período de observações 2015 - 2018, constatamos um cenário de desafio onde ocorreram atividades aparentemente complexas para sujeitos com privação total da visão. Apreendemos outros importantes aspectos: um cenário reverso de desconfiança e incredulidade que vai emergindo gradualmente nas falas dos interlocutores; tenacidade e persistência em conquistar espaços no campo profissional.

É possível afirmar que, em algumas entrevistas, aparece o contraste/oposição com o pensamento dos dirigentes, que viam, na expressão da conscientização política, condições para ampliar a profissionalização e atividade laboral. Os contrastes dessa paisagem aparecem no seguinte esquema.

- O preconceito;
- o ideal;
- o risco;
- a acomodação;
- a superação;
- a autonomia;
- o avanço.

Conforme Bardin (2016), a entrevista pode ser dividida em sequências. Essa estruturação de análise sequencial que estamos apresentando está de acordo com as sugestões da autora. Na sequência nós operamos através de critérios semânticos e estilísticos.

Análise sequencial - A entrevista é dividida em sequências. Critérios semânticos (organização da sequência em torno de um tema dominante), mas também estilísticos (ruptura de ritmos e operadores gramaticais estão na base dessa divisão). (BARDIN, 2016, p. 101).

Seguindo o esquema mencionado, vamos destacar excertos das entrevistas e lapidá-los. Esse material é resultado de vários encontros em ocasiões distintas, onde pudemos coletar dados e acompanhar vários momentos na ABC. Para cada encontro, a pergunta cuja resposta tenha sido dúbia, incompleta ou lacunosa; foi refeita de outro modo, até esgotarmos esse recurso. Dai a variação na formulação das perguntas.

Em termos materiais, usando esse ardil, foi possível obter respostas mais claras, objetivas e completas. Além disso, essa aplicação instrumental não se incompatibiliza com a entrevista semi-diretiva.

A frase inicial do entrevistado em análise, trata da sua independência financeira, “ganhar o sustento”, momento em que o interlocutor prefere neutralizar a realização do sonho de ser radialista. Essa meta aparece ao longo da sua fala. Dos excertos destacados, o entrevistado iniciou com uma sentença afirmativa e finalizou com uma sentença negatória, (cujo teor subjacente é uma censura).

ANÁLISE SEQUENCIAL: as entrevistas de modo geral estão divididas em sequências privilegiando recortes a serem analisados. Destacamos que nos trechos analisados pelo critério semântico, prevalece a primeira pessoa do singular “eu”, com base na ênfase desse operador gramatical. Observamos que há uma centralidade (em torno do interlocutor) na verbalização e na prática.

No aspecto relacional com os demais associados essa postura centralizadora é manifesta. Foi observado que a centralidade da gestão e decisões unilaterais são elementos de conflito, apurável a partir de outros depoimentos. Utilizamos o critério semântico em torno do tema dominante – “*ethos* profissiográfico” para chegar a esses esclarecimentos. O critério estilístico (nesse trabalho) buscou dar ao leitor uma visão aproximada dos ritmos, emoções e operadores gramaticais que denotam a sua tonalidade. (BARDIN, 2016).

A partir daqui, seguiremos por treze sequências, apelando à memória discursiva do entrevistado E.N.S. cuja codificação dos excertos objetiva a narrativa de sua vivência profissiográfica na ABC. Nós vamos considerar seu discurso em sentido estrito e circunstancial à enunciação. Haveremos de ter tolerância com os elementos heteróclitos que se pronunciam nas entrevistas 1 e 2 ora analisadas.

Sequência 1 – “Profissiografia”. Destaca o sonho profissional tema que retorna em diversos momentos da entrevista. Após estímulo da entrevistadora, os detalhes foram ampliando-se. Relatou as várias formações que teve e a atividade atual. As frases são sempre recomeçadas com “eu” colocando em destaque a predisposição e atuação do interlocutor em ocupar a liderança. A importância que o subtema “liderança” assume para o entrevistado parece enunciar seu autoreconhecimento como líder. Discorre sobre sua atuação na ABC em várias funções que exigem esse desempenho. Liderança é uma palavra forte em seu discurso e atuação profissional.

Sequência 2 – “Formação Profissional”. Ao tratar de tendências profissionais, retoma-se a questão da liderança, na qual, captamos um certo sentimento de superioridade em relação aos demais associados. O interlocutor demonstra muita autoconfiança profissional gozando de considerável independência e autonomia pessoal. Os elementos que podiam parecer limitadores como mobilidade e comunicabilidade, para esse sujeito se apresentaram como desafiadores. Demonstra nível satisfatório de realização pessoal. As palavras destacadas são: líder, liderança - que caracterizaram suas respostas prolixas.

Sequência 3 - “Motivação X Benefício de Prestação Continuada (BPC). O interlocutor faz uma forte crítica ao uso indevido desse benefício. Reporta que alguns preferem o benefício à relação de emprego, conseqüentemente não se interessando pela formação profissional. Menciona o banco de dados da ABC como instrumento de encaminhamento dos associados para as empresas e disparidades na oferta de contratação através da ABC. Para ilustrar o cotidiano de ofertas de emprego, são irreais algumas situações, segundo o interlocutor, por várias vezes foram ofertadas vagas para motoristas, denotando um total desconhecimento do público dessa Instituição e de suas finalidades.

Sequência 4 – “Representação Nacional e local”. Está marcada pela inócua representatividade do Estado. O interlocutor quanto à questão da conscientização política demonstra inquietação, angústia e dúvida. Escancara um cenário Estatal pouco confiável. Questiona e denuncia as lideranças do movimento nacional. Inflama-se diante da nulidade de representatividade face o Estado e essa condição involuntária do gestor da ABC não ter como fazer face aos Órgãos Públicos. Sente-se desamparado pela pouca representatividade da Associação dentro do movimento e pelo que julga inércia do movimento nacional. Queixa-se que o Estado se vale da burocracia para aumentar a luxação no sistema de funcionamento das Instituições privadas. No momento da entrevista, ocorreu certa exasperação quando o entrevistado perguntava a si mesmo: “-

Qual o valor de figurar como representante da ABC nos órgãos públicos?” Em sua visão, “apenas para constar” [fazer parte do *quorum*]. Demonstra constante preocupação com o aspecto formativo para o exercício profissional. Os verbos estão na primeira pessoa do modo indicativo. Ou seja, quando o falante tem certeza de sua atitude cujo fato é ou será uma realidade.

Sequência 5 – “Qualificação”. O cenário hedonístico é traduzido no prazer que sente por sua qualificação em comunicação. Esse é seu campo de sonho profissional cuja realização está enfatizada na expressão repetidamente, “eu gosto”. Igualmente, a sua paixão pela música aparece entremeada em várias falas. Possuidor de uma voz forte, modulada e agradável tem consciência de seu potencial nesse campo de trabalho. Exerce a função de locutor na rádio WEB NET da própria Associação. Percebemos certa monopolização desse recurso pelos membros ligados à Direção.

Sequência 6 – “Competição por captação de recursos” e a **sequência 7** “Conflitos comunicacionais”. São aspectos interligados de tensionamento, claramente expressos na fala do interlocutor com questões de fundo intocadas. *In locu* não ficou esclarecida a opção de casulo dos dirigentes da ABC que não costumam ter uma prática muito interativa. Usa a impessoalidade na fala “se você não tem qualificação”, evidenciou um momento de distanciamento com os demais associados [pode ser apenas transitório], conforme presenciei na ambiência. Havia certa expressão do sentimento de superioridade por ter conquistado autonomia e independência e ocupar uma posição de destaque na Instituição. Mas também, tem o enfoque paternalista que o caracteriza preocupando-se com o futuro dos demais. Em alguns momentos da observação foi possível perceber que o interlocutor tem traços típicos do comportamento centralizador, determinado, decidido e expressa muita força de vontade. Na sequência da resposta, a ausência de parcerias institucionais parece ser uma questão sensível, que leva o interlocutor a responder com parcimônia. Observamos que embora a ABC seja um espaço aberto é uma Instituição muito fechada ao diálogo interinstitucional. Os vários conjuntos de PcD comunicacionalmente não se articulam ficando claro que o assunto da aproximação desses pares é um tema censurado, com escassa possibilidade de correção a curto prazo.

Sequência 8 – “Mobilidade/ imobilidade”. O interlocutor expõe o cenário da dificuldade de locomoção na cidade de Salvador (ruas, ônibus, calçadas, *shopping*, outros) especificando as PcDV. É bem descritiva sua narrativa. Nesse domínio da mobilidade apresenta sua maior expressividade de autonomia, de vida independente.

Mas também demonstra divergência nas características enunciativas entre a primeira parte da entrevista e a segunda. A contradição aparece quando foi abordada a efetividade da inclusão das PcDV e o diálogo interinstitucional.

Sequência 9 – “Inclusão profissional”. O interlocutor foi circunloquial. Ocorreu muita repetição com frases lapidadas na narrativa. Um “enfim ...” que parece está recalçando um tema; talvez o interlocutor esteja tentando superar contradições que vão aparecendo em sua fala nessa mesma sequência e nas sequências 10 e 11. As três sequências pertencem ao mesmo universo triangular de referências: sentir-se incluído, nunca ter sofrido preconceito e ser muito respeitado. Na sua fala, remetendo-se à projeção do futuro, evidencia mais uma vez a ausência do coletivo (em relação a comunidade da ABC) circunstância que nos aproximou da categoria analítica de Durkheim, de que o fato social, “É um resultante da vida comum, um produto das ações e das reações entre as consciências individuais; e se ressoa em cada uma delas, é em virtude da energia especial que deve justamente à sua gênese coletiva. (DURKHEIM, 2011, p. 37). Foi a ênfase na consciência coletiva que se ausentou desse discurso. Individualmente sua fala (reação) prenuncia um sentimento de orgulho e autoestima elevada. A naturalidade da designação ao expressar o termo “os cegos” é distinta do tom/entonação comum que os indivíduos não deficientes, de modo geral, empregam para referenciar a desvantagem.

Sequência 10 – “Cenário desafiante”. O entrevistado expõe sobre situações vivenciadas como estigma e cristalização da ideia de incapacidade das PcDV. Ao lado de formulações sobre não ter sofrido discriminação/preconceito na fala “- Não! Não! Não senti nenhum problema com isso não”. Isto é, com esse marcador iterativo esse sujeito nega ter sofrido a ação do outro (aparece na negativa reforçada). Todavia, parece ocorrer uma espécie de desdobramento do sujeito onde ele se apropria da ação que habitualmente é dirigida a seu grupo social no alvo que atinge o preconceito. Ou seja, ocorre a discriminação – o outro é o sujeito discriminador, passando a ocupar o lugar de quem exerce essa ação, dirigida a si próprio (evidenciou com o verbo no passado) como se fizesse a remissão de seu percurso. Ao mesmo tempo, ocupa o lugar de quem sofre essa ação. A fala traduz certo deslizamento de sentidos, sendo que a proposição reiterada no uso do “Não...” pode denotar que a negação esteja encobrindo um sentimento de vergonha da condição de “ser deficiente”. É como se o interlocutor tivesse a intenção de expressar, “- não tenho constrangimento”, “- não tenho sentimento de autodesvalorização”, “inferioridade”. Em outros termos, esse indivíduo quis nos passar a ideia de que já superou ou não sofreu os efeitos do preconceito.

Sequência 11 – “Inclusão laboral”. Retoma a questão da descrença dos empresários nas aptidões das PcDV. O interlocutor destaca a qualificação como essencial. Paradoxalmente a ABC atravessa por um longo tempo de decadência e precariedade estrutural na formação profissional de seu público alvo. A alegação foca aspectos financeiros e voluntariado descompromissado. Entretanto existe um fosso que foi estabelecido pela ausência de um sistema eficiente de parcerias. Outra questão de fundo está na precária formação educacional dos associados. Talvez por isso, fala-se em qualificação apenas voltada para um sistema operacional mecanicista.

Sequência 12 – “Lei de Cotas” - Um bom número de empresas continua tentando driblar a Lei de Cotas, como denunciou o interlocutor nas sequências 11, 12 e 13. As empresas continuam querendo concessões especiais ou mesmo prêmios por empregar a PcD. Segundo relatou o interlocutor o cumprimento da Lei é apenas para impedir a multa. Denuncia que a ausência do Estado com insignificante atuação na fiscalização corrobora com essa situação. O interlocutor percebe as fissuras no sistema formacional proposto pela ABC mas considera efeito da falta de recursos ou de negligência dos associados. Se ausenta do cenário, nessa impessoalidade atribui a causas circunstanciais externas.

Sequência 13 - “BPC auxílio ou vilão?” Nessa resposta, o interlocutor refere-se à ABC e aos associados (sendo um deles) com a ideia forte de hierarquia. A comunicação é muito verticalizada, outras vezes, unilateral. Em sua representação simbólica, tornou-se a própria Instituição a qual faz parte. Essa apropriação tem causado muitos conflitos. No passado (outros dirigentes) e presente (atual diretoria) vivenciam o mesmo drama. Percebemos que ocorre uma divisão composta pelos dirigentes e encapsulamento dos demais associados. Aqui resgatamos a ideia dos “subconjuntos” que também se tornam visíveis. Parece que sobretudo essa é uma questão histórico-cultural. Os relatos apontam que sempre se isolaram lutando por guerras particulares que aparecem na óbvia divisão nós/eles/sociedade. As pausas se explicam por se tratar de uma questão política tensa na ABC. As respostas denunciam desvios que alguns associados fazem ao utilizar o BPC porque poderiam estar trabalhando. Outros recebem o auxílio e continuam a mendigar. Demonstrou constrangimento ao falar que já recebeu o BPC. Em oposição enfatizou seu orgulho em ser um trabalhador. Coloca a questão do deficiente visual pedinte e a incoerência de alguns que não querem fazer essa ruptura, a qual sentenciou como “comportamento comodista”. As sequências finais oscilam, apesar do esforço do interlocutor em evitar expressões de negatividade, estas aparecem em vários momentos

da entrevista. Os termos em destaque na produção do discurso do entrevistado enfatizam muito a primeira pessoa do singular “eu”, liderança, qualificação profissional, autonomia, independência, mobilidade, acessibilidade e reconhecimento. Porém, ocultam expressões importantes, como: coletivo, parcerias, rupturas eventuais ou corriqueiras dos associados, responsabilidade para com a integração ao movimento político local, regional e nacional. Nesses termos nos aproximamos da discussão de fato social de Durkheim, “Se todos os corações vibram em uníssono, não é por causa de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque uma mesma força os move no mesmo sentido”. (DURKHEIM, 2011, p. 37). É possível que esteja faltando esse sentido recomendado pelo autor, na expressão coletiva dos associados a ABC, manifestando-se de uma forma mais especificada. Ainda dialogando com Durkheim, “Não tendo em nós laços nem bastante sólidos, nem bastante próximos, tudo isso nos dá facilmente a impressão de não estar ligado a nada e de flutuar no vazio, matéria meio irreal e indefinidamente plástica”. (Idem, idem, p. 44). Esse caráter de plasticidade referido pelo autor, que se pode moldar e receber diferentes formas, caracteriza os extremos opostos dessa entrevista: temor à opressão x resistência à autonomia; medo do desemprego x desmotivação à profissionalização; apatia e “zona de conforto (BPC)” entre outros. As palavras fortes foram: “qualificação”, “profissionalização”, “mercado de trabalho”, “liderança”, “Associação Baiana de Cegos”. A narrativa testemunha o temor daqueles que perdem o BPC no caso de desemprego. Para o interlocutor a consequência circunstancial é do associado não buscar a profissionalização. O próprio interlocutor tem conhecimento que foram implementados reparos na LOAS e que no caso de desemprego é suficiente acionar o Órgão Responsável e a reintegração ocorre quase automaticamente. Entretanto, expressado como um murmúrio, confabulou confessamente que o governo não goza de muita credibilidade podendo mudar as regras do jogo a qualquer momento.

Tabela 5 - Análise categórica temática I - E.N.S.

Temática	Perguntas/ respostas/excertos		Descrição ou hipóteses/ interpretação da enunciação
Profissiografia	Investigadora: Como ocorreu sua profissionalização? E.N.S. “- As duas coisas que hoje eu digo que eu posso ganhar meu sustento, essas duas coisas [pausa] antes de eu começar a iniciação profissionalmente eu me qualifiquei. Por isso eu não tive dificuldades. São	1	Desbravador; identificação; realização;

	<p>duas coisas que assim eu gosto com a mesma intensidade. Não tem que eu gosto mais de locução do que de tocar. – Não! Gosto das duas. São coisas que gosto muito mesmo! São coisas que me identifica. [...] Eu fiz curso de radialista inclusive aqui na ABC”.</p> <p>“Hoje sou músico profissional... Eu trabalho com telecomunicação em uma empresa”.</p> <p>Investigadora: Teve outras formações?</p> <p>E.N.S. “[...] massoterapia, panificação, <i>telemarketing</i>. Também fiz em São Paulo - no IBC [o curso] de jovem gestor.” [...] “- Claro que ninguém consegue plantar em ninguém um líder, né? Acho que a questão da liderança ela é normal [...] se você é um líder as pessoas vêem aquele comportamento, vixe lá vem fulano [pausa] eu acho que isso não é espírito de líder. Eu acho que o líder deve ser respeitado. Ele tem que [pausa] de forma muito natural passar a postura do líder. A pessoa tem que ver como líder não como opressor, [mais] como uma pessoa”.</p>	<p>ênfase;</p> <p>segurança;</p> <p>proximidade;</p> <p>presunção de liderança;</p> <p>ideia de poder;</p> <p>Predomínio da primeira pessoa do singular: “eu”;</p>
Formação profissional	<p>Investigadora: Como ocorreu suas formações?</p> <p>E.N.S. “ - Eu fiz aqui na ABC”. [pontos positivos] “Positivo: acesso ao trabalho.” [Negativos] “ - Por isso eu falo que foi pouco na questão do conteúdo. Se fosse mais amplo esse curso que eu fiz hoje teria esse título [radialista] e estaria tranquilo”.</p> <p>Investigadora: Como é o seu trabalho?:</p> <p>E.N.S. “Eu faço anúncios. Eu anuncio pacientes para consultas [...] É se tem que chamar a higienização para algum lugar eu chamo, funcionários para ir aos setores, eu chamo”.</p> <p>Investigadora: Como você avalia sua formação na ABC para o efetivo exercício profissional?</p> <p>E.N.S. “- Eu avalio muito boa mas eu acho que se eu conseguir, estou até buscando isso, se eu conseguir fazer uma requalificação, sobretudo, nessa área de locução vou poder arrumar um emprego melhor. Eu acho que vou conseguir inclusive ter o registro dessa categoria, entendeu? Mais eu achei muito boa a qualificação... agora fiz, e é o que hoje me dá oportunidade como eu falei, de estar crescendo e tendo meu sustento. Quando eu estou na clínica se tem um show uma banda me chama eu vou lá, e toco [...]”.</p> <p>Investigadora: Como você chegou da experiência da</p>	<p>2</p> <p>Expressa superioridade em relação ao grupo;</p> <p>Trechos entrecortados sempre centralizados no eu: “por isso eu falo...”, etc.</p> <p>frustração;</p> <p>Destaca o individualismo : “... e estaria tranquilo”.</p> <p>autoconfiança no desempenho profissional;</p> <p>relato descritivo;</p> <p>autonomia;</p>

	<p>formação profissional ao mundo do trabalho?</p> <p>E.N.S. “- Através da ABC. Eu estava aqui na Associação na época como Diretor de Patrimônio da ABC. Coincidente [coincidência] eu atendi o telefone e a empresa ligando para aqui. Como a ABC faz encaminhamento no mercado de trabalho, e vê qual é o perfil do associado prá encaminhar. A empresa liga para cá a gente vai para o banco de dados. Aí a pessoa do RH ligou dizendo que estava necessitando de pessoas com esse perfil prá tal vaga. “- Aí eu falei: ah, não! Eu vou participar dessa seleção”. Aí fui e participei. Aí eu disse a moça que estava fazendo a seleção: “- Eu ó fiz o curso de radialista”. Aí ela disse: “- Pode fazer o teste”. Nem concorri a entrevista toda. Como eu tinha o curso de radialista ela mandou fazer o teste. Foi assim que eu acessei ao mercado de trabalho.</p> <p>“- Para você ter uma ideia, ao longo de quatro anos eu fui vice-presidente da CIPA. Logo quando meu nome saiu, no início que saiu as inscrições, para quem quisesse participar da eleição da CIPA que eu coloquei meu nome...Alguém desinformado perguntou ao Técnico em Segurança do trabalho: “- Como ele vai ser da CIPA se é cego?” Aí, o técnico respondeu:” - Você vai ver, se ele ganhar!” “Fui eu quem mais teve voto. Fiquei dois mandatos na CIPA”.</p>	<p>mobilidade;</p> <p>comunicabilidade;</p> <p>proximidade (por isso os trechos estão entrecortados com reticências);</p> <p>cada resposta é descritiva da cena, tipificando um “postal ilustrado”. (BARDIN, 2016, p. 101);</p> <p>prevalece a primeira pessoa do singular: “eu”;</p> <p>cenário desafiador;</p> <p>autoconfiança.</p>
<p>Motivação</p> <p>X</p> <p>Benefício da Prestação Continuada (BPC)</p>	<p>Investigadora: O que motivou você a buscar formação profissional?</p> <p>E.N.S. “- Exatamente isso. Porque era uma coisa que sempre gostei de fazer. Então mais cedo ou mais tarde eu ia tá fazendo essa qualificação porque era uma coisa que gosto. Música eu sempre atuei na música tocando, né? Isso me levou a recorrer a qualificação”.</p> <p>[No trabalho]“(…)- pessoas acreditavam em mim. Iam me procurar se tivessem alguma dificuldade. Era muito respeitado. Assim, trabalho para mim é isso. Acho que [reflete] a minha aceitação de uma parte da sociedade. Além, da satisfação de está fazendo algo que eu gosto”.</p> <p>Investigadora: O que o motivou a buscar qualificação se poderia receber o benefício?</p> <p>E.N.S. “- Porque era uma coisa que sempre gostei de fazer. Então mais cedo ou mais tarde eu ia tá fazendo essa qualificação porque era uma coisa que eu gosto”.</p> <p>Investigadora: Quando você recebia o BPC como se</p>	<p>3</p> <p>O momento do surgimento da vaga marca as: contradições; hesitação; determinação;</p> <p>circunlóquio;</p> <p>contradiz a fala da temática anterior; outros [no trabalho] desconfiam da capacidade para atuar na CIPA;</p> <p>autoconfiança;</p> <p>prevalece a primeira</p>

	<p>sentia em relação a isso?</p> <p>E.N.S. “- Bom! Bom... eu achei bem vindo. Quando eu fui contratado eu fiquei pensando; Tomara que [pausa] é o que a gente pensa muito, né? Que eu não seja demitido porque trabalho ou se eu perca o benefício e não pegue mais, entendeu?! Eu pensava só nisso, mas...”</p> <p>“ – O benefício, ele tem a sua importância. Por outro lado, assim, se a gente tiver uma visão muito simplista, a gente vai dizer assim: ‘as pessoas depois do benefício se acomodaram’. Mas eu penso que essa é uma visão simplista se a gente for ter uma análise mais aprofundada eu diria que não. Como é que as pessoas vão se acomodar com o benefício? Aí é que eu falo da questão da autoestima se a pessoa não tem lá uma autoestima elevada sofre a carga de preconceito. Você vai arriscar perder o seu benefício pra ir pra um posto de trabalho? Você vai ganhar a mesma coisa! E sabendo que se você não ficar ali ... agora você já pode readquirir o benefício. Mas antes se você perdesse, perdeu! Então, a pessoa não vai correr esse risco, né? Eu penso que [pausa reflexiva] a questão do benefício é você ver lá na legislação, na França, por exemplo, a pessoa quando é inserida no mercado de trabalho, ela não perde o benefício dela, num todo! Eles vão perdendo gradativamente”.</p>	<p>pessoa do singular;</p> <p>repetição;</p> <p>Cenário hedonista;</p> <p>hesitação;</p> <p>irrupção de um tema censurado;</p> <p>negação do preconceito social: “aceitação de uma parte da sociedade”;</p> <p>realização pessoal;</p> <p>prevalece o estilo de repetição das falas;</p> <p>a questão do BPC promove hesitação; “Bom! Bom...”</p> <p>medo; “Tomara que...”; “eu pensava só nisso...”</p> <p>consternação “é o que a gente pensa...”</p>
<p>Representação Nacional e local</p>	<p>Investigadora: Como ocorre a representação nacional e local da ABC?</p> <p>E.N.S. “- A ONCB não está nem aí. Todos na ONCB estão muito bem empregados como é que vão querer bater de frente. [trecho suprimido] Não vai avançar [o movimento] não vão no governo. Não tem luta”. “- Olha aqui mesmo o presidente do COMPET é indicado pelo presidente do SEMPS. O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da PcD da cidade</p>	<p>4</p> <p>Denúncia;</p> <p>indignação com os representantes;</p> <p>descrença;</p> <p>pessimismo; denúncia externa</p>

	de Salvador - SEMPS e COEDE é indicado pela Secretaria de Direitos Humanos que é do governo do Estado. Então vai brigar como?”		(representação nacional); tempo presente – verbos no indicativo referindo-se a ação atual; desconstrução da ideia de movimento unificado.
Qualificação	<p>Investigadora: Quais os fatores que você considera como muito importantes para ingressar no mundo do trabalho?</p> <p>E.N.S. “Resumindo: qualificação. Resumo tudo na qualificação porque se você não tem a qualificação o empresário não vai te querer [...] Eu acho que isso vale para a PcD e para todo ser humano. Não teve [qualificação] não tem como você está inserido não”. “- Um título, às vezes né, nem é a competência da pessoa. Mas se ela apresentou o título ela está respaldada. Se você não tem o título você não é bem visto”. Digo a você, eu hoje sentaria dentro do estúdio de uma rádio e tocaria o programa tranquilamente e seria sucesso absoluto. Como eu falei, eu faço com muito afinco mas eu não tenho o título”. [...] “- Porque, por exemplo, não adianta você ter uma legislação que garante X por cento dentro da empresa se você depois não tem uma política pública de formação e qualificação dessa mão-de-obra. Se você não tem políticas públicas, por exemplo, de conscientização”.</p>	5	<p>Enumeração;</p> <p>mantém o estilo da fala repetida;</p> <p>tautológico;</p> <p>uso do imperativo;</p> <p>generalização;</p> <p>autoconfiança: “e seria sucesso absoluto”.</p> <p>A fala parece se reproduzir para uma plateia a escutá-lo.</p>
Competição por captação de recursos	<p>Investigadora: Em que medida as entidades filantrópicas que atendem as PcDV e outras Instituições fazem a intermediação para a profissionalização/mundo do trabalho se auxiliando mutuamente?</p> <p>E.S.N. “A ABC foi responsável pelo meu encaminhamento”. [...] “Essa relação entre as Instituições, infelizmente, não existe ainda. É porque eu falei desde o início é tudo um movimento fragmentado. Por quê? As relações das Instituições com a ABC e entre elas também é muita competição. Sabe? De atuar, de chegar na frente. Não para se mostrar a atividade, mas de competir no âmbito do holofote. Da arrecadação ou do receber a doação na frente”.</p>	6	<p>Denúncia interna (ABC)</p> <p>inconformação ;</p> <p>bloqueio;</p> <p>vaidade prevalecente;</p> <p>interesses da Instituição em segundo plano;</p> <p>diminuição da espontaneidade ;</p>

			<p>criticidade; prevalência dos verbos no infinitivo;</p> <p>competitividade e por recursos.</p>
Conflito comunicacional	<p>Investigadora: Já houve um momento em que as Instituições interagiam entre si?</p> <p>E.N.S. “- Não! Nunca construiu, sempre foi assim. Em nenhum momento do ano trabalham em conjunto. Eu acho que daí seria para fortalecer, né. Mas infelizmente tem essa questão das pessoas tocar a coisa no individual”.</p>	7	<p>Se ausenta do cenário: “trabalham em conjunto...”</p> <p>Individualismo .</p> <p>Impessoalidade e no discurso;</p>
Mobilidade urbana	<p>Investigadora: Como fica a questão da mobilidade urbana? (Especialmente para os espaços de treinamento, escola e trabalho).</p> <p>E.N.S. “- Veja bem, a cidade de Salvador em si já é uma cidade totalmente inacessível”. “Salvador, apesar de ter tanto desenho de piso tátil pelos passeios, estão todos, na sua grande maioria: inadequado, irregular. As pessoas estão colocando o piso tátil hoje muito mal feitos. Eu reprovei vários, aí... vários. Porque a televisão me chama para a matéria”. [...] aí quando você estava andando você dava no muro, né? Outro ficava rodando numa árvore [...] Essa acessibilidade aí é inexistente, uma das piores cidades do Brasil para cego é Salvador”. “Infelizmente, todo shopping não tem piso tátil no térreo aí a gente depende das pessoas”. [...] “- Esse é um grande problema nas cidades. Isso no Brasil todo mais em Salvador, por exemplo, você não tem acessibilidade cultural, por exemplo. Você vai pra os espaços [pausa] você vai pra um cinema, como? Se a maioria dos filmes eles não são dublados, são legendados? E quando são dublados não têm áudio-descrição. Você vai para o cinema, você não vai com uma pessoa pra ficar falando [descrevendo o filme]. Então o ideal seria que tivesse uma áudio-descrição. As praias [pausa reflexiva] você só tem uma praia aqui que tem acessibilidade, adaptação. Aquela de Ondina, que eles fizeram uma rampa até a água, para cadeirantes. Mas isso foi em uma praia só. Então, você não tem acessibilidade cultural. A única opção para as pessoas cegas, infelizmente é sentar num bar e bater um papo”. [...]Eu mesmo dou essa capacitação, né? Tem a semana da SIPAT (Semana Interna da Prevenção de Acidentes). Na semana da SIPAT eu coloco lá o tema; uns dos temas que vai ser discutido é ‘Acessibilidade e Inclusão’. A gente vai lá eu levo vídeos, levo o material para falar um pouco</p>	8	<p>Denúncia;</p> <p>Prevalece o critério enumerativo;</p> <p>descrição paisagística espacial;</p> <p>domínio da espacialidade no entorno;</p> <p>criticidade;</p> <p>vaidade;</p> <p>“pessoas” foi colocado o termo representando: “nós/eles/elas” ;</p> <p>problemas da mobilidade urbana;</p> <p>descritivo;</p> <p>questão da dificuldade da mobilidade em espaços privados;</p> <p>inadequação</p>

	sobre cegos. Como [por exemplo]: não falar com cegos com [através de] sinais que tem muito isso. Então essa qualificação agente faz lá. Por minha conta mesmo [pausa] enquanto cego e representante do movimento. Mais na empresa em si não pensa nisso”.		na política de acessibilidade; acessibilidade cultural; acesso ao lazer.
Temática	Perguntas/ respostas/excertos	S	Enunciação
Inclusão profissional	<p>Investigadora: Em relação a sua atividade profissional você se considera incluído no mundo do trabalho?</p> <p>E.N.S. “- Sim. Totalmente incluído”. “[...] eu ainda penso em chegar na rádio ainda ... uma rádio daqui da Bahia ou do Brasil, enfim [...] Penso chegar no rádio e prá isso eu vou precisar dessa qualificação [...] o problema que tá aí é que é um curso caro.” [...] “Quando se fala de inclusão nunca se coloca o cego no mercado de trabalho. Quando o empresário está discutindo a inclusão de PcD no mercado de trabalho, raramente se cita o cego para inserir. Ele [o empresário] acha que inclusão é fazer com o amputado, com os surdos. Sobretudo surdos. Você vê que a maioria quando tinha empacotadores nos mercados era surdo. Pelo fato, exatamente, das pessoas não quererem conhecer o trabalho [da PcDV], não querem conhecer o trabalho, não querem conhecer essa realidade”. [...] “- Então a minha felicidade é que a gente tem a oportunidade de falar a realidade da pessoa cega e aí termina contribuindo com a sociedade, com a inclusão, com o conhecimento da sociedade. Porque as pessoas, até hoje em Salvador chama esse piso tátil: “- Ah! É a linha do cego! Aí é a faixa amarela no chão”. Ninguém consegue dizer piso tátil sabe por quê? O pessoal coloca mas não tem um trabalho. Político educativo, educacional para que as pessoas, ó. Um comercial na televisão dizendo pra que é aquele piso tátil. Pra que aquilo ali. Agora [interrupção] quando agente consegue dar uma entrevista aonde essa entrevista vai ser publicada, essa entrevista vai servir para o conhecimento de outros é importante que aí é a multiplicação do conhecimento de outros. É importante que aí é a multiplicação das dificuldades das habilidades das pessoas cegas. Que bom seria se empresários pegassem esse tipo de pesquisa para ler, né?! Que bom seria se as pessoas que lessem essas entrevistas, a maioria delas eu sei que não acontece, elas tirassem isso como um aprendizado e colocasse no seu dia a dia”.</p>	9	<p>Estilo entrecortado;</p> <p>repetição</p> <p>externaliza-se do grupo: “os cegos”;</p> <p>início das contradições (destaque em negrito);</p> <p>forte enfoque em si mesmo e suas metas individuais;</p> <p>projetos pessoais para o presente e futuro</p> <p>“enfim ...” é seguido de um longo suspiro, sugerindo resignação;</p> <p>o advérbio de tempo (aqui) denotou a busca do sonho.</p> <p>desilusão com a realidade.</p>
Cenário desafiante	Investigadora: Você já se sentiu discriminado profissionalmente?	10	Na lógica aristotélica com o último “não”

	<p>E.N.S. “- Não, Não senti problema com isso não. Mais também toquei em banda que só tinha eu de cego. E aí quando essa tocava [...] todo mundo era cego subia ao palco, era aquela coisa... o pessoal ao invés de dançar ficava parado, olhando: “ - Meu Deus como é que pode, tal e tal”.</p>		<p>ele volta a confirmar o “não” inicial;</p> <p>espanto do público;</p> <p>demonstra potencial de superação;</p> <p>refere-se ao ‘cego’ com naturalidade</p>
Inclusão laboral	<p>Investigadora: Como considera as dificuldades de ingresso ao mundo do trabalho para PcDV?</p> <p>E.N.S. “- Como falei primeiro: a qualificação. Depois o empresário acreditar que o cego é capaz [...] os empresários precisam conhecer esse mundo!”</p>	11	<p>Estilo enumerativo;</p> <p>prevalece a primeira pessoa no discurso;</p> <p>desafio;</p>
Lei de Cotas	<p>Investigadora: Como percebe a Lei de Cotas no cotidiano da PcDV?</p> <p>E.N.S. “- Olha [pausa] como eu falei prá pessoa cega essa Lei de Cotas ela tem – vem passando despercebida ... ela é bacana, seria perfeita se fosse cumprida para todos. “Hoje, eu digo sempre aqui: gente a coisa mais difícil é vaga prá cego. Só chega vaga prá mim aqui prá baixa visão”. “Eu soube, não sei se é verdade que lá em São Paulo os empresários contratam mais o cego fica em casa. Pois é ... não querem o cego na empresa. Ele [empresário] contrata o cego, o cego em casa só para cumprir a lei. Pronto! Chega lá no Ministério apresenta a carteira. Tá aqui empregado, o cego é deficiente e tal, eu tou na cota mas o cego nunca pisou na empresa”.</p> <p>Investigadora: Você tem relato de algum fato desses na Bahia?</p> <p>E.N.S. “Não, eu não tenho não. Nunca aconteceu isso aqui”.</p>	12	<p>Parece não querer se comprometer diretamente com as informações;</p> <p>faz a denúncia: “Eu soube ... não sei...”;</p> <p>tom de escárnio; deboche;</p> <p>descrença: “ela é bacana [lei de cotas] “seria perfeita se fosse cumprida para todos...”;</p> <p>personificação incorpora a própria Instituição: “Só chega</p> <p>mostra-se pensativo e hesitante: “pois é...”;</p>

			generalização: “Nunca aconteceu isso aqui.”; antecedido por várias negativas.
BPC: vilão ou auxílio?	<p>Investigadora: Como se relacionam a formação profissional e a possibilidade de receber o BPC?</p> <p>E.N.S. “... na verdade eu não diria totalmente uma interferência. Diante de tanta dificuldade que a gente tem ai [...] porque ruim com ele, porque do desinteresse das pessoas, do comodismo, pior seria sem ele. Porque hoje com essa dificuldade de ter um cego total dentro de uma empresa trabalhando...” “Por conta desse benefício [pausa] claro que precisa diminuir [pausa] mais diminuiu muito essa questão do cego pedinte. “Eu pego ônibus aqui, muito e [...] vivenciei muito essa questão ‘de ver’ cego entrando no ônibus com o copinho das moedas...” “O problema é a consciência que as pessoas que estão recebendo LOAS estão tendo. A visão de mundo que eles estão tendo. Que um salário mínimo não é renda prá ninguém sobreviver acho que atrapalha nesse sentido, acomoda total. “Essa mesma função que eu faço apareceu uma vaga prá fazer pela tarde. Aí eu chamei um companheiro aqui, falei: - E aí, vai ter essa vaga na clínica tal e tal”. [companheiro] “- E aí vai assinar a carteira?” [E.N.S.] “- Vai, claro que vai, se quer cumprir a cota [empresa]”. [companheiro] “- Ah não véi, vou dar entrada em meu benefício. Não quero não!”</p>	13	<p>Se ausenta do conjunto, está a parte;</p> <p>faltou clareza;</p> <p>a repetição de “porquês” denota a intenção explicativa para um tema delicado;</p> <p>tautológico;</p> <p>Visível relutância e cuidado nas colocações:</p> <p>contradição na conclusão:</p> <p>Individualismo: demarcação do eu/eles.</p>

Fonte: Autoria própria baseado no esquema de Bardin, 2016.

Seguindo a estrutura metodológica de Bardin (2016), apresentamos a seguir o esquema de contiguidade com a Análise das Oposições. [Análise Categórica Temática 1].

Tabela 3 - Análise das oposições – E.N.S.

Sonho: músico profissional, radialismo, ambição de estudar.	Labor, trabalho: telemarketing empresarial com vínculo formal.
Atividade profissional autônoma; postura de líder, obter a condição de autosustentação.	Submissão a chefias, trabalho assalariado, escassa condição de promoção.
Emprego formal – seleção; assalariado; BPC não é cumulativo com o emprego.	BPC; ameaça de desemprego; possibilidade de permanecer apenas na informalidade; receio de perder o benefício.
Investimento na formação; acredita no sonho;	Falta de reconhecimento da qualificação da

busca crescimento.	PcDV; remuneração incompatível com a formação; inacessibilidade a uma carreira; trabalho mecanizado; falta de oportunidades.
Benefício de prestação continuada (BPC); situações especiais e transitórias; suporte para àqueles que mais necessitam; socorro para quem não tem qualificação.	Temor de não ter mais o benefício; em alguns casos é o início do desinteresse pela qualificação; emprego informal; acomodação.
Desafio; superação de limites: produtividade, competitividade, autonomia e mobilidade.	Incredulidade no potencial da PcDV, aptidões e habilidades profissionais da PcDV.
Inclusão, oportunidade de crescimento.	Falta de oportunidades; falta espaço para competir com os outros empregados; discriminação.
O outro positivo: abertura, ruptura com a opressão e os preconceitos da sociedade; inclusão; busca de aprovação e apoio; auto estima elevada e realização social e profissional.	O outro negativo: esteótipo da desvantagem; baixa autoestima; comodismo; não busca qualificação; não busca ser competitivo; permanece no casulo familiar ou encapsulamento institucional; comodismo, desinteresse por uma profissão.
Reação do entrevistado: (momento de maior ruptura) desafiadora, desbravador, rompe com paradigmas estabelecidos, autoconfiança; mobilidade; independência e autonomia.	Reação do outro: (empresa) na seleção - empatia; CIPA (chefia) confiança; (colegas) desconfiança, espanto, incredulidade; (ambiente – térreo do <i>shopping</i>) escassa estratégia de acessibilidade/mobilidade; na apresentação pública; espanto, incredulidade.

Fonte: A autoria própria baseada em Bardin, 2016.

Por meio do jogo de “oposições” é possível encontrarmos algumas chaves para análise do esquema categórico temático. Estas ocorrem mais em função de oportunidades e de exclusão pela falta de acessibilidade do que por escolhas pessoais (sequências 1, 2, 3, 4, 5). A PcDV encontra nos espaços formais e informais reações similares: desconfiança, incredulidade e espanto.

Esses sentimentos culminam em angústia, ansiedade, baixa autoestima, perda da autonomia e independência para aqueles que se acomodaram ao benefício como saída única para sua sobrevivência. O interlocutor escolheu outra via e denuncia que alguns sujeitos com deficiência se vitimaram e se acomodaram ao BPC (sequências 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Para o interlocutor, indivíduos assim defendem um discurso estultilóquio corroborando para sua posição de inércia e comodismo. Simbolicamente reforçam a representação do sujeito com deficiência visual pedinte, mendicante, desqualificado e

improdutivo ou inválido (sequências 12 e 13). Essas representações, ao nosso ver, são contrárias à realidade atual proposta pela PcDV. Além disso, contradiz a sua autonomia atual, independência e ambição tenaz por crescimento profissional, conforme foi demonstrado pelo interlocutor.

No decurso desse trabalho os termos incapacidade, desvantagem e funcionalidade⁷⁰ não foram utilizados simplesmente como distinção vernacular, esses termos expressam particularidades importantes. No caso da incapacidade, de acordo com a OMS, refere-se ao nível funcional.

Ou seja, ao grau de incapacidade à utilização de recursos pelo sujeito e ao seu grau de organização para compensar o impedimento orgânico. Essas circunstâncias estão diretamente ligadas a avaliação de aptidão ou inaptidão para o labor. Não obstante, pelas denúncias das entrevistas as empresas parecem ter adotado critérios próprios nos processos seletivos desses trabalhadores.

Outra questão relatada trata da acessibilidade, ou melhor colocando, a inacessibilidade na cidade de Salvador para PcDV. Não podemos subestimar esse fato da falta de locomoção nos espaços públicos e privados trazida pelos entrevistados, especialmente, nos espaços coletivos como retratam os dados abaixo:



Tabela 6 - Condições de acessibilidade e mobilidade da pessoa com deficiência

Condições de moradia	Rampas para cadeirante	Calçadas/Passeio	Meio fio/guia
Adequada	5,8%	80%	86,1%
Semi-adequada	1,9%	43%	55,6%
Inadequada	0,2%	9%	14,1%

Fonte: IBGE – Censo 2010.

⁷⁰ Essa distinção já foi feita no capítulo I.

Têm sido empreendidas mobilizações em pró da melhoria nas condições de acessibilidade desses atores sociais. Porém, a mobilidade ainda se constitui em um grande entrave. Na sequência vem a problemática da escolarização que também está vinculada a mobilidade. A inclusão deve ser capaz de resolver, não apenas a presença da PcD na escola regular, mas também a sua inserção efetiva e o acesso à cultura. Essas são questões pragmáticas do cotidiano desses sujeitos que incidem no maior ou menor acesso à profissionalização/qualificação e seus resultados práticos.

Na vertente da inserção laboral da PcDV, é imprescindível apontar que a problemática vista dualisticamente sob a ótica de normalidade x anormalidade vai criando filtros cada vez mais seletivos para o ingresso desses sujeitos. Nessa perspectiva, é preciso nos situarmos quanto aos significados que assume o trabalho nessa investigação. Na reflexão de Antunes (2005), contrapondo-se às correntes atuais que alardeiam o fim da centralidade do trabalho como fenômeno societal estruturante, diz esse autor que, a centralidade dessa categoria se mantém sob novas configurações e novas relações entre capital e trabalho.

Nessa esteira, o autor afirma que o trabalho é a realização contínua de posições teleológicas, portanto, gênese do ser social. Desse modo, o ser eleva-se em relação à sua própria base. A sociabilidade e a linguagem encontram sua origem a partir do ato laboral. (ANTUNES, 2015). É nesse contexto que estamos situando a discussão com Antunes, buscando demonstrar a situacionalidade dos entrevistados em sua evolução laboral.

Também consideramos apropriado o pensamento de Arendt (2007) para reafirmar a reflexão da importância do trabalho na formação do ser social, ao dizer que, o trabalho é uma categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social (animal laborans à *Homo faber*) e, assim, estar no centro do processo de humanização do homem. Negar a condição de trabalho a esses sujeitos é também uma forma de desumanizá-los e reforçar o esteótipo da anormalidade.

Perseverando nesse enfoque, vamos acatar a substituição da expressão exclusão social rejeitada por Castel (1998). O autor adota preferente e justificadamente pelo dinamismo que a compõe, a expressão desfiliação social. Assim, enfatiza a estreita relação entre a condição de inserção no trabalho e a participação nas redes de sociabilidade. Se não fosse a existência de tais redes a PcDV ainda estaria segregada no seu “túmulo domiciliar”. (Damasceno, 2016). O apontamento dos autores nos pareceu bastante apropriado para análise/interpretação/compreensão das respostas de E.N.S..

A partir daí, nos inquietamos, urdindo em dúvidas: Em que sentido estamos abordando o trabalho da PcDV? Algumas chaves apontam que foi adequada a aplicação da metodologia de Bardin para pensá-lo, contudo, como nós o estamos concebendo? Desse modo, é viável assinalar o status da abordagem de trabalho em uma perspectiva contrária a uma “relação técnica de produção, mas **como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social**”. (CASTEL, 1998, p. 24). (grifo nosso).

Esse autor destaca que a não participação em qualquer atividade culmina em isolamento relacional e desfiliação social. Entre as PcDV isso é considerado como “estado” de encapsulamento ou “morte social”. E só podemos conceber a profissionalização e o trabalho que sejam capazes de promover a ruptura com essa condição.

Nessa dimensão, diz Castel que a precarização dos vínculos com o trabalho ou sua ausência provoca a deteriorização da própria inserção social, e pode levar o indivíduo a deslizar de uma zona de vulnerabilidade social para a inexistência social. O *corpus* investigado, algumas vezes, emoldura-se no quadro de vulnerabilidade descrito por Castel. Outras vezes, sujeita-se ao efeito bumerangue entre ir e vir do emprego a BPC e vice versa. Ainda tivemos relatos de casos extremos de PcDV serem “escondidas” pelos familiares que os mantêm em uma espécie de cárcere privado.

Outros pesquisadores sobre a deficiência também permeiam as concepções de Castel. A autora Leme (2015), ao refletir sobre a propriedade do emprego para a PcD, ancorou-se nos argumentos das relações de emprego defendidas por Castel (1998). Nesse sentido, o desejo de trabalhar para a PcD não se trata de uma vontade econômica pouco razoável ou excêntrica,

Portanto, não é meramente o desejo de conseguir um emprego e ter uma remuneração o que move as PcD que vêm a procura do certificado do INSS, mas muito mais que isso: é a busca por ocupar um lugar social, por fazer parte do sistema, por sair dessa posição indefinida e obscura que Castel chama de “zona de desfiliação social ou zona de inexistência social. (LEME, 2016, p. 89-90).

Em nossa compreensão, sem construir uma profissiografia da qual se orgulhem, muitos associados à ABC se desinteressaram dos cursos, das capacitações, aperfeiçoamentos oferecidos e do próprio trabalho para autosustentar-se. Segundo depoimento do dirigente é corriqueiro não serem formadas turmas para algumas capacitações.

A ABC funciona em um prédio antigo, na Ladeira dos Barris, com espaços para treinamento, uma biblioteca, algumas salas de aula, salas da administração e área de lazer. Tem um bom espaço para recreação. Aliás, essa é uma atividade bem desfrutada na rotina dos associados. A área destinada à recepção administrativa é ampla e percebemos que as pessoas gostam de estar nesse espaço ou no andar inferior (onde fica a área de lazer). A sala da presidência fica, curiosamente, em uma sala no lugar mais elevado do prédio. Simbolicamente, parece representar aquela nossa observação de poder/distanciamento dos associados. Não foi difícil perceber que nessa sala onde a porta está sempre fechada (embora não possua ar condicionado) pode apontar para várias interpretações. Contudo, indiferentemente a quaisquer interpretações/intuições, subsiste o isolamento.

5.2 Análise temática “2”

Prosseguimos com a anamnese, entrevista e excertos do interlocutor A.S.A..

Nasceu em Nazaré das Farinhas, interior da Bahia, em 1976. É professor concursado com graduação e pós graduação. Tem formação em História e Teologia e pós-graduação em Educação Especial. Contraiu a cegueira por conta da rubéola que a mãe teve na gravidez. Com treze irmãos, é o único com cegueira. É solteiro e tem uma filha com visão sem alterações. Concursado, trabalha no Estado em um Centro Especializado em Educação Especial que promove apoio e assistência às pessoas com deficiência visual. Tem conhecimento em informática e atua como professor nessa área em programa específico para deficientes visuais – Programa DOSVOX. Fundou uma ONG com o objetivo de preparar pessoas com cegueira para concursos públicos. Como pesquisador, sua área de interesse é o mundo do trabalho para PcDV. Membro da ABC há mais de 20 anos, fez vários cursos profissionalizantes nessa Instituição, onde teve sua iniciação profissional. Atualmente, além de suas atividades profissionais ocupa função na diretoria da ABC. É representante como delegado no movimento nacional.

Seguindo o esquema estrutural de Bardin (2016):

TEMAS CENTRAIS – (análise 2)

- Capacitação profissional.
- Qualificação.
- BPC.
- Mundo do trabalho.

Subtemas:

- Expectativas: positiva ou negativa.
- Cenário receptivo com algumas resistências.
- Presença relativa de constrangimentos

- Evidência do preconceito laboral.
- Perspectiva profissional.
- Desafio como fator motivacional.
- Politicidade.
- Barreiras físicas e atitudinais.
- BPC e Lei de Cotas.

Prosseguindo com Bardin (2016), características associadas ao “Tema Central”:

- Instituições.
- Aprender novos hábitos.
- Formação.
- Ideologia.
- Autonomia
- Projetos externos a ABC.
- Benefício de Prestação Continuada. (BPC)
- Fissuras na Lei de Cotas.
- Mobilidade/independência.
- Limites.
- Oportunidades.
-

Vamos destacar excertos coletados através do *corpus* dessa entrevista no período de 2015-2018, ocorridos em momentos distintos, promovendo as articulações necessárias à compreensão das formações discursivas do entrevistado. Para tal finalidade, vamos utilizar o mesmo esquema anterior, inspirado na proposição de Bardin (2016):

Características associadas ao “Tema Central”:

- O sonho de reconhecimento das habilidades/capacidades.
- Independência pessoal.
- Denúncia de corrupção/crise interna.
- Campanha da nova direção pela transformação.
- Descoberta de outras possibilidades profissionais.
- Ações afirmativas através de campanhas educativas.
- A politização dos sujeitos como instrumento de questionamento e conscientização na ABC.
- Novos desafios em campos operacionais não experimentados.

O cenário foi se descortinando paulatinamente nas entrevistas com (algumas) confirmações de indícios observados no *locus* da investigação⁷¹;

- a instabilidade;
- a crise;
- Órgão públicos versus representatividade;
- os antagonismos;
- a ironia;
- o desagradável;
- os avanços;
- os retrocessos;
- a competição interinstitucional;
- as novas perspectivas.

A frase inicial do entrevistado destaca o grupo de trabalho. Nesse momento o interlocutor discorre sobre a sua formação profissional. Dos excertos destacados, inicia seu detalhamento descritivo com a sua trajetória no mundo do trabalho – “eu trabalho...” e termina falando prognosticamente sobre a importância da ruptura com o preconceito – “... começaria a mudar, alterar essa forma que a sociedade tem de ver a pessoa com deficiência”.

ANÁLISE SEQUENCIAL: Seguindo os mesmos parâmetros da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), também embebemo-nos na fonte de Eni Orlandi cuja obra é uma construção consistente de reflexão sobre a linguagem, o sujeito, a história e a ideologia. Segundo a autora, por princípios e procedimentos da análise do discurso, compreende-se que “Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas”. (2015, p. 40) nessa mesma vertente Veronese (2004).

Delineando contornos, Bardin prescreve que “A análise do discurso trabalha, tal como a análise do conteúdo, com unidades linguísticas superiores à frase (enunciados)”. Contudo, “a análise de conteúdo apenas privilegia, como deveria ser, a dimensão da linguística”. (BARDIN, 2016, p. 50).

A *fortiori*, diz essa autora em tom conciliador, “espera-se que a ‘Análise do Conteúdo’ em sua função heurística não seja nem doutrinal, nem normativa”. (2016, p. 20). Desse modo, seu campo tem muita amplitude:

Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor será um único instrumento, mas,

⁷¹ Essa estruturação de análise sequencial que estamos apresentando está em conformidade com as sugestões de Bardin (2016) e de acordo com as explicações/justificativas que apresentamos na Análise categórica temática 1.

marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. [...] De fato, se tentarmos nos distanciar dos métodos de análise de conteúdo e do domínio em que estes podem ser explorados, apercebemo-nos de que o campo de aplicação é extremamente vasto. Em última análise, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo. (BARDIN, 2016, p.37-38)

Daí, a necessidade de sermos bastante criteriosos quanto à escolha dos excertos. A responsabilidade que pesa sobre o escrutínio desses trechos, deve nos impedir de macularmos a confiança ou a mensagem do nosso entrevistado. Devido a essas razões foi que escolhemos a “Análise de conteúdo” cuja sistematização pode ocorrer pela “Descrição Analítica” que propõe um esquema para compreender através da “análise dos significados (exemplo: análise temática)”. (BARDIN, 2016, p. 41).

Aplicaremos por quinze sequências essa metodologia, apelando à memória discursiva do entrevistado A.S.A. cuja codificação dos excertos objetivam a narrativa de sua profissiografia. Nós vamos considerar seu discurso em sentido estrito e circunstancial a enunciação da sequência.

Sequência 1 – “Formação e atuação profissional. A fala traz uma alternância entre os movimentos de aproximação e afastamento. Concomitantemente ocorre a busca de interação como gestor e liderança, porém, a seguir ocorre o isolamento. Podemos afirmar que sua fala apresenta materialidade discursiva (levando em conta outras marcas estilísticas, como oscilação entre uma fala mais fluente, entusiasmada, coesa e outra pontuada por interrupções e hesitações). Faz o uso de repetições, em certos momentos, preenchendo os vazios e minimizando a própria dificuldade em manter a interação com os pares. O interlocutor faz uma ampliada descrição da infância no ICB e sua trajetória estudantil. Passa a ideia que essa Instituição investe muito na autonomia e independência da PcDV. Porém, em certo ponto da narrativa, mostrou-se decepcionado com a tutela da Instituição. Seu discurso marca o trauma de ter sido obrigado a desvincular-se do ICB cujas razões omitiu nos levando a deduzir que há um trauma subjacente a omissão. Essa ruptura marca dois pontos significativos que se delinearam e relacionaram-se entre si: o sofrimento da ruptura e os dilemas da independência prematura. A sua iniciação profissional pode ser definida através da sugestão de Castel: “denota sentimento de quase autarcia”. (2015, p. 45). Devido à prolixidade do entrevistado, essa investigadora entrevistou em alguns momentos para conduzir o foco para as perguntas propostas. O entrevistado é possuidor de boa memória, sendo historiador

conseguiu apresentar a enumeração dos fatos cronologicamente, situando-os espacialmente. Nos possibilitou também conhecer o entorno discorrendo sobre as Instituições de assistência as PcDV.

Sequência 2 – “Limites na atuação da ABC”; “Tessitura da qualificação na ABC”. (Nessa temática, a entrevistadora permitiu o fluir espontâneo da narrativa, sem se prender à sequência do roteiro da entrevista que foi esquematizado). O entrevistado demonstra sua decepção com a atuação da Instituição (ABC) como formadora e qualificadora de seus associados. Percebemos a diáfora do discurso, especialmente, nas entrelinhas, parecia dizer que outras Instituições funcionam de modo mais eficiente. Há um forte conteúdo político ideológico em suas denúncias e as críticas jorraram. Por ocupar um duplo papel, de associado e membro da administração, suas posições convergem e misturam-se preponderando a figura representativa como membro da administração. Não fez autocrítica, seu juízo desfavorável reporta apenas à atuação dos demais. Levanta questões materiais e humanas em que responsabiliza a Associação, totalmente personificada, pela decadência atual (apontou esses aspectos em várias sequências). Utiliza muitos elementos ideacionais estabelecendo comparação de sucesso e eficiência de outras Instituições.

Sequência 3 – “Autonomia da PcDV”. O termo “somente” não assume o sentido redutivo, aponta a especificidade de sua atuação profissional. É evidente, até mesmo justificável, o seu envaidecimento por ter superado obstáculos, para alguns, intransponíveis. Em nossa percepção tem um perfil bastante colaborativo buscando atividades que auxiliam outras pessoas com deficiência visual. Também é visível o seu grande ego. Devido à experiência no cargo que ocupa, pôde expor detalhadamente as funções de cada associado dirigente. O interlocutor denuncia a situação de corrupção que envolveu o nome da Associação e descreve a repercussão/exposição midiática do fato. Segundo o entrevistado, é um fato notoriamente público (motivo que não nos impossibilitou de relatá-lo, sem sermos indiscretos).

Sequência 4 – “Mundo do Trabalho” – As entrevistas evidenciam que quanto maior a escolaridade mais elevada a preocupação com a autonomia e vida independente, (especialmente, com as atividades mais simples do cotidiano). Para o interlocutor, as famílias são diretamente influenciadoras, ou não, da iniciativa de vida independente. Em alguns casos a super proteção é avassaladora. Nas sequências 1, 2, 3 e 4 os verbos são mantidos no presente do indicativo no esforço do interlocutor de demonstrar sua preocupação com o imediato, o momento atual de suas ações. O interlocutor dirige o

projeto de uma ONG para PcDV. O objetivo é preparar os indivíduos com cegueira para ingressar em função pública através de concurso. Iniciativas como esta têm contribuído para desmitificar a ideia de incapacidade ou invalidez. Controversamente, na visão de Leme (2015), ações desse tipo também concorrem para materializar, disseminar e alimentar o discurso neoliberal de atribuição dos problemas apenas ao indivíduo, à sua força ou fraqueza pessoal, à sua disposição de vencer. Analisado de outra forma, também pode ser um gatilho para enfraquecer a predisposição do Estado às políticas públicas educacionais para esse conjunto de pessoas.

Sequência 5 – “Grupos Apartados”. Subgrupos se formam afastando-se do perfil médio dos associados da ABC. Presumimos que ocorram reações preconceituosas dentro do mesmo conjunto de PcDV, especialmente de gênero e quanto ao nível de escolaridade. Talvez devido a isso, observamos subgrupos, aparentemente afastados uns dos outros. Ocorre um projeto paralelo à ABC cujo gatilho foi disparado pelo interlocutor, o que identifica muito sua ação educacional e política. O projeto da ONG pareceu entusiasamá-lo mais do que a sua atual posição na administração da ABC. Percebemos nesse cenário que muitos associados ficam ilhados e apartados das decisões internas, é visível que os associados têm se mantido em conflito. Prosseguindo sua fala, o interlocutor desenha a atuação e evasão dos voluntários na Instituição. Existe todo um ritual de arregimentação desse contingente humano voluntário. Não foi nosso objetivo apurar as causas da evasão desse pessoal, mas sem dúvida, esse fato contribui para piorar a situação da pequena oferta de qualificação aos associados. Segundo denuncia o presidente da ABC e confirma o interlocutor entrevistado, os voluntários têm se comportado, com raras exceções, de forma descompromissada e, até mesmo irresponsável. Alguns são impontuais e “largam” a Associação sem nenhum aviso. Observamos que existe um fosso comunicacional se compararmos a descrição do êxito e obtenção dos objetivos em alguns projetos desenvolvidos por voluntários e os motivos alegados da evasão.

Sequência 6 – “Vida Independente”. Essa temática está diretamente ligada à explanação das práticas para reabilitação social da PcDV. Para ilustrarmos, observamos que há muita resistência e alto nível de rejeição à bengala, em outros casos, aos óculos escuros. A bengala funcionalmente é elementar para a autonomia desses sujeitos. Tudo indica que a causa da rejeição está ligada aos significados que esses acessórios representam. A importância dessa discussão justifica-se porque a reabilitação ocorre através de maior e

melhor mobilidade. Essa questão também se imbrica no contexto da qualificação para a atividade laboral.

Sequência 7 – “Qualificação”. O interlocutor descreve sua trajetória escolar e acadêmica minuciosamente e com muito entusiasmo. Mostra otimismo e autoconfiança com evidências de ter superado os acontecimentos dramáticos com seu desligamento do ICB. Existe um jogo de identificação e orgulho em assumir-se deficiente visual e obter reconhecimento pelos méritos de desempenho acadêmico e profissional. Usou um contínuo ambíguo revelado na contradição dos vários lugares que ocupa (ONG, trabalho, ABC e outros); assim vivencia vários papéis. Deu-nos a impressão que parece vagar entre essas diversas posições procurando sempre um lugar que possa estar em atividade. É possível visualizarmos essa dinamicidade se compararmos as sequências 5, 6 e 7. Parece ter dificuldade nos relacionamentos pessoais ou de pertença ao grupo; destacamos a fala: “Fizemos concurso e passamos. Aí eu passei também”, nessa fala é como se A.S.A. estivesse a parte. Apuramos que em geral os associados têm baixa escolaridade e existe um campo de disputa entre pessoas com experiência de vida e outras com maior formação escolar. O grupo com maior escolaridade parece que tende a ocupar os cargos administrativos (gestão). A aprovação em concurso público marca a superação e tenacidade do interlocutor deixando-o motivado a novas experiências acadêmicas.

Sequência 8 – “Superação de Limites”. Em certos intervalos o interlocutor expressa-se como se não tivesse uma deficiência visual. Usa termos destacando o “outro” em uma posição distanciada, como se estes fossem um referente. Esse fato nos provocou dúvida sobre sua aceitação à própria deficiência. Uma reflexão aplicável a essa análise é argumentada por Leme (2015). A autora diz como foi sendo instaurada a ideia de produção em concomitância com as novas formas de regulação própria da reestruturação produtiva, com foco no sujeito produtivo. Esses são limites demarcados pelas individualidades, competitividade e apologia do investimento no desenvolvimento pessoal como forma de reconhecimento, e de ganhar em competitividade para demarcar (cada vez mais) a fatia pessoal do mercado. Essa ideia é sustentada por Machado (2002) e Leme (2015) e parece ser adequadamente aplicável à análise desse excerto. Segundo esses autores, que tiveram inspiração em Castel, a perspectiva desse tipo de discurso tem naturalizado que a responsabilidade por conseguir empregar-se é apenas do indivíduo, dependendo de suas condições, de sua capacidade pessoal de se tornar “empregável” (CASTEL, 2015) e de sua competência para vencer a concorrência com

os demais sujeitos. Analisando o excerto, parece ilustrar as muitas posições que o interlocutor ocupa e dos vários papéis desempenhados. A observação direta, a análise e o cruzamento dos depoimentos nos levam a ideia de que as formas de participação desse sujeito parece revelar que se mantém tensionado constantemente pela necessidade de provar “o seu potencial”. Também, é possível que apenas busque traduzir o mosaico de formas de sua atuação. Ocupa papéis de: professor, aluno, gestor, associado, delegado [representando a ABC no movimento], dirigente da ONG e funcionário público. Esses papéis compõe um belo mosaico construído com plurímos lugares de ocupação, imagens e significações. Vão compondo o quadro postal do interlocutor, às vezes, se mostrando em tons bem conflituais. Contudo, também levanta a questão do comparativo recorrente para com aqueles outros indivíduos com deficiência visual que não conseguem atingir tantos papéis sociais e profissionais.

Sequência 9 - “Avanços e retrocessos na ABC”. A quantidade de material disponível para consulta e estudo, na Instituição e externamente (bibliotecas, universidades, etcétera) é exígua. Essa carência foi relatada por A.S.A. em outros espaços também. Nesse sentido, o interlocutor chama a atenção para a *dependência* de uma pessoa que seja leitor/a para o indivíduo com deficiência visual. Essa temática evidencia pontos de fragilidade na formação da PcDV; aspectos que ainda não foram sanados embora já haja instrumentos tecnológicos capazes de auxiliá-los, a chamada “tecnologia de acessibilidade”. Existe de fato um vácuo, cuja atuação estatal seria capaz de promover a atenuação desses efeitos e o acesso da PcDV à leitura, a informação, a integração cultural. Existe uma queixa generalizada que a quantidade de material de leitura e pesquisa é muito limitado. O interlocutor enfoca que a situação de dependência que é criada com a leitura através da disponibilidade de terceiros voluntários, causa muito transtorno e falta de continuidade aos estudos e leitura. O interlocutor informa que o Brasil avançou através da chamada Lei Brasileira de Inclusão ou o Estatuto da PcD (esse é um ponto altamente controverso entre os ativistas do movimento político da deficiência). Entre outros direitos, a Lei determina a obrigação das editoras de atenderem a pedidos de produção de livros nas versões digitais.⁷²

Sequência 10 – “Cenário de crises”. Através da análise foram sendo evidenciados alguns pontos que se condensam em termos de materialidade da conversa, em um jogo

⁷² Essa conquista só terá abrangência para a PcDV com a criação do Portal Livro Acessível (livroacessível.org.br) que foi inaugurado dia 31/01/2018 pelo governo federal) mais não está em funcionamento.

de relações contrastivas, de oposição e oscilações na disputa entre poder, liderança e participação. O entrevistado reporta que as relações entre os associados pode ser apontada como um dos pontos frágeis da Instituição: financeiro e relacional. Reafirma que as relações entre os associados são muito conflituosas. A desilusão com as impossibilidades de serem realizados compromissos de campanha pela atual gestão foi um ponto forte nesse depoimento. Pontos destacáveis: o sofrimento em si pela não realização de metas e compromissos de campanha (desapontamento) e a preocupação com o destino futuro da Associação (ansiedade/tensionamento).

Sequência 11 – “Ideologia”. Nesse intervalo, o interlocutor apresenta o tensionamento institucional interno, o conflito e a precariedade das relações interinstitucionais. Isso fica bem marcado no seu discurso na íntegra. Sua fala apresenta muitas hesitações, como a escolher as melhores palavras, contrastando com o seu estilo de narrativa fluente, espontânea, prolixa e enumerativa. Na denúncia ficam encobertos outros problemas que observamos: algumas Diretorias (atualmente) têm um relacionamento afastado dos sócios; prevalece a ideia de uma hierarquia que, embora seja apenas simbólica, culmina em ações que fluem no sentido verticalizado (de cima para baixo). Em relação as “brigas internas”, o entrevistado relatou ,“o que eu não estou de acordo é com o método” refere-se à transgressão aos poderes de representação de alguns dirigentes. Mas também parece provar o conflito de fazer parte do grupo e não se sentir em pertencimento. Possivelmente essa é a causa da sua indeterminação verbal preponderando a forma infinitiva impessoal. Prosseguindo, muda o fio argumentativo e passa a questionar “o método” como as denúncias foram realizadas pelos antigos gestores (ficou claro que o interlocutor visava alcançar o sentido lato de seu entendimento sobre moralidade). A postura do entrevistado figura menos como denúncia e mais como um julgamento. Em nossa percepção a figuração descritiva do entrevistado evidenciou um cenário dramático ilustrando as denúncias onde ele estava bastante envolvido emocionalmente. Pareceu que continuava ancorado nesse cenário do passado.

Sequência 12 – “Individualismo e Competição Interinstitucional”. As explicações sobre sua compreensão do pretérito na Associação são um pouco seletivas. Também são encontradas em outras sequências como a 11, 13 e 15. Após frases lapidadas sobre sua “consciência política”, o entrevistado se coloca, mais uma vez, à parte do conjunto de associados. Nesse desenho ele representa a gestão e a hierarquia superior no modelo simbólico de poder que criou. “As pessoas”, “eles” foram expressados com um sentido

carregado de superioridade e distanciamento dos outros indivíduos. Essa sequência dá continuidade às expressões da sequência anterior onde mostra seu descontentamento com a gestão (passada) e também critica a atual (à qual pertence). Considerando o conteúdo das demais entrevistas, a ênfase que A.S.A. deu à “alienação política dos demais associados” parece se constituir apenas em um *desideratum* pessoal e não um fato que possa opôr-se aos demais. O cenário externo se caracteriza pela competitividade e disputa por arrecadação, doação e favorecimento estatal. As respostas de A.S.A. têm marcas de similaridade com o conteúdo da entrevista de E.N.S. As questões trazidas pelas sequências 11, 12 e 13 têm um reflexo direto sobre como ocorre a materialização das finalidades processuais da ABC. De acordo com a nossa observação, é possível afirmar, que há uma predisposição centrípeta em torno da ABC: “seis Instituições... essas todas poderiam estar aqui dentro desenvolvendo esses trabalhos aqui dentro”. Não observamos que haja da parte da ABC um movimento centrífugo que aproxime as demais Instituições. É evidente que a precariedade no processo formativo dos associados tem ligação com questões políticas, relações conflituais internas e externas, sobretudo, carregam o peso de antecedentes denunciados de corrupção e desvio de finalidade. Tudo isso está refletido no estado de desestabilização atual. Fizemos questionamentos do tipo: quais ações estão sendo desenvolvidas para (re)aproximar os associados? Porém, as respostas deslizaram evasivas em torno da reforma do Estatuto e desligamento dos inadimplentes. Na decisão do novo regimento o desligamento por inadimplência figura como medida letal. A ênfase na suspensão do associado como solução já denota os sintomas de anomalia no sistema relacional dessa Instituição, assim como, do seu esgotamento administrativo. Parafraseando Durkheim,

Ao pensarmos as instituições coletivas, ao assimilá-las, individualizamo-las e incutimo-lhes em maior ou menor grau o nosso cunho pessoal: é assim que, ao pensarmos o mundo sensível, cada um de nós lhe dá um colorido à sua maneira e que sujeitos diferentes se adaptam de modo diferente a um mesmo meio físico”. (DURKHEIM, 2011, 26).

Essa assimilação adaptativa proposta pelo autor parece escapar aos atuais gestores da ABC. Como praticamente não existe memória documental na Instituição, não pudemos formar esse *corpus* de informações para adscrever à essa investigação. Isso implica que não obtivemos dados sobre: escolaridade, origem, profissão, procedência, tipo de cegueira (total ou parcial), cursos oferecidos, cursos participados,

treinamentos dentre outros. Isso culminou em uma lacuna em nossa pesquisa. Quanto aos registros encontrados, além de imprecisos, estavam incompletos, inapropriados para composição desse trabalho. Ao perguntar sobre as causas dessa lacuna, os dirigentes responderam que sempre foi devido à relação de precariedade na contratação de secretárias(os). Que o serviço voluntário, algumas vezes agia de forma “descompromissada” e perdiam os arquivos. A ausência de parceria com o Estado se faz sentir em problemas triviais do funcionamento administrativo cotidiano como o arquivamento de dados.

Sequência 13 – “Preconceito”. Essa temática assume dois vértices: através de barreiras atitudinais e barreiras arquitetônicas (físicas). Para esse conjunto de pessoas “*é preconceito quando eles são impedidos de estar, fazer ou participar de algo devido a sua deficiência*”. Em relação à deficiência visual, destacamos que os entrevistados apontam que as pessoas comumente fazem confusão sobre o “deficit” e falam gritando como se eles não ouvissem. Isso os deixa bem desconfortáveis. Existem também as situações em que as pessoas se dirigem ao acompanhante para falar ou fazer perguntas como se os deficientes visuais não tivessem discernimento. No campo da nossa pesquisa, houveram relatos de ações preconceituosas de várias modalidades: manifestadas pela exclusão na seleção de empregos, pela escassa oportunidade de profissionalização e pelo descrédito ao potencial/habilidades da pessoa cega. Pelos depoimentos extraídos da “Roda de Conversa sobre Profissionalização”, a PcDV enquanto profissional tende a ser acusada de todos os erros na empresa, “foi o ceguinho quem causou...”. Esse tipo de constrangimento, geralmente, leva a demissão desses sujeitos e cristaliza a ideia de incapacidade/invalidez.

Sequência 14 – “Acessibilidade/mobilidade”; “Lei de Cotas”. A enumeração da fala acompanha o estilo didático que caracterizou a entrevista. Relata situações passadas e presentes seguindo uma cronologia. Reconhece a problemática da escassa qualificação como impeditiva de acesso desses atores sociais a muitas empresas. Enfoca também, o conteúdo psicológico de muitos associados: autoestima baixa. Em alguns momentos da narrativa, o interlocutor parece cruzar os fios da qualificação como um tema pouco relevante para os associados, que algumas vezes, parecem se mostrar pouco interessados. O entrevistado atribui que um dos fatores desse comportamento deve-se à baixa autoestima. A terceira figura que compõe esse cenário é a do empregador que exige qualificação da PcDV. O maior entrave é atribuído ao “preconceito” nesse jogo meio indefinido entre patrões e empregados. Não ficou muito claro se o ponto focal do

entrevistado trata da questão da precariedade, da ausência de qualificação que afasta a empregabilidade desses indivíduos, das questões relativas ao preconceito ou da baixa autoestima. Assim, nesse caldeirão de ideias, o interlocutor pretendeu uma composição com múltiplos nutrientes cujo resultado não ficou claro. Entendemos a questão da autoestima como subtema incidente porque contamina a temática focal da profissiografia; contudo, independe totalmente desta. Essa sequência mostra mais uma vez o distanciamento do coletivo e a assunção de uma postura superior em relação aos outros associados. O desenho de fundo pode ser assim expressado: um jogo determinístico de possibilidades para aqueles que obtiveram qualificação e formação e de impossibilidades para os demais, que são a maioria.

Sequência 15 – “Políticas Públicas”. Prevalece a memória cronológica. Rememora os anos 1970 se referindo à atuação do SENAI em projeto desenvolvido para a PcDV. Sendo a ABC inaugurada em 1980, não participou desses programas. Entretanto, usufruiu de outros programas que foram inaugurados na continuidade do projeto piloto do SENAI. A atual gestão apresentou como programa de campanha, que o projeto de capacitação dos associados envolvesse Instituições como SESI, SENAC, SENAI, SEBRAE. Não encontramos no *locus* dados de iniciativas nesse sentido. Para o interlocutor, a comunidade empresarial soteropolitana comete erros imperdoáveis, como oferecer vagas para motorista à ABC. Cabe o argumento trazido por Leme:

Como se vê, a ambiência onde se desenrolam as práticas visando à implementação da Lei de Cotas no trabalho para deficientes é uma arena de lutas, brechas e falhas nos discursos, podendo dar visibilidade as contradições presentes nos modos de abordar a questão. Assim constata-se que o conflito não se trava de maneira biúnivoca apenas entre as empresas de um lado, e o grupo Interinstitucional como um todo homogêneo, de outro, mas há múltiplos sentidos e muitas vozes constituindo o discurso sobre as pessoas com deficiência. (LEME, 2015, p. 49).⁷³

Se substituirmos o lugar de ocupação do grupo interinstitucional mencionado pela autora pelo espaço da ABC alcançaremos o mesmo sentido de nosso interlocutor e o seu justificável desapontamento pela falta de interação das empresas com as Instituições. Em nossa descrição, a relação da ABC com as empresas são tecidas como se os sujeitos estivessem a modelar filigranas. Isto é, existe sempre um delicado jogo de tensões ligado ao cumprimento e preenchimento das cotas. Entretanto, o objetivo é

⁷³ A autora faz referência ao evento promovido em Campinas - São Paulo (2004) que acomodou vários segmentos com representantes do Ministério Público do Trabalho e Emprego, INSS, palestrantes e empresas com a finalidade de discutir o direito de acesso ao trabalho pela PcD e o objetivo de orientar e conscientizar as empresas sobre a aplicação da Lei de Cotas.

meramente legal sem emplacar a culminância social subsumível na lei. A questão retratada na sequência 14 das barreiras arquitetônicas coloca outro desafio vinculado às políticas públicas, como diz o entrevistado, “o mundo é visual e projetado nessa perspectiva. Àqueles que não são visuais ou têm outras limitações cabe apenas a adaptação”. Não é uma escolha, é a única alternativa oferecida pelas cidades para locomoção desses sujeitos. Os avanços alcançados são todos obtidos por força de alguma lei. Isso nos remete a Leme e sua crítica sobre os papéis da sociedade civil,

O conceito de sociedade civil foi pasteurizado, tornou-se neutro, asséptico, foi destituído de seus sentidos de luta, de heterogeneidade, de embates entre interesses conflitantes, passando a circular sentidos que sugeriam uma homogeneização da “sociedade”, do fazer conjunto das parcerias”. (LEME, 2015, p. 55).

Nesse sentido, na esteira que nasce a Lei de Cotas, nascem outras Leis como a 9.790/1999 que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativo como as OSCIPS⁷⁴ com o objetivo de desenvolver parcerias. Porém, analisando-as pragmaticamente as parcerias que atende aos interesses das PcD são precárias e as iniciativas públicas ou privadas individualmente não têm (em grande parte) apresentado respostas que solucionem as situações demandadas. Em relação ao BPC, o entrevistado fez um comparativo entre o BPC (Brasil) e um sistema adotado pela França cuja PcD ao ser inserida no mundo do trabalho vai perdendo o benefício gradualmente, à medida que a sua adaptação e permanência no trabalho vão se instalando. Em epítome, o discurso de A.S.A. assume variadas inflexões, desde a abordagem política às relações internacionais. Percorre pelos corredores da ABC destrinchando-a criticamente. De forma mais subjetiva volta a falar sobre a sua formação, atuação e projetos laborais. Trata-se de um depoimento que nos ajudou a mapear muitas características desse conjunto de pessoas, ainda que nessa trajetória tenhamos, permitido em alguns momentos escapular um pouco o enfoque “qualificação.” No âmbito das políticas públicas existe um embate entre as empresas e as Instituições assistenciais, embora nos pareça que essa atribuição a rigor, seria do Estado. Essa situação tem provocado certo desconforto gerando uma trama de significações e interrogações sobre o alcance e o amparo trazido pelo Estatuto da PcD e a Lei de Cotas. Pelo depoimento de A.S.A, alcançamos o sentido de LEME (2015) ao dizer que as pessoas com deficiência vão sendo significadas através de imagens já consolidadas e reafirmadas. Segundo a

⁷⁴ Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS.

narrativa, as empresas vêm alegando que esses indivíduos (maior ênfase na PcDV) causam problemas de insegurança no trabalho. Esse mito é apenas um dos exemplos da animosidade empresarial diante da presença desses sujeitos no mundo do trabalho. Desse modo, justificam a oposição devido ao comprometimento de algum investimento financeiro ou de adaptações para a acessibilidade e mobilidade desses indivíduos.

Entretanto, existem normas de desenho universal⁷⁵ cujo descumprimento é previsto com imposição de sanções legais. Se estas fossem observadas impediriam os acidentes e as condições de insegurança no ambiente de trabalho que são recorrentemente mencionadas pelos empresários.

Mas, e apesar disso, não são observadas essas normas pela maioria das construtoras e menos ainda pelas empresas, inclusive as industriais. Essa problemática é um ponto de ruptura de elos da corrente que prende a acessibilidade e mobilidade desses sujeitos. Além disso, a inacessibilidade urbana afigura-se, como foi retratada pelos entrevistados, como um empecilho que muitas vezes não permite a PcDV de se locomover para os centros de formação/qualificação. Segundo enfatiza A.S.A., “o marco legal que separa o abismo da prática social” deve ser diminuído.

O entrevistado prosseguiu discorrendo sobre a sua visão política, falando sobre si mesmo, até o ponto em que se ausenta do discurso. Diz que algumas vezes, o Estado ensaia iniciativas que são abruptamente interrompidas. Em dado momento, ele faz confusão entre os papéis da empresa, Instituições e o Estado. Especialmente, não fica esclarecida qual a sua compreensão do papel principal da ABC e as causas que impediram a composição de parcerias que pudessem facilitar ou mesmo favorecer a qualificação das PcDV.

A análise evidencia uma oscilação entre formulações em que o sujeito da oração está na primeira pessoa do singular, em outras falas, se ausenta do discurso, do conjunto, do coletivo, marcado por referências como: “as pessoas”. Certamente, estamos diante da configuração de um jogo de oposições com duas vertentes: a primeira, um sujeito da oração determinado, inequívoco, definido. A segunda, um sujeito diluído, vago, indeterminado, inespecífico. Na íntegra da entrevista, seus dizeres vão da fragilidade à dramaticidade que conduzem o interlocutor a zonas apodíticas

⁷⁵ Segundo a Rede Saci da USP, o desenho universal é uma forma de conceber produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. Disponível em: <saci.org.br>

(várias sequências revelam essas características embora sobressaia a “temática” de cada sequência).

Encontramos um problema entre a área de formação do entrevistado (profissionalização) e a área de atuação de sua competência. Nos relatos de emprego, pudemos observar que ele tem uma espécie de atuação “coringa”. Em relação ao depoimento de outros entrevistados, percebemos esse mesmo deslocamento que exige polivalência entre a área em que foram capacitados/habilitados e o campo de atuação. Esse é outro ponto de questionamento sobre a importância da formação profissional.

Tabela 7 - Análise categórica temática de A.S.A.

Temática	Perguntas/respostas/excerto ⁷⁶	S ⁷⁷	Descrição ou hipóteses/ interpretação da enunciação
Formação e atuação profissional.	Investigadora: Você convive com outras pessoas com deficiência visual? A.S.A. “- Convivo. Eu trabalho num Centro Especializado em Educação que é o CAP. É um Centro de apoio de educação especial para pessoas cegas e eu dou aula para esse público. Aqui em Salvador só tem um CAP. O ICB tem talvez o CIP – Centro de Intervenção Precoce, lá a gente também dá o suporte pedagógico; tem os alunos que estudam na escola regular e no outro turno, ele [aluno] vai ter esse suporte. Então a parte que ele tem dificuldade nas disciplinas a depender se tiver professores daquela disciplina, mas, sempre tem... A minha formação é história e teologia. Então quando o aluno precisa de algum suporte na área de história, sociologia aí eu dou esse suporte também. Mas eu trabalho com informática. Eu dou aula de um programa que tem um leitor de tela específico prá cego que é o	1	Verbos no presente do indicativo; a fala é didática, sequenciada e cronológica como em uma aula; bastante descritivo; clareza na apresentação das ideias; segurança na exposição; polivalência funcional; criticidade; refere-se a formação externa; autoestima elevada; superioridade em relação ao grupo; perfil de líder.

⁷⁶ Quando não aparecem as perguntas trata-se de excertos da narrativa que dá continuidade a questão anterior ou correlacionada.

⁷⁷ Sequências.

<p>Limites na atuação</p> <p>Tessitura da qualificação na ABC</p>	<p>‘DOSVOX’”. “Hoje a única Instituição que faz isso [capacitação], mais ou menos, eu digo mais ou menos pelas condições materiais mesmo, é ainda aqui; a ABC que promove cursos de qualificação, mão-de-obra voltados para a qualificação do trabalho”. “É que esses cursos, no caso a Associação trabalha, hoje com a massoterapia que é um curso que prepara a pessoa para que ela trabalhe de forma autônoma. E/ou em alguns casos quando surge alguma vaga, que é assim... não tem aquela cota que as empresas têm que preencher?” “Aí tem uma empresa ou outra que tem aquela visão da importância da massoterapia nos [para os] próprios funcionários, que é o caso da Livraria Cultura, por exemplo, que recentemente contratou duas pessoas”.</p> <p>Investigadora: Como avalia a sua formação profissional?</p> <p>A.S.A. “- Eu diria que foi boa. Foi boa! Eu acredito que as condições, por exemplo, materiais são a grande dificuldade de ter um material acessível. Então essa falta de material ainda deixa muito a desejar para a formação [da PcDV].</p> <p>A.S.A. “Hoje a Associação limita-se a dar curso de massoterapia o que é muito pouco. Tem um laboratório de informática mas que está desativado e a informática, ela é fundamental hoje na vida da pessoa cega”.</p> <p>Investigadora: Como ocorre a atuação da ABC?</p> <p>A.S.A. “Ela já foi melhor nos anos 90 [1990] até o início de 2000/2001. A Associação tinha muitos cursos. Ela conseguia, às</p>	<p>2</p> <p>Criticidade;</p> <p>fala do tempo presente com base na remissão ao passado;</p> <p>repetição durante a narrativa: imitando um movimento de ir e vir;</p> <p>narrativa descritiva;</p> <p>redundância;</p> <p>metonímico;</p>
---	--	--

	<p>vezes, simultâneamente ter em média oito cursos ao mesmo tempo. Você tinha curso de massoterapia, <i>telemarketing</i>, câmara escura, informática, panificação, curso de espanhol. Então, isso acontecia em vários espaços da ABC...”. E acabava a turma e dava início a outras turmas. Aí você tinha essa formação ampla; num número de pessoas significativo”. A partir de 2000-2003 quando começaram as turbulências da ABC essa formação foi caindo, caindo... E hoje você tem apenas o curso de massoterapia, bem básico”. “Se agente for analisar, agente diria que a Associação sequer consegue fazer a formação”. “Então... assim, para o mercado de trabalho, infelizmente, a Associação tem tido uma atuação [pausa] isso não é d’agora não! De 10 anos prá cá a Associação tem tido uma atuação muito ruim tanto na formação quanto na colocação”.</p>	<p>momento institucional crítico;</p> <p>denúncia;</p> <p>cenário pessimista;</p> <p>personificação: " A Associação tinha muitos cursos. Ela conseguia, às vezes, simultâneamente ter..."; “turbulências da ABC...”; A Associação sequer consegue fazer..."; “Associação tem tido uma atuação muito ruim...”</p> <p>estilo cheio de ilustrações;</p> <p>demonstra decepção;</p> <p>tautológico.</p>
<p>Autonomia da PcDV</p>	<p>[continuação da profissiografia]</p> <p>A.S.A. “- E prá quem já está ficando cego adulto vai ter aula de informática, vai ter aula de AVA (atividade da vida autônoma) que é uma atividade que você vai aprender o seu dia-a-dia. Como lavar uma roupa, como preparar uma comida, enfim, lidar com a cozinha, com a arrumação da casa. O AVA trabalha com isso te dá autonomia dentro de sua casa”. Assim lá [no CAP] trabalhava somente com isso: informática e mobilização, braile, alfabetização de braile, o AVA [orientação] e mobilização que é o curso para a pessoa aprender a andar na rua, aprender a usar a bengala. Na verdade ela [pessoa] aprende a usar a bengala que já é adulta; porque a pessoa ela já sabe fazer alguma coisa, não é? [...] ensina as pessoas a combaterem as</p>	<p>3</p> <p>Descrição do cenário;</p> <p>descrição de atividades;</p> <p>mantém o estilo enumerativo e didático;</p> <p>retorno ao tema iniciado na sequência 1;</p> <p>ausenta-se do discurso falando sobre outros; “as pessoas”; “elas”.</p> <p>referência aos outros parece colocar-se fora do conjunto de PcDV.</p>

<p>Mundo do Trabalho</p>	<p>adversidades com os recursos de que dispõe conhecimento e destreza. Assume profissionalmente a tarefa de ajudar elas [pessoas] aprender as tarefas”.</p> <p>Investigadora: Quais os fatores que você considera mais importantes para ingressar no mundo do trabalho, na perspectiva da PcDV?</p> <p>A.S.A. “Um tema de interesse que estudo já a algum tempo. Eu venho lendo sobre isso é exatamente sobre a iniciação de PcD no mercado de trabalho”. “E por que? Porque percebemos que a iniciativa privada é muito fechada...” “Então o que o grupo da ONG fez? A gente começou a organizar grupos de estudos voltados para concurso”. “Primeiro qualificação, hoje sem qualificação não vai, que inclusive essa é uma alegação dos empregadores que a mão de obra não é qualificada”. Primeiro qualificação, hoje sem qualificação não vai... mais, assim, a qualificação é um fator preponderante para o mercado de trabalho”. “Uma outra coisa é a questão da autoestima. Isso é uma coisa muito sutil e eu venho também conversando sempre eu estou falando sobre isso... mas por outro lado, o que tem uma qualificação também não está inserido no mercado de trabalho. Então, não é simplesmente qualificação”. [...]</p> <p>“Alguém tem que chegar e dizer eu vou dar oportunidade independente disso. Então, no caso da iniciativa privada eu não me sentiria incluído. Uma coisa muito interessante porque tem uma pessoas cegas que tem formação, licenciatura agora, interessante você não ver um cego dando aula em escola particular, por exemplo. Não tem ninguém na rede de escolas</p>	<p>4</p> <p>O texto na íntegra tem muitas repetições;</p> <p>tautológico;</p> <p>tem o estilo de perguntas/respostas;</p> <p>parece monologar durante a narrativa adotando posições opostas, às vezes, antagônicas;</p> <p>regresso ao “nós”;</p> <p>enumerativo: “primeiro”, “uma outra coisa”;</p> <p>detalhamento descritivo, pinta o quadro do cenário;</p> <p>outras vezes, prescritivo;</p> <p>reporta mais sua atuação externa a ABC.</p> <p>jogo de opostos: “Porque percebemos que a iniciativa privada é muito fechada...”; “Primeiro qualificação, hoje sem qualificação não vai...”; “O maior entrave para o mercado de trabalho é o preconceito”; “mais assim, a qualificação é um fator preponderante para o mercado de trabalho”;</p> <p>uso da metonímia: “a autoestima ela diz...”;</p> <p>dúvida:“- você até se insere mais como você se manter?”;</p> <p>prevalece a impessoalidade mantendo os verbos no infinitivo: “poder, mostrar,</p>
--------------------------	--	--

	<p>particulares aqui em Salvador, é muito grande”. [...] “- você até se insere mais como você se manter? - Então, aí eu acho que a autoestima ela diz muita coisa no dia-a-dia do indivíduo”. “- José Pastore, ele diz no livro: “Deficiência e oportunidade de trabalho, ele vai dizer o seguinte; “- Não podemos ver os empresários, os empregadores como uns monstros que não querem ceder, não querem empregar as pessoas. Ele diz que esses empregadores, eles pensam e agem com a mentalidade da sociedade. O empresário segue àquilo que é a mentalidade e a forma de ver da sociedade de forma geral”.</p> <p>“Eu acredito que o trabalho para a pessoa que tem uma deficiência é uma oportunidade dela poder mostrar o seu potencial e desenvolver o seu potencial”.</p>		<p>desenvolver”;</p> <p>estilo perifrástico: “poder mostrar” (o texto na íntegra tem várias repetições).</p>
Grupos Apartados	<p>A.S.A. “- Nós temos uma ONG, as pessoas que se interessavam [pela proposta da ONG] eram pessoas que já vinham com o ensino médio, pessoas que já haviam concluído o ensino superior. Formavam grupos diferenciados”.</p>	5	<p>Subgrupos se formam na Instituição ;</p> <p>a expressão seletiva indicando distanciamento “as pessoas..”;</p> <p>excludência a partir da escolaridade;</p> <p>realização pessoal na efetividade do projeto;</p> <p>preconceito dentro dos subconjuntos: “Formavam grupos diferenciados”.</p>
Vida Independente	<p>A.S.A. [falando de outras Instituições] “- Davam curso de OM (orientação e mobilidade” para que a pessoa tivesse essa independência; poder ir para o colégio, voltar para casa e tocar sua vida”.</p>	6	<p>Ausência de referência nominal está revelando a oposição ao sujeito da ação; “poder”, “voltar”, “tocar”, “davam”;</p> <p>embora fale de si mesmo prefere manter-se ausente no discurso, daí seu uso constante do verbo no infinitivo.</p>

<p>Qualificação</p>	<p>Investigadora: Como foi sua qualificação?</p> <p>A.S.A. “- Fiz muitos cursos aqui pela associação: de qualificação, de telemarketing, fiz curso de câmera escura. A câmera escura é prá trabalhar com a revelação de filme rdiográfico [radiografias]. Então aqui teve curso de câmera escura, telemarketing, informática, massoterapia. Teve um curso de panificação... Então... assim, eu fiz vários cursos aqui, de qualificação. Mais tive oportunidade no de câmera escura, surgiu uma vaga na clínica “x” e o instrutor, ele entendeu que eu tive assim, um desempenho bom, e outros alunos também tiveram. Aí agente começou a estudar. Formou um grupo e começou estudar. Abriu concurso e passamos. Eu passei também”.</p> <p>Entrevistadora: Em que medida as entidades de intermediação como a ABC tem sido úteis ou utilizadas para o processo de formação? Ou seja, como a ABC tem contribuído nesse processo?</p> <p>A.S.A. – “- Eu vejo que é uma atuação muito tímida porque na verdade, nos anos 70 [1970] esse setor no SENAI ia a empresa e buscava intermediar. Ele [SENAI] ia e pesquisava o que a pessoa podia ofertar”. “-Então na verdade a Associação fica assim esperando que a empresa entre em contato. A empresa liga prá aqui e diz que tem vaga de motorista. Eles mandam divulgação prá vaga de motorista. É assim, as coisas mais esdrúxulas. Trabalhar com máquinas pesadas de construção de rodovias, então é fora da realidade, você não vai ter ninguém [para essa ocupação]. Ou seja, eles [empresa] mandam</p>	<p>7</p> <p>Mantém o estilo das repetições, seguidas das explicações;</p> <p>proximidade;</p> <p>prevalece a impessoalidade mantendo os verbos no infinitivo: “é prá trabalhar...”; contrastando com a ação presente do início da resposta;</p> <p>As falas são entrecortadas por advérbios, parecem buscar se posicionar em um cenário;</p> <p>demonstra a sensação de não pertencimento ao grupo de pertença: “ele entendeu que eu tive assim, um desempenho bom e outros alunos também tiveram”; “Abriu concurso e passamos. Eu passei também”.</p> <p>linguagem metonímica: “esse setor no SENAI”; “Ele [SENAI]”; ”a Associação fica assim esperando”; “A empresa liga”;</p> <p>indignação;</p> <p>saudosismo;</p> <p>mantém o estilo de repetição das palavras.</p>
---------------------	--	---

<p>Superação de limites</p>	<p>sem nem saber o que é a Instituição, com que público a Associação trabalha”.</p> <p>“- Eu conheço um rapaz que trabalhou na ótica “X”, ele passou a vida dele toda fazendo a mesma coisa. O pessoal que trabalha na fábrica de biscoitos passou a vida toda fazendo a mesma coisa”. “- Sobre um deficiente visual com especialização em informática, domínio do sistema LINUX que pediu demissão da fábrica Bosch: [rapaz] “- Eu tava lá tinha tudo isso, o salário era um salário pouco mais que o mínimo, essa cesta básica, esses negócios, mas eu ia passar minha vida toda ali embalando aquelas velas”. [velas para automóveis]. [ASA] ”- Aí quer dizer que um sujeito desse, com um potencial desses ia ficar lá empacotando! [...] “- Você sabe o que ele fez? Saiu e colocou uma empresa que fica dando curso de LINUX nas empresas. Ele disse que não fica sem trabalho. Ele é um dos consultores do DOSVOX... Quer dizer um sujeito que tem potencial; com uma qualificação extraordinária, ia ficar empacotando essas velas?”</p>	<p>8</p>	<p>Hesitações ocasionais;</p> <p>narrativa longa, bastante descritiva;</p> <p>evidencia outra perspectiva profissional para a PcDV;</p> <p>qualificação diferenciada criando maiores oportunidades;</p> <p>inconformismo com as crenças cristalizadas;</p> <p>outro perfil profissional;</p> <p>superação profissional a partir da qualificação.</p>
<p>Avanços e retrocessos na ABC</p>	<p>A.S.A. – “A Associação ao longo desse período, ela tem vivido isso, avanços e retrocessos. Ela não tem tido uma história linear. Agora, eu sinceramente hoje, assim, friamente, eu diria que tivemos um período de mais retrocessos que de avanços, infelizmente!”</p>	<p>9</p>	<p>Insero o “nós” na contextualização;</p> <p>marcação do tempo: presente e passado;</p> <p>constrangimento</p> <p>criticidade;</p> <p>pessimismo;</p>
<p>Cenário de crises</p>	<p>A.S.A. “ (...) - a Associação é constituída com pessoas humanas e os humanos têm uma forma muito peculiar de lidar com as coisas. Quando você está num movimento que você</p>	<p>10</p>	<p>descritivo; minucioso;</p> <p>tensão;</p> <p>várias pausas reflexivas, retomando o sentimento de pertença (coletivo): “agente</p>

	<p>acredita que vai alcançar, infelizmente, você começa a estagnar isso. Vai retrocedendo; as brigas, políticas é um ponto, assim, crucial para impedir o avanço da nossa Instituição... A Instituição na gestão anterior teve uma briga com o presidente e o vice isso foi um impacto muito grande para a Instituição. Arrasou com a Instituição. [monologa] “- Olha tudo que você fez é é é em termos de questionamento eu estou de acordo. O que eu não estou de acordo é com o método”. Porque eu acredito assim; se tem um problema agente tem que brigar aqui dentro”. “Existe uma assembleia e a assembleia resolve. Por conta do embate de ideias. O embate político acho que isso é saudável, que isso movimentava... Detonou com a Instituição porque prá uma Associação que vive de doação da sociedade civil se você começa a ouvir todos os dias (que era praticamente diariamente) denúncias na rádio [pausa] essa sociedade vai parar de doar”. “Quando diminuíram as doações a Associação começou a mergulhar em dívidas, começou a retroceder”. “Por um lado, essa foi a parte financeira. Por outro lado, muitos sócios começaram a se afastar exatamente por entender que essa briga não era saudável. E se os sócios que é a razão maior de ser da Instituição se afastam você destrói com a Instituição. Olha que em 2003 teve tudo isso. Teve uma história bem parecida a ponto do MP fechar a Instituição. Ficou fechada durante seis meses... E agora a gestão de 2014, [trecho suprimido] o slogan da chapa era a transformação você tem que transformar”.</p>	<p>tem que brigar aqui dentro”;</p> <p>apontamentos da crise administrativa e financeira;</p> <p>“você” nesse excerto corporifica a Instituição</p> <p>referência a coletividade;</p> <p>denúncia;</p> <p>referência indireta ao Movimento Político da PcD;</p> <p>nervosismo, hesitação: “é é é...”;</p> <p>questionamento ético à gestão anterior;</p> <p>rupturas;</p> <p>referência a Instituição que vagueia entre o eu/nós;</p> <p>preocupação diante da imagem da Instituição e do recebimento de donativos;</p> <p>referência a gestão/conflitos: “você”;</p> <p>“Você” é denunciativo e reprobatório;</p> <p>escândalo: intervenção externa (Ministério Público);</p> <p>conjuração: “tem que brigar aqui dentro”;</p> <p>novas denúncias: corrupção, crises recorrentes;</p> <p>individualismo;</p> <p>centralização de um poder simbólico;</p>
Ideologia	A.S.A. “- Então, hoje aqui na	11 Superioridade; “as pessoas não tem informação”;

<p>Individualismo e Competição Interinstitucional</p>	<p>Associação é incrível não há uma politização, não há uma formação... É uma coisa que venho batendo desde quando a gente assumiu o grande legado que a gente pode deixar aqui não é construir mais salas é fazer uma formação política... Então, é muito difícil você discutir qualquer coisa política, aqui dentro, porque as pessoas não têm informação. Isso é ruim. Isso faz com que a Instituição não tenha vida... Eles não participam”. [...] “- você não vê uma campanha educativa voltada para a PcD, quando deveria ter. Aí é que você começaria a mudar, alterar essa forma que a sociedade tem de ver a pessoa com deficiência. Não existem campanhas educativas e as barreiras atitudinais é algo que leva tempo para você alterar. E não só tempo... mais com campanha... então, agora é que você tem direito dentro da universidade, por exemplo, uma disciplina que vai versar sobre alguma coisa sobre a deficiência. Principalmente, sobre libras, né? Trabalham muito com libras outras deficiências passam batido. Mais é alguma coisa que deveria ter nas escolas de educação básica [discutir todas as deficiências], isso nem se fala, porque não se discute isso. Então as políticas públicas elas limitam-se ao marco legal, a promulgação dos decretos leis”.</p> <p>A.S.A. “nós temos aqui em Salvador [pausa] seis Instituições... essas todas poderiam está aqui dentro desenvolvendo esses trabalhos aqui dentro. No entanto elas não estão... E aí o que acontece? As pessoas estabelecem uma rivalidade sem nenhuma inteligência entre as Instituições. Porque cada um fica achando que o seu trabalho é o mais importante. Você não vê as Instituições sentarem, por</p>	<p>12</p> <p>incitação política;</p> <p>apatia/ criticidade em relação aos outros associados: “eles não participam”;</p> <p>“Então”, nesse contexto assume o valor de “portanto”;</p> <p>situa-se no presente, mas sua referência é o passado;</p> <p>seu discurso ausenta-se do grupo associado;</p> <p>repetição das falas com a perspectiva de ênfase.</p> <p>Cenário descritivo;</p> <p>circunlóquio;</p> <p>detalhamento dos conflitos; disputa pelo poder;</p> <p>convida à mobilização;</p> <p>retorna ao uso de “as pessoas”, relativizando o sujeito; “As pessoas estabelecem uma rivalidade”;</p>
---	--	---

	<p>exemplo, prá tirar uma agenda. Salvador é uma cidade completamente inacessível e achar que vai [ABC] resolver com uma associação sozinha. Não! Tinha que reunir as Instituições todas e tentar estabelecer uma agenda, construir uma proposta de cobrança, daí não se consegue fazer isso... Agente olha, assim, aqui para a Associação e a gente diz: - Pôxa o associado não se interessa pela Associação, mais a Associação também não se interessa pela organização maior que é a nacional [movimento nacional] né?! Também estamos vivendo um momento de um individualismo exacerbado”. [...] “O movimento está vivendo isso aí: o individualismo”. [...] “Ultimamente eu coordeno a assembleia mais uma coisa muito triste que não existe nenhum debate de ideias, não tem uma proposta ... porque as pessoas não têm uma proposta ... porque as pessoas não têm informação, as pessoas não participam. Eles não participam exatamente por isso, porque a falta de conhecimento. Elas [demais associados] não sabem nem como participar”.</p>	<p>confusão entre a pessoa física e a Institucional;</p> <p>competição interinstitucional: “Porque cada um fica achando que o seu trabalho é mais importante”.</p> <p>antagonismos;</p> <p>o predomínio de verbos no infinitivo (modo impessoal) pode indicar que o interlocutor não está relacionando a ação com o tempo ou os sujeitos com a ação que propõe pela ausência de temporalidade;</p> <p>houve uma contradição discursiva entre sua crítica ao individualismo e a ambiência interna;</p> <p>criticidade;</p> <p>uso de linguagem metonímica: “as Instituições sentarem”. “O movimento está vivendo isso aí: o individualismo”.</p>
Preconceito	<p>Investigadora: Já vivenciou situações de preconceito? Como percebe essa questão?</p> <p>A.S.A. – “- É o que eu tenho conversado e isso é uma opinião quase que unânime é que a cegueira dentre as deficiências é a que sofre maior carga de preconceitos e por conseguinte ela é que enfrenta os maiores obstáculos para inserção no mundo do trabalho”. [...] “- Bom! Exatamente por conta disso tudo, tudo é visual, tudo é uma imagem, o mundo é visto através do desvendamento de signos. Então, uma pessoa que não tem esse sentido, ela de certa forma, ela fica privada dessa</p>	<p>13</p> <p>Desabafo;</p> <p>desapontamento;</p> <p>tristeza;</p> <p>experiencia a descrença nas aptidões da PcDV;</p> <p>constrangimento à PcDV: “Então elas falam assim sem constrangimento”;</p> <p>denúncia: “Na verdade não é o empregador, mais a sociedade que não quer chegar em um hotel e ser atendido por uma recepcionista com uma deficiência”;</p>

comunicação instântanea. Então, sofre isso [preconceito]”. “- As pessoas não acreditam na capacidade potencial da pessoa cega. Há uma descrença da sociedade que uma pessoa cega seja capaz de alguma coisa. Então, sei lá a gente que anda no dia a dia, que você pega coletivo ou qualquer transporte público, é comum você ouvir as pessoas dizendo: que a cegueira é a pior coisa; que a pior coisa é não ter a visão”. “- As pessoas falam abertamente porque elas entendem que você é cego e também é desprovido de capacidade de entendimento. Então elas falam assim sem constrangimento”. “- Na verdade não é o empregador, mais a sociedade que não quer chegar em um hotel e ser atendido por uma recepcionista com uma deficiência”.

[na experiência em sala de aula]
“- Bom, a primeira reação do aluno era uma reação de espanto. Quando ele tinha alguma atitude de preconceito, aí era preconceito pela ignorância. Mas isso era no primeiro momento. Depois ele entendia que ali a aula ela ia fluindo e a minha relação com os alunos era uma relação muito boa”.

Investigadora: Você já se sentiu discriminado profissionalmente?

A.S.A. “- Assim, isso é muito comum. O próprio diretor da escola, tende a não acreditar [na PcDV], mesmo você sendo concursado. [Relato de experiência própria]. Mas ele não acredita! Por exemplo, a diretora mesmo, [relata um emprego anterior] é muito comum eles quererem interferir na prática pedagógica do professor [especialmente se tiver deficiência visual] [...] Isso é uma coisa, eles acham o seguinte você é cego, você não é capaz,

parece está fora do conjunto de PcDV sempre referindo-se ao outro;

trechos entrecortados; estilo prolixo com muitas pausas.

Resistência/ embate com chefias;

a fala segue um ritmo descritivo de ilustração do cenário;

vivenciando o preconceito;

autonomia;

autoconfiança;

o interlocutor busca se impor;

mudança de objetivos por desestímulo ao exercício profissional.

discriminação;

desafio;

interferência profissional de pessoas não deficientes;

desconfiança;

outra perspectiva laboral;

novos rumos.

<p>Acessibilidade/ mobilidade</p> <p>Lei de Cotas</p>	<p>você vai aceitar que ele [diretor vidente] sabe mais, que tem mais condições de alguma “ingerência” no seu fazer pedagógico, no seu trabalho. Aí depois eu cansei desses embates e pedi para ir para a educação especial”.</p> <p>Investigadora: Como você percebe a questão da acessibilidade?</p> <p>A.S.A. “A acessibilidade é uma coisa muito complicada. Muito precária na verdade. Porque essa é uma grande deficiência da Lei de Cotas. Por exemplo, porque ela só estabelece o percentual de empregabilidade. Mais tem outras questões... Até o deficiente chegar num ponto de trabalho [estar qualificado] ele vai depender de uma série de barreiras [eliminação] que ele vai poder enfrentá-las ou não”. “Então, se você está numa cidade que não é acessível, logo isso vai se refletir no mercado de trabalho. E se o mercado de trabalho depende de qualificação de mão-de-obra e se você não tem acessibilidade para chegar até as Instituições formadoras, você não vai ter qualificação”.</p> <p>Investigadora: Como você percebe a Lei de Cotas? (Desde sua edição passando pela função até a atuação)</p> <p>A.S.A. “A Lei de Cotas ela é importante. Agora o que eu sinto nessa Lei de Cotas é que falta algo mais porque entre a lei e a prática social há um abismo e nenhuma lei vai resolver. A lei por si só não altera a realidade”. “Então, aqui o Estado brasileiro ele entende que basta ter a lei, que a lei por si só... [pausa] o governante ele pensa assim: se eu assino o decreto da lei eu já cumpro o papel”.</p>	<p>14</p> <p>Linguagem impessoal;</p> <p>claramente o entrevistado se retira do conjunto para analisá-lo do exterior: “Até o deficiente chegar num ponto de trabalho ele vai...” “que ele vai poder enfrentá-las...”; “se você [PcDV] está numa cidade...”; “e se você [PcDV] não tem acessibilidade...”;</p> <p>descritividade: apresenta o problema da mobilidade no plano espacial citadino;</p> <p>prescritividade/ criticidade: reflexos da mobilidade na vida da PcDV; “se você está numa cidade que não é acessível, logo isso vai se refletir no mercado de trabalho”;</p> <p>visão ampliada, criticidade a Lei de Cotas: “Lei de Cotas... Porque ela só estabelece o percentual de empregabilidade mas tem outras questões”;</p> <p>linguagem metafórica: “A acessibilidade é uma coisa muito complicada”;</p> <p>mantém os verbos no infinito impessoal, sendo genérico e vago; “chegar”; “poder”; “refletir”; “chegar”; “ter”;</p> <p>piruetas verbal;</p> <p>hesitações ocasionais;</p>
---	---	--

			objetividade material contraditória.
Políticas Públicas	<p>Investigadora: Como você percebe as políticas públicas voltadas para a PcDV?</p> <p>A.S.A. “As políticas públicas hoje eu vejo que elas limitam-se ao marco legal, a legislação”. [...] “não adianta você ter uma legislação que garante “x” por cento dentro da empresa [emprego] se você depois não tem uma política pública de formação e qualificação dessa mão-de-obra”. “Se você não tem políticas públicas, por exemplo, de conscientização. Você não ver uma campanha educativa voltada para a PcD, quando deveria ter. Aí é que você começaria a mudar, alterar essa forma que a sociedade tem de ver a pessoa com deficiência”.</p>	15	<p>Desarticulação;</p> <p>regresso do “eu”</p> <p>Fala mantendo o estilo didático;</p> <p>pessimismo;</p> <p>“você” nesse contexto assume a posição do conjunto de PcD;</p> <p>hesitações ocasionais devido à busca de exemplos, com uma retomada segura na evolução das ideias;</p> <p>prescritivo: melhorar as políticas públicas;</p> <p>propositivo; melhorar as ações coletivas.</p>

Fonte: Autoria própria com base em Bardin (2016).

A entrevista extrapolou o tema proposto, agregando acréscimos importantes a essa investigação. O cenário que foi descortinado mostrou a experiência dos sujeitos sob condições em que pode alegar, reagir, interagir e modificar ideias. Os momentos em que registramos o maior tensionamento foram os relativos às relações interpessoais e às denúncias de corrupção interna. Observamos *in locu* que alguns associados têm plena ciência da importância da Instituição para a vida deles, de um modo geral e para formação profissional e encaminhamento para o mundo do trabalho, em particular.

Assim, as sequências foram ordenadas de forma a construir um todo. Embora esse resultado esteja compactado em excertos, esperamos ter sido capazes de retratar essas vozes de apreensão e constrição de circunstâncias passadas que até o presente têm tido repercussão. Esses sujeitos também foram propositivos e otimistas acreditando em novas possibilidades

Seguindo a estrutura metodológica de Bardin (2016), apresentamos na sequência o seguinte esquema de contiguidade da “Análise Categórica Temática”:

Tabela 08 - Análise das Oposições - A.S.A.

<p>INSTITUTO DE CEGOS DA BAHIA (ICB): primeiros aprendizados para vida independente (intervenção precoce); suporte pedagógico, incentivo a autonomia; possibilidde de estudar;</p>	<p>Desligamento brusco; constrangimento; decepção; frustração.</p>
<p>ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS (ABC): primeiros aprendizados na formação profissional; opção de fazer vários cursos; sonho da formação acadêmica; estímulo ao exercício profissional.</p>	<p>Denúncias de corrupção; oposição as diretorias anteriores; planejamento administrativo não executado; impasse com outros associados; intrigas; ausência de um planejamento de qualificação.</p>
<p>Labor, trabalho: técnico em câmera escura, professor, funcionário público, ativista do movimento, diretor, membro da ONG.</p>	<p>Incredulidade das chefias imediatas sobre o potencial de trabalho; dificuldade de relacionamento.</p>
<p>Participação política; membro do movimento da categoria; representante como delegado no movimento nacional; formação superior; dinamismo na vida social.</p>	<p>Apatia política dos associados; conflitos de ideias; comprometimento da imagem da Instituição, autoritarismo.</p>
<p>Desafio: demonstrar as aptidões profissionais; habilidades técnicas.</p>	<p>Desafio: encontrar oportunidades compatíveis com as possibilidades de desempenho.</p>
<p>Superação de limites: produtividade, competitividade, autonomia e mobilidade.</p>	<p>competitividade com os outros; vaidade excessiva.</p>
<p>O outro positivo: abertura, tenacidade, desbravador, ruptura de preconceitos, questionador, crítico, busca aprovação, apoio e realização.</p>	<p>O outro negativo: isolamento; dificuldade de relacionamento</p>
<p>Reação do entrevistado: desafiadora, autoconfiante; autonomia, independencia; imposição de uma hierárquia simbólica que parece dificultar as interações pessoais.</p>	<p>Reação do outro: conflitos; afastamento; disputas internas; apatia.</p>

Fonte: Autoria própria – 2018 (com base em Bardin - 2016).

Esse jogo de “oposições” serviu como instrumento para análise do esquema categórico temático. Buscamos demonstrar os contrastes, marcando as variações, significações e representações presentes no conteúdo das conversas de A.S.A..

O interlocutor ocupou simultâneamente vários papéis: professor, associado, funcionário público, delegado representante no movimento nacional, componente da diretoria na ABC, dirigente da ONG, militante do movimento político da PcDV encenando as figuras e matrizes discursivas que procurava apresentar e explicar. Com o

engendramento de papéis criou um jogo de possibilidades e dificuldades que foram dispostas nas oposições e ensejam alguns comentários.

Uma das marcas de seu discurso refletiu a “ausência de si” como se não fizesse parte do conjunto de PcDV. Sua fala também foi bem marcada por ambiguidades, assim faz referência a: “eles”; “as pessoas” ou o uso recorrente do verbo no modo infinitivo impessoal. Existe uma diferenciação no nível de escolaridade entre os associados, ousou afirmar, e de oportunidade à escolarização também. Sendo que essa entrevista mostra claramente o peso desse prolapso educacional refletido nas relações interpessoais.

Além das oposições e oscilações, fomos evidenciando paulatinamente a partir do *corpus* investigado as intencionalidades subjacentes nas denúncias. Em nossa compreensão, é possível que seu conteúdo revele os bastidores da disputa de poder na Associação.

Encontramos um fio explicativo no conteúdo da pesquisadora Leme⁷⁸:

O discurso das pessoas com deficiência gira em torno dessa luta por se definir, entre ser ou não ser algo [...] “Sou ou não sou? O que sou eu? Eles mesmos não sabem o que são – se necessitam de assistência ou são capazes, se precisam de proteção ou podem ter autonomia. A própria lei contém em seu fulcro essa contradição: o fato de ela existir implica proteção, tutela, manutenção da estigmatização e, ao mesmo tempo, ela é emancipatória, pois permite que as pessoas encontrem trabalho. (LEME, 2015, p. 121).

Do ponto de vista de nossa investigação, em alguns momentos das entrevistas eram flagrantes essas indefinições relatadas por Leme. O aspecto que se mostrou mais comprometido e indefinido foi a formação profissional dos associados. Notadamente, aqueles que ainda não estão no mundo do labor, através de vínculo formal, demonstravam dificuldade em definir a profissão. Além disso, o Estado não tem promovido políticas públicas de apoio, circunstância que compromete o fio emancipatório para esses sujeitos.

Se por um lado, o Estado parece valorizar a competência profissional incluindo esse conjunto de pessoas na formação profissional de todos, como está prescrito na LDB, com slogans midiáticos como: “Escola para Todos” e com a Lei de Cotas. De outro, a concretização através do processo de formação, habilitação e profissionalização, pelo esforço individualizado das Instituições privadas, parece ainda demandar muitas ações para gerar resultados satisfatórios.

⁷⁸ Maria Eduarda Leme pesquisadora da UNICAMP.

5.3 Considerações provisórias ao capítulo IV

Esse processo investigatório, além do exercício acadêmico que nos impôs, tem exigido um constante exercício reflexivo para acompanhar com parcimônia o cotidiano desse conjunto de pessoas e encontrar novos modos de interpretar os vários momentos de coleta de dados ou a cada nova percepção. De um lado, as subjetividades afloradas têm gravitacionado em torno do insucesso presente, que parece ser resultante das ocorrências ulteriores. De outro, parece subjacente, mais estão presentes os desacertos de outras gestões ao longo dos anos.

Percebemos que as lideranças criaram uma hierarquia imaginária com os demais associados culminando em retaliação e entrave. Observamos por dois anos consecutivos, de que existem indícios claros de esgotamento administrativo com conflitos entre os pares da própria diretoria. Certamente, esses não são fatos isolados. Uma confluência de ocorrências, denúncias e escândalos que já ultrapassam dez anos levou a Instituição a uma crise estrutural. O mote da profissionalização e o lema do “Nada para nós sem nós” vem sendo desafiado.

Parece que será incumbência das futuras gerações preservarem as finalidades estatutárias dessa Instituição. No contexto administrativo, não encontramos projetos documentados, nem mesmo registro oral da planificação para os anos 2014 - 2018 da atual gestão. Esses aspectos são compreensíveis, se for levado em conta a falta de pessoal permanente para apoiá-los nessas atividades.

Constatamos que há precariedade na oferta e variedade de cursos. Isso pode estar relacionado à grande dificuldade em encontrar entidades parceiras capazes de intervir em benefício da Instituição. Nesse estado atual é possível afirmar que a finalidade precípua da Instituição (formação profissional) está sendo desviada para o atendimento assistencial ou somente parcialmente cumprida.

É possível que essa ambiência esteja influenciando a conduta do voluntariado que prefere não se envolver nos problemas internos. Uma queixa que consideramos importante trata-se da descontinuidade dos projetos oferecidos pelos voluntários. Ou seja, as faculdades parceiras encaminham seus estagiários e, quando os associados estão mais integrados e interessados, o projeto é finalizado e os mentores se distanciam da ABC. Como consequência, foi relatado o sentimento de frustração, decepção e desconfiança com os voluntários.

Como esses projetos abrangem campos de atendimento que alguns associados têm muita carência, sentem-se enganados com a descontinuidade ou finalização dos mesmos. Percebemos, também, que esses fatos atingem a autoestima desses indivíduos. Fatores associados adjacentes podem estar diretamente ou indiretamente relacionados ao desinteresse e à desistência de alguns membros em se manterem associados. Reflexos da junção de todos esses fatores apontados aparece na taxa de inadimplência significativa retratando a tormenta que a ABC atravessa.

O dirigente mor se queixa que muitos só usam o espaço da Associação para benefício próprio, “tomar água, cafezinho ou jogar dominó; mas não participam dos cursos ou atividades”. Esse relato nos levou a considerar que ocorre também, frustração por parte dos administradores por não estarem conseguindo implementar algumas metas, como a capacitação em cursos diferentes dos habitualmente oferecidos, a exemplo, o curso de empreendedorismo que foi ofertado pelo SEBRAE (2017) e não teve interessados inscritos.

Nesse cenário, discursos diversos se reproduziram sobre “desinteresse” de associados e dirigentes. Tais ênfases discursivas guardam relação entre si e remetem ao núcleo de significações que as formas atuais de desempenho do terceiro setor vêm reagindo ao abandono das políticas estatais. É possível que se o Estado estabelecesse parcerias e/ou assessoria para essas Instituições os resultados poderiam se apresentar diferentes em quantidade e qualidade.

Uma ideia que foi apresentada pelos interlocutores e consideramos viável e frutífera seria a restauração da padaria como fonte de profissionalização e geração de renda. Na narrativa dos entrevistados veteranos, a padaria suscitou recordações melancólicas porque representava a possibilidade de capacitação e funcionava como uma fonte de renda e referência para muitos deles

6 Considerações finais

De perto, ninguém é normal.
(Caetano Veloso, Vaca profana, 1990).

Diante da necessidade de refletir sobre as questões suscitadas na problematização da presente pesquisa sobre a formação profissional de pessoas com deficiência visual, elegemos a Associação Baiana de Cegos (ABC) como cenário de observação e aproximação do *corpus* da pesquisa. Com essa perspectiva, a proposta desse texto foi investigar os sentidos e significados da profissiografia desses sujeitos, seu *ethos* profissional e identitário e como ocorre o encaminhamento desses atores sociais ao mundo laboral.

Em uma tentativa de antecipação/simplificação dessa etapa, apresentamos ao longo do texto, considerações provisórias ao final de cada capítulo. Estas se referiram ao movimento político da deficiência, à questão identitária e ao mundo laboral. Alimentamos a expectativa de termos focado as dificuldades e carências de políticas consistentes de formação e habilitação para esses sujeitos, levando-se em conta a forma isolada como estas têm ocorrido, a ausência de mecanismos eficientes das políticas públicas e a carência que enfrentam as redes de apoio do terceiro setor.

Diante e apesar das dificuldades, subsiste resistência desses atores sociais com força de potência suficiente para a formação e inserção no mundo laboral, mesmo que às vezes, precariamente. Consideramos que acompanhar tão proximamente esse fenômeno, do lugar privilegiado de observadora, também funcionou como elemento propulsor motivacional para nossa investigação.

Adotamos uma escuta sensível (Medawar, 1974; Becker, 2007; Bardin, 2016) buscando fazer o registro das nuances e das trajetórias da formação profissional desses atores sociais. Para atingirmos nossos objetivos, ouvimos atentamente as vozes de nossos interlocutores imergindo na viagem de suas memórias históricas, de suas vivências, especialmente a profissional e das narrativas do movimento em si. Algumas vezes, os depoimentos pareceram dissonantes, pois como diz Medawar, os cientistas “trabalham muito perto da fronteira entre o espanto e a compreensão”. (MEDAWAR, 1974, p. 1105) outras, suficientemente esclarecedores com detalhes que não estavam registrados no *corpus* documental.

As etapas foram se tornando mais complexas à medida que emergia a necessidade de refletir sobre questões suscitadas pela experiência da produção do

relatório da tese como processamento/análise/resultado da coleta junto ao *corpus* da investigação. Foi assim que nos demos conta que estava ocorrendo uma transição paradigmática e que ela própria é um labirinto (VERONESE, 2004) cuja saída esses sujeitos ainda estão a buscar.

Em nossa tese, tentamos apontar que um dos caminhos para abarcar a tríade de aspectos essenciais aos processos político, identitário e laboral seria alcançar a perspectiva projetiva da PcDV como um “ser humano como ser de projetos”. (Follmann, 2001). Nessa dimensão projetiva, tentamos estabelecer articulações com o movimento e projetos já executados pela própria ABC demonstrando a adequabilidade, funcionalidade e viabilidade da proposição desse autor.

Na aplicação instrumental à identidade, apoiando-nos em pressupostos de vários autores, com maior ênfase nos pressupostos de Follmann (2001; 2012), buscamos articular uma relação de contiguidade que depaupera o processo de negação (ou esvaziamento) das identidades (FOLLMANN, 2012, p. 83) através de uma permanente relação de motivos, práticas, estratégias e trajetórias vividas. Desse modo, elaboramos esse processo de construção em três esferas diferentes: o processo político emancipatório driblando as oposições factícias; o processo identitário e seu *ethos* que não admite simulacro e os elementos processuais do labor capazes de conduzir a uma ruptura com o estágio compatível com o “animal *laborans*”. (Arendt, 2007). Esse último, lamentavelmente, ainda permanente na realidade desses sujeitos.

Destacamos que a utilização da investigação empírica buscou mapear a topografia da subjetivação desses sujeitos, isto é, seu *ethos* profissiográfico, centrando-se na questão da formação profissional e caminhos criados pela Instituição de referência (ABC) para encaminhá-los ao mundo do trabalho. Sem dúvida, esse trabalho não teria completude sem as mediações dialógicas com o *corpus* pesquisado.

Parafraseando Veronese, “cabe colocar a necessidade de estarmos sempre prontos e prontas a gerar contra-saberes, adquirindo maior facilidade para nos liberarmos de dogmas epistemológicos”. (Idem, 2004, p. 205). Esperamos, sinceramente, que essa investigação tenha revelado caminhos de ruptura e tenha questionado algumas crenças cristalizadas e determinísticas sobre esses sujeitos privados do sentido da visão. Que também tenhamos expressado panoramicamente as vivências, conflitos e agregações importantes que a ABC incorporou e representa no contexto espacial da sociedade local e estadual para os indivíduos com deficiência visual.

Diante disso, nossas observações nos levaram a concluir que a ABC tem se afastado de seus princípios fundacionais e se dedicado mais ao atendimento basicamente recreativo e social. Mesmo assim, é uma Instituição de grande valor para a integração, inserção social e profissionalização das PcDV. Embora uma parte considerável dos associados não esteja exercendo um papel participante e ativo, um pequeno grupo se destaca nas lutas e avanços pelas reivindicações. Referimo-nos a pleitos, muito simples, como o direito de acesso à Instituição, sem correr riscos de serem atropelados, e a defesa por um ponto exclusivo para descerem no terminal de ônibus que dá acesso à Associação.

Utilizando a ilustração de um movimento/protesto realizado em 19 de abril (2018) cuja reivindicação foi um ponto de ônibus coletivo exclusivo, no terminal da Lapa, para as pessoas com cegueira e baixa visão. Apesar de contar com apenas alguns membros (quinze participantes), obtiveram êxito ao pleito. Com outra lente, é factual a irrelevante atuação do poder público. Pelo depoimento dos participantes, falhou inclusive a fiscalização do regulamento municipal que já existia. Após o protesto, a Superintendência de Trânsito de Salvador se comprometeu a autuar e multar os rodoviários que descumprissem o regulamento.

Apesar do número inexpressivo de participantes, esses atores sociais conseguiram impacto midiático face às autoridades locais. Muitas vezes, os associados têm se recusado a validar os processos de iniciativa política e movimento externo como esse. Porém, o que parece se revelar mais importante é que esse tipo de certame não deixa de ocorrer.

Compreendendo melhor os bastidores da ABC e os protagonistas dessa investigação, é preciso considerar que, internamente, a Instituição passa por um momento sensível em suas relações interpessoais. Os conflitos têm atingido questões importantes. Em 2017, ocorreu a abstenção de quórum nas convocações deliberativas para reformulação do Estatuto e do Regulamento internos.

Além disso, registramos muitas ausências de associados em treinamentos. A crise financeira e o abandono assistencial do Estado também se afiguram como fatores de desequilíbrio para a ABC. Mesmo diante de tantas tensões, figurativamente com passos trêmulos, a Associação persiste com os seus ideais.

De um lado o aspecto crítico institucional da crise financeira os afeta, os imobiliza; e as metas de treinamento e capacitação parecem distantes. De outro, ações e atividades básicas têm se mantido. Aliás, percebemos que essa tenacidade tem

permitido o pulsar que alimenta o sistema circulatório em funcionamento proporcionando a retroalimentação que dá vida e continuidade a ABC.

Buscando uma caracterização que tipifique a ABC enquanto Instituição representativa do conjunto de PcDV em sua formação profissional, é possível afirmar que assume uma anomia estatutária, cuja topografia parece ser híbrida e indefinida. Também, distancia-se de um movimento político articulado. Aliás, isso foi denunciado nas entrevistas como expressão da ausência política. Mas, apesar disso, a Associação tem buscado, ainda que timidamente, transformar as adversidades em desafios e promover novas articulações internas e externas que permitam sua continuidade.

Obviamente algumas gestões que fracassaram em suas iniciativas causaram desconfiança e afastamento dos associados. Nesse cenário, parece que os indícios de transformação propostos pela gestão atual servem de adubo para o crescimento e esgarçar da árvore que desprende os maus frutos e conserva os bons.

Circunscrevendo-nos às assimetrias e diferenças na trama dessa herança política e histórica da ABC, em nosso pensar, explica-se, porque segue o caminho de Instituições que foram abandonadas pelo Estado. Daí, elas deambulam entre tentativas e erros de gestão até encontrarem um sistema de administração eficiente suficientemente para permitir-lhes um desempenho e cumprimento de sua proposta estatutária.

No mapeamento que fizemos em Salvador- Bahia, as Instituições de atendimento à PcDV podem ser descritas como núcleos não conectados, de formato complexo e heterogêneo. Essa explicação fundamenta-se nos vários eixos de segmentação que possuem. Ou seja, desde a formação profissional, assistência educacional, de acessibilidade, disciplinar (mobilidade, vida independente), sócio interativo, reintegradora (no caso de deficiência adquirida tardiamente) até a assistência desportiva.

De certo modo, a memória da Associação foi comprometida ao longo de anos sem registros documentais e/ou imagéticos. Em nosso levantamento, encontramos apenas registros através da história oral. Com o distanciamento de membros veteranos, a tendência é perder-se parte da história Institucional. A atual gestão informou que está tentando restaurar os dados dos associados, mas necessita de funcionários e computadores.

Em dois anos, percebemos que a atividade de levantamento de dados e recadastramento pouco avançou devido à falta de funcionários permanentes. Não foi possível por fonte documental (arquivo) apurar dados básicos, como: procedência,

escolaridade, estado civil, faixa etária, profissão, ocupação, frequência em treinamentos, cursos ou capacitação e renda dos associados.

Com fundamento nos depoimentos dos entrevistados, um dos entraves para um melhor desempenho deve-se a intervenção dos profissionais da área de saúde, legisladores e sindicatos patronais que continuam a apresentar uma série de intervenções calculadas cujos resultam em termos impeditivos de credibilidade em suas potencialidades. Isso, de certo modo, irá determinar como esse conjunto de pessoas conduzirá a si mesmas social e profissionalmente.

Além disso, de forma calculável são tomadas decisões sobre esse conjunto de indivíduos, muitas vezes, sem uma representação efetiva. Aliás, isso foi denunciado pelos entrevistados quanto à representação apenas figurativa nos Conselhos Estaduais. Daí, como base de cálculo, as políticas públicas amparam-se em estatísticas, sendo que “A estatística literalmente a ciência do Estado ...” (ROSE, 2011, p. 106) permite que órgãos governamentais possam maquiagem a realidade profissional da PcD e PcDV. Nesse sentido, procede a afirmação de Rose,

Assim, os cidadãos modernos não são incessantemente dominados, reprimidos ou colonizados pelo poder (apesar, é claro, da dominação e da repressão terem sua participação em determinadas práticas e setores), mas subjetivados, educados e convidados a realizar uma aliança frouxa e flexível entre suas interpretações e ambições pessoais e os modos de vida social ou institucionalmente valorizados”. (ROSE, 2011, p. 144).

Em nossa investigação, percebemos que a intermediação do Estado sujeita cada vez mais seus tutelados a essa “aliança frouxa e flexível”. As múltiplas vozes de profissionais humanistas e preocupados com a problemática soam quase inaudíveis.

Nesses termos, a orientação do aconselhamento profissional especializado, distante da realidade localizada nas Instituições de apoio, ecoa um tom polifônico no qual as soluções são oferecidas para esses sujeitos experimentarem uma vida de independência e autonomia, como se a desvantagem e o “*quantum mutatus ab illo*”⁷⁹, de seu comprometimento fosse apenas uma questão de escolha ou liberdade.

Em outra dimensão, a mídia dissemina a definição de “superção” com significados de adequação e emolduramento ao conceito de “normalidade”. Sendo que

⁷⁹ A expressão elocutória vem de Virgílio, Eneida, II, 274. Cf. palavras de Eneas ao ver aparecer-lhe em sonhos Heitor coberto de feridas; aplica-se a todo aquele que sofreu grande transformação nas suas ideias e sentimentos.

aquele sujeito que não obtém essa “alcançável” superação é incapaz de se ajustar às obrigações sociais às quais vem pleiteando.

De certo modo, aproxima-se do estrutural funcionalismo de Parsons e Solomon: ou declarar-se doente ou estar fora do sistema de assistência governamental. Supostamente, a PcDV deveria aceitar determinadas práticas que lhe são impostas. Tais circunstâncias que se referem à imposição e expectativa de aceitação – reforçam a imagem estigmatizada do ser inválido e o aprisiona na definição e na atribuição de papéis que deverá desempenhar, inclusive em relação a outros grupos sociais igualmente marginalizados. (DAMASCENO, 2016).

Essa descrição culmina naquilo que chamamos de estado de submissão e imobilidade social imposto às PcDV. Nos termos da Abordagem Social da Deficiência (Barnes, Oliver, Finkelstein, Le Barton), trata-se de manifestação da opressão. A PcDV, aprisionada por esses significados e representações cristalizados, às vezes, assume a inclinação de tornar-se apático pela sua inclusão social, desenvolve a ideia de incapacidade ou inadaptabilidade ao mundo do trabalho e perde a motivação para fazer a ruptura dos limites impostos pelo mercado que exige formação qualificada.

Esses dados, apenas reforça nossa anuência ao pensamento de Martins (1997) de que a exclusão ainda precisa ser debelada. No ponto de desencontro, onde a vórtice da exclusão ainda permanece e a inclusão é apenas almejada, a legitimidade na formação profissional da PcDV tem sofrido um duro golpe com desfecho insuficiente; capaz de comprometer a sua autonomia e independência.

Além disso, é possível que as polêmicas políticas públicas funcionem para a PcDV como sistemas reguladores que têm procurado codificar, calcular, supervisionar e maximizar o nível de funcionamento desses indivíduos criando barreiras, ao invés de eliminá-las. Nesse sentido, parece que para o governo é mais razoável colocar-se o pêndulo sobre a questão individualizada, em termos de medida e diagnóstico orçamentário (orçamento minimizado) desvinculando o foco do coletivo (conjunto de PcD). Nessa perspectiva, os gestores públicos incentivam cortes de verbas, contrapondo-se a uma dotação adequada para políticas insercionais, profissionalizantes e laborais mais consistentes e inclusivas para esses sujeitos.

Embora a roupagem que reveste parte dos projetos de inclusão laboral permita pensar sobre facetas da variabilidade e da potencialidade humanas que não eram capturáveis anteriormente, até permitindo tornar praticáveis novos aspectos, onde poderíamos incluir a Lei de Cotas, sem dúvida, cartografar essas novas articulações é

tarefa desafiadora. Entretanto, não resta outra escolha para esses atores sociais, pois não fazê-lo, implica em aceitar a realidade como se esgotando no que já existe. (VERONESE, 2004).

Pareceu-nos muito apropriado aos objetivos desse estudo a vertente sugerida por Follmann, “quando um ser humano é esvaziado de seu projeto (ou de seus projetos) e se encontra obrigado a viver segundo projetos que não são seus, ele perde sua identidade e fica reduzido a uma situação de alienação”. (FOLLMANN, 2011, p. 45).⁸⁰ A *fortiori* não é fácil discernir as versões das identidades emancipatórias dos esquemas camuflados de opressão através dos reiterados “processos de alienação”. Nosso estudo figura entre casos que podem ser apontados como exemplo do descaso estatal, cujas políticas públicas vêm mantendo a situação de afastamento do mundo do trabalho.

Esse processo de esvaziamento conforme afirma Follmann tem seu recorte na alienação, amparada pela ideia de Touraine sobre dominação.

Estritamente no que se refere a processos de alienação, é importante anotar que os mesmos não acontecem em uma via só. Normalmente são reforçados por processos de abafamento, descaso, desconhecimento da parte dominante, que também se ancoram em processos de alienação mais amplos. (FOLLMAN, 2012, p. 85; idem, 2001).

Fazer escolhas através de outras pessoas ascendentes: familiares, responsáveis, educadores, Instituições de saúde e assistenciais entre outros, tem caráter de “processo de alienação” (FOLLMANN, 2001), em nosso entendimento muito familiar a PcD. Representa, sobretudo, o lado da identidade abafado e ofuscado por aspectos ligados as alteridades, singularidades e opressão. Daí, quando esses sujeitos conseguem romper com esse guarda-chuva protetoral causar tanto espanto, como exemplo, ter formação superior; se vestir e maquiar brilhantemente; às vezes, indignação (estar na praia se divertindo; casarem-se com pessoas com ou sem deficiência; ter vida sexual; cuidar da própria família, dos filhos); em outras, incredulidade (rejeição a PcDV estar em um circuito de carnaval). Essas menções foram reproduzidas com base nos relatos dos interlocutores.



⁸⁰ Nesse sentido cf. Follmann (2001) remete: Berger (1971); Touraine (1993) e Evers (1984).

Para Bauman (2005), é provável que nessa relação nem sempre interacional, aqui me fixo nas PcDV, os indivíduos tornem-se conscientes de que o pertencimento e a identidade não são garantias sólidas de permanência. São negociáveis e revogáveis onde a relação de dominação pode preponderar como força de opressão. Por isso é preciso constância e permanência nas mobilizações e reivindicações, que só têm expressão reforçada através da sua representação coletiva.



A condição de sujeição da PcDV até obter o passaporte da sua autonomia, embora inevitável, tem ampliados aspectos para sua superação. Esses sujeitos estão submetidos a um diagrama formado por familiares, profissionais da área de saúde, cuidadores, educadores e outros. Até alcançar a condição de autonomia e independência obtida por alguns entrevistados na ABC, vagam sujeitados a poucas escolhas. No caso da formação profissional em Salvador, a única escolha junto ao grupo de pertença é a ABC.

Mas ao longo da narrativa de suas profissiografias, seguindo nossas observações no *locus*, mais uma vez percebemos a propriedade e adequabilidade de que o ser humano quando se apercebe sujeitado a projetos de outros se frustra, não se realiza e não desenvolve a sua autoestima enquanto sujeito. (FOLLMANN, 2012). Essa explicação nos parece plausível para compreensão das muitas menções à questão da baixa estima dos associados.



Inspirada em outros enfoques levantados por Follmann (2012) sobre os grupos afro descendentes pesquisados pelo autor, tomamos por empréstimo suas indagações: estariam as PcDV sendo reduzidas a viver de acordo com projetos de uma sociedade visual, utilitarista, competitiva e com o conceito de eficiência enraizado na maior

produtividade? Salvador tem um parque industrial considerável, um dos maiores do Nordeste, porque as PcDV têm tanta dificuldade de inserção e se afirmarem como profissionais? Que projetos individuais e coletivos em função da orientação de seus processos identitários vão ser continuados, apesar da crise que se instalou na ABC?

Polarizando essas indagações: quais projetos futuros vão orientar as políticas da ABC, tendo em conta os complexos caminhos de aproximações e distanciamentos com outras Instituições e com a sociedade? Quais serão as estratégias projetivas mobilizadas nesse processo que podem servir para aproximar o mundo empresarial da ABC? Assim, ousamos afirmar, que um estudo profissiográfico somente tem sentido se for capaz de refletir, discutir, analisar e propor alternativas. Do nosso ponto de vista com inspiração na sociologia da deficiência essa perspectiva parece ampliar-se.

Lembrando-nos do sugestivo título do livro de Andrew Solomon, “Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade”, nos indagamos sobre quais frutos teria produzido essa investigação? Em um primeiro momento nos tornamos sócia colaboradora da Instituição. Prosseguindo, aproximamo-nos do Instituto Federal da Bahia – campus Salvador da Associação Baiana de Cegos, onde foi firmado convênio de assistência técnica ao centro de informática da Instituição (ABC) que estava desativado por falta de manutenção. Consideramos que esse espaço é importantíssimo para a formação profissional desses sujeitos.

A seguir fizemos o roteiro e coordenamos o seminário “RODA DE CONVERSA NA ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS: vivências profissionais no contexto da deficiência visual”, realizado em 18 de agosto de 2017. Realizamos a atividade porque acreditamos que sempre é possível somar parcerias e ações capazes de modificar a atual realidade dessa Instituição.

Certamente que na transição epistemológica, há a perspectiva de transformar a relação com o objeto do conhecimento, como afirma Veronese, “Uma vez em curso a transição epistemológica que permita ao sujeito emergir diferenciado de práticas concretas, a transição societal, também, efetiva-se, pois, conhecimento libertário tende a gerar prática libertária”. (2004, p. 204). Esse argumento profundamente inspirador nos fez pensar em como vamos nos relacionar com a Instituição ABC no futuro.

Dando continuidade a esse entrelaçamento de fios como experiência enriquecedora, vamos buscar subsídios junto ao Instituto Federal para a publicação da tese em braile e desse modo poder disponibilizá-la ao acervo da ABC. Esse caminhar processual também nos envolve reflexivamente nas inteligibilidades através da

hermenêutica diastólica, colocando em movimento nossa proposição do sistema circulatório, estamos em elaboração do projeto para a segunda “Roda de conversas sobre profissionalização e laboração” em novembro/ 2018, a ser realizada na ABC.

Entendemos que tal *logos* é vital, para que as subjetividades se produzam nos diferentes espaços-tempo; para nos inteirarmos sobre o que mudou decorridos quinze meses; quais as novas vivências e projetos surgiram nesse período e a partir dele. Essa formação de redes mais fortes de entrelaçamento com o *corpus* investigado visa promover um espaço de troca de experiências, nesse alinhamento apresentaremos a tecedura resultante dessa investigação.

Prosseguindo, pretendemos fazer parte da rádio Web ABC. Tentaremos desenvolver o projeto em convênio com o Instituto Federal; na impossibilidade, implementá-lo-emos como um projeto pessoal, contribuindo com informações no campo laboral e educacional, tentando parcerias com outros educadores/as e pesquisadores/as sobre as PcD. Essas parcerias estão sendo pensadas com o Instituto Federal e a Universidade Federal do Sul Extremo Sul da Bahia (UFSB), seguindo aquilo que, acertadamente, apontou Veronese: “As situações, em cada *setting* laboral específico, apresentarão uma gama própria de possibilidades de ação/intervenção”. (2004, p. 226). Por isso mesmo, na programação da rádio WEB, serão convidados professores/as e pesquisadores/as para apresentarem relatórios de pesquisa, síntese de trabalhos, publicações, mediação de debates, etc.



Talvez seja possível considerar que estamos desempenhando e desvelando nossos objetivos como investigadores, e (esperamos) resguardando nosso papel, se desenvolvermos um projeto no Instituto Federal vinculado a essa pesquisa. A ideia é baseada no “Emprego Apoiado”, porém, com foco na PcDV. Nessa dialética entre teoria e prática inovadora, residiria a proposta do direcionamento profissiográfico da PcDV na localidade de Porto Seguro-Bahia. O projeto inspirador que leva o mesmo nome tem sido desenvolvido para PcD em geral, pelo Instituto de Tecnologia Social, através do oferecimento de cursos EaD.

A proposta estratégica, na prática, redundava em cadastrar, encaminhar, mediar e acompanhar a adaptação da PcDV no mundo do trabalho, promovendo essa ponte na fase intermediária que envolve a PcDV (candidata ao emprego) e empregadores. Tais escolhas, neste momento, resultam da nossa tentativa de contribuir na direção de uma orientação profissiográfica para esse conjunto de pessoas em minha localidade, dar retorno ao investimento feito pela Instituição empregadora que me liberou para os estudos e a considerável realização pessoal e profissional que agrega.

Por fim, sob emoção, com enorme gratidão aos muitos teóricos que adensaram e contribuíram decisivamente na dialética de produção desse trabalho, também queremos prestar a nossa homenagem e agradecimento à ABC e seus associados que acrescentaram muito valor ao nosso processo de maturação acadêmica e a sábia orientação da Profa. Marília Veronese.

Certamente que a busca de maior protagonismo para os laboradores com deficiência visual, em sua cotidianidade, poderá deslocar o objetivo da sociologia da deficiência do papel de auxiliar o sujeito a lidar com sua conjuntura, para o papel de questioná-la e transformá-la. O próprio engendramento na substituição por novas circunstâncias, em nossa visão, funcionaria como conduto para as múltiplas possibilidades projetivas e estratégicas da PcDV crescer e evoluir na sua trajetória de formação e inserção profissional.

Assim, com mais indagações que respostas, não desejamos colocar um ponto final, apenas pausar essas elucubrações para refletir sobre: Quais são os projetos das PcDV?

Há todo um espaço de sementeira a ser explorado a partir dessas possibilidades, anunciando um campo aberto para futuras incursões de pesquisa.

7 Referências:

ABBERLEY, P. **El concepto de opresión y desarrollo de una teoría social de la discapacidad.** In: Barton, L. (Org.) Superar las barreras de la discapacidad: 18 años de "Disability and Society". Espanha: Morata, p. 34–50. 2008.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 171p.

APAE. Um pouco da história do movimento das Apaes. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12468>>. Acesso em: 3 set. 2009.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. (org.) Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade. In: AMIRALIAN, M. L. T. M. **Comunicação e participação ativa: a inclusão de pessoas com deficiência visual.** São Paulo: Vetor, 2009. p. 19 - 38.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O continente do labor.** São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, 2004, p. 335 – 351.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASESDIS. **Estatuto.** Espanha: Asociación Española de Sociología de la Discapacidad. 2002. Disponível em: http://www.asesdis.es/documentos/ASESDIS_estatutos.pdf.

APAE. Um pouco da história do movimento das Apaes. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12468>>. Acesso em: 3 set. 2009.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70. 2016.

BARNES, Colin. **The social model of disability: A sociological phenomenon ignored by sociologists,** in Tom Shakespeare (ed). 1998.

_____. Disability Studies: what's the point? **Interstícios:** Revista Sociológica de Pensamento Crítico, v. 1. n. 1. p 50 – 57, 2007. Disponível em: <http://www.intersticios.es/article/viewArticle/673>. 2007a.

_____. **Disability Activism and the price of success: a british experience.** Carfax: London, 2007b.

_____. **Um chiste malo: rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedade que discapacita.** (Org.) Brogna, P. Visiones y revisiones de la discapacidad. México: FCE, 2009.

BARTON, Len. **Disability and society: Emerging issues and insights.** London: Longman. 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: RJ, ZAHAR, 2013.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Brasília: Letraviva, 2000. 165 p.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007.

BERESFORD, Briony. **Positively Parents**: Caring for a Severely Disabled Child. Colaborador: University of York. Social Policy Research Unit. Ed. H.M. Stationery Office, New York, 1994.

BICKENBACH, J. E., CHATTERJI, S., BADLEY., E. M. and USTUN, T. B. **Models of disablement, universalism and the international classification of impairments, disabilities and handicaps**. Social Science and Medicine, 48: p. 1173 – 1187. 1999.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed. 1994.

BRASIL. **A CONSTITUINTE que os deficientes reivindicam está no documento**. Interação, Belo Horizonte, CAAD-MG, ano III, n. 9, 1986. ALMEIDA, Gerson. A participação social no governo federal: conferências nacionais. (1986b). Disponível em: http://www.portalfederativo.gov.br/pub/Inicio/ApresentacaoSasfMaio/Participacao_Social_SAF_290420091.pdf. Acessado em: setembro de 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. **Lei de cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais**. Disponível em: http://www.deficienteonline.com.br/lei-8213-91-lei-de-cotas-para-deficientes-e-pessoas-com-deficiencia__77.html. Acessado em 15 de jul. de 2016.

_____. Lei n. 9 394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República. (1996a). Disponível em: http://planalto.gov.br/ecivil_03/LEIS/L9394.htm. Acessado em 08 de dez. de 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto de 14 de julho de 2005. Convoca a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências**. (2005a). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10585.htm. Acessado em: setembro de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto de 29 de abril de 2005. Convoca a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.** (2005b).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11570.htm>. Acessado em: setembro de 2017.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Decreto n. 6949 de 25 de agosto de 2009.** Dispõe sobre a Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a.

_____. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência:** uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília, DF: Secretaria dos Direitos Humanos (SDH) e Organização dos Estados Ibero-Americanos, 2012b.

BROGNA, P. **¿El derecho a la igualdad? ... ¿ O el derecho a la diferencia? El cotidiano.** México, v. 21, p. 134, p. 43- 45. 2005. Disponível em: <http://redalye.uaemex.mx/pdf/325/32513407.pdf>. Acessado em jun./ 2016.

_____. **Las representaciones de la discapacidad:** la vigencia del pasado en las estructuras sociales presentes. BROGNA, P. Visiones e reviones de la discapacidad. México: FCE, p. 157 – 187. 2009.

BRETON, David Le. **Antropologia do corpo.** 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CARTILHA DO CENSO 2010 – **Pessoas com Deficiência.** Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade:** a era da informação, economia, sociedade e cultura. vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 1. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/conade/conferencia/index.htm>>. Acessado em: setembro de 2017.

Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2. Disponível em: <<http://conade.l2.com.br>>. Acessado em: setembro de 2017.

Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência é concluída com a participação histórica da sociedade civil. Disponível em: <<http://www.deficiente.com/index.php/component/content/article/57-locais-adaptados/548-onu-paises-aprovam-convencao-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acessado em: outubro de 2009.

CORREIA, Luiz G. P. de. **“A pupila dos cegos é seu corpo inteiro”**: compreendendo as sensibilidades de indivíduos cegos através das suas tessituras narrativas. (Tese) Porto Alegre: RS, URGs, 2007.

DAMASCENO, José Jorge A. **Vozes eclipsadas, memórias silenciadas**: história social de operários cegos na Bahia: 1956-1983. Recife: Editora do autor, 2016.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DÍAZ Susana Rodríguez; FERREIRA, Miguel A. V. **Diversidad funcional**: sobre lo normal y lo patológico en torno a la condición social de la dis-capacidad (mayo de 2008). Disponível em: http://www.um.es/discatif/TEORIA/DF_SRDyMAVF.pdf Acessado em 28 de maio de 2016.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **Deficiência e Políticas Sociais** – entrevista com Colin Barnes / *Disabilities and Social Policy - Interview with Colin Barnes - Debora Diniz*. SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan. /jun. 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=artigos+de+Colin++Barnes. Acessado em 15 de set. de 2015.

DPI. **History**. Disabled people’s International. (s/d). Disponível em: <http://www.dpa.org.sg/aboutus/history.asp>. Acessado em: jun. de 2016.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 5. ed. São Paulo, SP: Martin Claret Ltda. 2011.

FOLLMANN, J. Ivo. **Identidade como conceito sociológico**. Ciências Sociais UNISINOS. Vol. 37, n. 158, p. 43 – 66. 2001.

_____. **Processos de identidade versus processos de alienação**: algumas interrogações. *Identidade*. São Leopoldo, v. 17, n. 1, jan. – jun. São Leopoldo (RS): Revista eletrônica do Grupo de Pesquisa Identidade da Escola Superior de Teologia – EST. 2012.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Org. por Michael Schröter. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, M. A. V. **Sociologia, discapacidad y diversidad funcional**: um mundo diverso pero excluyente. *Jornadas de Sociologia: “Sociologia y tecnologia ¿que futuro nos espera? Asociación Madrileña de Sociología (AMS), Alcalá de Henares, 20 - 21 nov. 2008*. Disponível em: www.um.es/discatif/TEORIA/AMS08_Ferreira.pdf.

_____. **De la minus-valia a la diversidad funcional**: un nuevo marco teórico-metodológico. *Política e Sociedad*. Por una sociologia de la discapacidad, v. 47, n. 1, p. 45- 65, 2010. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUC/revistasBUC/portal/módulos.php?name=Revistas2&id=POSO&col=1>.

FINKELSTEIN, V. **Attitudes and disabled people**: issues for discussion. Inglaterra: International Exchange of information in rehabilitation/world Rehabilitation Fund, 1980. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Finkelstein/atitudes.pdf>.

FRASER, N. From redistribution to recognition. *New Left Review*, 212, p. 68 - 92. 1995.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória; BRUNDEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. (Orgs.) 2. Ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2014.

GOSS, Pereira Goss; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho, p. 75-91. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624>. Acessado em set. de 2017.

GUSE, T.; HARVEY, C. Growing up with a sibling with dwarfism: perceptions of adult nondwarf siblings. *Disability and Society* 25(3): 387- 401. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Tharina_Guse/publication/233096335.pdf. Acessado em: 01 de ago. de 2020.

HALL, Stuart. **Fantasy, identity, politics**. In: CARTER, E.; DONALD, J. & SQUITES, J. (Orgs.). *Cultural*, 1995.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In.: SILVA, Tomaz T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103 -133. 2014.

HARLOS, Franco E. **Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas**. Deutschland, (Alemanha) Novas Edições Acadêmicas. 2014.

HANDICAP INTERNACIONAL. **Making PRSP Inclusive**, Munich: Handicap International, 2006. Disponível em: <http://www.waking-prsp-inclusive.org/pt/>

HUNT, P. (Org.) **Stigma**: the experience of disability. London: Geoffrey Chapman, 1966. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/Hunt/CONTENTS.pdf>.

_____. **Settling accounts with the parasite people.** A critique of a A live apart by E. J. Miller and G. V. Gwynne, UPIAS, p. 37-50. 1981. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disabilitystudies/archiveuk/archframe.htm>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. **População residente por tipo de deficiência.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2000>>. Acessado em: julho de 2015.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **(IBC).** <Http://www.ibc.gov.br/> Acessado: em setembro de 2015.

LANNA JÚNIOR, Mário C. M. (compilador). **História do movimento político das pessoas com deficiência.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20omovimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>. Acessado em maio/ 2017.

LEME, Maria Eduarda Silva. **Deficiência e o mundo do trabalho:** discursos e contradições. Campinas, SP: Autores Associados. 2015.

MANICA, L. Elisete; CALIMAN, G. Camatta. **Educação profissional:** separar para incluir? Vol. 9, n. 3. Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, SP, Brasil. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v9i3>. Acessado em: set./ 2017.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** Coleção Temas da Atualidade. São Paulo: São Paulus, 1997.

MEDAWAR, P.B. **Indução e intuição no pensamento científico. Ciências e cultura.** São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 26, n. 12, p. 1105-1113, 1974.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** São Paulo: Lua Nova, n. 17, jun. 1989, p. 49 – 66. 1989.

_____. **Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento.** Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyra/**Novos Estudos**, n. 40, (novembro 1994) p. 152 – 166. 1994.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia.** El Colégio de México, 1999.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**/Alberto Melucci; tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVER, Michael. Introduction. OLIVER, M. **The politics of disablement.** London: Macmillian, p. 10- 16. 1990. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>.

_____. **Understanding disability:** from theory to practice. Macmillan; 1996..

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. *Disabled People and Social Policy: from exclusion to inclusion*. London: Longman Social Policy in Britain Series, 1996.

_____. **Capitalism, Disability and ideology**. A materialist critique of the normalization.. Principle, 1994. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Oliver/cap%20disideol.pdf>.

_____. **Emancipatory Research**: a vehicle for social transformation or policy development, Anual Disability Research Seminar, NDA-CDS: 2002. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Oliver/Mike%275%20paper.pdf>.

OLIVER, M.; BARNES, C. *Disabled people and social policy: Disabled people and social policy: from exclusion to inclusion*. London: Longman, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. Ed. Campinas (SP): Pontes Editores. 2015.

OUTHWAITE, Willian & BOTTOMORE, Tom (Org.) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

ONU. **Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas 09 dezembro 1975.

_____. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes**. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. 1982.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Duração do trabalho em todo o mundo**: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Secretaria Internacional do Trabalho: Brasília, 2009.

OSAMU, M. **Difference, equality and disabled people**: disability rights and disability culture. (Dissertação) Master of arts in politics of alternative development strategies at the Institute of social studies, the Hague, the Netherlands, 1995. Disponível em: <http://www.arsvi.com/1990/9512no-e.htm>.

PALÁCIOS, A.; ROMAÑACH, J. **El modelo de la diversidad**. La bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar plena dignidad en la diversidad funcional. Espanha: ediciones Diversitas, 2006. Disponível em: <http://www.asoc.ies.org/docs/modelo%20diversidad.pdf>. Acessado em jun. de 2016.

PFEIFFER, D. **The philosophical foundations of disability studies**. Disability studies quaterly, v. 22, n. 2, p. 3- 23, 2002. Disponível em: <http://www.dsqu.sds.org/artocle/view/341/429>.

PARSONS, T. **El sistema social**. Trad. José Jimenez y José Cazorla Pérez. Madrid: ediciones de la Revista de Occidente, 2005.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTR, 2000.

PEREIRA, A. B. **O corpo (-) Sentido**: reflexões sobre “deficiência” e doença crônica. In: O Cabo dos Trabalhos. Revista eletrônica do Programa de Doutorado Pós-

colonialismo e Cidadania Global, n. 2, 2006. Disponível em:
<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>.

PICCOLO, Gustavo Martins. **Por um pensar sociológico sobre a deficiência.** Curitiba: Appris, 2015.

PICCOLO, Gustavo; GONÇALVES MENDES, Enicéia. **Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica.** Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 283-315, abr. 2013. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/>. Acesso em: 25 out. 2015.

RODRIGUES DÍAZ, Suzana; FERREIRA, Miguel A. V. **Diversidad Funcional: sobre lo normal y lo patológico em la condición social de la discapacidad.** Cuadernos de Relaciones Laborales, v. 28, n. 1, p. 151-172, 2010. Disponível em:<http://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/issue/view/CRLA101012/showToc>. Acessado em 24 de set. / 2016.

ROMAÑACH, J.; LOBATO, M. **Diversidad funcional, nuevo término para la lucha por la dignidade em la diversidade del ser humano.** Foro de Vida Independiente, 2005. Disponível em: http://fvi.iespana.es/textos/diversidade_funcional.pdf.

ROSE, Nicholas. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade.** Petrópolis, RJ.: Vozes. 2011.

ROSS, Paulo Ricardo. **A categoria do trabalho como Pressuposto Histórico-Social do Homem Não-Visual.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba. 1993.

_____. **Educação e Trabalho: a conquista da diversidade antes das políticas neoliberais.** In: Bianchetti, L. e Freire, I.D. Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania. 7. ed. São Paulo: Papirus, p.53-110. 1998.

SASSAKI, Romeu K. _____. **Inclusão: da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

_____. Implicações do paradigma da inclusão para o emprego de pessoas com deficiência. In: ABRANCHES, Cristina M. B. (Org.) **Inclusão dá trabalho.** Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000. p. 82-110.

_____. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados. Ano I, n. 1, 1º semestre. 2003. Disponível em: www.planetaeducação.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855. Acessado em 27 de maio de 2016.

SDS. **Guidelines for Disability Studies Programs.** 2004. Disponível em: http://www.disstudies.org/print/disability_studies_programs_guidelines/guidelines_disability_studies_programs. Acessado em jun. 2016.

SANTOS, Wederson. **O que é incapacidade para a proteção social brasileira?** In: DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo e BARBOSA, Livia (Orgs.). Deficiência e Igualdade. Brasília: Letra Livres, Editora Universidade de Brasília. 2010.

SHAKESPEARE, Tom. **La autoorganización de las personas con discapacidad: ¿um nuevo movimiento social?** In: BARTON, Len. (Org.) *Superar las barreras de a discapacidad: 18 años de “Disability and Society”*. Espanha: Morata, p. 68-85. 2008.

_____. **The politics of disability identity** (Part I) -. *Disability rights and wrongs*. Routledge: London, p. 92 – 110. 2014.

SOLOMON, A. **Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

SILVA, Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. SILVA, Tadeu da. (Org.). 15. ed. Petrópolis, (RJ): Editora Vozes, p. 73 – 102. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases Teórico-Methodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. (Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis) - vol. IV, 2. ed. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.

_____. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza (orgs.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC. p. 335- 365. 2008.

UPIAS – Union of the Physically Impaired against Segregation; Disability Alliance, *Fundamental Principles of Disability*. London: UPIAS. (versão eletrônica). 1976.
Disponível em:
<http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/UPIAS/fundamental%20principles.pdf>. Acessado em 12 de jul. de 2015.

VERONESE, Marília V. **A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária**. Tese apresentada no Curso de Doutorado em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS). 2004.

_____. **Práticas institucionais**. In: RIVERO, Nelson Eduardo Estamado (Org.). *Psicologia social, estratégias, políticas e implicações*. II parte. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 103 - 110. 2008. Disponível em:
<http://books.scielo.org/id/gbqz7/pdf/rivero-9788599662861-11.pdf>. Acessado em set. de 2017.

VERONESE, Marília V.; ESTEVES, Egeu Gómez. **Identidade**. In: HESPANA, Pedro et al. *Dicionário de outra economia (CES)*. São Paulo: Almedina Brasil LTDA, p. 219-223. jan. 2009.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In.: SILVA, Tomaz T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7 - 72. 2014.

8 ANEXOS

8.1 Anexo 1 - SÍMBOLO DA ONU MARCANDO A LUTA PELO MOVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Fonte: Memorial da Inclusão - Acervo Cedipod

Uma das frentes de oposição da abordagem do modelo social se colocava contra esse discurso reabilitacional que privilegia a relação bio-físico-médica. A importância da memória histórica, presente nas primeiras ações coletivas, no Brasil, já respingavam ensaios dos movimentos sociais que eclodiam na Europa e nos Estados Unidos.

Seguindo esse raciocínio, “As novas concepções dos indivíduos a respeito deles próprios chocar-se-iam com suas reais posições na vida, gerando insatisfações, disposição e interesse pela busca de novas direções”. (GOHN, 1997, p. 31). O processo de surgimento, criação e desenvolvimento das motivações desse movimento, embora venham do exterior, por ser de ordem cultural, tem seu embasamento no âmago dos sujeitos individualmente, particularizando-se também, pelo caráter episódico e escassez de manifestações.

8.2 Anexo 2 - SÍMBOLO DO ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES (AIPD)



Fonte: Memorial da Inclusão - Acervo Cedipod

Gohn buscou evidenciar a importância de desenvolver uma mística, nesse caso, representada pelos símbolos do movimento. (GOHN, 1997). Daí a importante relação simbólica entre as duas figuras diferentes que aparecem neste emblema, mostrando as figuras com combinações distintas e enfocando as diferenças. As folhas de louro são uma remissão ao símbolo das Nações Unidas. Na relação espacial, a jurisdição do movimento não ficou confinada ao território nacional; assumiu uma dimensão ampliada e internacional com alcance multinacional.

8.3 Anexo 3 - RECORTE DA DECLARAÇÃO DE ADILSON VENTURA, REAFIRMANDO EM SÍNTESE, O PROCESSO GERAL DO MOVIMENTO:

“Em decorrência do congresso que foi realizado em Recife, em outubro de 1981, iniciou-se uma grande mobilização nos diversos segmentos para criar um movimento único juntando todas as áreas, chamado Coalizão Nacional das Pessoas com Deficiência. Ficou provado, depois, que não havia interesses comuns, visto que o interesse dos deficientes auditivos era um, dos deficientes visuais, outro e dos físicos, outros; os da APAE, então, nem se misturavam. A associação fazia as próprias representações e programações. Depois dessa tentativa da coalizão, houve um evento em 1982, em Vitória, no Espírito Santo, no qual se decidiu que haveria separação entre as áreas. Em 1983, em São Bernardo, as diversas áreas resolveram criar cada uma a própria organização nacional. [...] No

Movimento de Cegos, na luta por sua emancipação social, havia Maurício Zeni, do Rio de Janeiro, hoje Doutor em Educação, e outros. O pessoal da Benjamin Constant era mais avançado. [...]. Na área política, São Paulo sempre foi um estado 'sui generis': a Fundação Dorina Nowill sempre comandou no Brasil, tanto que as associações de pessoas cegas custaram a se desenvolver porque a Fundação representava tudo. Dona Dorina ainda é a maior líder nacional desse movimento. [...]. Na área de deficiência visual, Dona Dorina⁸¹ se destacava como grande líder. (Adilson Ventura, cf. entrevista da equipe de LANA JÚNIOR, 2010, p. 117-118)".

Referindo-nos a outros níveis representativos, até a década de 1980, o movimento de “cegos” do Brasil era representado internacionalmente pela Fundação para o Livro dos Cegos no Brasil, de Dorina Nowill. No viés de Ventura, o momento mais recente do movimento traz inovações importantes porque entre as PcD está havendo maior conscientização da igualdade de interesses e da não discriminação entre si. Os pares estão se conhecendo melhor.

8.4 Anexo 4 – Autorização para realização da pesquisa e aplicação dos instrumentos processuais na Associação Baiana de Cegos.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Consentimento Informado)

ROSELANDIA MARIA SERRA VERDE COELHO ROCHA, doutoranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS, pela UNIVERSIDADE RIO DOS SINOS – UNISINOS – RS, portadora da RG 01598735-33 SSP-Ba e CPF 326781505-34, matrícula n.1733818 solicita autorização para realizar pesquisa empírica na ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS, em Salvador – Bahia. Esse projeto de pesquisa cujo título provisório é INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS: AÇÕES AFIRMATIVAS E INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.

Informo que esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o papel dessa Associação como formadora profissional de pessoas com deficiência visual, identificar o perfil profissiográfico das mesmas e como tem ocorrido o encaminhamento para o mundo do trabalho.

A pesquisa propõe levantamento de dados, coleta de fontes documentais, realização de entrevistas com a equipe técnica, formandos, formadores e dirigentes.

A pesquisa transcorrerá em sigilo, sendo assegurado o anonimato da identidade dos participantes que poderão escolher livremente seus pseudônimos com o objetivo de que possam se identificar no trabalho final, me comprometendo a encaminhar um exemplar para essa Associação e apresentar os resultados oralmente caso haja demonstração de interesse da mesma.

Asseguo o zelo, sigilo e privacidade dos documentos privativos que tiver acesso, sendo que em relação aos entrevistados, solicito através dessa direção autorização para gravação das entrevistas e fotografias dos cenários de profissionalização e da Associação. Sem divulgação de imagens não autorizadas.

Rua Mesquita dos Barris, 40 - Barris | CEP 40070-410 | Salvador - Bahia
Website: www.associacaobaianadecegos.org.br
E-mail: secretaria@abcegos.org.br
Tel.: 71 3328-0661
9154-3331 / 8673-6488 / 9995-1519

Espero que essa pesquisa contribua de forma científica para o processo de inclusão e, para fornecer dados relevantes para as diretrizes dessa emérita Associação Baiana de Cegos.

Salvador, 14 de outubro de 2015.



Associação Baiana de Cegos
Rua Mesquita dos Barris, 40
CNPJ: 14.804.447/001-28

⁸¹ Dorina Nowill faleceu em 29 de agosto de 2010 pouco tempo depois da entrevista com Adilson Ventura.

9 ENTREVISTAS

(Como cantam Renato Teixeira e Almir Sater:

Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha (...)

Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz

E ser feliz

*Entrevista 1*⁸²

Nome, procedência e idade.

Nome: E.N.S., nasceu em Salvador, no Bairro Baixa de Quintas, em 1978.

1 - Investigadora: A deficiência visual foi congênita ou adquirida?

E.N.S. “ - Não. Tive glaucoma com dois anos de idade. Eu não nasci cego.

** 2 – Você ainda tem memória desse período tão curto de visão?*

*** - “Tenho, porque o glaucoma todo mundo sabe que com glaucoma você vai perdendo [a visão] aos poucos. Então eu tive uma boa visão até os 15 ou 16 anos ainda estava com uma boa visão ainda. Eu sei o que é as cores”.*

** 3 - Há quanto tempo tem deficiência visual total?*

*** “ - 38 anos”.*

** 4 - Possui familiares com deficiência visual?*

*** “ - Não, nem outras pessoas [com deficiência visual] com ligação afetiva mais próxima.*

** 5 - Qual é a sua escolaridade?*

*** “ - 2º grau incompleto”.*

** 6 – Poderia descrever a sua formação profissional?*

*** “ - Eu fiz o curso de radialista, inclusive aqui na ABC é o que exerço hoje; e sou músico percussionista. Eu trabalho hoje com telecomunicação numa empresa; uma clínica a onde eu faço a questão da comunicação interna da clínica, no shopping ...⁸³. Trabalho com vínculo formal na área de prestação de serviço”.*

** 8 - Você teve outras experiências profissionais?*

*** “ - Só com a música eram contratos informais”.*

** 9 - E antes de fazer o curso de radialista, você fez outros cursos?*

*** “ - De percussão; fiz massoterapia. Fiz panificação, telemarketing. Também fiz um em São Paulo, de jovem gestor no ICB (de liderança). Eu queria mais e mais e também queria trazer para aqui, para a ABC. Eu coloquei no cronograma de trabalho, mas não consegui ainda uma pessoa. Claro que ninguém consegue plantar em ninguém um líder, né? Acho que a questão da liderança, ela é normal. [Pausa reflexiva]. Eu entendo que um líder não como ameaça ou como algo temeroso. Eu acho que o líder... se você é um líder, não como ameaça ou como algo temeroso. Eu acho que vem a questão da liderança, ela é normal. Eu entendo que um líder não como uma ameaça ou como algo temeroso. Eu acho que o líder ... se você é uma líder as pessoas veem aquele comportamento, vixe lá vem fulano ... eu acho que o líder tem que ser respeitado; ele tem [pausa] de forma muito natural passar a postura do líder. A pessoa tem que ver como um líder, não como o opressor, como uma pessoa [pausa] não pode ser assim. Pelo menos esse curso pra aqui trazendo um curso de liderança seria para dar realmente uma visão pras pessoas. Porque de repente possa se fazer uma turma de dez pessoas e um*

⁸² Após a primeira pergunta o termo investigadora será substituído por * e a sigla do entrevistado por **.

⁸³ Evitamos mencionar nomes de lugares que identifique o entrevistado.

só ter esse espírito ou querer ser um líder. Mas ao menos outros tiveram a visão do que é liderança, o que é ser um líder, do que é gestar”.

** 10 – Qual a importância do trabalho para você?*

*** “ - Eu acho que o trabalho é uma oportunidade de crescimento pessoal [pausa] enquanto cego, pessoa cega. Essa empresa mesmo tem 310 funcionários e dentro dessa empresa, minha relação é muito boa. Da gerência ao rapaz da limpeza. Para você ter uma ideia, ao longo de quatro anos, eu fui vice-presidente da CIPA. Logo quando meu nome saiu, no início, que saiu as inscrições para quem quisesse participar da eleição da CIPA que eu coloquei meu nome para eleição da CIPA... alguém desinformado perguntou ao Técnico e Segurança no Trabalho: “ - Como é que ele vai ser da CIPA, se ele é cego? ” Aí o Técnico respondeu: “ - Você vai ver se ele ganhar! ”. Aí eu fui o mais votado e me tornei o vice-presidente, porque o presidente é indicação da empresa. Então o vice fica sendo eleito, mas fui eu quem mais teve voto, fiquei dois mandatos na CIPA. Eu trabalhei na CIPA, porque você sabe que CIPA é Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, onde eu consegui identificar coisas. Pessoas acreditavam em mim e iam me procurar se tivesse algumas dificuldades nos setores. Era muito respeitado. Assim, trabalho para mim é isso: acho que a minha aceitação de uma parte da sociedade. A minha inclusão enquanto pessoa cega, esse respeito. E além da satisfação que eu tenho de tá fazendo algo que eu gosto ”.*

** 11 – Pelo que eu entendi, você se considera qualificado e apto para exercer a sua profissão. Como ocorreu a sua profissionalização?*

*** “ - Que quando [pausa para ordenar as ideias] as duas coisas que hoje eu digo que eu posso ganhar meu sustento, essas duas coisas [pausa] antes de eu começar a iniciação profissionalmente, eu me qualifiquei. Por isso eu não tive dificuldades. São duas coisas que assim, eu gosto com a mesma intensidade [pausa] eu gosto mais de locução do que de tocar. Não! Gosto das duas coisas e gosto muito mesmo! São coisas que me identifica. Talvez acho que não conseguiria me engajar em outra coisa com tanta afinidade como essas duas coisas. É o que eu mais gosto ”.*

** 12 - De certa forma está respondida. Mas prefiro fazer a pergunta: como você avalia a sua formação profissional na ABC?*

*** “ - Eu avalio muito boa, mas eu acho que se eu conseguir, estou até buscando isso, se eu conseguir fazer uma requalificação, sobretudo, nessa área de locução eu vou poder arrumar um emprego melhor. Eu acho que eu vou conseguir inclusive ter o registro dessa categoria, entendeu? Mas eu achei muito boa a qualificação. Agora eu fiz e é o que hoje me dá oportunidade como eu falei de estar crescendo e tendo meu sustento. Quando eu estou na clínica se tem um show, uma banda me chama eu vou lá, toco. Eu agora toco na semana [pausa] tambor”.*

*. *13 – Como você alcançou a experiência da formação profissional para o mundo do trabalho?*

*** “ - Através da ABC. Eu estava aqui [pausa], eu estava na época como diretor de patrimônio da ABC. Coincidente eu atendi o telefone a empresa ligando pra aqui e como a Associação faz encaminhamento ao mercado de trabalho a empresa liga prá cá, a gente vai para o banco de dados e ver qual é o perfil do associado prá encaminhar. E aí a pessoa do RH ligou dizendo que estava necessitando de pessoas com esse perfil prá tal vaga. Aí eu falei: “ - ah, não! Eu vou participar da seleção ”. Aí fui, participei. Aí eu disse a moça que estava fazendo a seleção, eu o fiz o curso de radialista. Aí ela disse: pode fazer o teste, nem concorri a entrevista toda. Como eu tinha o curso de radialista, ela mandou fazer o teste. Foi assim que eu acessei ao mercado de trabalho”.*

** 14 – Já recebeu o BPC alguma vez?*

*** “ - Já ”. [Consternação].*

** 15 - Qual foi sua motivação para buscar a formação profissional se poderia receber o BPC?*

*** “ - Exatamente isso. Porque era uma coisa que sempre gostei de fazer. Então mais cedo ou mais tarde, eu ia tá fazendo essa qualificação porque era uma coisa que eu gosto. Música eu sempre atuei na música, tocando, né?! Isso me levou a recorrer a qualificação ”.*

** 16 – Quando você recebia o benefício (BPC), como você se sentia em relação a essa situação?*

*** “ - Bom... bom! Eu achei bem-vindo. Quando eu fui contratado, eu fiquei pensando. Tomara que ... [preocupação] é o que a gente pensa muito, né? Que eu não seja demitido, porque com o trabalho, eu perco o benefício e [talvez] não pegue mais, entendeu? Eu pensava só nisso, mas... A ONCB [Organização Nacional dos Cegos do Brasil] está aí para isso gente, para formar um movimento nacional ativo. Você vê que todas as pessoas que estão na ONCB estão muito bem empregadas como*

é que vão querer bater de frente! Eles não vão! Ficam lá. Então eles não fazem nada! Não vai avançar, não vão ao governo! Não tem luta! Porque todo mundo... [trecho suprimido] então como é que a gente vai fazer? Olha, aqui mesmo o presidente da COMPET é indicado pela SEMPS o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência da cidade de Salvador – SEMPS é a Secretária Municipal de Promoção Social e o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (COEDE) é indicada pela Secretaria de Direitos Humanos que é do governo do Estado então vai brigar como? ”

** 17 – Quais os fatores que você considera como muito importantes para ingressar no mundo do trabalho sendo deficiente visual com cegueira total?*

*** “ - Resumindo: qualificação resume tudo na qualificação porque se você não tem a qualificação, o empresário não vai te querer lá você tem que ter a qualificação. Eu acho que isso vale para a pessoa com deficiência e para todo ser humano. Não teve, não tem como você estar inserido não ”.*

** 18 – Em que medida as entidades filantrópicas que atendem às PcDV fazem a intermediação para que ocorra a profissionalização e o encaminhamento desses profissionais para o mundo do trabalho?*

*** “ - A ABC foi responsável pelo meu encaminhamento ”.*

** 19 – Como fica a questão da acessibilidade. Estou perguntando sobre a acessibilidade para ir aos espaços de treinamento, trabalho e escola?*

*** “ - Veja bem, a cidade de Salvador em si já é uma cidade totalmente inacessível. Salvador apesar de ter tanto desenho de piso tátil pelos passeios, estão todo, na sua grande maioria: inadequado, irregular. As pessoas estão colocando o piso tátil, hoje, a esmo. Só porque tem que colocar, muito mal feitos. Eu reprovei vários aí, vários. Porque a televisão me chama para a matéria. Porque por ser presidente aqui da ABC eles procuram aqui para fazer matérias nos lugares. Eu tive em piso tátil aí que quando você estava andando você dava no muro né? Outro piso tátil que você ficava rodando numa árvore. Salvador aí [pausa reflexiva] essa acessibilidade aí é inexistente. Uma das piores cidades do Brasil para cego é Salvador! ”*

** 20 – Como é a acessibilidade para a Associação Baiana de Cegos (ABC) e para o seu trabalho?*

*** “ - Ótima. Aqui ótimo, tranquilo. Acho que a ABC aqui [Salvador], no Brasil, é uma Instituição mais acessível para cego, né? Agente não pode dizer para cadeirante, mais prá cego a gente não tem o que reclamar. Mesmo com essa ladeira e tudo aí, é muito boa. Eu também quando cheguei a primeira vez achei que era um lugar acessível tranquilamente. O trabalho também lá não tenho dificuldade. A acessibilidade lá do shopping é tranquila. Infelizmente, como todos os shopping não tem piso tátil no térreo. Aí agente depende das pessoas. Aí como eu já tenho um bom tempo, colegas de empresa, colegas também que trabalham no shopping aí de manhã já me ajudam a condução dentro do shopping. O shopping por não ter nenhuma sinalização fica ruim para você entrar sozinho. Mais dentro da empresa mesmo, eu ando só. É tranquilo! ”*

** 21 – Quando você entrou nessa empresa foi feito algum tipo de adaptação ou melhoria na acessibilidade?*

*** “ - Não. Nada. O que venho buscando fazer da questão é é é da qualificação nos colegas. Eu mesmo dou essa capacitação, né? Tem a semana da SIPAT (Semana Interna da Prevenção de Acidentes). Na semana da SIPAT eu coloco lá o tema; uns dos temas que vai ser discutido é ‘Acessibilidade e Inclusão’. A gente vai lá eu levo vídeos, levo o material para falar um pouco sobre cegos. Como [por exemplo]: não falar com cegos com [através de] sinais que tem muito isso. Então essa qualificação agente faz lá. Por minha conta mesmo [pausa] enquanto cego e representante do movimento. Mais na empresa em si não pensa nisso ”.*

** 22 – Em relação à sua atividade profissional, você se considera incluído no mundo do trabalho?*

*** “ - Sim, totalmente incluído. Eu acho que hoje eu fazendo essa qualificação que eu falei, eu consigo [pausa] como é que se diz [pausa] trabalhos melhores. Na mesma função, mas... [trecho suprimido]. Tipo, eu ainda penso em chegar no rádio ainda... uma rádio daqui da Bahia ou do Brasil. Enfim, penso chegar no rádio e prá isso eu vou precisar dessa qualificação [pausa] O problema que aí é que é (...) um curso caro! Não posso começar agora ”.*

** 23 – Você já se sentiu discriminado profissionalmente por ser deficiente visual total?*

*** “ - Não. Não senti problema com isso não. Assim tem aquela questão, aquele suspense quando vê, por exemplo no palco mesmo quando vai tocar [interrupção] eu toquei em uma banda que era todo mundo cego. Mais também toquei em banda que só tinha eu de cego. E aí quando essa banda [pausa] todo mundo cego subia ao palco era aquela coisa, o pessoal ao invés de dançar, ficava parado.*

Olhando... “- Meu Deus! Como é que pode! ” E tal e tal, mais depois relaxava e entrava no show e agente [pausa] toquei em cidade, tipo, chegar sem nenhum crédito a banda, né?! Ah, bota a banda de cego prá tocar aí. Botava a gente prá tocar meio dia. Imagine meio dia com o sol quente. Daqui a pouco a praça, sabe o que é lotar. Lotou essa praça como nunca na estória da cidade. Foi em Ibirataia, nunca tinha acontecido aquilo lotou a praça. Lotou mesmo! Quando a gente saiu do palco e entrou no camarim, o prefeito entrou lá. Olha vocês vão ficar prá de noite. Não acreditava, né! Aí a gente ficou prá de noite. De lá prá cá não tivemos um São João sem tocar. A banda com o tempo dissolveu porque lotou e nem todo mundo está pronto para ter poder [sucesso] nas mãos. É aquilo que falei da liderança, nem todo mundo... [interrupção] para você ter uma ideia, o único que não era dono era eu. Só que eu sempre como fui envolvido com esse negócio de comunicação, que acontecia? Eu buscava matéria para fazer divulgação da banda, para mostrar o trabalho até isso quando eu conseguia, os donos tinham que fazer uma reunião para ver se iam, queriam ou não. Aí fica difícil! Eu estou ajudando vocês a divulgar a banda, a empresa que é de vocês. Eu só ganho aqui o cachê da banda quando eu toco. Se esse produto aqui fizer sucesso gente, vocês é que vão ganhar a maior parte, não é eu, não! Mais aí o pessoal, a ‘cabeça pequena’ terminou que a banda acabou. E na banda que eu toquei quando, [pausa] que não era todo mundo cego, que era só eu; as pessoas tinham o maior respeito. Sei que não tinha discriminação nenhuma”.

* 24 – Quais fatores você considera como maiores dificuldades para a PcDV ingressar no mundo do trabalho?

** “ - Como falei primeiro a qualificação. Depois o empresário acreditar que a pessoa cega é capaz. Que a pessoa cega é qualificada, ela, consegue desenvolver o trabalho, né? Os empresários precisam conhecer esse mundo. Quando se fala de inclusão, nunca se coloca cego no mercado de trabalho. Quando o empresário está discutindo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, raramente se cita cego para inserir. Ele [o empresário] acha que inclusão é fazer com o amputado, com os surdos. Sobretudo surdos, você vê que a maioria quando tinha empacotadores nos mercados era surdo. Pelo fato, exatamente, das pessoas não quererem conhecer o trabalho, não querem conhecer essa realidade. Eu soube, não sei se é verdade que lá em São Paulo os empresários contratam, mas o cego fica em casa. Não querem eles na empresa, não. Pois é ... não quer o cego na empresa. Ele contrata o cego, o cego, o cego em casa só para cumprir a lei. Pronto! Chega lá no ministério apresenta a carteira. Tá aqui empregado, o cego é deficiente e tal, eu tou na cota, mas o cego nunca pisou na empresa”.

* 25 – Você tem conhecimento de algum fato desse em Salvador ou na Bahia?

** “ - Não, eu não tenho não. Nunca aconteceu isso aqui”.

* 26 – O que você destacaria como pontos positivos e pontos negativos na trajetória da formação profissional?

** “ – Positivo – acesso ao trabalho. Pontos negativos – foi pouco [interrupção] conteúdo, o tempo foi até longo demais. Por exemplo, eu digo não poderia assumir o microfone de uma rádio – não posso. Exatamente por ausência de conteúdo – porque na verdade por capacidade eu até posso, só que você sabe que em alguns lugares, em algumas situações é importante que se tenha um ‘ca nudo’. Um título, ele está respaldado, se você não tem o título você não é bem visto. Então eu tenho [interrupção] digo a você, eu hoje sentaria dentro do estúdio de uma rádio e tocaria o programa tranquilamente e seria sucesso absoluto. Como eu falei, eu faço com muito afinco, mas eu não tenho o título. Por isso que eu falo que foi pouco na questão de conteúdo. Se fosse mais amplo esse curso que eu fiz hoje eu teria esse título e estava tranquilo”.

* 27 - De que modo a Lei de Cotas poderia ajudar as pessoas com deficiência visual?

** “ – Olha [pausa reflexiva] como eu falei pra pessoa cega essa Lei de Cotas, ela vem passando despercebida. Exatamente por essa questão de acessibilidade das empresas de conhecimento dos empresários. Ela é bacana, seria perfeita se fosse cumprida pra todos. Hoje eu digo sempre aqui: gente a coisa mais difícil é vaga pra cego. Só chega vaga pra mim aqui pra baixa visão”.

* 28 – Como você avalia o recebimento do BPC pela PcDV?

** “ – Sim. Sim, porque na verdade eu não diria totalmente uma interferência. Diante de tanta dificuldade que a gente tem aí, conforme relatos aí. É com essa inserção no mercado ele veio até, de uma certa forma, pra ajudar. Porque ruim com ele, porque do desinteresse das pessoas, do comodismo, pior seria sem ele. Porque hoje você com essa dificuldade de ter um cego total dentro da uma empresa trabalhando. Imagine esse cego total se não tivesse esse benefício, ele ia ganhar de

onde? Por conta desse benefício [pausa] claro que precisa diminuir, mais diminuiu muito essa questão do cego pedinte. Aqui em Salvador isso caiu muito. Eu pego ônibus aqui muito e ... e vivenciei muito essa questão de ver o cego entrando no ônibus com o copinho de moedas, hoje em dia isso diminuiu bastante! Graças a esse LOAS. O problema é a consciência que as pessoas estão recebendo LOAS estão tendo. Que um salário mínimo não é renda pra ninguém sobreviver, acho que atrapalha, nesse sentido, acomoda total. Pra você ver agora mesmo, por conta de [trecho suprimido]. Ai lá na Clínica essa mesma função que eu faço, apareceu uma vaga pra fazer pela tarde. Ai eu chamei um companheiro aqui, falei e ai vai ter essa vaga na Clínica tal e tal. “ - E vem cá vai assinar a carteira? ” “ - Vai, claro que vai! Se quer [empresa] cumprir a cota. ” “ - Ah, não véio. Vou dar entrada em meu benefício. Não quero não!!! ” Preferiu dar entrada no benefício do que está trabalhando. Então ... ”

* 29 – Vamos falar sobre os direitos conquistados no campo das relações de trabalho pelas PcDV através do movimento político das PcD. Pode ser?

** “ - Sim. ”

* 30 – Você acha que é possível afirmar que se trata de um movimento de emancipação?

** “ - Através da luta do movimento acredito que, claro que muito pouco, o movimento se manifesta. Ele se manifesta e busca quando isso acontece ele termina tendo algum êxito. Muda alguma coisa. Então, eu acredito mais pelas lutas do movimento em si ”.

* 31 – Qual seu lazer preferido?⁸⁴

** “ - Eu gosto de tomar minha cerveja, bater papo ... às vezes, lá embaixo na área de lazer [ABC] ai eu fico com o pessoal batendo papo. Agora assim eu [pausa] não é com todo mundo que eu sento, porque é aquela questão, além das conversas tem também a questão da energia. Gosto de futebol. Eu jogava até futebol mais parei. Não tenho mais paciência porque o jogo de cegos é um jogo muito de contato, sinceramente eu não tenho paciência, e ai eu posso naquele momento fazer uma besteira e ai eu não quero mais por causa disso ”.

* 32 – Se você fosse pintar seu retrato nesse momento como você faria a áudio descrição para mim?

** “ - Eu me descrevo o seguinte: eu sou um cara leal, muito leal pra quem é comigo. Se você me ajudou, pode ter certeza que vai contar comigo pra tudo. Se você for leal comigo eu serei com você até o final. Sou honesto demais com as pessoas. Não tenho esse negócio de desonestidade. Verdadeiro quando precisa ser, eu sou. Companheiro demais. Sou alegre, muito alegre. Não costumo levar meu problema pra pessoa que não tem nada com isso. Pode estar o problema que for aqui [pausa] eu posso até comentar com você; mas destratar você por causa de meu problema que não tem nada a ver. Eu sou desse tipo ”.⁸⁵

* 33 – Em sua opinião essa pesquisa pode contribuir de alguma forma com a causa das PcDV?

** “ - Eu torço quando acontecem essas pesquisas. Eu só me preocupo. Por que a preocupação? Geralmente, muitos estudantes, enfim. Só procuram o movimento das pessoas com deficiência ou o movimento das pessoas cegas, numa conclusão de curso; numa pesquisa para tirar uma nota no trabalho ou na escola; numa situação de carga horária da faculdade. Só vem nesse sentido. Só que, vem aqui, faz uma entrevista dessa ou qualquer outro cego e dali acabou. Então a minha preocupação é essa. E feliz ai eu dou a entrevista, mesmo preocupado eu dou com muita satisfação porque é uma oportunidade que eu tenho sobretudo quando acontece na forma da sua [investigação] que vai ser o quê? Vai ser publicada, outras pessoas vão ter acesso. Olha ai que interessante! Que negócio interessante! Alcança pessoas. Então a minha felicidade é que a gente tem a oportunidade de falar a realidade da pessoa cega e ai termina contribuindo com a sociedade, com a inclusão, com o conhecimento da sociedade. Porque as pessoas, até hoje em Salvador chama esse piso tátil: “ - Ah! É a linha do cego! Ai é a faixa amarela no chão ”. Ninguém consegue dizer piso tátil sabe por quê? O pessoal coloca, mas não tem um trabalho. Político educativo, educacional para que as pessoas, ó. Um comercial na televisão dizendo pra que é aquele piso tátil. Pra que aquilo ali. Agora [interrupção]

⁸⁴A pergunta pode parecer descontextualizada, porém, foi propositadamente colocada. Nos inspirando em Becker, quando a pergunta seguinte se referir a situações provocativas/ tensas a pergunta anterior deve relaxar a tensão do entrevistado.

⁸⁵Essa questão nos chamou a atenção em especial porque embora tenha havido alguma insistência da investigadora, não houve a autodescrição física de nenhum dos entrevistados.

quando agente consegue dar uma entrevista aonde essa entrevista vai ser publicada, essa entrevista vai servir para o conhecimento de outros é importante que aí é a multiplicação do conhecimento de outros. É importante que aí é a multiplicação das dificuldades das habilidades das pessoas cegas. Que bom seria se empresários pegassem esse tipo de pesquisa para ler, né?! Que bom seria se as pessoas que lessem essas entrevistas, a maioria delas eu sei que não acontece, elas tirassem isso como um aprendizado e colocasse no seu dia a dia. Eu falo para umas meninas que vem aqui, novas: 'Olha, além de sua pesquisa levar isso para dentro de sua casa mostrar a sua família, seus irmãos, namorado, esposo; fale com seus amigos sobre a Associação Baiana de Cegos; que cegueira não pega, que ser cego não é doença contagiosa, que 'neguinho', às vezes, pensa que cegueira pega. Não!!! Diga pra eles que vocês tiveram contato com a ABC e que esses dados que vocês tem aí de cegos você está tirando de dentro de um campo verídico'. Então, eu acho, a minha opinião sobre as pesquisas é isso: preocupante e importante! ”

* 34 – Tem alguma questão que eu não trouxe nessa entrevista e que você gostaria de acrescentar?

** “ – Eu achei a entrevista muito rica, tomara que as pessoas que você vai entrevistar aí a semana toda elas possam contribuir muito com informações. Porque é uma entrevista que as pessoas tem acessibilidade de entender as suas perguntas e parar antes de responder para pensar um pouco. Porque são informações, que como falei vai ser publicada. Que essas informações vá certas para as pessoas ... É isso que o movimento precisa é de pessoas conscientes pra falar do movimento, falar de pessoas; mas falar com convicção”.

* 35 – Há alguma declaração que você gostaria que fosse registrada na tese?

** “ – A divulgação da ABC que dê os créditos a ABC, o nome, a marca da ABC”.

* Muito grata pela participação nessa entrevista.

Entrevista 2⁸⁶

Nome, procedência e idade.

A.S.A., nasceu em Nazaré das Farinhas – Bahia, em 1976.

1 - Investigadora – Você tem cegueira congênita?

ASA – “ - A deficiência visual foi congênita ou adquirida?

** “ – Na verdade minha cegueira foi por conta da rubéola. Não tenho outros familiares com cegueira, minha mãe teve quatorze filhos eu fui o único premiado.

* 2 – Você convive com outras pessoas com deficiência visual?

** “ – Eu convivo. Eu trabalho num Centro Especializado em Educação que é o CAP. É um centro de apoio de educação especial para pessoas cegas e eu dou aula para esse público. Aqui em Salvador CAP só tem uma. Aí tem o ICB – Instituto de Cegos da Bahia e lá no ICB tem talvez é o CIP – Centro de Intervenção Precoce. Dou aula na área de informática e porque a gente também dá o suporte pedagógico; tem os alunos que estudam na escola regular e no outro turno ele vai ter lá esse suporte. Então a parte que ele tem dificuldade nas disciplinas, a depender se tiver professor de matemática [pausa] a minha formação é história e teologia. Então quando o aluno precisa de algum suporte na área de história, sociologia, aí eu dou esse suporte também. Mais eu trabalho com informática. Eu dou aula de um programa que tem um leitor de tela específico pra cego que é o DOSVOX.

* 3 – Que atividades são desenvolvidas pelo CAP? São atividades de profissionalização?

** “ – O CAP, ele trabalha com habilitação e reabilitação. Porque é assim, hoje em dia o CAP tem um público de adultos já. Pessoas que estão ficando cegas depois dos 40 anos ou dos 50 anos. Ele reabilita prepara a pessoa na verdade pra vida; para lidar com o dia a dia. Agora enquanto pessoa cega. Mas lá não tem uma formação profissional por exemplo voltada para profissionalizar o CAP não faz isso. Hoje a única Instituição que faz isso, mais ou menos, é a Associação Baiana de Cegos. Eu digo mais ou menos pelas condições materiais mesmo, é ainda aqui. A Associação voltada para cursos de qualificação da mão de obra; voltados para a qualificação do trabalho. É que esses cursos, no caso a Associação trabalha hoje com a massoterapia que é um curso que prepara a pessoa para que ela trabalhe de forma autônoma. Que ela consiga o espaço dela mais de forma autônoma. E/ ou em alguns casos quando surge alguma vaga que é assim, não tem aquela cota que as empresas têm que preencher? Tem uma empresa ou outra que tem aquela visão da importância da massoterapia

⁸⁶ Após a primeira pergunta o termo investigadora será substituído por * e a sigla do entrevistado por **.

então abre uma vaga, duas, e contrata para você está dando a massagem nos próprios funcionários, que no caso da Livraria Cultura, por exemplo, que recentemente contratou duas pessoas. Hoje a Associação limita-se a dar o curso de massoterapia o que é muito pouco. Tem um laboratório de informática, mas que está desativado e a informática ela é fundamental hoje na vida da pessoa cega. Então o CAP não trabalha com profissionalização ele na verdade reabilita a pessoa e habilita para o dia a dia desenvolver suas atividades diárias. No caso de quem estuda vai ter o suporte pedagógico. No turno oposto lá, porque lá tem a gráfica Braille para o preparo de material tem os professores que dão suporte. E pra quem já está ficando cego adulto vai ter aula de informática, vai ter aula de AVA (Atividade da Vida Autônoma) que; te dar autonomia dentro de sua casa. Então lá trabalhava somente com isso: informática, braile, alfabetização de braile, o AVA, orientação e mobilidade que é o curso para a pessoa aprender a andar na rua, aprender a usar a bengala. Na verdade, ela aprende a usar a bengala porque a pessoa que já é adulta ela já sabe fazer alguma coisa, não é? Ela vai aprender agora as técnicas da bengala, então o curso de OM [orientação e mobilidade] faz isso. Então basicamente o CAP desenvolve essas atividades. Além, dessas tem aquelas atividades que são de entretenimento, aí vem: música; aí tem aula de violão; de teclado; de coral; tem aula de percussão; tem o grupo lá “batucaí-a” que é o grupo percussivo. Enfim, são essas as atividades do CAP”.

* 4 – Qual a sua formação profissional?

** “ – Eu sou bacharel em Teologia e sou licenciado em História com especialização em Educação Especial. Meu tema de interesse de estudo, já há algum tempo eu venho lendo sobre isso é exatamente sobre a iniciação de PcD no mercado de trabalho. Então escrevi sobre a importância da Educação Especial para a iniciação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tendo como foco o papel do grupo de voluntários. Que é uma ONG que eu estou presidindo agora, e que o grupo de voluntários, ele tem esse foco. O foco do grupo antes de nossa gestar iniciar era: a inserção e permanência no ensino superior”. Depois que assumimos quis ampliar esse foco para a inserção no mundo do trabalho através do concurso público. E por quê? Porque percebemos que a iniciativa privada ela é muito fechada. Então, o que o grupo fez? A gente começou a organizar grupos de estudos voltados para o concurso público. Abriu um concurso tinha pessoas interessadas então a gente organizava o grupo de pessoas que queriam fazer aquele concurso e com um grupo de voluntários, ele é um grupo assim, amplo e os voluntários eles tem uma formação diversificada. Então agente pegava voluntários que tinham formação em Letras e aí ficava responsável pela parte de gramática e redação. Tem voluntário que tem formação que é na área de direito pegava as disciplinas voltadas pra área de direito e raciocínio lógico, tem a outra parte de exatas que forma um pessoal diversificado. Aí agente formava um grupo de voluntários que iam dar o suporte nas disciplinas do concurso, e o grupo de usuários, é essa nomenclatura que agente utiliza. Que é assim a nomenclatura da biblioteca porque o grupo de voluntários desenvolve o trabalho dentro de um setor da biblioteca pública. O pessoal diz que é o setor braile por meio do convênio com o Estado [a ONG] usa esse espaço. Então, as pessoas que frequentam lá, as pessoas cegas, no setor de braile, a nomenclatura é essa: usuários. E nos outros setores também usa essa mesma nomenclatura para os frequentadores da biblioteca. Então nós organizamos grupos de usuários e grupos de voluntários junto ao suporte e a partir daí agente conseguiu a pouco tempo inserir 20 pessoas na área de educação através de concurso público, em diversas áreas, na área de educação, na área jurídica TRT, na embasa, área administrativa. Então fica assim área de educação, administrativa e jurídica agente construiu. Fizemos com que vinte pessoas conseguissem ingresso [no serviço público]”.

* 5 – Fale-me sobre esse projeto da ONG.

** “ – Nós temos uma ONG, as pessoas que se interessavam eram pessoas que já vinham com o ensino médio, pessoas que já haviam concluído o ensino superior. Formavam grupos diferenciados. Por exemplo: as pessoas que eram de licenciatura só se interessavam para os concursos que era da área de educação. O pessoal de direito, só da área de direito [interesse]. O pessoal que tinha Ensino Médio, tinha alguém com ensino superior também [membros da ONG] quando abria o concurso para o ensino médio na área administrativa se interessava [o participante] ia lá e fazia. Então de quando começou até agora tinha em torno de 25 a 30 pessoas. Aí 20 já conseguiu ingressar. Por conta disso, quando eu estava fazendo a pós, eu tive essa ideia de escrever sobre o papel do aluno que tem educação especial e o papel que esse aluno tem na iniciação no mundo do trabalho. O nome da ONG é Grupo de voluntários, copistas e letores para cegos. Porque antes quando o grupo foi fundado que

foi uma iniciativa do Instituto Feminino com algumas senhoras e tal D. Henriqueta Catarina, a ideia do grupo era fazer cópias em braile para pessoas cegas. Então você pegava o livro e tintas e copiava nas máquinas braile. Então todo voluntário, o requisito era primeiro fazer o curso de braile. Depois que ele aprendia o braile ele passava a ser membro do grupo. Então ele fazia cópia e gravação usando fitas cassete. Então ele lia o livro, gravava nas fitas cassete e a gente pegava essas fitas e ouvia ou pegava lá nas cópias e ia ler. Então era a maneira da gente ter contato com o conhecimento. Com o advento da tecnologia da imprensa braile aí foi se difundindo as impressoras essa função de cópias acabou. O voluntário não precisava mais copiar. Hoje o voluntário para ser voluntário não precisa mais saber o braile só se ele tiver um interesse mesmo particular. Ah, mais não é uma exigência e a ideia de gravação também com o passar do tempo a fita ficou em desuso. Acabamos com a gravação. Então hoje o grupo faz a leitura presencial; vai até o setor e o voluntário lê presencialmente a matéria que ele tem interesse”.

** 6 – Como ocorreu a sua formação profissional?*

*** “ – Eu fui do Instituto dos Cegos sai de lá bem cedo também antes até de completar o ensino fundamental. Eu cheguei a morar lá, fiquei de 1985 a 1992. Eu não me lembro bem quando sai de lá. Eu tinha 15 anos. Entrei lá, eu acho que com 8 [anos]. Porque a partir dos anos 90 com a proposta da inclusão que começou a ser muito discutida [pausa reflexiva] o regime de internato começou a entrar em declínio. O ICB qual era a ideia deles que eu tinha parentes aqui na capital ou era da própria capital, esses foram os primeiros a sair. Porque o ICB entendia que se você tinha um parente aqui você poderia ficar na capital. Então o que eles faziam? Davam curso de OM que é orientação e mobilidade – para que a pessoa tivesse essa independência; poder ir para o colégio, voltar para casa e tocar sua vida. Então, os da capital foram saindo primeiro depois foi os do interior. Mais aí depois veio uma proposta de não retirar o indivíduo do laço familiar. Que agente vai discutir e vai ver o lado contra e o lado a favor. Mais agente sabe que hoje a família ela é importante. O ideal é que se faça um trabalho para que a pessoa permaneça no convívio dele com a família. Porque também essa retirada é comprometedora, isso aí é traumático. Aqui, minha irmã mais velha que sempre morou aqui. Ela que me trouxe, ela que me levou pra o ICB. Nos finais de semana eu sempre ia pra casa dela. Aí então, bom, eu sai desse processo. O ICB entendeu que não fazia mais sentido eu continuar e outros e outros aí foram saindo, né? Aí eu saí do ICB com o ensino fundamental e o ensino médio e depois comecei a frequentar com mais assiduidade exatamente esse trabalho da ONG. Então, todas as minhas graduações, minha especialização, tudo que eu fiz com o forte apoio, incondicional do grupo de voluntários. Então minha formação se dá por aí com apoio dessa ONG. Fiz muitos cursos aqui pela Associação Baiana de Cegos de qualificação, de telemarketing, fiz curso de câmera escura. A câmera escura é pra trabalhar com a revelação de filme radiográfico, radiografia. Então, aqui teve curso de câmera escura e telemarketing, informática, massoterapia. Teve um curso de panificação aqui na época que o presidente Alberto, ele fundou, colocou, implantou uma padaria então agente tomou o curso de panificação. Então, assim eu fiz vários cursos aqui de qualificação. Mais tive oportunidade [de emprego] no de câmera escura surgiu uma vaga no COTI – Clínica Médica – e o instrutor ele entendeu que eu tive, assim, um desempenho bom e outros alunos também tiveram. Aí ele me perguntou se eu queria [um emprego], surgiu umas vagas ele colocou algumas pessoas. Depois surgiu uma e ele perguntou se eu queria. Na época eu estudava fazia só teologia à noite e a vaga era pra o dia todo de 8 às 5 horas [17 h]. Eu pensei que na minha condição de cego estudar sem o suporte do grupo de voluntários... tem muitas leituras são muitos textos ... eu optei por não ir. Fiz bem! Aí antes de terminar o curso de teologia fiz o vestibular e aí passei no curso de história e fiquei durante dois anos fazendo história a tarde e teologia à noite. Aí eu concluí teologia e um ano e meio depois – mais ou menos – eu concluí o curso de história. Aí quando eu concluí o curso fui estudar [para concursos]. Aí logo depois a gente assumiu a ONG aí veio com essa vertente de focar na inserção no mercado de trabalho, aí a gente começou a estudar. Formou um grupo e começou a estudar. Abriu concurso e fizemos o concurso e passamos. Eu passei também nessa mesma leva da turma lá. Sou concursado pelo Estado para [trabalhar no] o CAP.”.*

** 7 – Qual a importância do trabalho para você? Como encara esse desafio?*

*** “ – Eu acredito que o trabalho para a pessoa que tem uma deficiência é uma oportunidade dela poder mostrar o seu potencial e desenvolver também o seu potencial. À medida em que ela [pessoa] tem essa oportunidade ela vai se identificar mais e conseqüentemente o potencial que ele [refere-se a si mesmo] já havia adquirido a tendência é ela [pessoa] aprimorar. Então o trabalho é importante,*

nesse sentido dá a pessoa a oportunidade dela mostrar o seu potencial a sua capacidade e também dela superar seus limites. Eu, por exemplo; nunca fui afinado com tecnologia, nunca tive afinidade. Porque é uma coisa que nunca mexia comigo, embora eu sei da importância da tecnologia pra o mundo, algo moderno, para as pessoas com deficiência mais não é aquela coisa. Eu sempre usei a tecnologia assim como usuário comum. Mais agora eu tive que dar aula de informática para pessoas cegas, eu tive que me dedicar para ajudar e pra mim foi importante que eu tinha uma resistência a tecnologia. Resistência também porque eu visava outras coisas. Outras coisas que eu já tinha gosto eu estava sempre colocando como prioridade e deixava isso de lado. E agora não, tive que estudar e me dedicar para poder dar aula. Do mesmo jeito que isso aconteceu comigo. Qualquer outra área que a pessoa vir a exercer é uma oportunidade dela se aprimorar e desenvolver o seu potencial que tá com cada ser humano”.

* 8 – Como avalia a formação profissional que você recebeu?

** “ – Eu diria que foi boa. Foi boa! Eu acredito que as condições, por exemplo, material são a grande dificuldade de ter um material acessível. Então essa falta do material ainda deixa muito a desejar para a formação da pessoa porque é, é, é aquilo que, por exemplo, o colega viu, que não tinha deficiência, tinha um livro ao alcance dele; podia estudar, ler a hora que quiser, ler várias vezes. Não adianta a gente ter o livro e não ter alguém com disponibilidade para ler aquele livro. Então, eu tinha que fazer aquela leitura e eu tinha que pegar [compreender] naquele momento. Eu não podia me dar ao luxo de eu vou ler aqui agora [pausa reflexiva] uma leitura inicial que eu tinha que me dedicar para absorver o conhecimento. Aí então acho que a falta de material acessível é um dificultador da formação. Na biblioteca central eu presido o grupo dá, mas como voluntário. Aqui na Associação também trabalho como voluntário [trecho suprimido] e a gente faz o trabalho voluntário que o próprio Estatuto diz que nenhum [trecho suprimido] pode ser remunerado pela sua função de [trecho suprimido]. A Associação é considerada uma Instituição Pública de direito privado. [Texto suprimido] sou militante na ABC desde 1992”.

* 9 – Como você avalia a evolução da Associação Baiana de Cegos desde a sua adesão?

** “ – E acho, eu escrevi exatamente sobre o texto do seminário dos 28 anos [da Associação] para apresentar no seminário. A Associação, ao longo desse tempo, ela tem vivido isso, avanços e retrocessos. Ela não tem tido uma história linear. Agora, eu sinceramente, hoje, assim friamente, eu diria que tivemos mais períodos de retrocessos que de avanços, infelizmente! Que como a Associação ela é constituída com pessoas humanas e os humanos têm uma forma muito peculiar de lidar com as coisas. Quando você está num momento que você acredita que vai alcançar, infelizmente, você começa a estagnar isso. Vai retrocedendo; as brigas, políticas, é um ponto – assim – crucial para impedir o avanço da nossa Instituição. A instituição na gestão anterior teve uma briga com o presidente e o vice isso foi um impacto muito grande para a Instituição. Arrasou com a Instituição. Não que os questionamentos que eu fiz não tivessem fundamentos [interrupção] tinham fundamentos que aliás eu disse até pra ele: ‘ – Olha tudo que você fez é, é, é em termos de questionamento eu estava de acordo. O que eu não estou de acordo, o que eu não estou de acordo [repetiu] é com o método’. Porque eu acredito, assim, se tem um problema agente tem que brigar aqui dentro. Existe uma assembleia que é um órgão soberano, se instala a assembleia e a assembleia resolve. Por conta do embate de ideias, o embate político acho que isso é saudável, que isso movimenta. Isso promove o crescimento mais o método que o vice-presidente utilizou [trecho suprimido]... foi pra imprensa, foi pra os Órgãos de fiscalização, foi par ao Ministério Público, prá delegacia. Foi denúncia em bocado de delegacia, Ministério Público, Ministério do Trabalho, a imprensa, o Jornal. Detonou com a Instituição porque pra uma Associação que vive de doação da sociedade civil se você começa a ouvir todos os dias (que era praticamente diariamente) denúncias no rádio [pausa reflexiva] essa sociedade vai parar de doar. É o que qualquer um faria. Se eu estou doando para uma Instituição que eu começo a ouvir notícias [pausa reflexiva] o doador, ele geralmente não vem aqui. Ele doa, deposita na conta, tem um serviço de ‘telemarketing’ que o ‘moto boy’ vai pegar a doação. Ele [doador] não conhece nem a Instituição aí quando ele vai conhecer através da mídia, ele conhece da forma negativa. Então essas pessoas pararam de doar e quando diminuiu essa doação a Associação começou a mergulhar em dívida e começou a retroceder. Por outro lado, essa foi a parte financeira. Por outro lado, muitos sócios começaram a se afastar exatamente por entender que essa briga não era saudável. E se o sócio que é a razão maior de ser da Instituição se afastam você destrói com a Instituição. Porque eu digo sempre a Instituição não é um prédio. A Instituição é exatamente os seus

sócios e aí as pessoas saíram, se afastaram... outras [pessoas] que podiam dar a contribuição deixaram de mão e isso foi um retrocesso muito grande. Olha que em 2003 teve tudo isso. Teve uma história bem parecida a ponto do Ministério Público fechar a Instituição. A Instituição ficou fechada durante seis meses. Aí quando foi em 2010 isso se repetiu ... Só não fechou porque por ordem judicial foi reaberta. Mais praticamente fechou porque todo mundo se afastou e ninguém mais acreditou. E agora a gestão de 2014 está tentando reerguer [trecho suprimido]. Se o slogan da chapa era a transformação você tem que transformar. Essa transformação leva tempo, leva, mais você naquele mínimo que seja você tem que fazer diferente. E hoje é assim, aqui na Associação é muito difícil porque ela está desacreditada e pra você reconstruir, retomar essa credibilidade, isso é uma coisa que leva tempo. Eu avalio que a Associação teve períodos. Foram períodos de retrocesso mais que depois você possa corrigir isso. Isso demanda tempo porque mexeu com a imagem da Instituição. O grande presidente que a Associação teve foi Alberto Galvão. Ele ficou 15 anos, mas ele também pegou uma Instituição que não tinha nada. Não tinha sede. Conseguiu a sede, conseguiu esse prédio, montou uma padaria. O prédio é próprio ele conseguiu isso de doação das freiras. Isso aqui [a sede da ABC] era uma casa que moravam uma freiras e depois elas saíram daqui. Ficou aí vazio sem nada e ele conseguiu que fizessem essa doação. E assim [pausa] ele conseguiu arrumar a casa. Ele preparou deixou tudo pronto pra que outros viessem e tocassem porque o alicerce ele deixou. Já deixou alicerçado agora era só você dar continuidade. Infelizmente, não! Aí assim que ele sai em 2002 - 2003 já tem esse 'baque' aí. Depois vem uma gestão também [pausa] sei lá [pausa] desastrosa e em 2010 veio toda essa turbulência de novo. Então a Associação vai passando por esses períodos, mas isso faz parte da história”.

* 10 – Como você avalia o envolvimento dos associados? (Pedimos para apontar os fatores que justifiquem a resposta).

** “ – Eu atribuo exatamente a isso: a turbulências. Porque cada pessoa reage d’uma forma diante da turbulência. Então tem pessoas que se afastam e as turbulências que a Associação viveu em uma década de quê? 2003 até 2014, uma década praticamente. Ela viveu duas turbulências muito fortes que mexeu com a imagem da Instituição. Isso afastou o pessoal [trecho suprimido] é um trabalho muito árduo dessa gestão e de outra gestão que venha para reconquistar a confiança das pessoas, né?! E fazer com que essas pessoas participem. Por outro lado, vivemos um momento difícil [pausa reflexiva] que não é só aqui na Associação. O movimento social ele vive uma crise. Uma falta de credibilidade de um modo geral. A chegada do PT ao poder no primeiro momento veio cheia de esperança. Depois a esperança foi para o espaço e o PT fez uma coisa que foi muito ruim porque o PT sempre foi apoiado pelos movimentos sociais e resolveu comprar os movimentos sociais. Comprou os sindicatos, comprou o movimento estudantil porque ele resolveu comprar tudo pra não ter problema com nenhum. E isso foi ruim porque isso despolitizou o movimento. Então, hoje, aqui na Associação é incrível não há uma politização, não há uma formação. É uma coisa que eu venho batendo desde quando agente [trecho suprimido]. É uma coisa que eu venho batendo desde quando agente [trecho suprimido]. O grande legado que [trecho suprimido] não é construir mais salas é fazer uma formação política. Então é muito difícil você discutir qualquer coisa política aqui porque as pessoas não tem informação. Isso é ruim. Isso faz com que a Instituição, não tenha vida. Eu vou pra uma assembleia aqui, ultimamente, é, é, é eu tenho coordenado. Na parte da assembleia elege quem vai coordenar. Ultimamente eu coordeno a assembleia mais uma coisa muito triste que não existe nenhum debate de ideias, não tem uma proposta ... porque as pessoas não têm uma proposta ... porque as pessoas não têm informação, as pessoas não participam. Eles não participam exatamente por isso, porque a falta de conhecimento. Elas [demais associados] não sabem nem como participar. Então eu fiz uma proposta de dar um curso de formação. Porque não é uma coisa assim que eu falo sem vaidade nenhuma. Eu conheço o Estatuto da Associação, o regimento interno, o regimento eleitoral mais eu, não é por nada não, eu conheço porque eu gosto. Eu gosto, eu fui estudar e me dedicar. Quando eu me tornei sócio depois de um tempo que eu adquiri maturação eu gosto! Eu resolvi estudar! Então às vezes eu vejo as pessoas querendo fazer coisas assim que eu digo: não, não é possível não conhecer o Estatuto. Você acha que é só o sócio de modo geral. Os diretores não conheciam o Estatuto. Aí eu me prontifiquei a fazer isso. Na época eu brincava, abusava, dizia que num curso desse eu seria muito bem remunerado. Mais era só para ‘abusar’. Mais eu me prontifiquei gratuitamente. Eu fiz todo o planejamento, inicialmente o primeiro módulo eu teria 15 horas pra gente ir trabalhando vagarosamente pra os Estatutos, né?! Trabalhar a questão da assembleia o que

se informa em uma assembleia, as falas, o que é uma questão de ordem, questão de encaminhamento contra encaminhamento, enfim... então a ideia minha era dar um curso pra que as pessoas pudessem conhecer. Aí em janeiro de 2014, logo depois que o presidente assumiu chamou-se uma assembleia para ver uma comissão para reformular o Estatuto. Aí a minha ideia para dar o curso era exatamente essa porque aí se depois quando a comissão chegar lá com essa nova proposta de estatuto pra que o sócio diga que essa nova proposta é boa ou é ruim ele tem que conhecer o que tá aí. Se ele não conhece o que tá aí como é que ele vai poder avaliar se o que a comissão está levando é melhor ou pior. Então, assim o que Bertold Brecht diria: ‘ - é que o pior analfabeto é o analfabeto político’”.

* 11 – No caso do movimento das PcDV, como tem ocorrido o movimento político nacional e local?

** “ – Bom! Existe, mas é um movimento tão fragmentado que não tem expressão. Ele não tem voz, ele não tem expressividade nenhuma por conta de sua fragmentação. Só para você ter ideia em Salvador nós temos hoje, só aqui em Salvador, uma, duas, olha seis Instituições para cegos. Isso eu não estou falando nem a [Instituição] governamental. Tirando o ICB que tem uma proposta muito específica e o CAP que é governo. Fora esses dois, você tem seis Instituições. Instituições que exceto o grupo de voluntários, eu digo o grupo de voluntários porque é bem antes da Associação. O voluntário ele começou pra os anos 60, a Associação é de 85 mais estas outras que surgiram ABACE, ARCA, ACELG essas todas poderiam estar aqui dentro desenvolvendo esses trabalhos aqui dentro. No entanto, elas não estão. E aí o que acontece? As pessoas estabelecem uma rivalidade sem nenhuma inteligência entre as Instituições. Porque cada um fica achando que o seu trabalho é mais importante. Isso você fragmenta o movimento dos cegos. Por outro lado, esse movimento de pessoas cegas que já está fragmentado ele não consegue dialogar, por exemplo, com outras deficiências. Com a Associação Baiana de Deficientes Físicos (ABADEF); ele [ativistas do movimento] não conseguem dialogar com a APAE; APADA (Associação de pais e amigos dos deficientes auditivos), com nenhuma outra Instituição. E você não vê as Instituições sentarem, por exemplo, pra tirar uma agenda. Salvador é uma cidade completamente inacessível e achar que vai resolver com uma Associação sozinha... não tinha que reunir as Instituições todas e tentar estabelecer uma agenda, construir uma proposta, ser apresentada ao município e a partir daí haver uma cobrança. Daí não se consegue fazer isso. Então, infelizmente o movimento é muito ruim por isso, porque muitas pessoas estão sobrepondo a Instituição e aí tem esse movimento assim”.

* 12 – Se a articulação local é precária nos movimentos setoriais aqui, como ocorre a articulação com os movimentos nacional e internacional?

** “ – O movimento nacional existe uma ONCB – Organização Nacional dos Cegos do Brasil, eles tentaram, mas hoje eu tava vendo um email que eles mandaram pra mim. O número de Instituições que estão inadimplentes é muito maior que o número daquelas adimplentes. Ou seja, vai ter uma assembleia que a participação será mínima das Instituições que vão comparecer nessa assembleia. Exatamente porque as Instituições não dão importância. É isso que estou te dizendo é uma crise. A gente olha, assim, aqui para a Associação e agente diz: ‘Poxa o associado não se interessa pela Associação’. Mais a Associação também não se interessa pela organização maior que é a nacional, né?! Então, assim! A própria Associação vai ter uma Assembleia agora e ela vai estar lá, não vai se fazer presente, não vai ter representante. Então porque a Associação não se interessa? Porque ninguém na verdade assume, ou quase ninguém. Por isso estamos atravessando no movimento um momento ruim. Também estamos vivendo um momento de um individualismo exacerbado, né. É isso independente de movimento, de não movimento. Esse individualismo, ele é tão forte, tão forte que isso já é sentido dentro da família. Sê tem lá filhos, pais, irmãos cada um tocando sua vida e acabou aquela coisa da família”. [Suprimido longo trecho narrativo da experiência familiar].

* 13 – Como é a estrutura organizacional da Associação?

** “ – Ela tem o Conselho Administrativo; um Conselho Fiscal e a assembleia geral que é o órgão soberano. Mas o Conselho Administrativo é formado pelo Presidente e pelo primeiro e segundo vice; um Diretor Tesoureiro; tem o secretário; Diretor de Patrimônio e Diretor de Educação e Cultura. Diretor de Esportes e Diretor Social. A Diretoria é praticamente grande. São nove membros no Conselho Administrativo e cinco no fiscal. Três titulares e dois suplentes. Então, tem o mandato de quatro anos. [Trecho suprimido] nas reuniões [tem sido informado] que os diretores precisam conhecer as suas atribuições”.

* 14 – Como pessoa “cega” quais os fatores que você considera mais importantes para ingressar no mundo do trabalho?

** “ – Primeiro qualificação, hoje **sem qualificação não vai**, que inclusive essa é uma alegação dos empregadores que a mão de obra não é qualificada embora isso não é uma verdade absoluta. Que eu acho que o maior entrave é isso. **O maior entrave** eu hoje penso que para o mercado de trabalho ainda é **o preconceito**. Mas quando os empregadores dizem que há uma mão de obra pouco qualificada isso não é verdade absoluta, mas também não deixa de fazer sentido. Então a qualificação ainda é muito baixa mesmo! E pode ser melhorada. **Mas por outro lado quem tem uma qualificação também não está inserido no mercado de trabalho**. Então, não é só a qualificação, mas assim, a qualificação é um fator preponderante para o mercado de trabalho. Uma outra coisa é a questão da autoestima. Isso é uma coisa muito sutil e eu venho também conversando sempre eu tou falando sobre isso... quando a gente tinha aqui uma psicóloga eu sempre conversei ... a gente precisa fazer um trabalho as pessoas tem uma estima [autoestima] muito abalada. Porque uma coisa sou eu que tenho meu final de semana é, digamos assim, inserido socialmente. Eu digo inserido até um certo ponto, né? Por exemplo: se eu não quiser ficar em casa no final de semana, eu não fico, eu posso sair porque eu tenho contato com outras pessoas. Outra coisa é a pessoa que só tem aqui [a Associação]. Ela vem aqui, vai pra casa; no final de semana ela passa em casa. Então, essas pessoas tem a autoestima muito abalada que precisa ser trabalhada. E olha para você conseguir uma colocação no mercado de trabalho, e olha que não é só conseguir é se manter. O problema, às vezes, não é nem conseguir é se manter, porque nos anos 80, nos anos 70/ 80 existia um serviço SENAI. O SENAI pegou uma pessoa deu toda uma estrutura e essa pessoa ia pesquisar onde tinha locais que a pessoa cega era voltada [o projeto] para pessoas cegas que pudessem ser inseridas. Com o advento da tecnologia esses postos foram extintos, mesmo esse trabalho que era manual foi substituído, tal e tal. Mais será que todo mundo que saiu foi em função desse advento tecnológico? Não saiu por conta disso. Porque você até se insere, mas como você se manter? Então aí eu acho que a autoestima ela diz muita coisa. No dia a dia do indivíduo, naquele mercado de trabalho. Quando você está num mercado de trabalho que você sabe que nem todo mundo todo dia você vai ouvir elogios. Você vai ouvir crítica, você vai ouvir reclamações e se você já tem a autoestima abalada isso é demais. Por menor que seja essa crítica para essa pessoa é muito coisa. Então eu vejo esses dois fatores. É qualificação e autoestima elevada do indivíduo. Por parte da sociedade é, é, é com o não-preconceito”.

* 15 – Em que medida as entidades de intermediação como a ABC têm sido úteis ou utilizadas para esse processo de formação? Ou seja, como a ABC tem contribuído nesse processo?

** “ – Eu vejo que é uma atuação muito tímida porque na verdade, nos anos 70 esse setor no SENAI, ele sim ia a empresa e buscava intermediar. Ele [SENAI] ia e pesquisava o que a pessoa podia ofertar. Depois que terminou esse serviço nenhum outro Órgão fez mais isso. Então na verdade a Associação fica assim esperando que a empresa entre em contato. Então a empresa liga pra aqui e diz que tem vaga. Aí a Associação ver dentro do seu quadro de sócios quem tá apto pra aquela vaga... [exemplificou] a empresa liga pra aqui e diz que tem vaga de motorista. Eles mandam divulgação pra vaga de motorista!!! É assim, as coisas mais esdrúxulas, né? Trabalhar com máquinas pesadas de construção, de rodovias, então é fora da realidade. Você não vai ter ninguém. Ou seja, eles mandam sem nem saber o que a Instituição, com que público a associação trabalha. O que eu tenho conversado e isso é uma opinião quase que unânime, a cegueira dentre as deficiências é a que sofre maior carga de preconceito e, por conseguinte ela é que enfrenta os maiores obstáculos para inserção no mundo do trabalho. Porque o mundo é visual. E a cegueira ela é tida, a visão, no caso, é tida como o sentido principal. Bom! Exatamente por conta disso tudo é visual, tudo é imagem, o mundo é visto através do desvendamento de signos. Então, uma pessoa ela fica privada dessa comunicação instantânea. Então sofre isso. Eu, por exemplo, quando comecei a inserção no mercado de trabalho que eu comecei a ler alguns autores, principalmente Pastore eu ficava sem entender, o por que a cegueira enfrenta [pausa reflexiva] ou a inserção de pessoas cegas é um número bem menor que outras deficiências que, às vezes, precisa de uma adaptação maior ao mundo do trabalho. Por exemplo, se é cadeirante e você vai precisar de uma ampliação do espaço físico; você precisa de algumas adaptações maiores até. Mais, no entanto, a cegueira que precisa de uma adaptação mínima ela tem essa dificuldade. Mas aí depois quando você vai ver não tem outra explicação a não ser essa carga de preconceito em relação a cegueira é maior”. As pessoas não acreditam na capacidade de potencial da pessoa cega. Há uma descrença da sociedade que uma pessoa cega seja capaz de alguma coisa. Então, sei lá, a gente que anda no dia-a-dia, que você pega coletivo ou qualquer transporte público, é comum você ouvir as pessoas dizendo que a cegueira é a pior coisa. Que a pior

coisa é não ter a visão. As pessoas falam abertamente porque elas entendem que você é cego e também desprovido de capacidade de entendimento. Então, elas falam assim, sem constrangimento. Abertamente. José Pastore, ele diz num livro: Deficiência e oportunidade de trabalho, ele vai dizer o seguinte: não podemos ver os empresários, os empregadores como monstros que não querem ceder, não querem empregar as pessoas. Ele diz que esses empregadores; eles pensam e agem com a mentalidade da sociedade. Na verdade, não é o empregador, mas a sociedade que não quer chegar em um hotel e ser atendido por uma recepcionista com deficiência. Então, o cliente desse empresário é que não quer ser recebido por uma pessoa que tenha deficiência. O empresário segue aquilo que é mentalidade e a forma de ver da sociedade de forma geral”.

** 16 – Como você se percebe no mundo do trabalho?*

*** “ – Bom, eu diria que eu estou incluído porque estou lá, né? Agora é ... assim, porque eu estou em uma esfera do mundo do trabalho, como é uma esfera pública e o meio de ingresso é através de um concurso. Então, foi assim porque o concurso é um negócio que depende muito de você ... sentar e estudar, fazer sua prova. Então, depois de você ser aprovado tem a parte da junta médica dizer que você está apto que a sua deficiência é compatível com a função e ponto. Agora, no caso da iniciativa privada, não basta só você ter conhecimento. Você tem que ter oportunidade. E a oportunidade depende de quem vai te dar oportunidade, acreditar. E não só a pessoa que vai te dar a oportunidade, essa pessoa que vai te dar oportunidade ela está disposta a fazer um quebra d paradigma, né? De toda essa carga de preconceito da sociedade. Dessa forma que a sociedade tem de ver a pessoa com deficiência. Alguém tem que chegar e dizer eu vou dar oportunidade independente disso. Então, no caso da iniciativa privada eu não me sentiria incluído. Uma coisa muito interessante porque tem uma pessoas cegas que tem formação, licenciatura agora, interessante você não ver um cego dando aula em escola particular, por exemplo. Não tem ninguém na rede de escolas particulares aqui em Salvador, é muito grande”.*

** 17 – No caso, quando você ensinava em escolas públicas regulares, como era sua rotina?*

*** Bom, a primeira reação do aluno era uma reação de espanto. Quando ele tinha alguma atitude de preconceito, aí era preconceito pela ignorância. Mas isso era no primeiro momento. Depois ele entendia que ali a aula ela ia fluindo e a minha relação com os alunos era uma relação muito boa. Depois eles mesmos [alunos] diziam, porque agente ia conversando, tinha uma relação tranquila. [Aluno] “ - No primeiro momento eu fiquei sem entender como é que o senhor sendo cego ia dar aula? Como é que ia escrever no quadro? ” No primeiro momento era sempre assim, de espanto ... ”*

** 18 – Você já se sentiu discriminado profissionalmente?*

*** “ – Assim, isso é muito comum. O próprio diretor da escola, tende a não acreditar mesmo você sendo concursado. Mas ele não acredita. Por exemplo, a diretora mesmo, é muito comum eles quererem interferir na prática pedagógica do professor. Eu digo comum, porque eu converso com outro professor que está na rede regular e ele me diz que às vezes acontece com ele. Falei para o vice-diretor a hora que você quiser assumir pode assumir, mas eu não aceito ingerência na minha didática, na minha prática. Eu trabalho com seriedade, eu só cobro do aluno aquilo que eu dou em sala de aula. Então se você quiser assumir às aulas, pode assumir, numa boa! [Pausa reflexiva]. Isso é uma coisa, eles acham o seguinte você é cego, você não é capaz, você vai aceitar que [diretor, vice-diretor] sabe mais] tem mais condições de ter alguma ingerência no seu fazer pedagógico, no seu trabalho. Os diretores eles têm sempre essa visão ... Aí depois eu cansei desses embates e pedi para ir para a educação especial ... Na educação especial a gente trabalha com atendimento individualizado”.*

** 19 – Como você percebe a questão da acessibilidade?*

*** “ – A acessibilidade é uma coisa muito complicada. Muito precária, na verdade. Porque essa é a grande deficiência da Lei de Cotas, por exemplo. Porque ela só estabelece percentualidade de empregabilidade; mas tem outras questões. Até o deficiente chegar num posto de trabalho ele vai depender de uma série de barreiras que ele vai poder enfrentá-las ou não. Então, se você está numa cidade que não é acessível, logo vai se refletir no mercado de trabalho. E se o mercado de trabalho depende de qualificação de mão-de-obra e se você não tem acessibilidade para chegar até as Instituições formadoras você vai ter qualificação? Então, é um efeito dominó, conjunto. A medida que você vai tendo barreiras aqui, isso vai se refletindo ali”.*

** 20 – Como você percebe a Lei de Cotas?*

** “ – A Lei de Cotas ela é importante. Agora o que eu sinto nessa Lei de Cotas é que falta algo mais porque entre a lei e prática social há um abismo e nenhuma lei vai resolver. A Lei por si só ela não altera a realidade, porque em outros países tem também Lei de Cotas e porque a empregabilidade dos outros países ela é maior? Claro! É porque lá a sociedade não tem preconceito, não! É porque lá é feito um trabalho para que a lei seja cumprida. Há punição para o não cumprimento mas existe um trabalho, também, tentando modificar essa visão que a sociedade tem. Então, aqui no Estado brasileiro, ele entende que basta ter a lei, que a lei por si só... o governante ele pensa assim: se eu assino o decreto a lei, eu já cumpro o papel. Você pode observar todo ano, no mês de setembro, que quando comemora o dia nacional da pessoa com deficiência ou 03 de dezembro que é a data mundial da pessoa com deficiência. Então nesses meses o executivo começa a baixar decretos. Que depois o Dia Internacional da pessoa com deficiência foi instituído pela Organização das Nações Unidas em outubro de 1992 em comemoração a década de 1983-1992. A partir de então, cada ano, no dia 03 de dezembro, é estimulada uma reflexão sobre os direitos da pessoa com deficiência, tanto na instância nacional como na municipal. Não saem do papel [os decretos]. Não têm nenhuma voz como você vai ver. As próprias Instituições públicas elas não cumprem a própria legislação. Se você for ver Lei de Acessibilidade, você chega nas universidades públicas são completamente inacessíveis. Então a lei por si ela não vai modificar essa realidade e a lei de cota está aí. Se a Lei de Cotas fosse cumprida, pelo menos como tá na lei faltaria mão-de-obra. Mais ela até agora, ela não saiu do papel e se a gente for ver o número de pessoas que se inseriram a partir dessa Lei de Cotas. Se for pensar em pessoas com a deficiência visual aí agente vê que é pouco. A ineficácia da lei ela se apresenta mais evidente quando se trata das pessoas com deficiência visual. Eu conversava isso com uma colega minha que trabalhava com surdos. E eu dizia pra ela: ‘É mais os surdos são inseridos mais que os cegos.’ Aí, ela pegou e disse assim: “ – É uma inserção que nos olha porque também se você for ver os postos de trabalho que esses surdos ocupam é subemprego. Porque geralmente, eles só ocupam postos de trabalho de empacotador e carregador de coisas de supermercado, principalmente e tal”. Então, por isso que muito é muito difícil. A lei, ela não atenta pra uma coisa: essa formação, pra questão da qualificação. Hoje você pega aqui no Estado, qual é a Instituição que dá esses cursos de formação com qualidade? Você não tem. Então, como é que a lei apenas enquanto lei vai resolver, ela não resolve! Ela é importante do ponto de vista do marco legal é um avanço, mais do ponto de vista social ela não alterou essa realidade”.

* 21 – Como é a atuação da ABC na atribuição de formadora profissional?

** “ – Ela já foi melhor nos anos 90 até o início de 2000/ 2001. A Associação tinha muitos cursos. Ela conseguia, às vezes, simultaneamente ter uma média de oito cursos, ao mesmo tempo. Você tinha curso de massoterapia, telemarketing, câmara escura, informática, panificação, curso de espanhol. Então, isso acontecia em vários espaços da ABC. Numa sala era massoterapia, aqui [refere-se ao ambiente da entrevista] era espanhol, lá embaixo outro de panificação. Então, você tinha inúmeros momentos para os cursos. E acabava a turma já dava início a outras turmas. Aquelas pessoas que faziam, por exemplo, panificação ia fazer um outro curso ia fazendo essa mudança. Então você tinha essa formação ampla, num número de pessoas significativo. A partir de 2000- 2003 quando começaram as turbulências da ABC essa formação foi caindo ... caindo! E hoje você tem apenas o curso de massoterapia bem básico. Se a gente for analisar, agente diria que a Associação Baiana de Cegos ela sequer consegue fazer a formação, veja lá a colocação [no mundo do trabalho]. Então, assim ...” [trecho suprimido].

* 22 – Como você avalia o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela PcDV?

** “ – O benefício, ele tem a sua importância. Por outro lado, assim, se a gente tiver uma visão muito simplista, a gente vai dizer assim: ‘as pessoas depois do benefício se acomodaram’. Mas eu penso que essa é uma visão simplista se a gente for ter uma análise mais aprofundada eu diria que não. Como é que as pessoas vão se acomodar com o benefício? Aí é que eu falo da questão da autoestima se a pessoa não tem lá uma autoestima elevada sofre a carga de preconceito. Você vai arriscar perder o seu benefício para ir para um posto de trabalho? Você vai ganhar a mesma coisa! E sabendo que se você não ficar ali ... agora você já pode readquirir o benefício. Mas antes se você perdesse, perdeu! Então, a pessoa não vai correr esse risco, né? Eu penso que [pausa reflexiva] a questão do benefício é você ver lá na legislação, na França, por exemplo, a pessoa quando é inserida no mercado de trabalho, ela não perde o benefício dela, num todo! Eles vão perdendo gradativamente. Por quê? Porque a ideia da legislação francesa é: eles têm lá um valor de salário que eles acreditam que é o

ideal, como nós temos aqui, o DIEESE ou coisa assim. Então o que eles acreditam? A soma do benefício mais o salário que eles ganham tem que chegar nesse valor ideal. E ele vai perdendo gradativamente até que o salário dele sozinho chegue a esse valor que eles acreditam ser o ideal. Mas só que isso tem uma outra vantagem, né? Que a medida que ele vai perdendo gradativamente e para o salário que eles optaram significa também que ele está tendo projeção na empresa, coisa que aqui no Brasil é muito difícil a projeção. Você conhece pessoas que passaram a vida toda fazendo a mesma função. Então, não há uma projeção dentro da Empresa. Eu conheço um rapaz que trabalhou na Ótica Ernesto, ele passou a vida dele toda fazendo a mesma coisa. A pessoa que trabalhou na Águia ... na fábrica de biscoito passou a vida toda fazendo a mesma coisa. Eu tive um colega Thiaguinho, ele foi trabalhar na Bosch, porque conseguiu uma vaga pelo [programa] CAPAZ pra trabalhar na Bosch. O ônibus pegava ele ... sei lá ... às quatro e pouca d manhã. Levava, trazia de volta pra casa. Todo mês tinha cesta básica, o salário, tal e tal. Sabe o que Thiago fez? – Pediu pra sair. A mãe dele ficou enlouquecida. Depois ... eu encontrei com ele e conversando como ele ... Ele é ‘fera’ em informática. O camarada que realmente tomou gosto, domina inclusive foi dominar algo que cego nenhum domina que é o LINUX. Mais qual foi o sistema que estava sendo implementado, mais assim, muitas empresas estavam usando o LINUX. Ai ele saiu [da Bosch]. Ele chegou e disse pra mim: A.S.A. eu tava lá, tinha tudo isso, o salário era um salário um pouco mais que o mínimo, essa cesta básica, esses negócios, mas eu ia passar minha vida toda embalando aquelas velas ali. Ele trabalhava com essas velas de carro. Ele disse que o trabalho dele era esse: empacotar. Ai quer dizer um sujeito desse, com um potencial desses, ia ficar lá! Você sabe o que ele fez? Saiu e colocou uma empresa que fica dando curso de LINUX nas empresas. Ele disse que não fica sem trabalho, não. Trabalho! Toda hora eles me chamam pra dar curso. Ele é um dos consultores do DOSVOX. O DOSVOX tem várias pessoas que dão suporte, melhoram o programa, ele é uma dessas pessoas que trabalham na equipe. Melhorando o DOSVOX. Quer dizer, um sujeito que tem potencial com uma qualificação extraordinária ia ficar empacotando essas velas? Outro aqui é o Eduardo que tem potencial muito grande. Já pediu pra sair de umas três empresas. É porque ele chegava lá e via que não tinha projeção. Ele tem uma formação fez o IFBA em programação. Ai chegava lá [na empresa] e dava a ele qualquer trabalho pra ele ficar lá, em computadores [em contato com]. Ai ele dizia: “ - Isso não é meu trabalho. ” Eu passei três anos lá no IFBA “ - ralando pra me formar ... pra ficar assim? ” Pediu pra sair. Hoje ele fez o concurso da PRODEB (CIA de Processamento de Dados do Estado da Bahia). É uma empresa do Estado e cuida de todo sistema. E ele está lá dentro da área dele, fazendo aquilo que é da formação dele. Então hoje, assim, as pessoas que têm uma qualificação ... e também elas estão se valorizando. Quem tem qualificação e não tem também problema de estima, entendeu? Saber dizer: “Eu não vou ficar nisso aqui, não”. Ele estava em uma clínica, pediu pra sair foi para outras empresas e também pediu pra sair. Se aquilo ali (subemprego) é mais pra atrapalhar do que para ajudar. Hoje ele está trabalhando na área dele, sendo remunerado de acordo a atividade dele. Porque você ainda tem isso, o salário que é pago para as pessoas com deficiência é muito abaixo daquele salário que pagaria uma pessoa sem deficiência, na mesma função. Então, às vezes, geralmente os trabalhos que chegam até aqui (ABC) que as empresas mandam ... quando tem aqueles descontos, fica abaixo do salário [mínimo]. Ai a pessoa que tem o BPC ela pensa que vai sair de casa todos os dias, vai enfrentar uma cidade sem acessibilidade, todas as dificuldades de transporte, de tudo. Vai ter desconto no salário e tudo. Andar na cidade de Salvador cansa; eu canso. Eu me canso mais não é por causa do transporte, não! Geralmente às pessoas se cansam no transporte. Eu me canso com as barreiras físicas, uma coisa que eu não tenho ‘saco’ é com a barreira atitudinal das pessoas”.

* 23 – Poderia descrever alguma situação de “barreiras atitudinais”?

** “ – Você chega no ponto de ônibus, você pergunta sobre o ônibus, às vezes, as pessoas estão junto de você, ninguém responde. Então, você diz assim: ‘ - quando vier tal [ônibus] dá para você me avisar? ’ Isso pra cego ... isso causa... [trecho lacunoso]. Você quer Lapa [estação de ônibus] ai perguntam: “ – Pituba serve? ” [Bairro distante da estação Lapa]. Daqui [associação] pra Lapa⁸⁷ a gente vai caminhando’.

⁸⁷ Lapa é uma estação com várias linhas situada no Centro de Salvador e fica próxima a Associação Baiana de Cegos.

* 24 – *Como é a sua percepção das conquistas das PcDV, no campo do trabalho, inclusive com a Lei de Cotas?*

** “ – Eu penso que a Lei de Cotas é uma proposta porque se a lei por si não altera a realidade, sem a lei a probabilidade dessa realidade ser alterada é quase que zero. Então, uma lei que garante esse direito, isso já é uma conquista. Agora é lutar pra fazer com que o abismo que separa o marco legal da prática social seja diminuído. Eu penso que toda legislação [pausa] e o Brasil tem uma legislação voltada para a PcD; seja para a inserção no mercado de trabalho, seja a legislação e acessibilidade, tem uma legislação avançada. A grande questão é tirar essa lei do papel e dar um sentido prático pra essa legislação. Mas enquanto legislação é uma das mais avançadas [referiu-se à legislação de outros países]. Eu acho que os entraves é fruto de pouca atuação do movimento. Quer ver uma coisa, a gratuidade do ônibus, o município queria obrigar o uso do cartão. A pessoa com deficiência, hoje, que ela tem a gratuidade é estabelecido, por exemplo, uma renda pra essa pessoa. No caso do idoso, a não obrigatoriedade do cartão, essa questão da renda cai por terra, você chega em um transporte apresenta a carteira de identidade. Se você tiver uns 65 anos o motorista não vai pedir um documento de comprovação de renda. Não é o caso da pessoa com deficiência. É isso o que eu estava conversando, caberia ao movimento se organizar e você tentar alterar. Para ter o transporte municipal aqui em Salvador, você [PcD] tem que ter a renda familiar, tem que ser igual ou inferior a três salários mínimos. A renda familiar ... onde está a perversidade disso? Digamos que eu esteja inserido na minha família, e digamos que eu ainda não trabalho mais aí meu pai trabalha, minha mãe trabalha tem lá um irmão meu, que a probabilidade de um irmão meu que não é cego trabalhar e eu não é maior? Aí a renda desses três supera os três salários mínimos, eu não tenho direito à gratuidade. Sendo que quem vai ter a gratuidade sou eu! Não meu pai, minha mãe, meu irmão que enxergam. Eu que vou utilizar mais perco o direito porque a renda desses membros da família superam os três salários. No caso da pessoa idosa, não tem mais [exigência] basta apresentar o documento ... eu estava analisando com algumas pessoas, que convenhamos você estabelecer de três salários mínimos, isso é muito pouco ainda que tenha essa renda de três salários mínimos ... é muito complicado se você tem isso dentro da família, porque a pessoa cega ela vai pegar o ônibus e a probabilidade dela pegar o ônibus errado é maior pra uma pessoa que é cega. A probabilidade de uma pessoa informar o ônibus errado; dela passar do ponto, também. Que, às vezes, você pede ao motorista ele esquece; você pede a uma pessoa que está junto com você ela se esquece, aí você já vai ter que pegar outro transporte. Enfim, tem uma série de fatores que eu digo se o movimento fosse articulado a gente teria conquistas maiores... Poderia melhorar a legislação que tá aí e buscar no vas conquistas”.

* 25 – *Como você percebe as políticas públicas destinadas para as pessoas com deficiência visual?*

** “ – As políticas públicas hoje, eu vejo que elas limitam-se ao marco legal, a legislação. Mas faltaria o quê? Políticas Públicas para implementar tirar essa legislação do papel. Porque, por exemplo, não adianta você ter uma legislação que garante X por cento dentro da empresa se você depois não tem uma política pública de formação e qualificação dessa mão-de-obra. Se você não tem políticas públicas, por exemplo, de conscientização ... você não vê uma campanha educativa voltada para a PcD, quando deveria ter. Aí é que você começaria a mudar, alterar essa forma que a sociedade tem de ver a pessoa com deficiência. Não existem campanhas educativas e as barreiras atitudinais é algo que leva tempo para você alterar. E não só tempo ... mais com campanha ... então, agora é que você tem direito dentro da universidade, por exemplo, uma disciplina que vai versar sobre alguma coisa sobre a deficiência. Principalmente, sobre libras, né? Trabalham muito com libras outras deficiências passam batido. Mais é alguma coisa que deveria ter nas escolas de educação básica [discutir todas as deficiências], isso nem se fala, porque não se discute isso. Então as políticas públicas elas limitam-se ao marco legal, a promulgação dos decretos leis”.

* 26 – *Como você encara essa questão da autonomia na deficiência visual?*

** “ – Eu acredito assim que a autonomia, ela depende de outros fatores, né? [Trecho suprimido] ... aí o trabalho é fundamental nessa questão, não é?! Porque se você tem um trabalho, você vai ter uma autonomia maior na sua vida. Você não vai ser uma pessoa dependente, isso do ponto de vista econômico. Do ponto de vista do conhecimento você precisa estar inserido nos espaços educacionais. Então, assim a autonomia ela depende de outros fatores para que você tenha ou não essa autonomia. Senão você vai ser uma pessoa dependente de outros”.

* 27 – *Qual o seu lazer preferido?*

** “ – Esse é um grande problema nas cidades. Isso no Brasil todo mais em Salvador, por exemplo, você não tem acessibilidade cultural, por exemplo. Você vai pra os espaços [pausa] você vai pra um cinema, como? Se a maioria dos filmes eles não são dublados, são legendados? E quando são dublados não têm áudio-descrição. Você vai para o cinema, você não vai com uma pessoa pra ficar falando [descrevendo o filme]. Então o ideal seria que tivesse uma áudio-descrição. As praias [pausa reflexiva] você só tem uma praia aqui que tem acessibilidade, adaptação. Aquela de Ondina, que eles fizeram uma rampa até a água, para cadeirantes. Mas isso foi em uma praia só. Então, você não tem acessibilidade cultural. A única opção para as pessoas cegas, infelizmente é sentar num bar e bater um papo ”.

* 28 – Você já sofreu preconceito por estar em um momento de lazer?

** “ – Ah, com certeza! É isso que eu falo da mentalidade da sociedade. Às vezes até você está chegando em num bar você sente algo estranho, você é o estranho! Porque eles acham que ali não é pra está [lugar] pessoa. Cega. Carnaval mesmo, agente ouve barbaridades no carnaval, é muito comum. Existe um bloco da Associação Baiana de Deficientes (ABADEF) que bota o bloco na rua mais é aberto para quaisquer outros deficientes. Então esse bloco sai em dois dias, o percurso deles é um percurso menor que os demais, é compreensível mais eu tomei uma turma que gosta de ir pra avenida ... eu gosto de acompanhar [o trio] até um dado momento. Depois paro e descanso ali. Mais agente ouve barbaridades tipo: “ - Não é cego, não! Tá fingindo! É cego e tá aqui no carnaval! ”. É muita coisa. É porque no começo agente, às vezes, não responde mais nada ... deixa pra lá. Isso é fruto de falta de uma campanha educativa! ”

* 29 – Se você fosse pintar seu retrato, nesse momento, como você faria a áudio descrição para mim?

** “ – Sei lá [pausa reflexiva] eu nunca parei para pensar nisso! ”

* 30 – Em sua opinião essa pesquisa pode contribuir de alguma forma com a causa das PcDV?

** “ – Toda pesquisa que investe sobre a pessoa com deficiência, ela é importante porque de uma certa forma ela dá visibilidade. É evidente também [que] ela não altera [a realidade]. Porque o cientista ele pesquisa, ele constata. Agora se a pesquisa dele for utilizada por quem realmente possa alterar alguma coisa, pode [interferir na realidade]. Mas de uma certa forma dá visibilidade e aí é que tá o grau de importância dessas pesquisas. Porque alguém está interessado, isso já é importante ”.

* 31 – Tem alguma questão que eu não trouxe nessa entrevista e que você gostaria de acrescentar?

** “ – Não. ”

* 32 – tem alguma declaração que gostaria que fosse registrada na tese?

** “ – Ser deficiente, existir enquanto deficiente é um ato de superação, principalmente, no caso da cegueira que é a deficiência que a gente carrega uma carga maior de preconceito. Existir com uma deficiência [pausa reflexiva] a existência ela já é dolorosa pra todo mundo. É por isso que Freud dizia, que só os ignorantes são felizes. É porque você pensar na existência já é doloroso e existir enquanto deficiente, carregando uma deficiência com toda essa carga dolorosa da existência própria da deficiência, e conseguir, eu vejo superação. Mais eu falo que talvez essa ideia minha da superação seja muito subjetiva porque eu perdi os meus pais cedo, nasci no interior, na roça, pais analfabetos. Perdi logo meus pais na adolescência. Na verdade, me afastei dos meus quando criança para ir para um colégio interno e pra mim foi também importante aquela primeira quebra de laço. A dor era necessária para aquele momento, é ... mais me afastei dos meus pais. Então eu sou uma pessoa que tive uma namorada que achava que eu era muito frio. Eu disse a ela que talvez seja porque eu não tive o contato, a vivência familiar. Vivendo afastado sempre dos meus irmãos. Irmãos com a faixa etária muito próxima da minha e eu perdi, portanto, esse vínculo. E logo depois perdi meus pais. Então fiquei no ICB. Tempos depois fui morar com minha irmã, quando sai do ICB e assim em meio a tudo isso eu consegui, sei lá, passar nesse funil. Consegui fazer minha graduação, estudar. Eu também acredito que o cego depende muito disso, o estudo. Isso é fundamental, principalmente se ele vem de família pobre, ele só tem essa opção: os estudos. Então, até por uma questão muito subjetiva, muito pessoal eu vejo isso: superação ”.

* Muito grata pela participação nessa entrevista.

